

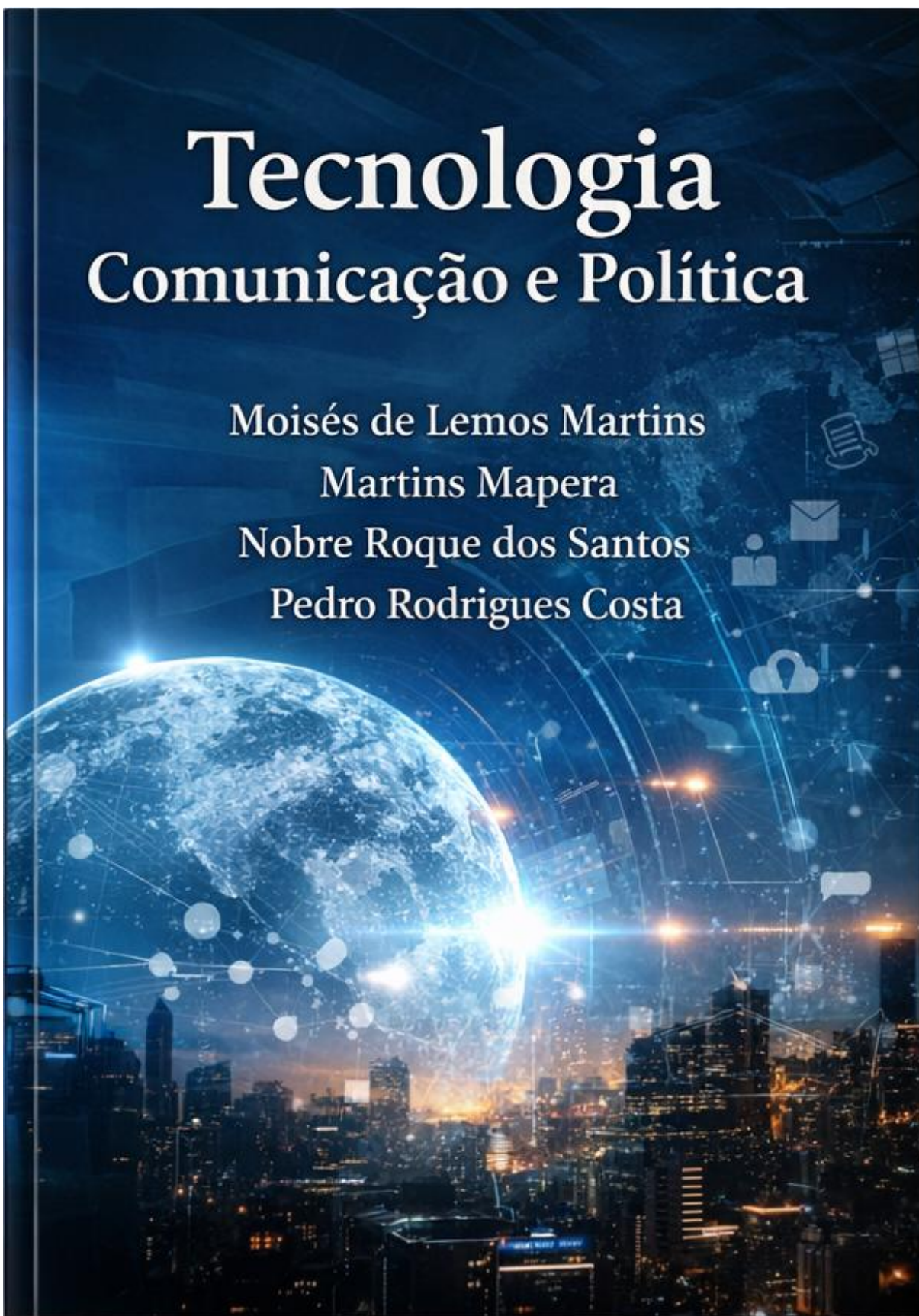
Tecnologia Comunicação e Política

Moisés de Lemos Martins

Martins Mapera

Nobre Roque dos Santos

Pedro Rodrigues Costa



Tecnologia: Comunicação e Política

Moisés de Lemos Martins, Martins JC-Mapera, Nobre Roque dos Santos e Pedro Rodrigues Costa

Capa: Pedro Daniel Rodrigues da Costa

Revisão e paginação: Pedro Daniel Rodrigues da Costa, 2025

Edição: Pedro Daniel Rodrigues da Costa e Universidade Sociotécnica de Moçambique

Estrada Carlos Pereira, Beira, Moçambique

Cidade da Beira – Moçambique

comunicacao.imagem@unisom.ac.mz

Impressão: Universidade Sociotécnica de Moçambique

1.^a edição: 100 exemplares

Formato: Brochado

Depósito legal n.º: 558419/25

ISBN: 978-989-97263-5-2

Tecnologia: Comunicação e Política

Moisés de Lemos Martins

Martins Mapera

Nobre Roque dos Santos

Pedro Rodrigues Costa

2025

ÍNDICE

Prefácio	9
Parte I – Tecnologia	
Geração Ansiosa, Mediocracia e Manipulação na Era Digital <i>Pedro Rodrigues Costa e Daniela Cerqueira Costa</i>	16
A Inteligência Artificial e a Redefinição da Criatividade nas Artes e Comunicação <i>Celestino Joanguete</i>	32
Tecnologias Digitais e Democracia em Moçambique: Caminhos para Governança Inclusiva e Sustentável <i>Neto Artur Pampão</i>	44
Liderança na Era Digital em Moçambique: Avanços e Desafios <i>Sérgia Cecília Sumbane Williamo</i>	57
A Disponibilidade da Infraestrutura Tecnológica para a Integração das TIC na Educação em Países da SADC <i>Manuel Teixeira</i>	68
Subversão e Resiliência Democrática: O Papel da Tecnologia na Política Moçambicana <i>Hilario Alfredo Vilanculos</i>	82
Parte II – Comunicação	
Imprensa, (In)Visibilidade Mediática e Retórica Democrática <i>Martins JC-Mapera</i>	97
A Noção do Testemunho na Epistemologia Social e sua Relevância na Comunicação Política <i>Manuel Cochole Paulo Gomane</i>	108
A Música e a Cultura Digital nos Países em Desenvolvimento <i>Isaú J. Meneses</i> <i>Leonilde Chiulele Vilanculo</i>	119

Influência da Mídia Electrónica na Promoção de Potencialidades Turísticas no Município de Inhambane

Pelágio Julião Maxlhaieie

José Xavier Chehuquete

128

Filosofia Afrófona e Feminismo: O Direito à Cultura em Zena Bacar

Jessemusse Cacinda

144

Educação Tradicional e o Currículo Oficial: entre a extinção e a sobrevivência dos ritos de iniciação no norte de Moçambique

Wilson Profirio Nicaquela

155

Parte III – Política

Operações eleitorais como factor crítico de sucesso em Moçambique

Agostinho Levieque

167

A Globomulheria dos nossos tempos: Entre políticas, intenções e fracassos da superinferiorização do feminino

Cleiton Fernando Pinto Celestino

181

Democracia, participação política e violência: uma reflexão sobre o impacto das manifestações pós-eleitorais em Moçambique

Hussaymatho Biny Ussene

196

Intelectuais e Pedagogia do Poder na Televisão Moçambicana: Uma Análise dos Debates Políticos

Manuel Benilton Mapera

209

Reflexões em Torno do Modelo de Composição do Conselho Constitucional Moçambicano

Augusto Ernesto Nhaguilunguana

220

Determinantes Socioculturais do Crime de Homicídio nas Zonas Fronteiriças de Angónia, Província de Tete – Moçambique

Custódio Marcelino Afonso

233

Alfredo Aboobacar Sotomane

Mário Jorge Migano

Neivaldo Leonel Da Silva Mostiço

Cosme Egidio Cachingue

PREFÁCIO

Tecnologia, Comunicação e Política em Tempos de Crise do Estado, dos Média e da Cultura

Moisés de Lemos Martins¹

Martins Mapera²

Nobre Roque dos Santos³

Pedro Rodrigues Costa⁴

Tecnologia, Comunicação e Política remete, antes de mais nada, para o atual regime tecnológico e para a civilização da imagem que dele decorre. Ambos exprimem as condições materiais em que temos que viver, ou seja, as condições que nos são dadas para habitar na terra o espaço que é o nosso. De acordo com Martin Heidegger, na conferência que proferiu em 1951, intitulada “Construir, habitar, pensar”, habitar um espaço é a característica que melhor define a essência do humano (é o *Dasein* – o “ser aí”). Ou seja, habitar não é apenas ocupar um espaço; consiste antes no modo como o ser humano é na terra.

Ora, nós somos históricos, vivemos no tempo, pelo que são as nossas condições concretas de interlocução (de relação uns com os outros, de comunicação), as nossas condições no espaço e no tempo, que estruturam um espaço de luta, onde as relações sociais, científicas, culturais e artísticas funcionam como um “campo de forças sociais” (Bourdieu, 1982, 1977), e também de “estados de poder” (Foucault, 1971, 1966), que “são forças sociais reificadas, forças sociais feitas instituição” (Martins, 2011a, p 64), as quais, todavia, definem a realidade social, as subjetividades e os significados.

De acordo com o poeta austríaco Paul Celan (1996, p. 46), ao tempo convêm-lhe três acentos: o agudo da atualidade (o tempo do nosso confronto com os outros e com as coisas); o grave da historicidade (o tempo da nossa responsabilidade pela permanência do sentido de comunidade); e o circunflexo — que é um sinal de expansão do tempo — da eternidade (o tempo da promessa, que nos arranca à imanência). “Simplesmente, o problema está em que nos encontramos hoje com todos os acentos em falta. A cota da cidadania baixou consideravelmente; o sentido de comunidade diluiu-se e perdeu para o tribalismo; e os cidadãos surgem esgazeados pelo vórtice da velocidade e a funcionarem cada vez mais como consumidores” (Martins, 2011a, p. 65).

Sendo, pois, tecnológicas as condições da época, podemos dizer que no interior deste regime as tecnologias da informação se erguem como a sua marca distintiva, por constituírem o alicerce sobre o qual se estabelece a globalização, isto é, a possibilidade de um mercado global, originariamente ao nível económico-financeiro, mas depois, por analogia, a todos os níveis da condição humana: social, política, científica, comunicacional, cultural e artística.

Sabemos, desde a primeira metade do século XX, com Norbert Wiener (1948), em *Cybernetics, or Control and Communication in the Animal and the Machine* [Cibernética,

¹ Professor Jubilado da Universidade do Minho e Professor Catedrático na Universidade Lusófona.

² Reitor da Universidade Sociotécnica de Moçambique e Professor na Universidade de Licungo.

³ Professor na Universidade Pedagógica de Maputo e Vice-Reitor para Área Académica da Universidade Sociotécnica de Moçambique.

⁴ Professor na Universidade Lusófona e diretor do mestrado em Comunicação, Redes e Tecnologias.

ou o Controle e a Comunicação tanto no Homem como na Máquina], e com Martin Heidegger (1953), em *Die Frage nach der Technik* [A questão da técnica], que a natureza da técnica se alterou profundamente na nossa época. Durante séculos, a técnica foi sobretudo instrumental, antropológica, prolongando o braço humano. Hoje, porém, a técnica já não prolonga apenas o braço humano, procura produzir o próprio homem e aspira mesmo a substituí-lo. Sendo tecnológica a condição da época, estamos desafiados, em permanência, a entrar numa competição, em todos os domínios da vida humana. Vivendo num tempo “acelerado” (Paul Virilio, 1995), num tempo de “mobilização total” (Ernst Jünger, 1930), ou nas palavras de Peter Sloterdijk (2000) de “mobilização infinita”, toda a vida se monetarizou, connosco mobilizados, em permanência, para um mercado, em nome da inovação, do crescimento, do empreendedorismo, da estatística, dos rankings, do “fator de impacto”, sempre acompanhados por uma qualquer cimeira digital (Martins, 2010, 2017, 2025). Passámos a falar de “sociedade em rede” com Manuel Castells (2002), de “enonomia-mundo” com Immanuel Wallerstein (1984), e de “cultura mundo” com Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2008).

As atuais condições tecnológicas da época produziram, também, a civilização da imagem, uma realidade que começou a erguer-se há dois séculos, com a fotografia e o postal ilustrado, se intensificou com o cinema, a televisão e o vídeo, até se impor com o digital e o virtual. A cultura digital veio transformar o espaço dos média: dos antigos média (imprensa escrita e audiovisual), fundados no *logos* (palavra e razão), assim como no sentido de verdade, única e eterna, assente nos princípios teleológico (em que caminhamos para um fim) e escatológico (sendo esse fim redentor), passámos para os novos média, para os média digitais, os transmédia, que são média autotéticos, de “meios sem fins” (Agamben, 1991), moldados pelo império das redes sociais, da opinião e da tribo (Maffesoli, 1988). A racionalidade literária, assente na palavra e no pensamento, havia-nos permitido caminhar para um fim. E “ao constituir-se como promessa de futuro, o *logos* retórico pôde ser progresso, programa, prospetiva, prognóstico, proposição e propósito” (Martins, 2017, p. 157). No entanto, na era tecnológica, a palavra e o pensamento cederam o lugar à racionalidade digital, numérica, autotética e emocional, que se exprime em imagens e sons digitais e se orienta para o presente (Martins, 2021, pp. 519-535). Ou seja, o regime literário, fundado na palavra e no pensamento, foi substituído pelo regime da imagem e da emoção, um regime de produção digital. Mas este acontecimento conjugou-se, também, no nosso tempo, com a crise dos Estados nacionais, ou seja, com a crise da sua soberania, em favor de estruturas políticas e económicas supranacionais, e com a diluição do sentido de comunidade no espaço público e na opinião pública (Martins, 2021). Deste modo, de um regime ideológico, que nos persuadia pela argumentação, transitámos para um regime “sensológico”, dominado pela emoção, pela sedução e pelo fascínio, como salientam Michel Maffesoli (1996) e Mario Perniola (2004, 1993).

Havia sido a civilização da palavra a fundar o Ocidente. E o regime do *logos* (palavra e razão, discurso e pensamento), sobrepunha-se ao *pathos* (emoção) e ao *ethos* (costume e modo de ser). Este regime garantia-nos a unidade, com um fundamento seguro, um território conhecido e uma identidade estável, constituindo a base de um propósito de emancipação humana. Esta tradição unificadora modelou as civilizações e as culturas greco-latinas, judaico-cristãs e islâmicas. Com a civilização da imagem, a realidade aparece-nos fragmentada e movida pela instantaneidade dos estímulos digitais.

Dissolvendo a tradição assente no *logos*, a civilização da imagem deixa-nos em “sofrimento de finalidade” (Lyotard, 1993, p. 93; Martins, 2002).

Hoje, atolados no cansaço e no aborrecimento (Martins, 2003, pp. 99-100), vivemos todavia sob a pressão incessante dos ecrãs, que transformam as notícias em fantasmagorias e o quotidiano numa existência onde tudo se exhibe, mas pouco se vive. É de um verdadeiro “sono da razão” que se trata, com a excitação, a efervescência, o espetáculo, a euforia e o simulacro dos média e das redes sociais a serem meros “guardiões” desse sono, para utilizarmos uma clássica expressão de Guy Debord (1992, p. 21), em *La société du spectacle*.

A condição humana na era digital é marcada pela manipulação psíquica e cognitiva, pela “captura da atenção” (Costa, 2023) e pelo “neomaterialismo” da fidelização algorítmica (Lemos, 2000). A vida funde-se com a técnica, tornando-se objeto da obsessão da engenharia, da biologia, da neurociência e das ciências da computação. O ciberespaço e a cibercultura prometem um “novo mundo”, mas esse horizonte tem produzido menos esperança que fragmentação, alienação e fadiga. O nosso tempo, inevitavelmente digital, impõe-nos uma transformação tecnoeconómica, cibernética e nanotecnológica, ainda que sob o signo de uma crescente melancolia. A figura da melancolia acompanha, com efeito, a banalização da vida e alude, igualmente, ao trauma provocado pelo desaparecimento da confiança na comunidade histórica, a que se refere Niklas Luhmann (2001).

É este o espírito que norteia o presente livro, ao refletir sobre a crise que atravessa o humano nas esferas tecnológica, comunicacional e política. Na realidade, a sociedade digital captura-nos, psicológica, cognitiva e politicamente, ao tornar-nos simultaneamente sonâmbulos e hiperativos, apáticos e sobreaquecidos, e ao configurar em nós “formas melancólicas”, que dão pelo nome de crise ou mal-estar da modernidade, crise da cultura, crise da comunicação e crise do humano (Martins, 2024, 2016, 2015, 2010, 2011a, 2011b). Mas, tal como lembrava Martin Heidegger (2002, p. 31) em “A questão da técnica”, ao citar o poeta Friedrich Hölderlin, “lá onde está o perigo, também está o que salva”, ou seja, no interior desta inquietação, permanece a possibilidade de um combate, o qual, sem nos garantir necessariamente a redenção, projeta formas plurais de ativismo político, económico, científico, cívico, cultural e artístico. E é esse combate que torna possível recolocar-nos no horizonte de uma “comunidade a vir”, como refere Giorgio Agamben (1990), a qual significa o horizonte não apenas de uma comunidade partilhada, mas também de uma comunidade que se reclame da humanidade do outro. Na realidade, é nesse horizonte de verdade e de conhecimento que se joga a salvaguarda das possibilidades da (a)ventura humana.

Em *Tecnologia, Comunicação e Política* vamos encontrar mais de vinte textos, de outros tantos autores, que interrogam a nossa contemporaneidade, desde a “Subversão e Resiliência Democrática - O Papel da Tecnologia na Política Moçambicana”, até à reflexão sobre “Imprensa, (In)Visibilidade Mediática e Retórica Democrática”, passando ainda por temas, como a “Geração Ansiosa, Mediocracia e Manipulação na Era Digital” e a “Filosofia Afrófona e o Feminismo”. Entre estes e muitos outros assuntos, de grande fôlego académico e reflexivo, este livro reflete sobre os complexos meandros que dão forma ao mundo em que vivemos.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (1991). *Moyens sans fins. Notes sur la politique*. Paris, Payot & Rivages.
- Agamben, G. (1990). *La communauté qui vient. Théorie de la singularité quelconque*. Paris, Seuil.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Paris, Galilée.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard.
- Bourdieu, P. (1977). *Sur le pouvoir symbolique*. *Annales*, n. 3, pp. 405-411.
- Castells, M. (2002). *A era da informação - Economia, sociedade e cultura*. I. *A sociedade em rede*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Celan, P. (1996) [1971]. *O meridiano*, in *Arte Poética. O meridiano e outros textos*. (pp. 41-64). Lisboa, Colibri.
- Costa, P. R. (2023). *Para uma sociologia da captura da atenção - Reflexões a partir da pandemia da Covid-19*. *Análise Social*, Vol. LVIII (1.º), n.º 246, pp. 96-121. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023246.06>
- Debord, G. (1992). *La société du spectacle*. Paris, Gallimard. (Edição original em 1967).
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard.
- Foucault, M. (1966). *Les mots et les choses – Une archéologie des Sciences Humaines*. Paris, Gallimard.
- Heidegger, M. (2002). *A questão da técnica. Ensaios e Conferências* (pp. 11-38). Petrópolis, Vozes. (Edição original em 1953).
- Heidegger, M. (1954). “Construir, habitar e pensar” [Bauen, Wohnen, Denken] (1951), conferência publicada em 1954, pelo *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, com tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. <https://filosofiaepatrimonio.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/martin-heidegger-construir-habitar-pensar.pdf>
- Jünger, E. (1990). *La mobilisation totale*. In *L'Etat universel- suivi de La mobilisation totale*. Paris, Gallimard. (Edição original em 1930).
- Lemos, A. (2020). *Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital*. *Galáxia*, 43, pp. 54-66. São Paulo.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2008). *La Culture-monde. Réponse à une société désorientée*. Paris, Éditeur Odile Jacob.
- Luhmann, N. (2001). *Confiance et familiarité. Problèmes et alternatives*. *Réseaux*, n. 108: pp. 15-35.
- Lyotard, J. F. (1993). *Moralités post-modernes*. Paris, Minuit.
- Maffesoli, M. (1996). *Éloge de la raison sensible*. Paris, Grasset.
- Maffesoli, M. (1988). *Le temps des tribus. Le declin de l'individualisme dans les sociétés de masse*. Paris, Méridiens Klincksieck.
- Martins, M. L. (2025). *Os estudos culturais e os desafios da contemporaneidade*. In M. M. Baptista & R. Grácio (Eds.), *A contemporaneidade e os estudos culturais. Dinâmicas em Portugal* (pp. 91–106). Grácio Editor. <https://hdl.handle.net/1822/95707>
- Martins, M. L. (2024). *A civilização da imagem e o imaginário melancólico da nossa época*. In M. L. Correia & C. Rodrigues (Eds.), *Média e indisciplina. Contributos para uma política das mediações* (pp. 185-205). Edições Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/93522>

- Martins, M. L. (2021). Para uma nova teoria dos média, do espaço público e da opinião pública. In C. G. Riley, C. Henriques, P. M. Gomes, T. C. Cunha (Orgs.) *A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita* (pp. 519-535). Lisboa, Tinta da China. <https://hdl.handle.net/1822/73736>
- Martins, M. L. (2017). A cultura na era da mobilização do humano pela tecnologia - Da universidade das ideias à universidade dos números. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Metamorfoses da cultura* (pp. 157-178). Lisboa, Nova Vega. <https://hdl.handle.net/1822/51035>
- Martins, M. L. (2016). Declinações trágicas, barrocas e grotescas na moda contemporânea. In M. L. Martins, M. da L. Correia, P. B. Vaz, & E. Antunes (Eds.), *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar* (pp. 187-205). CECS-UMinho. <https://hdl.handle.net/1822/43358>
- Martins, M. L. (2015). Os média na contemporaneidade: da promessa de emancipação histórica à sua ruína. In M. Ledo & M. I. Lopes (Eds.), *Comunicación, cultura e esferas de poder* (pp. 19-44). Santiago de Compostela/São Paulo. USP/USC/Assibercom/Agacom. <http://hdl.handle.net/1822/35292>
- Martins, M. L. (2011a). Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs. Coimbra, Grácio. <https://hdl.handle.net/1822/29167>
- Martins, M. L. (2011b) *Média e melancolia – o trágico, o grotesco e o barroco*. In M. Acciaiuoli & M. A. Babo (Edts.) *Arte & Melancolia*. (pp. 53-65). Lisboa, Instituto de História da Arte / Estudos de Arte Contemporânea e Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. <https://hdl.handle.net/1822/24106>
- Martins, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In Cl. Álvares & M. J. Damásio (Org.). *Teorias e práticas dos média: situando o local no global* (pp. 267-279). Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas. <http://hdl.handle.net/1822/24250>
- Martins, M. L. (2003). O quotidiano e os média, *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, n. 5, 97-105. São Paulo, Editora Mackenzie. <https://hdl.handle.net/1822/23792>
- Martins, M. L. (2002). De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade. *O Escritor, Revista da Associação Portuguesa de Escritores*, 18/19/20, pp. 351-354. <https://hdl.handle.net/1822/1676>
- Perniola, M. (2004). *O sex-appel do inorgânico*. Lisboa, Ariadne. (Edição original de 1994).
- Perniola, M. (1993). *Do sentir*. Tradução de A. Guerreiro. Lisboa, Presença. (Edição original de 1991).
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinie*. Paris, Christian Bourgois.
- Virilio, P. (1995). *La vitesse de libération*. Paris: Galilée.
- Wallerstein, I. (1984). *The politics of the world-economy. The states, the movements and the civilization*. Yale University, Connecticut
- Weaner, N. (1948). *Cybernetics, or control and communication in the animal and the machine*. Paris, Hermann & Cie & Camb. Mass., MIT Press.

PARTE I

TECNOLOGIA

Geração Ansiosa, Mediocracia e Manipulação na Era Digital

Pedro Rodrigues Costa, Universidade Lusófona

pedro.rodrigues.costa@ulusofona.pt

Daniela Cerqueira Costa, Universidade do Minho

8b.07.danielacosta@gmail.com

Resumo: Nas últimas quatro décadas assistiu-se a uma transição cultural significativa da “cultura de rua” para a “cultura de quarto”. O ato de “brincar livre”, sem a supervisão constante de adultos, foi, entre as crianças e jovens, gradualmente substituído pela interação com ecrãs.

Esta mudança terá contribuído para o surgimento daquilo a que Haidt (2024) apelidou de “geração ansiosa”, principalmente os nascidos a partir de 1995. Esta geração, no seu entender superprotegida na vida real e subprotegida no mundo virtual, é caracterizada por fenómenos sociotécnicos que amplificam a dimensão da ansiedade, tanto por interferência da dimensão visual, como por interferência da dimensão auditiva. A *visualização ansiosa* resulta da sobrecarga sensorial e do ritmo acelerado de imagens digitais, que levam a uma perceção fragmentada e uma redução do tempo para reflexão. De forma análoga, a *audição ansiosa* reflete a aceleração e fragmentação da experiência auditiva nos meios digitais, tornando a escuta mais funcional e menos imersiva.

A acrescentar a isto, nas atuais dinâmicas sociotécnicas, a manipulação algorítmica surge como elemento central de uma “máquina” mediática que molda discursos e perceções. Destacam-se três estratégias principais de manipulação: a geração de vieses cognitivos, a utilização de técnicas de *priming* (ativação inconsciente de ideias) e a crescente implementação de técnicas de sugestão (influência no comportamento através de comunicação). Combinadas ou isoladas, estas técnicas exploram o sujeito contemporâneo através da vertente de processamento cognitivo mais rápido, intuitivo e emocional, limitando assim a reflexão crítica e promovendo respostas impulsivas. Tudo isto em escala, constância, velocidade e ubiquidade sem precedentes quando comparadas com o passado.

Palavras-chave: Cultura Digital; Geração Ansiosa; Manipulação Algorítmica; Brincar Livre; Ecrãs.

1. Introdução

No início dos anos noventa, em Portugal em particular e no Ocidente em geral, a cultura de rua era dominante entre os adolescentes (Carmo e Nunes, 2003). O ato de “sair à rua” carregava uma aura de imprevisibilidade e encanto. Nunca se sabia exatamente o que se iria fazer, nem que amigos encontrar pelo caminho. Não havia telemóveis, e os telefones, além de escassos, pouco sentido faziam. A rua era onde tudo acontecia: viva, vibrante, desejada (Ferreira, 1998).

Havia, por essa altura, espaços de socialização comuns. O campo da bola, o café ou o salão de jogos eram três desses pontos de contacto dos adolescentes. A rede social da época não se media em “gostos” ou “seguidores”. Estava confinada à família, à escola que já era obrigatória até ao nono ano, e aos espaços onde facilmente se encontravam amigos para partilhar o tempo (Lopes, 2005). Brincar livremente, sem a supervisão constante de adultos, era um exercício de autonomia, onde, sem se dar conta, desenvolvia-

se a autoconfiança, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. E os problemas não eram apenas as calças rasgadas. Muitas vezes, o verdadeiro desafio era encontrar a solução antes que alguém desse por isso (Ferreira, 1998).

Inicialmente, entre esses pontos comuns, um dos mais frequentados era o campo de jogos. Mas com o *dealbar* da década de noventa, o salão de jogos ganhou a dianteira. A cada ano, o campo de jogos parecia deixar de ser o principal ponto de encontro. Naquele tempo, um salão de jogos significava um espaço amplo com duas ou três mesas de bilhar, uma meia dúzia de máquinas digitais *Arcade*, e uma ou duas máquinas de *flippers*. O ecrã desses videojogos era já uma força centrípeta, capaz de puxar para o seu centro e de retirar os adolescentes da “rua” (Lopes, 2005).

Sem o saber, os adolescentes dessa época eram geração de transição. Um elo entre dois mundos, pertencentes ora à *Geração X tardia*, ora aos *early Millennials*, conforme o critério adotado. Os nascidos nos finais dos anos 70 e início dos anos 80 são aquilo a que se designa de geração-ponte, de transição, na medida em que cresceram num universo analógico, onde a infância e a adolescência se desenrolaram sem internet generalizada, sem *smartphones* e com uma tecnologia ainda rudimentar, mas com uma vida adulta e um percurso profissional profundamente marcados pela revolução digital. Entraram na universidade e no mercado de trabalho nos anos 90 e 2000, precisamente no auge da transformação tecnológica, e aprenderam, em tempo real, a manusear computadores, *emails*, redes sociais e *smartphones*, acompanhando a sua ascensão e integração na vida quotidiana (Jenkins, 2009).

Esse “brincar livre”, que foi progressivamente substituído primeiro pelo jogo do salão e, posteriormente, pelo jogo no quarto, operou uma grande transformação: a cultura de quarto. Oposta à cultura de rua, esta era marcada pela permanência sob a proteção do teto parental, crescentemente marcada pela onnipresença do ecrã: primeiro o ecrã-jogo e depois o ecrã-computador com ligação à Internet, ou vice-versa (Carmo e Nunes, 2003).

O que não se sabia por essa altura é que o futuro iria ser povoado por um tipo de brincadeira generalizada: crianças em quase todo o mundo que crescem a brincar quase unicamente em frente ao ecrã, encerrados nesse retângulo e, fundamentalmente, a reagir a estímulos visuais. Não saberia essa geração de transição que aquelas brincadeiras diárias, imprevisíveis, improváveis e não planeadas, muitas vezes perigosas e inconscientes no campo de jogos, repletas de suor e cheiro, de toque, riso e choro, de partilha corporal no jogo físico do dia-a-dia, iriam dar lugar a uma quase ausência desse universo (Jenkins, 2009). Esse “brincar livre”, que até foi alvo de grandes propostas arquitetónicas desde então, com reformas urbanísticas centradas no ar livre e na socialização infantil, foi sendo progressivamente substituído por práticas diárias em frente a vários tipos de ecrãs e a brincadeiras baseadas quase somente em estímulos audiovisuais.

2. Algoritmos Persuasivos como Elementos de Mudança

A passagem de uma *cultura de rua* para uma *cultura de quarto* não significa, necessariamente, retrocesso. Nem melhoria. Significa, antes de mais, diferença. Em *It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens*, Danah Boyd (2014) focava o seu estudo sobre adolescentes na complexidade das interações sociais no mundo digital. Na década de 2010, o otimismo sobre a Internet em geral e as redes digitais em particular era maior do que atualmente. Nesse estudo, Boyd (2014) destacava o modo como os jovens construíam a sua identidade nas redes sociais, negociavam a sua privacidade, a sua visibilidade e a

sua autenticidade num espaço marcado pelo “colapso de contexto”, onde diferentes audiências se sobrepunham, transformando assim a gestão da imagem pessoal num desafio permanente e constante. A análise ressaltava ainda que, frequentemente, os comportamentos online dos adolescentes fossem considerados estranhos pelos adultos. Danah Boyd salientava, entre os adolescentes de 2014, quatro grandes características das suas vidas sociais nas redes digitais: o *ato de copiar*, isto é, nas práticas de apropriação cultural no digital quando imitam estilos, memes, linguagens ou comportamentos – esse ato não seria passivo, mas antes uma forma de construção identitária e de inserção em comunidades digitais; o *ato de recusa*, muitas vezes subversiva tanto na visibilidade online como na escolha de plataformas onde não estão adultos, na medida em que se rebelam contra normas adultas e instituídas, contra expectativas institucionais e contra as formas tradicionais de vigilância; a *passividade silenciosa*, como forma de resistência disfarçada e indireta ao sistema, cumprindo regras aparentes mas com práticas privadas ou codificadas; e a *presença constante*, muitas vezes interpretada como dependência, mas que Boyd (2014) considera como uma resposta racional à limitação dos espaços físicos e sociais, mantendo relações e afirmando a existência num contexto onde o capitalismo e a política, direta e indiretamente, controla tempo livre e mobilidade.

Atualmente, este maior otimismo e pragmatismo cedeu espaço a maiores preocupações com privacidade, manipulação algorítmica e saúde mental (Haidt, 2024). Além disso, no entender de Citton (2025), o fenómeno da manipulação algorítmica faz parte de todo um sistema mediático contemporâneo que tende a favorecer a ascensão de discursos políticos cada vez mais extremistas. Ao invés do foco se situar nas ideias e nos programas políticos, Citton (2024) considera que urge atualmente entender o modo como as formas e estruturas dos meios de comunicação influenciam diretamente as dinâmicas afetivas e cognitivas das audiências. O autor utiliza a metáfora da “máquina” para descrever o modo como esses elementos trabalham juntos e de forma quase autónoma, criando um sistema que favorece certos discursos políticos. E nessa “máquina”, um dos atores fundamentais, o jornalista, ainda que não manipule o que as pessoas dizem, coloca em prática um sistema que favorece certos slogans, certas ideias, certas frustrações, certos desgostos, certos ódios. Além disso, Citton (2024) entende que é possível construir “contra-máquinas” que promovam narrativas alternativas, e até mais inclusivas.

Dentro deste raciocínio, Citton (2025) entende que existem quatro grandes fatores que alimentam o fenómeno a que designou de “mediocracia”: o modo de funcionamento dos meios de comunicação contemporâneos, tanto tradicionais quanto digitais, que moldam a forma como as informações são consumidas e interpretadas; os *atratores conspiracionistas*, na medida em que um conjunto de narrativas capturam e direcionam a atenção do público, muitas vezes simplificando questões complexas; a questão das escalas de percepção, que influenciam a forma como percebemos e compreendemos eventos e informações em diferentes níveis (local, nacional, global), atuando sobre a nossa reação; e o facto de se gerar um ambiente informativo intoxicado e saturado de informações, muitas vezes contraditórias ou manipuladas, dificultando a formação de opiniões fundamentadas.

Compreende-se então a razão de tanto Boyd (2014) como Citton (2024) abordarem, ainda que de forma diferente, o modo como as estruturas mediáticas influenciam o comportamento e a percepção, embora com focos diferentes. Citton (2025) analisa as macroestruturas dos meios de comunicação e o modo como essas favorecem certos discursos políticos, criando um ambiente que pode ser descrito como “mediocracia”, em detrimento da “democracia”. Por seu turno, Boyd encarava, em 2014, as interações

individuais dos adolescentes nas redes sociais digitais mais como “espaços de negociação de identidades” num espaço complexo.

Conectando estas duas obras e estes dois espaços temporais, 2014 e 2025, importa sublinhar que as plataformas digitais, descritas por Citton (2025) como parte de uma “máquina” que favorece certos discursos, são também espaços onde os adolescentes, conforme salientou Boyd (2014), constroem e negociam as suas identidades, ainda que isso hoje signifique, em última instância, uma ampliação e uma transformação considerável da respetiva imagem individual. De modo resumido, podemos constatar que ambos os investigadores sugerem uma mediocracia no que concerne à modulação profunda de experiências e perceções, seja a nível político ou a nível pessoal. Estas constatações situam o debate sobre as democracias e a sua atual crescente erosão. É que existem públicos que, ao contrário do carácter racional e argumentativo, como defendia Habermas (1992), transitaram mais para audiências de uma “sociedade espetáculo”, como definia Guy Debord (1991).

De facto, nenhuma geração pode considerar a sua infância melhor do que outras. Porém, existem aqui alguns aspetos que, há luz de uma perspectiva desenvolvimental, devem ser debatidos: os estudos de Peter Gray (2013) demonstraram que crianças que experienciam maior autonomia na brincadeira desenvolvem maior autoconfiança e menor propensão para distúrbios emocionais. Quer isso dizer que a brincadeira livre, não controlada, não formatada e não confinada a determinado espaço apresenta um conjunto de vantagens no desenvolvimento emocional e criativo. Gray (2013) conclui assim que crianças que têm mais liberdade para explorar, brincar e tomar decisões por si próprias, desenvolvem um maior senso de competência e autonomia. Além disso, o jogo autodirigido ensina modos de regulação emocional, de cooperação social e de resolução de problemas. Por seu turno, crianças excessivamente supervisionadas ou pressionadas academicamente tendem a ter maiores níveis de ansiedade e depressão.

Um dos problemas do crescimento de crianças e jovens em frente a ecrãs é, no entender de Gray (2013), a ausência da tal “rua”, quer dizer, de dinâmicas de brincadeira livre e autónoma. A cultura de quarto em frente ao ecrã construiu um conjunto alargado de opções fechadas e limitadas, até porque o “mundo aberto” (*open world*) proporcionado pelos videojogos ou pelas redes digitais é sempre um remedeio simulado e, por isso mesmo, aparentemente mais “seguro” e confortável. Ao invés de se “criar” uma brincadeira, de se imaginar uma nova personagem que funde outras e que nos leva a jogar ao vivo e a representar ao vivo, o ecrã, que tudo parece engolir, facilita os desafios implícitos do “jogo da vida”, tornando a experiência numa espécie de simulação “controlável”. Ao colocar opções e sugestões afastadas do frente-a-frente, dá-se uma limitação do espaço criativo, impedindo o vazio ou aquele “nada” necessário para permitir a ruminação lenta, ou então o aparecer violento de uma solução ou decisão previamente arquitetada pelo programador (Haidt, 2024). A criança que agora brinca quase somente a reagir a estímulos meramente visuais e ecrânicos, limitada a opções programadas, está consideravelmente limitada àquilo que alguém, algures, já pensou, já limitou, já definiu, já programou.

É por essas razões que Haidt (2024) defende agora o retorno à noção do “brincar livre” entre as crianças e os adolescentes. As razões são as mesmas detetadas por Gray (2013). Mas não só. Esse brincar condicionado, programado, limitado e condicionado ao ecrã, ergue um conjunto de fenómenos que nos deve desassossegear: na era das redes digitais e das plataformas algoritmizadas, as crianças e os adolescentes estão a brincar como quem reage a estímulos visuais, só que cada vez mais esses mesmos estímulos

visuais e ecrânicos estão carregados de técnicas e estratégias comerciais, ideológicas, políticas e culturais de modo a cumprir uma certa programação *sócio e neurolinguística*, quer dizer, a enviesar a cognição (viés cognitivo), a estabelecer *priming estratégico* (ativação inconsciente de ideias) e/ou, subtilmente, a carregar a mente e as coletividades de sugestões orientadas para objetivos que, em última estância, são financeiros.

Podemos considerar que, de uma ou de outra forma, no passado também foi assim: influenciar, ativar inconscientemente ideias e sugerir foram sempre técnicas usadas pela humanidade, em qualquer geração. A diferença é que, no reino da cibercultura, tudo isto está comprimido a um nível de ubiquidade, atopia e instantaneidade sem qualquer precedente. Ora, para uma geração que cresceu fora da “rua”, sobretudo para as crianças nascidas a partir de 1995, que não gozou do desenvolvimento do *desenrascar livre*, que foi, pelo contrário, produto de uma superproteção da *cultura de quarto*, o problema parece multiplicar-se: dá-se, no mundo virtual, uma “subproteção”, o que para Haidt constitui uma das principais razões para que esta “geração se tenha tornado a «geração ansiosa»” (Haidt, 2024, p.21).

3. Desafios Sociotécnicos: Visualização e Audição Ansiosas

Há um conjunto de aspetos sociotécnicos que contribuíram para a emergência desta geração ansiosa que não podem ser negligenciados. Muitos desses aspetos são da ordem da velocidade.

Na era digital e do *streaming*, o vídeo tornou-se um fluxo contínuo e intensificado de imagens, com cortes rápidos, planos curtos, excesso de estímulos visuais e sonoros. Isso marca uma transição em relação ao ecrã do cinema clássico: no cinema clássico (imagem-movimento), a montagem articulava ações lógicas e sequenciais; na cultura digital audiovisual contemporânea, dá-se uma sobrecarga sensorial, com cortes abruptos, ritmo acelerado, fragmentação e hiperestimulação da atenção. No entender de Deleuze (1983), esta diferença havia já sido incubada na passagem da imagem-movimento para a imagem-tempo. Doravante, esta individuação sociotécnica significa uma imagem-impulso ou imagem-choque, típica da aceleração digital contemporânea.

Segundo Deleuze (1983), a imagem-movimento opera no regime do sensorial-motor: há uma relação entre o que se vê e o que se faz. Mas desde a modernidade, especialmente no pós-guerra (e mais ainda com os media digitais), o sujeito entrou num regime *cronoestético* onde o tempo é apresentado diretamente e o movimento já não leva necessariamente à ação. No contexto atual, vive-se diante de uma superabundância de imagens em movimento que acelera o fluxo perceptivo, o que não significa necessariamente compreensão. Por seu turno, a mente passa a operar numa lógica de reação rápida, e não de reflexão, o que tende a gerar percepções fragmentadas, onde há consumo de sensações sem digestão do sentido. Por isso é que Bernard Stiegler (2010) assume a existência de uma *proletarização da atenção*: perdemos a capacidade de atenção profunda porque as tecnologias visuais sequestraram o tempo da consciência.

Esta nuance sociotécnica acontece então porque a imagem-tempo impera, quer dizer, já não se vive na lógica de um ecrã-cinema de movimento, mas antes numa lógica em que o tempo já não é subordinado à ação, mas se torna visível em si mesmo, como duração, espera, hesitação, descontinuidade. Na visualidade digital, esta lógica acelerou e assim o tempo deixa de ser vivido para passar a ser calculado. Tudo se acelera, mas nada se aprofunda. A experiência subjetiva do tempo é substituída por sequências de instantes

desconexos, como por exemplo no *feed* de uma rede social digital ou nos cortes rápidos de um *videoclipe*.

A consequência disso pode ser uma espécie de desajuste *psicosociotécnico*: a mente adapta-se à velocidade da máquina, mas perde a capacidade de elaborar o vivido. Daí um aspeto que complementa o apelido desta geração ansiosa: esta é ansiosa porque, fundamentalmente, vive num regime de *visualização ansiosa*. De modo resumido, esta visualização ansiosa resulta também de alguns aspetos técnicos da visualização de vídeos (montagem acelerada, fragmentação, estímulo visual intenso) com efeitos diretos sobre a configuração da mente e da percepção contemporâneas, reduzindo o tempo da reflexão, substituindo narrativas por fluxos, treinando o olhar mais para o impacto do que para o sentido, acelerando o tempo interno e gerando fadiga perceptiva.

Um fenómeno análogo pode ser observado na experiência contemporânea da audição. Assim como no domínio da imagem, a audição digital contemporânea é marcada por uma aceleração temporal, em que músicas ou *podcasts* são ouvidos em velocidades aumentadas (1.25 vezes, 1.5 vezes ou 2 vezes) com a promessa de “ganhos de produtividade” (Augoyard & Torgue, 2005). Além deste facto técnico, a aceleração da experiência auditiva promove uma fragmentação: agora escutam-se partes de músicas, trechos de vozes, amostras, frequentemente em *playlists* automatizadas ou em fluxos contínuos. Ora, tal como no caso da imagem, isto implica uma reconfiguração da relação entre tempo e percepção. A escuta já não é tão imersiva ou vivida, mas funcional, eficiente, instrumentalizada. Deste modo, o som deixa de remeter a um mundo narrativo, afetivo ou ritual, e passa a ser um fluxo contínuo de informação. O ouvinte contemporâneo fica mais próximo de uma *escuta dividida* (Chion, 1994), onde o som não é vivido plenamente, mas consumido paralelamente a outras atividades. Escuta-se mais no sentido de *fazer companhia ao tempo*, preencher o silêncio, não para habitar o som. Aqui aparece a ideia de *ruído funcional* (Augoyard & Torgue, 2005): o som deixa de ser arte ou expressão e se torna modulação ambiental do comportamento, um som que nos *ajuda a produzir e render mais*, como nos afiança Berardi (2017).

Por outro lado, no passado escutar um álbum ou uma peça musical envolvia tempo, pausa e presença. Hoje dá-se uma nova dinâmica sociotécnica: algoritmos como os do Spotify ou YouTube moldam a escuta através de lógicas de predição, repetição e padronização sonora. Depois, como as imagens aceleradas levam à desatenção visual, os sons filtrados por algoritmos tendem à neutralidade emocional, à ausência de risco, quer dizer, músicas que “não incomodam”, que “acompanham bem” o trabalho, o treino, a leitura. Assim, a escuta deixa de ser evento (no sentido deleuziano de singularidade do tempo vivido) para se tornar fundo, ambiente, modulação contínua e previsível do tempo (Augoyard & Torgue, 2005).

Danah Boyd (2014) descreve o mesmo *colapso de contexto* que existe nas redes (visibilidade simultânea a múltiplas audiências) e aplica-o à música e aos sons: escutamos com atenção parcial, alternamos entre géneros, predisposições e *podcasts* em questão de segundos, e assim a escuta já não se insere num ritual ou num espaço delimitado. Antes se torna nómada, multitarefa, superficialmente envolvida. Corresponde a uma espécie de *colonização da escuta pelo paradigma da aceleração*, em que o som é menos uma experiência estética do que um instrumento de regulação temporal e comportamental. A isto podemos fazer o mesmo paralelismo com a geração ansiosa e a visualização ansiosa: trata-se, também, de uma *audição ansiosa*.

Em síntese, tal como a imagem em movimento acelerada condiciona a maneira de ver, o som digital acelera e fragmenta o modo de ouvir, perceber e habitar o tempo pois

transforma o tempo em função, diminui o espaço do silêncio e produz uma percepção cronometrada, regida por algoritmos e focada na produtividade (Berardi, 2017). Ou seja, tanto na escuta quanto na visão, a “máquina estética contemporânea” que nos descreve Citton (2025) não oferece apenas conteúdo, mas também forma e acrescenta subjetividades temporais, modulando a experiência do tempo e do corpo.

4. Da Geração Ansiosa à Manipulação Estratégica de Massas

De facto, esta “geração ansiosa”, caracterizada por visualização e audição ansiosas e superprotegida na vida real ainda que subprotegida no mundo virtual (Haidt, 2024), está ainda assim mais “subprotegida” do que sobreprotegida porque a quantidade de fenómenos sociotécnicos complexos e estratégias de controlo e manipulação é muito superior àquilo que existia no passado. Esta nova era digital foi sendo consolidada sobretudo a partir do desenvolvimento das grandes redes digitais.

Para enquadrar grande parte destes problemas, desafios e consequências, vejamos três dos principais tipos de estratégias de manipulação que estão hoje na base dos princípios de captura da atenção ecrânica a um nível global: geração estratégica de viés cognitivo, utilização de *priming* e criação da “sugestão”.

O viés cognitivo (ou, no plural, *vieses cognitivos*) é uma distorção sistemática no pensamento que afeta a tomada de decisões e a interpretação de informações (Kahneman, 2011). No mundo digital, esses vieses influenciam o modo como se consomem conteúdos online, como se interage com redes sociais e como se tomam decisões de compra.

Por seu turno, o *priming* é um fenómeno psicológico de ativação inconsciente de ideias, onde a exposição a um estímulo afeta inconscientemente a resposta a estímulos subsequentes (Bargh & Chartrand, 1999). No ambiente digital, esse efeito tende a ser explorado por algoritmos, pelo próprio desenho de interfaces e pela publicidade online, dinâmica que molda comportamentos sem que os utilizadores percebam.

Já a sugestão é um processo psicossociológico pelo qual um indivíduo ou um grupo influencia a percepção, a crença ou o comportamento de outra pessoa, através de comunicação verbal, não verbal ou ambiental (Cialdini, 2009). A sugestão pode ser consciente ou inconsciente, sendo amplamente utilizada em publicidade, política, psicoterapia e, crescentemente, nas plataformas digitais.

Os vieses cognitivos moldam a forma como os indivíduos interpretam informações e tomam decisões no ambiente digital, e muitas vezes de uma maneira impulsiva e emocional. No âmbito da cibercultura, é possível verificar um conjunto de vieses: o viés de confirmação, quando percebemos que os algoritmos das redes digitais reforçam opiniões pré-existentes ao sugerirem conteúdos alinhados com as crenças dos utilizadores e assim reduzindo a exposição a perspectivas divergentes; o viés da disponibilidade, quando algumas notícias sensacionalistas ou vídeos virais criam a ilusão de que certos eventos são mais comuns ou graves do que realmente são, aumentando reações emocionais intensas; o viés da ancoragem, em que a primeira informação vista sobre um tema (por exemplo o preço de um produto online) condiciona a percepção de avaliações futuras. Entre outros vieses cognitivos, isto representa um forte impacto nas dimensões reativas e impulsivas dos sujeitos, mais ou menos jovens, na medida em que são viés que aumentam a polarização e o engajamento emocional, levando os utilizadores a reagirem rapidamente a conteúdos sem reflexão crítica, muitas vezes através de partilhas impulsivas, discursos de ódio ou compras por impulso (Kahneman, 2011).

Por seu turno, o *priming*, ao ser pensado pelas grandes empresas digitais e pelos publicitários como estratégia para ativar memórias ou padrões de pensamento inconscientemente, é implementado fundamentalmente em três tipos de dinâmicas: *priming* visual em interfaces, onde o desenho de plataformas digitais é pensado para utilizar cores, fontes e notificações de modo a induzir comportamentos, como por exemplo notificações vermelhas criam sensação de urgência e impulsionam a ação imediata; *priming* publicitário, através da exposição frequente a determinados *slogans* ou imagens que leva os utilizadores a associar marcas a emoções específicas, como por exemplo é o caso das marcas de luxo que surgem associadas a poder e a estatuto social; ou *priming* algorítmico em plataformas como o YouTube ou o TikTok, que apresentam conteúdos progressivamente mais extremos ou polarizados para condicionar a perceção do utilizador sobre um determinado tema. O impacto das estratégias de *priming* nos sujeitos podem ser nefastos na medida em que tornam os utilizadores de plataformas digitais mais suscetíveis a manipulação e diminuem a reflexão crítica, pois as suas respostas são moldadas por estímulos prévios que nem sempre percebem. Isso leva a reações rápidas, muitas vezes automáticas, sem análise profunda da informação (Bargh & Chartrand, 1999).

Já a sugestão, que é, no ambiente digital, utilizada através de vários tipos de estímulos (verbais, visuais ou sociais), é frequentemente utilizada para direcionar crenças e comportamentos. É amplamente explorada na cibercultura para influenciar opiniões e ações como: o caso das sugestões dos influenciadores digitais de modo a promover produtos ou ideias que geram persuasão baseada em autoridade e identificação social; o caso das sugestões protagonizadas por algoritmos de recomendação, onde os conteúdos são apresentados podem levar utilizadores a consumir certas narrativas como se fossem decisões próprias, quando na verdade estão a ser direcionados por inteligência artificial; ou, entre outros exemplos, as sugestões da publicidade digital, como é o caso do *efeito de prova social* (que anuncia que “milhares de pessoas já compraram este produto”) e que leva consumidores a seguir decisões coletivas e de moda sem qualquer questionamento. A sugestão aumenta a passividade cognitiva e reduz a análise crítica, na medida em que os utilizadores seguem tendências sem perceberem que estão a ser influenciados. Isso resulta numa maior adesão a modas virais, compras impulsivas e aceitação de discursos sem validação de fontes (Cialdini, 2009).

Se pensarmos no caso da formação de públicos, audiências, utilizadores e consumidores em plataformas digitais, é paradigmático o que tem vindo a acontecer nas últimas duas décadas. Estas três técnicas de manipulação psicossociológica (TMP's) são agora amplamente utilizadas e de um modo inédito (seja do ponto de vista do conteúdo, seja do ponto de vista da forma), visando sobretudo a manipulação de modo a garantir permanência e fidelização aos sistemas.

Tabela 1. Tipos de *Priming* e alguns exemplos

Tipos de <i>Priming</i>	Descrição	Exemplos na cultura digital
<i>Priming</i> Semântico	Uso de palavras associadas que influenciam o pensamento subsequente.	Palavras como “sucesso”, “produtividade” e “luxo” em publicações de estilos de vida.
<i>Priming</i> Visual	Imagens ou símbolos que influenciam decisões de forma subconsciente.	Fotos de praia em perfis com corpos tonificados criam o desejo de “corpo ideal” para o verão.
<i>Priming</i> Comportamental	Estímulos que influenciam o comportamento motor ou social.	Vídeos sobre rotinas de produtividade que levam o seguidor à imitação.
<i>Priming</i> Subliminar	Estímulos abaixo do limiar da perceção consciente.	Frames rápidos com logotipos de marcas em vídeos de influenciadores.

Priming Emocional	Emoções evocadas por conteúdos que moldam o julgamento posterior.	Músicas nostálgicas em <i>reels</i> para vender produtos que remetem à infância.
Priming de Expectativa	Preparar o público com uma ideia antes da experiência principal.	“Este vídeo vai mudar a sua forma de pensar”, antes de conteúdo motivacional.
Priming de Relevância	Tornar certas ideias mais salientes na mente para decisões futuras.	Ver repetidamente conteúdo sobre “minimalismo” pode influenciar consumo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Bargh & Chartrand (1999), Fazio (2001) e DeCoster & Claypool (2004).

Cada uma destas TMP´s encontrou no digital um lugar de forte desenvolvimento e florescimento. Se verificarmos os exemplos de cada uma destas técnicas em dinâmicas digitais, facilmente percebemos o seu impacto na atual cultura digital.

Tabela 2. Tipos de viés cognitivo e alguns exemplos de aplicação nas redes digitais

Categoria	Viés Cognitivo	Descrição e Fonte	Aplicação nas Redes Sociais
Atitudes e Crenças	Viés de Confirmação	Tendência para prestar mais atenção e recordar mais facilmente informações que confirmam crenças prévias e ignorar as que as contradizem (Nickerson, 1998).	Os algoritmos personalizam os <i>feeds</i> para reforçar crenças existentes, criando bolhas informativas.
	Viés da Negatividade	Atribuir maior peso às experiências negativas do que às positivas (Rozin & Royzman, 2001).	Notícias sensacionalistas e alarmistas são mais promovidas pelos algoritmos, pois geram mais interações.
	Viés da Positividade	Tendência para recordar eventos positivos com mais frequência do que os negativos (Matlin & Stang, 1978).	Perfis que mostram vidas idealizadas criam uma falsa percepção da realidade, influenciando a autoimagem.
	Viés da Ancoragem	Dependência excessiva na primeira informação recebida ao tomar decisões (Tversky & Kahneman, 1974).	Preços iniciais apresentados em anúncios influenciam a percepção do valor dos produtos.
Atribuições	Erro Fundamental de Atribuição	Atribuir o comportamento dos outros a traços de personalidade, ignorando o contexto (Ross, 1977).	Figuras públicas são criticadas nas redes sem considerar o contexto das suas ações.
	Viés Egocêntrico	Superestimar o nosso papel ou influência em eventos passados (Greenwald, 1980).	Utilizadores acreditam que as suas publicações têm mais impacto do que realmente têm.
	Ilusão de Controlo	Crença de que temos mais controlo sobre eventos do que realmente possuímos (Langer, 1975).	Pensar que se pode manipular o algoritmo de uma plataforma para obter mais visibilidade.
Formação de Impressões	Efeito Halo	A percepção positiva de uma característica influencia a avaliação geral (Thorndike, 1920).	Perfis com fotos esteticamente apelativas são vistos como mais confiáveis.
	Efeito da Primeira Impressão	Informação recebida primeiro tem um impacto desproporcional (Asch, 1946).	A primeira publicação de um perfil influencia a percepção global do utilizador.
	Viés da Atratividade	Atribuir características positivas a pessoas fisicamente atraentes (Eagly et al., 1991).	Influenciadores com aparência apelativa tendem a ter maior engajamento.
Memória e Recordação	Viés da Disponibilidade	Sobrevalorizar informações facilmente lembradas (Tversky & Kahneman, 1973).	Notícias virais criam a ilusão de que determinados eventos são mais comuns do que realmente são.
	Efeito de Primazia	Informação apresentada primeiro é melhor recordada (Glanzer & Cunitz, 1966).	Os primeiros posts num feed influenciam a percepção do utilizador.
	Efeito de Recência	A última informação recebida tem um impacto mais forte (Ebbinghaus, 1885).	O último conteúdo visto no feed tem maior probabilidade de ser lembrado.
Tomada de Decisão	Viés do Status Quo	Preferência por manter as escolhas anteriores em vez de mudar (Samuelson & Zeckhauser, 1988).	Os utilizadores mantêm hábitos de consumo digital devido à repetição de conteúdos semelhantes.

	Viés do Custo Afundado	Continuar um comportamento apenas porque já se investiu nele (Arkes & Blumer, 1985).	Permanecer numa discussão online apenas porque já se dedicou muito tempo a ela.
Influência Social e Comparação	Viés da Conformidade	Ajustar opiniões para se alinhar com a maioria (Asch, 1951).	Comentários positivos e número de gostos fazem os utilizadores alterarem as suas opiniões.
	Efeito da Falsa Unicidade	Acreditar que as nossas opiniões são mais raras do que realmente são (Goethals et al., 1979).	Perceção de superioridade em debates online e tribalismos digitais.
	Efeito da Espiral do Silêncio	Falta de opiniões contrárias leva à ilusão de consenso (Noelle-Neumann, 2017).	Algoritmos promovem visões dominantes, levando ao silenciamento de perspetivas alternativas.

Fonte: elaborado pelo autor.

Neste sentido, tanto o desenvolvimento do marketing, em geral, como o da publicidade, em particular, foram contribuindo com estratégias e testes que permitiram um certo afinar deste tipo de TMP's e que se verificam na cultura digital contemporânea, contribuindo para o desenvolvimento daquilo a que iremos adiante designar de *captologia*: ciência da captura da atenção.

Tabela 3. Tipos de sugestão e alguns exemplos

Tipo de Sugestão	Descrição	Exemplos na cultura digital
Sugestão Direta	Instrução clara e explícita.	"Clique no link agora"; "Compre já!".
Sugestão Indireta	Influência subtil, implícita.	"Pessoas espertas escolhem esta plataforma" — sugere sem mandar.
Sugestão Narrativa	Uso de narrativa emocional para engajar ou persuadir.	Histórias de superação para vender algo.
Sugestão Social	Influência baseada na maioria ou grupo.	Comentários como "todos usam" ou com muitos gostos.
Sugestão por Autoridade	Alusão a figuras de prestígio para validar ideias.	"Especialistas recomendam este produto" — usado em publicações ou colaborações.
Sugestão Sensorial	Uso de estímulos sensoriais (música, imagens) para induzir resposta.	Uso de sons virais e visuais apelativos em vídeos curtos para gerar emoção.
Auto-Sugestão	O próprio indivíduo convence-se por repetição ou afirmações internas.	Afirmações diárias como "Você merece mais!" repetidas em vídeos motivacionais.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Loftus (2005), Lynn et al (2008) e Cialdini (2009).

5. Das técnicas de manipulação psicológica aos seus efeitos

Não obstante a importância destas três TMP's, muito típicas e profícuas na dinâmica digital contemporânea, existe ainda um conjunto alargado de efeitos resultantes da manipulação psicológica (EMP's) em contexto digital que tem contribuído para a justificar a tese central deste artigo: a de que uma geração ansiosa o é devido também à fragilidade diante de estratégias de manipulação. Para além da ciência da captura da atenção e do subsequente crescimento da economia da atenção, deu-se todo um desenvolvimento de técnicas globais de contágio imitativo, uma maior complexidade relacional entre jornalismo e poder, uma complexa evolução sociotécnica de alguns efeitos psicossociológicos, bem como um conjunto alargado de adições tecnológicas gerado por estes e outros efeitos que aqui sintetizamos.

Tabela 4. Efeitos da Manipulação Psicológica (EMP's)

Nome	Descrição	Exemplo
Efeito Slot Machine	Recompensas intermitentes que criam dependência comportamental.	O feed do Instagram que "recarrega" com novos conteúdos ao deslizar para baixo.

Efeito Zeigarnik	Tendência de lembrar tarefas incompletas mais do que as completas.	Notificações persistentes de mensagens não lidas ou conteúdos “a terminar de ver”.
Efeito de Plenitude	A ilusão de que estar constantemente conectado proporciona uma vida plena, rica em experiências.	A pressão de estar sempre online, consumindo ou postando conteúdo.
FoMO (Fear of Missing Out)	Medo constante de estar a perder algo importante nas redes.	Ver amigos numa festa pelas <i>stories</i> e sentir ansiedade por não estar presente.
Nomofobia	Medo irracional de ficar sem o telemóvel ou sem acesso à internet.	Sentir pânico ao sair de casa e perceber que se esqueceu do smartphone.
Phubbing	Ignorar pessoas à volta para focar-se no smartphone.	Estar com amigos e, em vez de conversar, estar a olhar para o telemóvel.
Medo do Consumo Solitário	Medo de consumir conteúdos ou experiências sem validação social.	Não querer ver uma série sozinho e esperar por um amigo para comentar junto.
Síndrome de Ansiedade Digital	Ansiedade provocada por excesso de estímulos e conexões digitais.	Sentir-se sobrecarregado por notificações de apps, mensagens e atualizações constantes.
Esquizofrenia de Perfil	Manutenção de múltiplas identidades online, levando à fragmentação da identidade pessoal.	Ter um perfil profissional no LinkedIn, outro irreverente no Twitter, e um curado no Instagram.
Atazagorafobia	Medo de ser esquecido ou ignorado nas redes digitais.	Partilhar algo e consultar compulsivamente as reações à partilha.
Efeito Adormecidos Sentinelas	Ato de evitar dormir profundamente por receio de perda de uma notificação do telemóvel	Impacto no sono, sobretudo na capacidade de sono profundo.
Efeito de Esvaziamento	Sensação de vazio após longos períodos de consumo digital sem sentido.	Estar presente no TikTok por horas e depois sentir-se sem energia ou foco.
Efeito Câmara de Eco	Exposição contínua a conteúdos que reforçam crenças pessoais, excluindo visões divergentes.	O algoritmo do YouTube recomenda vídeos com a mesma opinião política do utilizador.
Doomscrolling	Compulsão em consumir más notícias ou conteúdos negativos sem conseguir parar.	Visualizar notícias trágicas no Twitter mesmo que cause desconforto.
Paradoxo da Escolha	Dificuldade de decisão causada por excesso de opções em plataformas digitais.	Passar 30 minutos só para escolher um filme na Netflix.
Efeito Narcisista Digital	Construção da autoimagem baseada na validação externa e comparação social.	Editar excessivamente selfies para manter uma “marca pessoal”.
Fadiga de scroll	Fadiga mental e visual por consumo contínuo de conteúdo em feeds infinitos.	Sentir-se cansado após navegar pelo Instagram mesmo sem esforço físico.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Patino (2019), Anderson (2013) e Lagrange (2020).

Podemos voltar a referir que no passado, na alvorada pré-digital, efeitos e consequências deste género também aconteciam, ainda que noutros termos e em níveis diferentes. Pensemos no caso da arquitetura: a arquitetura de centros comerciais foi um dos primeiros espaços onde psicologia cognitiva e design ambiental se fundiram com objetivos claros de influenciar o comportamento do consumidor. O foco no *Sistema 1 de processamento cognitivo*, conforme proposto por Tversky & Kahneman (1974), é baseado na ideia de que decisões rápidas, intuitivas e emocionais favorecem o consumo por impulso. Elementos como cores vibrantes, sons, odores e uma certa “desorientação controlada” foram usados para sobrecarregar o *Sistema de processamento cognitivo 2* (mais lento, deliberado e analítico), mantendo o sujeito num modo mais automático e vulnerável à persuasão (portanto, no Sistema 1).

Nas redes digitais, esta lógica de manipulação do sistema cognitivo foi amplificada a vários níveis. No design de interface, estas foram feitas para serem intuitivas e recompensadoras. *Scrolls* infinitos, animações suaves, cores apelativas e sons de notificação ativam constantemente o Sistema 1. Por seu turno, a questão do excesso de estímulos e recompensas intermitentes é também ela desta natureza: notificações,

gostos, comentários, partilhas e todo um fluxo constante de novidades criam uma sobrecarga de informação que acaba por manter o utilizador no modo automático (Sistema 1). É o chamado *dopamine loop* clássico: fácil de consumir, difícil de sair. E o mesmo pode ser compreendido na lógica das microdecisões rápidas, onde a maioria das interações digitais exige respostas imediatas – gostar, partilhar, comentar. Pouco espaço é dado para uma reflexão mais robusta e profunda (Sistema 2), o que ajuda a manter altos níveis de envolvimento.

De modo análogo, também podemos pensar nos algoritmos que estão estruturados para gerar respostas emocionais rápidas, ódio, indignação, humor, identificação, prazer visual. Essas dinâmicas tendem a privilegiar o Sistema 1. E aí, o tempo de resposta é reduzido: a fluidez e velocidade da navegação digital evitam, estrategicamente, pausas que poderiam permitir a entrada do Sistema 2 no processo cognitivo.

A teoria do processamento cognitivo de Tversky & Kahneman (1974), relaciona-se em certo sentido com os estudos e modelos cognitivos e de persuasão de Chaiken (1980) e Petty & Cacioppo (1986). Estes modelos, embora com terminologias diferentes, lidam com o mesmo dilema central: quando e porque é que as pessoas pensam e tomam decisões de forma rápida e superficial, ou, pelo contrário, de forma lenta e analítica. Estes modelos, considerados *teorias de duplo processo*, são muito influentes nas ciências cognitivas e sociais e usados em modo de *engenharia reversa* por publicitários, programadores, empresários ou políticos, bem como por todos aqueles que, cientificamente, pretendem manipular o tipo de respostas a obter. A ciência por detrás das lógicas dos supermercados e dos centros comerciais, que pretende encaminhar o sujeito para a resposta impulsiva e reativa, está, pois, em força na era digital.

Tabela 5. Modelos Cognitivos e de Persuasão

Modelo	Sistema 1 vs Sistema 2	Processamento Central vs Periférico	Processamento Heurístico vs Sistemático
Autores	Daniel Kahneman & Amos Tversky	Richard E. Petty & John Cacioppo	Shelly Chaiken
Ano	1979–2002 (sistemizado em <i>Thinking, Fast and Slow</i> , 2011)	1981–1986 (<i>Elaboration Likelihood Model</i>)	1980–1987 (<i>Heuristic-Systematic Model</i>)
Contexto Original	Psicologia cognitiva, economia comportamental	Psicologia social, persuasão e comunicação	Psicologia social, tomada de decisão
Tipo de processamento	Intuitivo, rápido, emocional vs lento, lógico, analítico	Processamento profundo (central) vs superficial (periférico)	Baseado em atalhos mentais (heurístico) vs analítico e detalhado (sistemático)
Motivação necessária	Baixa para Sistema 1; alta para Sistema 2	Alta motivação e capacidade para central	Alta motivação e capacidade para sistemático
Exemplos típicos	Responder a uma propaganda emocional, ou seguir um instinto	Escolher um produto por seus atributos ou pelo carisma do vendedor	Confiar numa mensagem por autoridade (heurístico) ou avaliar os argumentos (sistemático)
Aplicações	Economia, design, marketing, UX, saúde, política	Propaganda, mudança de atitude, campanhas sociais	Comunicação, julgamento social, publicidade

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Tversky & Kahneman (1974), Petty & Cacioppo (1986) e Chaiken (1980).

De facto, as diferenças agora são de quatro ordens diferentes quando comparamos este período digital com a cultura de rua do passado: a escala da percepção e da manipulação, a constância psicoemocional da manipulação, a velocidade da aceleração da manipulação e a ubiquidade manipuladora. Tudo é, hoje, a vários níveis, incomparável. E, ao incidir sobre uma geração mais desprotegida emocionalmente, como nos afiança Haidt (2024), o impacto é ainda mais considerável. Resumindo, todo este fenómeno tecnocomunicacional operou uma transição fundamental: passamos de um regime de biopoder, onde os sujeitos eram controlados fundamentalmente nos seus movimentos e dinâmicas físicas, onde a rua era o lugar de controlo dos governos e instituições, para um regime de psicopoder, onde o controlo da mente é o grande alvo.

6. Considerações finais

Em síntese, este texto visava enriquecer e aprofundar a compreensão da transição cultural e dos inúmeros desafios que enfrenta a “geração ansiosa” – como descreveu Haidt (2024).

Foi possível destacar algumas nuances sociotécnicas e o modo como estas amplificam a dimensão da ansiedade: a visualização ansiosa, que decorre da sobrecarga sensorial e do ritmo acelerado de imagens digitais e que resulta numa percepção fragmentada e na redução do tempo para reflexão, e a audição ansiosa, que reflete a aceleração e fragmentação da experiência auditiva digital, tornando a escuta funcional e menos imersiva.

No cerne desta realidade encontra-se toda uma maquinaria de manipulação algorítmica, descrita como um elemento central de uma “máquina” mediática mais ampla que molda discursos e percepções. As principais estratégias de manipulação, intensificadas na era digital, incluem a geração estratégica de vieses cognitivos, como o viés de confirmação ou de disponibilidade, que distorcem o pensamento e afetam a tomada de decisões, a utilização de técnicas de *priming* (ativação inconsciente de ideias), que moldam comportamentos sem que os utilizadores percebam, explorando o desenho de interfaces, a publicidade e os algoritmos, e a crescente implementação de técnicas de sugestão, que influenciam o comportamento através de comunicação verbal, não verbal ou ambiental, como as sugestões de influenciadores digitais ou algoritmos de recomendação. Combinadas, e ao explorarem o sistema de processamento cognitivo mais rápido, intuitivo e emocional, estas técnicas limitam a reflexão crítica e promovem respostas rápidas e impulsivas.

Os efeitos da manipulação psicológica são vastos e representam uma nova dimensão de desafios: incluem fenómenos como o Efeito Slot Machine, o Efeito Zeigarnik, o FoMO (Fear of Missing Out), a Nomofobia, o Phubbing, a Síndrome de Ansiedade Digital, a Esquizofrenia de Perfil, o Doomscrolling, a Fadiga de Scroll, entre outros. Estes contribuem para a fragilidade emocional e cognitiva da designada “geração ansiosa”.

Considerando o panorama exposto, podemos agora estender a análise à interação com a Inteligência Artificial (IA), que, de certa forma, gera um outro fenómeno: a *leitura ansiosa*. Tal como a visualização e audição ansiosas, a utilização da IA por jovens na elaboração de trabalhos escolares, onde a informação é rapidamente solicitada e consumida sem a devida memorização ou retenção profunda, alinha-se com a percepção fragmentada e a redução do tempo para reflexão. Ao dependerem da IA para gerar respostas prontas, os jovens podem estar a operar predominantemente no Sistema 1 de processamento cognitivo, o que privilegia a velocidade e a superficialidade em detrimento da digestão do sentido e da capacidade de elaborar o vivido. Isso limita o espaço criativo e

a ruminação lenta, processo necessário para uma verdadeira compreensão e retenção do conhecimento. A informação, embora acessível, torna-se um fluxo contínuo sem profundidade, onde o ato de “ler” se assemelha mais a uma escuta funcional ou a um consumo de sensações, do que a uma assimilação consciente e duradoura. Assim, a utilização da IA no contexto educativo, sem uma mediação crítica e uma promoção ativa do processamento em modo de sistema 2, pode agravar as tendências de ansiedade e superficialidade cognitiva, não apenas nas gerações identificadas como “mais ansiosas”, mas no geral – uma vez que os efeitos da cibercultura são transversais.

Referências bibliográficas:

- Anderson, C. T. (2013). Athazagoraphobia, The Fear of Forgetting. *The Midwest Quarterly*. Pittsburg, 54(4), pp. 334-388.
- Arkes, H. R., & Blumer, C. (1985). The psychology of sunk cost. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 35(1), 124–140. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(85\)90049-4](https://doi.org/10.1016/0749-5978(85)90049-4)
- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41(3), 258–290. <https://doi.org/10.1037/h0055756>
- Asch, S. E. (1951). Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgments. *Groups, Leadership and Men*, 222–236. <https://psycnet.apa.org/record/1952-01885-001>
- Augoyard, J.-F., & Torgue, H. (2005). *Sonic experience: A guide to everyday sounds* (A. McCartney & D. Paquette, Trans.). McGill-Queen's University Press.
- Bargh, J. A., & Chartrand, T. L. (1999). The unbearable automaticity of being. *American Psychologist*, 54(7), 462–479. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.54.7.462>
- Berardi, F. B. (2017). *Fenomenología del fin: sensibilidad y mutación conectiva*. Buenos Aires: Caja Negra.
- Boyd, D. (2014). *It's complicated: The social lives of networked teens*. Yale University Press.
- Carmo, R. M., & Nunes, F. (2003). *Juventude e espaço público: Contributos para uma sociologia da acção juvenil*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Chaiken, S. (1980). Heuristic versus systematic information processing and the use of source versus message cues in persuasion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39(5), 752–766. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.39.5.752>
- Chion, M. (1994). *Audio-vision: Sound on screen* (C. Gorbman, Trans.). Columbia University Press.
- Cialdini, R. B. (2009). *Influence: The psychology of persuasion* (Rev. ed.). Harper Business.
- Citton, Y. (2025). *La machine à faire gagner les droites*. Éditions du Seuil.
- Couldry, N. (2017). The price of connection: 'surveillance capitalism'. *The Conversation*. <https://theconversation.com/the-price-of-connection-surveillance-capitalism-64124>
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism*. Stanford University Press.
- DeCoster, J., & Claypool, H. M. (2004). A meta-analytic review of priming research: A test of the associative network model of priming. *Psychological Bulletin*, 130(3), 460–491. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.130.3.460>
- Debord, G. (1991). *A sociedade do espetáculo* (3ª ed., E. Rocha, Trad.). Contraponto. (Obra original publicada em 1967).

- Deleuze, G. (1983). *Cinéma 1: L'image-mouvement*. Les Éditions de Minuit.
- Ebbinghaus, H. (1885). *Memory: A Contribution to Experimental Psychology*. Dover Publications.
- Fazio, R. H. (2001). On the automatic activation of associated evaluations: An overview. *Cognition and Emotion*, 15(2), 115–141. <https://doi.org/10.1080/02699930125908>
- Ferreira, V. S. (1998). *Adolescência e cultura urbana: Encontros e desencontros*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Glanzer, M., & Cunitz, A. R. (1966). Two storage mechanisms in free recall. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 5(4), 351–360. [https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(66\)80044-0](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(66)80044-0)
- Gray, P. (2011). The decline of play and the rise of psychopathology in children and adolescents. *American Journal of Play*, 3(4), 443–463.
- Greenwald, A. G. (1980). The totalitarian ego: Fabrication and revision of personal history. *American Psychologist*, 35(7), 603–618. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.35.7.603>
- Habermas, J. (1992). *Teoría de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus Humanidades.
- Haidt, J. (2024). *A Geração Ansiosa: como a grande reconfiguração da infância está a provocar uma epidemia de doença mental* (1ª ed.). Dom Quixote.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph.
- Lagrange, H. (2020). *Les Maladies du Bonheur*. Paris: PUF.
- Loftus, E. F. (2005). Planting misinformation in the human mind: A 30-year investigation of the malleability of memory. *Learning & Memory*, 12(4), 361–366. <https://doi.org/10.1101/lm.94705>
- Lopes, A. M. (2005). Socialização e culturas juvenis: A escola e o tempo livre. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39(1), 131–148. https://doi.org/10.14195/1647-8614_39-1_6
- Lynn, S. J., Malaktaris, A. L., Maxwell, R., Mellinger, C., & Van der Kloet, D. (2008). Memory and suggestion: Research review and implications for practice. In M. Nash & A. J. Barnier (Eds.), *The Oxford handbook of hypnosis: Theory, research, and practice* (pp. 411–440). Oxford University Press.
- Nickerson, R. S. (1998). Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology*, 2(2), 175–220. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.2.2.175>
- Noelle-Neumann, E. (2017). *A Espiral do Silêncio: Opinião Pública - nosso tecido social*. Florianópolis: Estudos Nacionais.
- Patino, B. (2019). *A civilização do peixe-vermelho: Como peixes-vermelhos presos aos ecrãs dos nossos smartphones*. Lisboa: Gradiva.
- Petty, R. E., & Cacioppo, J. T. (1986). Communication and persuasion: Central and peripheral routes to attitude change. *Springer-Verlag*. <https://doi.org/10.1007/978-1-4612-4964-1>
- Rozin, P., & Royzman, E. B. (2001). Negativity bias, negativity dominance, and contagion. *Personality and Social Psychology Review*, 5(4), 296–320. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0504_2
- Samuelson, W., & Zeckhauser, R. (1988). Status quo bias in decision making. *Journal of Risk and Uncertainty*, 1(1), 7–59. <https://doi.org/10.1007/BF00055564>
- Stiegler, B. (2010). *Taking care of youth and the generations* (S. Barker, Trans.). Stanford University Press.

- Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, 185(4157), 1124–1131. <https://doi.org/10.1126/science.185.4157.1124>
- Twenge, J. M., Joiner, T. E., Rogers, M. L., & Martin, G. N. (2018). The rise of depression, suicide, and self-harm among US adolescents after 2012 and the role of digital media. *Clinical Psychological Science*, 6(1), 3-17. <https://doi.org/10.1177/2167702617723376>

A Inteligência Artificial e a Redefinição da Criatividade nas Artes e Comunicação

Celestino Joanguete, Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane
celestino.joanguete@gmail.com

Resumo: As artes e comunicações sintéticas, impulsionadas pela Inteligência Artificial (IA), estão a redefinir os processos de criação, produção e consumo de conteúdos, expandindo as fronteiras dos produtos culturais tradicionais. Este estudo tem como objeto a interseção entre criatividade humana e tecnologia, com foco nos efeitos da IA sobre as práticas artísticas e comunicativas. O objetivo central é analisar de que modo a IA transforma a produção e o consumo de conteúdos nas artes e na comunicação, identificando seus benefícios, desafios e implicações éticas, sociais e econômicas. A pesquisa fundamenta-se teoricamente na abordagem crítica de Walter Benjamin sobre a reprodutibilidade técnica da arte, revisitando esse marco conceitual à luz da criação algorítmica contemporânea, em que obras são geradas sem autoria humana direta, tensionando os limites da originalidade e da autoria. Metodologicamente, adota-se uma análise bibliográfica crítica, com levantamento e exame de estudos que discutem a relação entre IA, cultura digital, criatividade e ética. Os resultados apontam para uma crescente autonomização das tecnologias no processo criativo, evidenciando tanto potencialidades — como a ampliação do acesso à produção artística — quanto riscos, como a desvalorização do trabalho autoral e a reprodução de vieses algorítmicos. Conclui-se que a IA impõe novas reflexões sobre o papel da tecnologia no futuro das artes e da comunicação, exigindo uma reinterpretação dos conceitos de autoria, autenticidade e valor cultural no contexto da cultura digital contemporânea.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Comunicação; Artes; Criatividade; Autenticidade.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a inteligência artificial (IA) deixou de ser apenas um conceito associado à ficção científica para se tornar uma tecnologia ubíqua, presente em diversos domínios da vida social. Uma de suas manifestações mais significativas ocorre nas esferas da arte e da comunicação, onde algoritmos são capazes de gerar imagens, compor músicas, escrever textos e até mesmo simular discursos humanos com impressionante sofisticação. Esse novo cenário tem provocado uma profunda transformação nos modos de criação, circulação e recepção das manifestações culturais, desafiando concepções tradicionais sobre criatividade, autoria, autenticidade e valor simbólico.

Historicamente, a criatividade foi compreendida como uma habilidade exclusivamente humana, associada à imaginação, à intuição e à expressão subjetiva. No entanto, o desenvolvimento de sistemas algorítmicos que aprendem padrões e produzem obras originais a partir de grandes volumes de dados impõe uma revisão conceitual e epistemológica desse entendimento. Casos como o do *Retrato de Edmond de Belamy*, criado por uma rede generativa adversarial (GAN) e vendido por milhares de dólares, ou a popularização de plataformas como DALL-E, Midjourney e ChatGPT, evidenciam como as fronteiras entre o humano e a máquina, o criador e o algoritmo, estão cada vez mais fluidas.

Nesse contexto, a presente reflexão tem como objectivo analisar como a inteligência artificial está redefinindo os fundamentos da criatividade nas artes e na comunicação contemporânea. Para tanto, parte-se do pressuposto de que essa transformação não se limita a aspectos técnicos ou estéticos, mas envolve também implicações éticas, culturais, legais e sociais. Questões como a quem pertence a autoria de uma obra gerada por IA, quais são os critérios de valor estético quando uma máquina é coautora, ou como lidar com a disseminação de conteúdos manipulados – como no caso dos deepfakes – revelam os múltiplos desafios impostos por essa nova configuração tecnológica.

A relevância do tema se justifica não apenas pela velocidade com que essas tecnologias se difundem, mas também pelos impactos que produzem na produção simbólica, na formação de subjetividades e na construção da cidadania cultural. Em um mundo cada vez mais mediatizado e automatizado, compreender os efeitos da IA sobre a criatividade humana torna-se uma tarefa urgente e necessária para pesquisadores, artistas, comunicadores, juristas e formuladores de políticas públicas.

Assim, este estudo propõe-se a problematizar os efeitos da IA sobre os paradigmas criativos nas artes e na comunicação, refletindo sobre os limites, possibilidades e dilemas que emergem dessa articulação entre técnica e sensibilidade. Ao fazê-lo, pretende contribuir para o debate interdisciplinar sobre os rumos da criação cultural em tempos de algoritmos.

2. Panorama das Artes e Comunicações Sintéticas

A arte e a comunicação, impulsionadas pela IA, está a modificar as expressões artísticas e de meios de comunicação. Dessa forma, esse fenômeno abrange desde obras autônomas, como pinturas, músicas, cinema, documentários, teatro, até a produção de notícias e campanhas de marketing.

Nesse sentido, segundo Dantas (2024), até 2026, cerca de 90% do conteúdo online poderá ser gerado por IA, evidenciando seu impacto crescente. Além disso, com um mercado trilionário, a IA não apenas revoluciona a criação e o consumo de conteúdo, mas também transforma a economia digital (Brynjolfsson e McAfee, 2017). Assim, desde a música até as narrativas publicitárias, a tecnologia redefine os conceitos tradicionais de criatividade e inovação.

Por conseguinte, a IA já não apenas auxilia, como também redefine o processo criativo. Algoritmos sofisticados geram obras de arte, conteúdos jornalísticos e composições musicais, levantando questionamentos sobre autoria e autonomia artística. Por exemplo, no campo das artes visuais, sua aplicação tem sido revolucionária. O retrato *Edmond de Belamy*, criado pelo coletivo francês *Obvious* e leilado por 432.500 dólares na Christie's, exemplifica essa mudança (Alleyne, 2018).

De maneira semelhante, projectos como o Magenta, AIVA, Suno AI, Amper Music, Boomy e outras demonstram a capacidade da IA em compor músicas e combinar estilos artísticos, misturando, por exemplo, impressionismo e cubismo. No entanto, esses avanços trazem desafios sobre autoria e originalidade: o crédito deve ser dado ao programador, ao algoritmo ou a ambos?

Diante desse cenário, essa reflexão dialoga com a teoria materialista da arte e a análise de Walter Benjamin em *A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica*. Para Benjamin, a reprodução técnica alterava a função e percepção da arte. Hoje, entretanto, essa discussão se intensifica com a geração algorítmica de imagens e conteúdos, ampliando as incertezas sobre autenticidade, valor estético e propriedade intelectual.

Além do impacto nas artes, no campo da comunicação, a IA automatiza tarefas repetitivas e personaliza conteúdo. Algoritmos de linguagem natural redigem artigos jornalísticos, sintetizam informações e respondem a leitores em tempo real (McCosker & Wilken, 2020). Dessa maneira, empresas como a *Associated Press* e o *Washington Post* já utilizam IA para relatórios financeiros e notícias desportivas, aliviando os jornalistas para análises mais complexas.

Ao mesmo tempo, plataformas digitais e serviços de *streaming* personalizam *feeds* de notícias e recomendações de vídeos com base no comportamento histórico dos usuários. Contudo, apesar de aumentar o engajamento, essa estratégia também amplia riscos de desinformação e bolhas informativas.

Por fim, a crescente presença da IA nas artes e comunicações reforça a necessidade de um olhar crítico sobre seus impactos. Assim sendo, a reflexão de Benjamin continua atual, agora aplicada a um paradigma onde algoritmos substituem a reprodução técnica tradicional. Dessa forma, a IA não apenas transforma a produção cultural e midiática, mas também redefine o conceito de criatividade e autoria no mundo contemporâneo.

3. IA versus Criatividade Humana

Se analisarmos a Inteligência Artificial (IA) a partir das contribuições teóricas de Walter Benjamin (2000) sobre a criatividade humana nas artes, verificamos que, de imediato, entramos no campo dos dilemas éticos e das implicações culturais e sociais da IA na era digital. Benjamin, em seu ensaio seminal, destaca que a reprodução técnica transforma a natureza da obra de arte, questionando sua autenticidade e a “aura” que envolve as criações artísticas originais. Nesse sentido, sua reflexão nos oferece uma lente crítica para compreender as transformações que a IA impõe ao mundo das artes e da criatividade.

A reprodução técnica, ainda que democratize o acesso à arte, também a descontextualiza e reduz seu valor singular. Ao aplicarmos esse argumento à IA, verificamos que a tecnologia não apenas reproduz, mas também cria obras de arte. Por conseguinte, isso levanta questões éticas profundas, tais como: quem é o verdadeiro autor de uma obra gerada por IA? A quem pertencem os direitos sobre essa criação? E como a sociedade deve valorizar uma arte que não é produto da experiência humana direta, mas sim de algoritmos e processamento de dados?

A questão da autoria é especialmente delicada, uma vez que, na época de Benjamin, a reprodução técnica ainda dependia de uma obra original. Contudo, atualmente, com a IA, as obras podem ser geradas inteiramente sem uma fonte humana direta, desafiando ainda mais nossos conceitos tradicionais de autoria e originalidade. Assim sendo, a quem atribuímos o crédito – ao programador, ao algoritmo ou ao conjunto de dados que treinou a IA?

Culturalmente, a IA na arte pode ser vista tanto como uma ameaça quanto como uma oportunidade. Por um lado, a capacidade da IA de criar arte levanta preocupações sobre a possível desvalorização da criatividade humana. Afinal, se máquinas podem criar obras que rivalizam com as de artistas humanos, qual é, então, o papel do artista na sociedade? Benjamin poderia argumentar que a “aura” da arte – sua autenticidade e presença única – é ainda mais erodida pela IA.

Por outro lado, a IA pode ser vista como uma ferramenta poderosa que expande as possibilidades criativas. Os artistas podem usar IA para explorar novas formas de expressão e experimentar técnicas que, de outra forma, seriam impossíveis. Com isso, não apenas se amplia

o campo da criação artística, como também se incentiva os artistas a repensarem seu processo e interagirem de novas maneiras com a tecnologia.

Além disso, para complementar essa análise, Néstor García Canclini (2005), em *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização*, busca compreender como as mudanças nos modos de consumo alteraram as possibilidades e formas de exercício da cidadania. O autor argumenta que o consumo cultural está intimamente ligado ao exercício da cidadania, uma vez que influencia a maneira como as pessoas se percebem e se relacionam com o mundo. No contexto da IA, a forma como consumimos arte e cultura está passando por mudanças radicais.

De fato, a IA democratiza a criação artística, permitindo que indivíduos sem formação técnica ou artística criem obras sofisticadas. Isso resulta em uma explosão de criatividade e diversidade cultural, com mais vozes e perspectivas representadas na arte. No entanto, essa democratização também traz riscos. A saber, a facilidade com que a arte pode ser criada e reproduzida pela IA pode levar à saturação do mercado e à desvalorização das obras individuais, impactando a percepção de valor e autenticidade.

Além do mais, a IA na arte levanta questões sobre viés e representação. Os algoritmos de IA são treinados com grandes volumes de dados (Mavrogiorgos *et al.*, 2024). Conforme esse estudo, os algoritmos podem reflectir as preferências e preconceitos das culturas que os produzem, como afirma Christiano (2022), segundo o qual os algoritmos são manipuláveis em função do gosto e desejo de quem os desenha. Dessa maneira, caso esses vieses não sejam cuidadosamente monitorados e corrigidos, a arte gerada pela IA pode criar estereótipos e excluir perspectivas marginalizadas.

Adicionalmente, autores como Marcus du Sautoy (2019), em *The Creativity Code*, argumentam a favor da IA como ferramenta de ampliação da criatividade humana. Para ele, a IA não substitui o artista, mas abre novas possibilidades criativas ao colaborar com o processo artístico. Nesse entendimento, a criatividade não é propriedade exclusiva dos humanos, mas uma capacidade que pode ser expandida por meio das máquinas, quando bem integradas ao contexto cultural e estético.

Entretanto, autores críticos como Jaron Lanier (2018), em *Ten Arguments for Deleting Your Social Media Accounts Right Now*, advertem que a adoção massiva de tecnologias algorítmicas, inclusive no campo da arte, pode levar à despersonalização da experiência cultural. Lanier alerta para o risco de perdermos a dimensão subjetiva e afectiva que caracteriza a criação humana, substituindo-a por padrões previsíveis e otimizados por máquinas.

Nesse sentido, Sherry Turkle (2012), em *Alone Together*, também se posiciona criticamente ao destacar que, embora a IA possa gerar interações simuladas e artefatos expressivos, ela não compartilha da vulnerabilidade, da intuição e da experiência emocional que moldam a arte humana. Para Turkle, a autenticidade da experiência artística reside no humano imperfeito, contraditório e sensível – qualidades que a IA ainda não é capaz de reproduzir com plenitude.

Outro ponto crucial diz respeito à precarização do trabalho artístico. Se a IA pode gerar obras visuais, composições musicais e até textos jornalísticos, há um risco real de que empresas optem por substituir profissionais criativos por sistemas automatizados, explorando a tecnologia para reduzir custos em detrimento do trabalho humano.

Nesse contexto, a transformação da criatividade digital promovida pela IA não se limita apenas ao aprimoramento técnico, mas também impõe desafios estruturais aos setores da arte,

da comunicação e da cultura. Essa tecnologia redefine nossas percepções sobre autoria, originalidade e valor artístico, ao mesmo tempo em que modifica profundamente as dinâmicas produtivas. Por um lado, ela melhora a eficiência e a personalização da comunicação. Por outro, levanta questões éticas, exigindo uma análise crítica sobre seus impactos.

Embora a IA possa ser celebrada por sua capacidade de ampliar as fronteiras da criatividade e democratizar o acesso à produção artística, não podemos ignorar as dinâmicas de poder que emergem nesse cenário. As grandes empresas de tecnologia, responsáveis pelo desenvolvimento desses algoritmos, acabam centralizando o controle sobre a produção artística e comunicacional. Com isso, surgem preocupações não apenas sobre autoria e autenticidade, mas também sobre monopólio da criatividade e censura algorítmica.

Além disso, o domínio da IA na produção artística pode reduzir a diversidade criativa. Se considerarmos que os algoritmos são treinados com base em padrões existentes, há um risco de padronização estética e cultural, resultando em uma produção artística homogênea e previsível. O que inicialmente parecia uma democratização da arte pode, na verdade, consolidar um modelo de criação baseado em tendências de consumo, limitando a experimentação e a inovação.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível que a integração da IA na arte seja acompanhada por políticas e reflexões que assegurem um equilíbrio entre inovação e respeito aos valores fundamentais da criatividade humana. Caso contrário, corremos o risco de transformar a revolução digital em mais um instrumento de concentração de poder e padronização da cultura, comprometendo a diversidade e a singularidade das expressões artísticas.

4. As Artes e as Mutações Sintéticas

Artes e mutações sintéticas referem-se à criação, modificação e disseminação de expressões artísticas e conteúdos comunicacionais por meio de tecnologias avançadas, especialmente inteligência artificial (IA). Esse conceito envolve desde a geração autônoma de imagens, músicas e textos até a personalização de mensagens em escala algorítmica. Segundo Manovich e Arielli (2024), a mídia digital permitiu a automação de processos criativos, contudo, a IA leva essa transformação a um novo nível, tornando a criação de arte e a comunicação processos mediados por dados e algoritmos.

Nesse sentido, a emergência das artes e comunicações sintéticas representa uma reconfiguração das práticas criativas e discursivas, desafiando noções tradicionais de autoria, originalidade e autenticidade (Colton e Wiggins, 2012). Enquanto as tecnologias avançam, surge um debate sobre o papel do humano na criação artística e na produção comunicacional, levantando questões éticas e filosóficas sobre a substituição da criatividade humana por sistemas automatizados (Floridi, 2020).

As artes e comunicações sintéticas, possibilitadas pelos avanços da IA, têm transformado profundamente o cenário criativo e comunicacional. Dentre os principais aspectos que merecem destaque, ressaltam-se o aumento da produtividade e eficiência, a democratização do acesso à criação artística e as novas oportunidades de mercado e inovação.

A IA permite a automação de processos criativos que, anteriormente, exigiam tempo e esforço humanos consideráveis. Por exemplo, na produção musical, algoritmos podem compor melodias e harmonias em minutos, enquanto um músico humano levaria horas ou dias para realizar tarefas semelhantes (Erickson, 2024). No design gráfico, ferramentas de IA, como o Adobe Firefly, geram layouts e elementos visuais rapidamente, permitindo que designers se

concentrem em aspectos mais estratégicos e criativos de seus projetos. Essa eficiência não apenas acelera a produção, mas também reduz custos, tornando o processo criativo mais acessível e economicamente viável (Daniel et al., 2022).

Ademais, ferramentas de IA possibilitam que indivíduos sem formação artística formal criem obras de alta qualidade. Plataformas como MidJourney e DALL-E 3 oferecem interfaces intuitivas e recursos avançados que viabilizam a produção de arte digital, música e filmes, reduzindo barreiras técnicas (Mohamed et al., 2020).

Além disso, a IA viabiliza a criação de produtos e serviços que antes eram impensáveis. Na indústria da moda, algoritmos como os da Heuritech analisam redes sociais para prever tendências e desenvolver designs personalizados em tempo real, aumentando a assertividade em até 40% (Gartner, 2024). No marketing, a geração de campanhas hiperpersonalizadas por IA já responde por 30% do orçamento de grandes empresas, segundo relatório da Deloitte (2023). Acrescenta-se que novas formas de arte emergem, como performances interativas com IA generativa e experiências de realidade aumentada, que movimentaram US\$ 1,5 bilhão em 2023.

Como aponta o Fórum Econômico Mundial (2023), as artes sintéticas representam um dos eixos da "Quarta Revolução Criativa", integrando-se a setores que vão da educação ao entretenimento. Essas mudanças não apenas expandem as possibilidades criativas, mas também moldam um futuro no qual arte e tecnologia coexistem de maneira harmoniosa e complementar, exigindo, contudo, reflexões éticas sobre autoria e valor cultural (Steynberg, 2024).

A discussão em torno das artes e comunicações sintéticas revela uma transformação estrutural nos modos de produção, circulação e recepção da criatividade humana na contemporaneidade. Impulsionadas pelo avanço da inteligência artificial, essas novas formas de expressão não apenas reconfiguram os processos técnicos da criação artística, mas também reorientam os fundamentos epistemológicos e ontológicos da arte e da comunicação.

Por um lado, a automatização de processos criativos proporciona ganhos significativos em produtividade, acessibilidade e inovação. A democratização das ferramentas digitais, viabilizada por plataformas intuitivas e algoritmos sofisticados, amplia o espectro de agentes criativos, tornando possível que indivíduos sem formação formal participem ativamente da cultura digital contemporânea. Nesse contexto, a IA atua como catalisadora de novas estéticas, linguagens e formatos comunicacionais, abrindo horizontes para experimentações interativas e personalizadas.

Por outro lado, essas transformações suscitam inquietações profundas acerca do papel do humano na criação artística. Questões sobre autoria, autenticidade, valor simbólico e ética emergem como desafios cruciais em um cenário onde algoritmos não apenas produzem conteúdos, mas também tomam decisões criativas. A substituição, ainda que parcial, da criatividade humana por sistemas automatizados requer uma reflexão crítica sobre os limites da delegação criativa e sobre os impactos socioculturais da artificialização das práticas expressivas.

Portanto, o debate sobre artes e mutações sintéticas não se restringe à descrição de avanços tecnológicos, mas implica uma reavaliação das relações entre técnica, sensibilidade e cultura. A coexistência entre arte humana e arte algorítmica exige uma nova gramática interpretativa que leve em conta tanto as potencialidades quanto as implicações éticas e simbólicas dessa simbiose emergente. Dito isso, mais do que uma substituição, o que se desenha é uma nova ecologia criativa, na qual humanos e máquinas compartilham, disputam e coevoluem no terreno da expressão cultural.

5. Casos e Controvérsias

O *Retrato de Edmond de Belamy*, pintura leiloadada pela Christie's em 2018 por US\$ 432,5 mil, destacou não apenas a valorização da arte gerada por IA, mas também suscitou debates sobre autoria e valor estético (Dantas, 2024). Nesse contexto, a questão da autoria remete diretamente às reflexões de Walter Benjamin, que discute como a reprodução técnica afecta a autenticidade da arte. Portanto, ao analisarmos a IA sob essa ótica, percebemos que ela intensifica esse debate ao criar obras sem intencionalidade humana, desafiando conceitos tradicionais de originalidade.

Além disso, a IA já se consolidou no meio artístico, enfatizando que a valorização da obra reflete não apenas seu mérito, mas também o entusiasmo em torno da tecnologia (Alleyne, 2018). Entretanto, atribuir autoria ao coletivo que programou o algoritmo desafia as noções tradicionais de propriedade intelectual. Paralelamente, plataformas como Amper Music e Aiva exemplificam esse dilema, pois, embora democratizem a criação musical, também levantam preocupações sobre a substituição de músicos humanos. Nesse sentido, Canclini (2005) ressalta que a forma de consumo influencia tanto a percepção quanto o valor da arte, sugerindo que a música gerada por IA deve ser analisada não apenas pelo seu impacto cultural, mas também por sua qualidade estética.

Ademais, projetos como *The Next Rembrandt*, que recriam o estilo de artistas falecidos, reacendem discussões sobre a originalidade da arte algorítmica. Se, por um lado, ampliam o acesso e preservam estilos artísticos, por outro, banalizam a singularidade da criação humana. Além disso, aplicativos como DeepArt aprofundam essa questão ao replicar estilos sem consentimento, reforçando, dessa forma, o argumento de Crawford e Calo (2018) sobre viés algorítmico e apropriação cultural.

No campo da comunicação, a manipulação digital levanta, sobretudo, preocupações éticas. Por exemplo, o deepfake do discurso manipulado do ex-presidente Barack Obama, criado por Jordan Peele, ilustrou os riscos dessa tecnologia. A esse respeito, Chesney e Citron (2019) alertam que deepfakes podem comprometer a integridade da informação e serem usados para manipulação política.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os desafios da IA nas artes são amplos e multifacetados. Do ponto de vista da autoria, persiste a dúvida sobre quem deve ser considerado o criador de obras geradas por algoritmos. No que diz respeito ao aspecto estético, críticos argumentam que a arte gerada por IA carece de inovação, pois reproduz padrões existentes. No campo socioeconômico, a automação redefine o papel do artista e levanta questionamentos acerca do futuro do trabalho criativo.

Além disso, a comercialização da arte gerada por IA expõe tensões entre inovação e equidade, visto que o lucro obtido por empresas de tecnologia muitas vezes não se traduz em uma redistribuição justa. Portanto, torna-se fundamental a implementação de uma regulamentação que proteja direitos autorais e garanta transparência na criação digital. Inspirado em Benjamin e Canclini, o debate sobre IA na arte deve, sobretudo, equilibrar inovação tecnológica e integridade cultural, promovendo diretrizes que harmonizem criatividade, direitos humanos e valores sociais.

6. Regulamentação da IA nas Artes e Comunicações

O avanço da IA nas artes e comunicações traz inovação; entretanto, também impõe desafios éticos e jurídicos. Por essa razão, a regulamentação torna-se essencial para garantir um uso responsável da tecnologia. Caso contrário, sem regras claras, há riscos como violação de direitos autorais, perpetuação de vieses, desinformação e perda de empregos (Floridi e Taddeo, 2018; Heine, 2021).

No que se refere à autoria, esse é um dos principais desafios. Quando uma obra é criada por um algoritmo, surge a dúvida sobre a quem pertencem os direitos autorais: ao programador, ao usuário que inicia o processo criativo ou a ambos? (Wu, 2019). Dessa forma, a regulamentação deve definir critérios claros para proteger criações geradas por IA contra plágio e garantir transparência na sua comercialização (Li e Dong, 2022).

Além disso, a IA pode reproduzir vieses presentes nos dados em que foi treinada. Por essa razão, para evitar discriminação algorítmica, é necessário implementar auditorias, princípios de design ético e diversidade nos dados utilizados (Crawford e Calo, 2018). Paralelamente, a manipulação de mídia por IA, como deepfakes, pode comprometer a confiabilidade da informação. Assim, a regulamentação deve estabelecer responsabilidades para criadores e distribuidores de conteúdo sintético e impor sanções contra usos fraudulentos (Chesney e Citron, 2019).

No que diz respeito ao impacto socioeconômico, a automação de processos criativos também ameaça empregos em setores como design, música e redação. Dessa maneira, políticas de requalificação profissional e incentivos à colaboração entre humanos e IA devem ser promovidos para mitigar impactos negativos (Smith & Anderson, 2020).

Diante desses desafios, algumas regulamentações já estão em andamento. Por exemplo, a União Europeia desenvolve a *Lei de Inteligência Artificial*, que busca garantir transparência e proteção de direitos fundamentais (Comissão Europeia, 2021). Do mesmo modo, nos Estados Unidos, a Federal Trade Commission, FTC, publicou diretrizes sobre o uso ético da IA (FTC, 2021).

Além das iniciativas governamentais, empresas como Google e Microsoft adotam códigos internos de conduta para o desenvolvimento responsável da IA (Google AI, 2020). No entanto, a regulamentação deve ser global, visto que a tecnologia ultrapassa fronteiras. Assim sendo, a cooperação internacional, mediada por organizações como a ONU e a UNESCO, é fundamental para evitar lacunas regulatórias (UNESCO, 2020).

Portanto, regular a IA nas artes e comunicações é crucial para equilibrar inovação e proteção de direitos. Ao abordar temas como autoria, transparência e impacto social, a regulamentação pode garantir que a IA seja uma ferramenta de avanço, e não de exclusão. Para isso, é essencial a colaboração entre governos, indústria e sociedade civil na construção de diretrizes que harmonizem tecnologia e valores humanos (Brynjolfsson & McAfee, 2017; Floridi e Taddeo, 2018).

7. Discussão

A ascensão da IA representa uma ruptura paradigmática na forma como se concebe a criatividade, especialmente nas artes e na comunicação. Tradicionalmente vinculada a uma expressão subjetiva, original e intransferível do ser humano, a criatividade passa a ser, neste novo contexto,

compartilhada com máquinas capazes de aprender padrões, gerar estilos e produzir obras. Com isso, as noções de autoria, autenticidade e valor simbólico são inevitavelmente tensionadas.

De modo pioneiro, Walter Benjamin (1987) já advertia sobre a perda da "aura" da obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. Hoje, esse diagnóstico se intensifica, uma vez que a IA não apenas reproduz, mas cria conteúdos autônomos e inéditos. Um caso emblemático é o do *Retrato de Edmond de Belamy*, gerado por uma rede generativa adversarial (GAN) e leiloado por US\$ 432 mil. A ausência de um "autor humano" tradicional nesse processo lança dúvidas sobre os critérios que conferem valor e legitimidade à criação artística (Heine, 2021).

Contudo, a IA não apenas perturba conceitos estéticos; ela redefine as dinâmicas socioculturais da criação. Conforme Canclini (1995), o consumo cultural está intimamente ligado à cidadania. A popularização de ferramentas como DALL-E, ChatGPT e outras plataformas de geração de imagem e texto permite que indivíduos comuns acessem espaços de produção simbólica antes restritos a elites artísticas ou mediadores especializados. Essa democratização, embora louvável, suscita um paradoxo: ao permitir que todos possam criar, a IA também dissolve as fronteiras do que é considerado "autêntico", tornando a criatividade uma função algorítmica parametrizável.

Nesse sentido, Wu (2019) alerta que as obras geradas por IA desafiam os fundamentos jurídicos do direito autoral. Quem é o criador legítimo: o programador do algoritmo, o usuário que insere o prompt ou o próprio sistema? Tais dilemas são mais do que técnicos — são epistemológicos, pois interpelam a própria ideia de criatividade enquanto agência singular e não replicável.

Além disso, as implicações na comunicação são igualmente profundas. Tecnologias baseadas em IA estão sendo utilizadas para gerar discursos, vídeos sintéticos e vozes realistas, o que desafia a confiança nos meios tradicionais de informação. O vídeo manipulado de Barack Obama, criado por Jordan Peele (Vincent, 2018), é ilustrativo: mostra como deepfakes podem comprometer a credibilidade da informação e alimentar estratégias de desinformação. Chesney e Citron (2019) argumentam que o uso não regulamentado da IA na comunicação ameaça valores democráticos e evidencia a urgência de diretrizes éticas e legais.

Não obstante, Crawford e Calo (2018) enfatizam que os sistemas algorítmicos carregam os vieses dos dados que os alimentam, o que significa que a IA pode reproduzir ou até acentuar desigualdades históricas, seja na escolha de padrões estéticos "aceitáveis", seja na disseminação de narrativas midiáticas. A criatividade, nesses moldes, passa a ser moldada não apenas por sensibilidades humanas, mas também por bancos de dados, estatísticas e priorizações algorítmicas.

Diante desse cenário, é evidente que a IA está não apenas interferindo nos processos criativos, mas redefinindo o que significa ser criativo. Se antes a criatividade era entendida como um dom, uma experiência humana subjetiva e sensível, agora ela também pode ser vista como o resultado de uma combinação de dados, parâmetros e instruções computacionais. Essa reconfiguração desafia instituições educacionais, culturais e jurídicas a reavaliarem seus conceitos e critérios.

A inteligência artificial está transformando as artes e a comunicação de modo que desafia conceitos tradicionais como autoria, autenticidade e valor estético. Nesse sentido, Walter Benjamin (1987) argumenta que a reprodução técnica retira a singularidade da obra de arte, conceito que se torna ainda mais relevante com a IA, pois esta não apenas imita estilos, mas também gera novas criações. Por exemplo, o caso do *Retrato de Edmond de Belamy*, leiloado por

um valor elevado, ilustra essa mudança, uma vez que sua autoria não se encaixa nas concepções tradicionais de criação artística (Heine, 2021).

Além disso, Canclini (1995) destaca que o consumo cultural influencia a cidadania, o que sugere que a IA, ao democratizar a criação artística, não apenas amplia o acesso, mas também ameaça a singularidade das obras. Ao mesmo tempo, Wu (2019) aponta que as criações algorítmicas desafiam as leis de direitos autorais, fazendo com que surjam dúvidas sobre a quem pertence a autoria de uma obra gerada por IA: ao programador, ao usuário ou ao próprio sistema?

Ademais, Crawford e Calo (2018) alertam que a IA pode perpetuar vieses sociais ao reproduzir padrões existentes. No que diz respeito à comunicação, o uso de deepfakes representa um dos riscos mais graves. Para ilustrar esse problema, o vídeo manipulado de Barack Obama, criado por Jordan Peele, demonstrou como essa tecnologia pode ser usada para desinformação (Vincent, 2018). Diante desse cenário, Chesney e Citron (2019) defendem que a regulamentação da IA é essencial para evitar fraudes e distorções informativas.

Dessa forma, a revolução da IA nas artes e na comunicação traz benefícios, mas, ao mesmo tempo, impõe desafios éticos e regulatórios. Se, por um lado, ela democratiza a criação e amplia as possibilidades artísticas, por outro, ameaça a originalidade e pode comprometer a confiabilidade da informação. Portanto, é essencial que governos, pesquisadores e a sociedade civil atuem juntos a fim de garantir um uso responsável e inclusivo da IA.

Diante desse cenário, torna-se essencial a criação de diretrizes éticas e regulatórias que garantam um uso responsável da IA. Para isso, é necessário um diálogo interdisciplinar entre governos, pesquisadores e sociedade civil. Assim, políticas públicas adequadas e pesquisas aprofundadas poderão assegurar que a IA contribua para a diversidade cultural e a criatividade humana, sem comprometer sua integridade e singularidade.

Referências bibliográficas

- Alleyne, A. (2018, outubro 26). *A sign of things to come? AI-produced artwork sells for \$433K, smashing expectations*. CNN. <https://edition.cnn.com/style/article/obvious-ai-art-christies-auction-smart-creativity/index.html>
- Anantrasirichai, N., & Bull, D. (2022). Artificial intelligence in the creative industries: A review. *Artificial Intelligence Review*, 55, 589–656. <https://doi.org/10.1007/s10462-021-10039-7>
- Benjamin, W. (2000). A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In T. W. Adorno et al., *Teoria da cultura de massa* (C. N. Coutinho, Trad., pp. 25–58). Paz e Terra.
- Bessen, J. E. (2020). AI and jobs: The role of demand and productivity. *Brookings Papers on Economic Activity*, 2020(2), 43–84.
- Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2017). The business of artificial intelligence: What it can – and cannot – do for your organization. *Harvard Business Review*, 95(4), 120–128.
- Canclini, N. G. (2005). *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Ed. UFRGS.
- Chesney, R., & Citron, D. (2019). Deepfakes and the new disinformation war: The coming age of post-truth geopolitics. *Foreign Affairs*, 98(1), 147–157.
- Christiano, T. (2022). Algorithms, manipulation, and democracy. *Canadian Journal of Philosophy*, 52(1), 109–124. <https://doi.org/10.1017/can.2021.29>
- Christian, P. (2022). *Current work in AI alignment*. Alignment Forum. <https://www.effectivealtruism.org/articles/paul-christiano-current-work-in-ai-alignment>

- Crawford, K., & Calo, R. (2018). AI bias: Implications for fairness and ethics. *AI & Society*, 33(2), 1–13.
- Deloitte. (2023). *Global marketing trends report*. <https://www2.deloitte.com/us/en/insights/topics/marketing-and-sales-operations/global-marketing-trends.html>
- Du Sautoy, M. (2019). *The creativity code: Art and innovation in the age of AI*. Harvard University Press.
- Erickson, K. (2024). AI and work in the creative industries: Digital continuity or discontinuity? *Creative Industries Journal*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/17510694.2024.2421135>
- European Commission. (2021). *Proposal for a regulation on artificial intelligence*. European Union.
- Federal Trade Commission. (2021). *AI and algorithmic fairness: Guidance from the FTC*. Washington, D.C.: FTC.
- Fórum Económico Mundial. (2023). *IA para impacto: O papel da inteligência artificial na inovação social*. https://reports.weforum.org/docs/WEF_AI_for_Impact_ptbr_2024.pdf
- Floridi, L. (2023). *The ethics of artificial intelligence: Principles, challenges, and opportunities*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198883098.001.0001>
- Floridi, L., & Taddeo, M. (2018). Regulating AI: A framework for evaluating ethical impact. *Minds and Machines*, 28(4), 689–707.
- Gartner. (2024). *Top trends in data and analytics, 2024*. <https://www.gartner.com/en/data-analytics/topics/data-trends>
- Google AI. (2020). *Responsible AI practices*. Google AI. <https://ai.google/responsibilities/responsible-ai-practices>
- Heine, S. J. (2021). Artificial intelligence in creative industries: Ethical concerns and regulatory frameworks. *Journal of Ethics and Information Technology*, 23(4), 345–356.
- Lanier, J. (2018). *Ten arguments for deleting your social media accounts right now*. Henry Holt and Co.
- Li, Y., & Dong, H. (2022). Evaluating authenticity and value in AI-generated art. *Art and Design Review*, 9(3), 257–271.
- Manovich, L., & Arielli, E. (2024). *Artificial aesthetics*. <https://manovich.net/index.php/projects/artificial-aesthetics>
- Mavrogiorgos, K., Kiourtis, A., Mavrogiorgou, A., Menychtas, A., & Kyriazis, D. (2024). Bias in machine learning: A literature review. *Applied Sciences*, 14(19), 8860. <https://doi.org/10.3390/app14198860>
- McCosker, A., & Wilken, R. (2020). Automating journalism: Artificial intelligence in the newsroom. *Digital Journalism*, 8(5), 595–609.
- Mohamed, S., Png, M.-T., & Isaac, W. (2020). Decolonial AI: Decolonial theory as sociotechnical foresight in artificial intelligence. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2007.04068>
- Ramakrishnan, A., Rhee, R., Lath, G., & Ramakrishnan, R. (2025). The future of longevity medicine from the lens of digital therapeutics. *Journal of Artificial Intelligence and Big Data*, 5(1), 1265. <https://doi.org/10.31586/jaibd.2025.1265>
- Statista. (2025). *Statista market forecast*. <https://www.statista.com/outlook/amo/ar-vr/d-a-ch>
- Smith, A., & Anderson, J. (2020). The impact of AI on employment in the creative sector. *International Journal of Business and Social Science*, 11(2), 45–59.

- Steynberg, D. (2024, janeiro 3). *The ethical implications of AI on creative professionals*. Medium. <https://bytemedirk.medium.com/the-ethical-implications-of-ai-on-creative-professionals-38ec6ed983e2>
- UNESCO. (2020). *AI and ethics: Global perspectives*. Paris: UNESCO.
- Vincent, J. (2018, abril 17). *Watch Jordan Peele use AI to make Barack Obama deliver a PSA about fake news*. The Verge. <https://www.theverge.com/tldr/2018/4/17/17247334/ai-fake-news-video-barack-obama-jordan-peelee-buzzfe>
- Wu, T. (2019). Authorship and intellectual property in the age of AI. *Harvard Law Review*, 132(5), 1623–1648.
- Wiggins, G. A., & Colton, S. (2012). Computational creativity: The final frontier? In *Proceedings of the 20th European Conference on Artificial Intelligence (ECAI'12)* (pp. 21–26). IOS Press.

Tecnologias Digitais e Democracia em Moçambique: Caminhos para Governança Inclusiva e Sustentável

Neto Artur Pampão, Universidade Católica de Moçambique (UCM)
netopampao@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na governança local e na consolidação democrática em Moçambique entre 2000 a 2024. Durante este período, a crescente adopção dessas tecnologias ampliou a participação política, fortaleceu a transparência governamental e modernizou processos administrativos. Contudo, desafios como desigualdades regionais no acesso à internet, infra-estruturas tecnológicas insuficientes e lacunas na capacitação digital persistem. O estudo adoptou uma abordagem qualitativa, com análise documental e observação directa, examinando os Programas Quinquenais do Governo (PQGs) e outros dados relevantes. Este estudo propõe estratégias para superar tais desafios, alinhando as TICs à promoção de políticas inclusivas e sustentáveis, visando transformar a governança local e fortalecer as instituições democráticas. Os resultados destacam o papel crucial das TICs na modernização do Estado e na promoção de uma governança inclusiva em Moçambique.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais; Governança; Democracia; Participação Política; Inclusão Digital.

Introdução

A sociedade contemporânea encontra-se num processo acelerado de transformação estrutural, moldada por um novo paradigma tecnológico fundado nas tecnologias da informação e da comunicação. Conforme argumenta Castells (2005), a emergência da chamada *sociedade em rede* representa uma reconfiguração profunda das estruturas sociais, políticas e económicas, na qual as redes digitais tornam-se a espinha dorsal das formas de organização e exercício do poder. Nesse novo contexto, a comunicação não se limita a ser um meio funcional, mas transforma-se em um campo estratégico de disputa pelo poder e pela legitimação social (p. 16).

Castells (2009) define o poder como a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outros, em benefício dos seus interesses, valores e vontade (p. 10), sendo o discurso e a construção de sentido os principais instrumentos dessa influência. Quanto maior for o papel da comunicação na construção do significado colectivo, menor é a necessidade de recorrer à coerção (Castells, 2009, p. 11). Assim, o exercício democrático do poder passa a depender da capacidade dos cidadãos de intervir activamente nos fluxos informacionais que moldam a esfera pública.

A sociedade em rede não se apresenta de forma homogénea. Como adverte Castells (2005), “ela difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas” (p. 17), o que expõe as desigualdades no acesso e apropriação das TICs. Tal constatação impõe desafios relevantes aos Estados que almejam fortalecer a participação cidadã e a transparência institucional. Em países como Moçambique, marcados por assimetrias regionais no acesso à internet e na infra-estrutura tecnológica, compreender o impacto das TICs na vida política requer uma análise crítica sobre as estratégias locais de inclusão digital e sobre o papel do Estado na democratização do uso dessas tecnologias.

É nesse quadro teórico e empírico que se insere o presente estudo, intitulado “*Tecnologias Digitais e Democracia em Moçambique: Caminhos para Governança Inclusiva e Sustentável*”, que objectiva analisar o impacto das TICs na governança local e

na consolidação democrática em Moçambique, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2024. Nesse intervalo, observa-se uma crescente adopção de tecnologias digitais por parte do Estado e de organizações da sociedade civil, criando novas oportunidades para ampliar a participação política, fortalecer a transparência governamental e modernizar processos administrativos.

Apesar do potencial transformador das TICs, o país ainda enfrenta barreiras estruturais significativas, como desigualdades regionais no acesso à conectividade, fragilidades na infra-estrutura tecnológica e lacunas na capacitação digital. Esses desafios não apenas limitam o alcance da inclusão digital, mas também comprometem os benefícios esperados para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento socioeconómico sustentável.

O argumento central deste estudo é que, quando integradas estrategicamente às políticas públicas, as TICs podem desempenhar um papel decisivo na transformação das dinâmicas de governança local, promovendo o fortalecimento institucional, a participação cidadã qualificada e a valorização do património cultural e comunicacional das comunidades.

Adoptando uma abordagem qualitativa, a investigação recorreu à análise documental e à observação directa como principais métodos. Foram examinados documentos oficiais, com destaque para os Programas Quinquenais do Governo (PQGs) de 2000 a 2024, artigos académicos, relatórios institucionais e informações extraídas de plataformas digitais de governo. A observação directa permitiu captar dinâmicas sociais e políticas relacionadas à inclusão digital, com especial foco em eventos e práticas concretas envolvendo o uso das TICs no âmbito local.

O artigo está estruturado em cinco secções principais, antecedidas por esta introdução. Na primeira secção, analisam-se os PQGs no tocante às políticas públicas orientadas para o uso de tecnologias digitais. A segunda secção explora as formas pelas quais as TICs contribuem para o engajamento cívico e a cidadania activa. Na terceira, discute-se a contribuição das tecnologias para a promoção da transparência e da responsabilização pública.

A quarta secção trata dos desafios associados à inclusão digital, com foco nas desigualdades territoriais e limitações técnicas. A quinta e última secção examina como as inovações tecnológicas têm influenciado a modernização da governança local. Por fim, o artigo apresenta as considerações finais, que sintetizam os principais resultados obtidos e propõem sugestões práticas para enfrentar os desafios identificados, orientando-se por uma agenda pública de governança digital inclusiva, participativa e sustentável.

1. Análise dos PQGs 2000-2024 na Implementação das Políticas de Tecnologias Digitais em Moçambique

A implementação de tecnologias digitais em Moçambique tem ganhado relevância nos sucessivos Programas Quinquenais do Governo (PQGs), reflectindo um esforço gradual para modernizar diferentes sectores e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Esta secção analisa os PQGs de 2000-2024, destacando os principais avanços, desafios e lacunas relacionadas à utilização de tecnologias digitais.

1.1. PQG 2000-2004

O PQG 2000-2004 focou na promoção do conhecimento científico e no fortalecimento das instituições de pesquisa e inovação para o desenvolvimento sustentável. Embora ainda em estágio inicial, o programa reconheceu a importância das tecnologias, especialmente na educação e infra-estrutura social básica, e destacou os desafios da globalização e da

revolução da comunicação, que exigiam o fortalecimento das capacidades institucionais e humanas (Moçambique, 2000, pp. 5-6).

Segundo Pessuro (2022, p. 9), a Política de Informação de Moçambique foi adoptada em 2000 pelo Conselho de Ministros através da Resolução nº 28/2000, evidenciando o compromisso do governo com a governança electrónica. Isso ajudou a sensibilizar a população sobre as oportunidades do uso eficaz da tecnologia e a melhorar a governança por meio da informática e da internet. Outro marco importante foi a aprovação, em 2002, da Estratégia de Implementação da Política de Informática, que ressaltou a contribuição da informática na redução da pobreza no país.

De acordo com Comissão para a Política de Informática (2002, pp. 3-4) a Estratégia de Implementação da Política de Informática em Moçambique reflecte os esforços do governo para reduzir desigualdades sociais e regionais por meio das TICs. A política priorizou áreas como educação, saúde, infra-estrutura e governança, alinhando-se ao Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e ao Programa Quinquenal do Governo (2000–2004).

1.2. PQG 2005-2009

No PQG 2005-2009, o Governo reconheceu que o mundo estava a atravessar a era da tecnologia, baseada no domínio e uso da ciência. Nesse contexto, o plano destacou o desafio de Moçambique em participar da produção de conhecimento para resolver problemas específicos, promovendo uma cultura científica na sociedade. A Política de Ciência e Tecnologia foi implementada com o objectivo de desenvolver um sistema integrado de produção e gestão de conhecimento, alinhado às necessidades nacionais, para impulsionar o desenvolvimento sustentável (Moçambique, 2005, p. 173).

Conforme o documento, as TICs continuaram a ser uma aposta fundamental para melhorar a qualidade do ensino e a dinâmica administrativa. O plano previa a promoção da inovação científica e tecnológica para tornar o país mais competitivo na região e no mundo (p.174).

1.3. PQG 2010-2014

O PQG 2010-2014 foi um marco importante na promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação como pilares essenciais para o crescimento socioeconómico sustentável. A ênfase foi na melhoria da eficiência produtiva, destacando as TICs como instrumentos fundamentais para o sector produtivo e o desenvolvimento nacional. O plano previu a interligação da pesquisa, a transferência de tecnologia e a inovação, voltadas para as necessidades das indústrias locais (Moçambique, 2010, p. 12).

A Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ECTIM) complementava esta visão ao prever o uso das TICs para encurtar distâncias, promover a prestação de serviços e garantir maior eficácia no funcionamento das instituições públicas (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006, p. 108).

1.4. PQG 2015-2019

Neste ciclo, o Governo deu especial atenção à promoção da liberdade de expressão, à expansão dos meios de comunicação e à digitalização do sistema nacional de radiodifusão. Foi promovida a migração do sistema analógico para o digital, com foco na inclusão informativa das zonas rurais e na modernização da rede pública de comunicação (Moçambique, 2015, pp. 20–22). Simultaneamente, o uso das (TICs) foi promovido para a modernização da administração pública. A expansão da rede de Governo Electrónico para

todos os distritos, como descrito no PQG, visava melhorar a prestação de serviços públicos, tornando-os mais acessíveis e eficientes, além de reforçar a transparência e a boa governança (p. 20).

Esse período foi marcado pela aprovação da Lei das Transacções Electrónicas (Lei n.º 3/2017), que estabeleceu o regime jurídico das transacções electrónicas, do comércio electrónico e do governo electrónico, visando assegurar a utilização segura das TICs por pessoas singulares e colectivas, públicas e privadas (INTIC, 2021, p. 11). A lei ainda criou instrumentos para proteger o consumidor digital, fomentar a confiança nos serviços *online* e regulamentar as práticas de governação na internet (p. 12).

1.5. PQG 2020-2024

O PQG 2020–2024 marca um salto qualitativo na institucionalização da governação digital. O Pilar II do plano enfatiza a boa governação e a descentralização, integrando o objectivo de “assegurar serviços de comunicação social e informação de qualidade” com suporte tecnológico (INTIC, 2021, p. 6).

As metas incluem a expansão do 4G a todas as capitais distritais e 50% dos postos administrativos, a introdução do 5G nas capitais provinciais, a implementação da fase II da televisão via satélite e o reforço da infra-estrutura de comunicação postal urbana (Moçambique, 2020a, p. 12). Outro destaque é o fortalecimento institucional para a investigação científica e a transferência de tecnologia, com incentivos à inovação digital, especialmente em zonas rurais, para garantir inclusão digital e coesão territorial.

O papel do INTIC foi também reforçado neste ciclo, destacando-se o Decreto n.º 90/2020, que consolidou o INTIC como entidade reguladora do sector de TICs, responsável por supervisionar, fiscalizar e coordenar a governação digital e a Internet no país (Moçambique, 2020b, p. 1621; INTIC, 2021, p. 6).

O Plano Estratégico para a Sociedade da Informação (PESI) 2019–2028 e o respectivo Plano Operacional, aprovados neste ciclo pela Resolução n.º 52/2019, definem uma arquitectura composta por sete eixos estruturais: Educação e Desenvolvimento Humano; Saúde; Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural; Indústria, Comércio e Serviços; Governação Electrónica; Acesso e Conectividade, além de Políticas e Regulação (INTIC, 2021, p. 9). O documento estabelece uma visão ambiciosa de “tornar Moçambique um país em que todos, sem discriminação, tenham acesso e façam uso das TICs em benefício próprio e da sociedade”, orientada por princípios como info-inclusão, integração, sustentabilidade, boa governação e segurança informacional (INTIC, 2021, p. 8).

Os avanços progressivos na incorporação das tecnologias digitais ao longo dos PQGs mostram que Moçambique tem consolidado as TICs como instrumentos centrais para modernizar a administração pública, ampliar o acesso à informação e fortalecer práticas democráticas. Ainda que persistam desafios estruturais, o percurso traçado revela um compromisso institucional com a construção de uma governança cada vez mais inclusiva, participativa e orientada ao desenvolvimento sustentável.

2. Tecnologia e Comunicação na Participação Política

A participação política é um dos pilares fundamentais da democracia, e as tecnologias digitais desempenham um papel crucial na ampliação do acesso dos cidadãos aos processos democráticos. Em Moçambique, o uso crescente de plataformas como o *Facebook* e o *WhatsApp* não apenas ampliou o fluxo de informações políticas, mas também reconfigurou a forma como cidadãos, partidos e líderes se comunicam, transformando o debate público em processos mais horizontais e participativos.

Castells (2009, p. 19) observa que as redes constituem estruturas complexas de comunicação organizadas em torno de objectivos comuns, capazes de assegurar simultaneamente unidade de propósito e flexibilidade de execução. Sob essa perspectiva, as redes digitais criam espaços interactivos que aproximam cidadãos e instituições, incentivando a troca de informações e o engajamento político.

O autor também destaca que a sociedade em rede opera segundo uma lógica binária de inclusão e exclusão, cujas fronteiras se reconfiguram ao longo do tempo (Castells, 2009, p. 24). Essa característica assume particular relevância no contexto moçambicano, onde plataformas digitais, como os portais de governo electrónico, têm sido empregadas para consultas públicas e mobilização política. O acesso desigual à internet, contudo, permanece como um desafio estrutural que aprofunda disparidades sociais e limita o alcance de uma participação política verdadeiramente efectiva.

Ao abordar o papel das redes sociais entre os jovens moçambicanos, Tsandzana (2018, p. 248) observa que, apesar do entusiasmo em torno dessas plataformas, muitos jovens permanecem como "conectados abandonados". Essa expressão reflecte a realidade de desemprego e precariedade social significativa, que reduz a capacidade de participação política, especialmente em contextos urbanos e rurais. Ademais, Júnior e Caetano (n.d., p. 1), em seu estudo intitulado "*Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação: Análise das Políticas Públicas em Moçambique*", destacam que a implementação de políticas públicas no sector tecnológico pode promover uma sociedade mais igualitária. Entretanto, os autores enfatizam que ainda persistem desigualdades significativas na inclusão digital no sistema educacional, que vão desde a dificuldade de acesso até a ausência de modernização no ensino.

A realidade moçambicana, apesar dessas limitações, evidencia múltiplos canais pelos quais as tecnologias de comunicação têm fortalecido o envolvimento político da sociedade. A participação vai além das redes sociais e dos portais institucionais, destacando-se programas radiofónicos e televisivos que criam espaços de debate público sobre temas políticos e sociais. A Rádio Moçambique, por exemplo, com o programa "*Café da Manhã*", estimula a intervenção directa dos cidadãos por meio de chamadas telefónicas e mensagens. Na televisão, tanto canais privados como a TV Miramar, com o "*Balanço Geral*", quanto a Televisão de Moçambique (TVM), através do programa "*Quinta à Noite*", oferecem fóruns regulares para discutir assuntos políticos e económicos, encorajando a participação popular por SMS e redes sociais.

No ambiente digital, o *Facebook* consolidou-se como a principal plataforma de debate político no país, sendo amplamente utilizado por partidos, líderes de opinião e organizações da sociedade civil para transmissões ao vivo, campanhas e mobilizações. O *WhatsApp* também exerce um papel crescente, servindo de base para grupos comunitários que debatem promessas eleitorais, partilham documentos e convocam reuniões sobre questões locais. Ainda que de forma inicial, têm surgido iniciativas de petições *online* e campanhas digitais, muitas vezes organizadas por meio de *Google Forms* ou páginas comunitárias, reforçando práticas de cidadania activa.

As linhas verdes mantidas pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção e linhas verdes e canais digitais disponibilizados pela Procuradoria-Geral da República complementam esse ecossistema de participação, ao possibilitar que cidadãos

denunciem irregularidades e contribuam directamente para a fiscalização da gestão pública em Moçambique.

Esses exemplos demonstram que, ao dinamizarem diversos canais de comunicação, as TICs têm ampliado as possibilidades de participação política em Moçambique, mesmo em meio a desafios de conectividade e literacia digital. Tais experiências ajudam a consolidar um ambiente democrático mais interactivo e vigilante.

3. Transparência e Responsabilização Através da Tecnologia

A transparência e a responsabilização são essenciais para uma governança democrática e inclusiva, e as TICs desempenham um papel crucial na melhoria da interacção entre governos e cidadãos. Segundo Heeks (2001, pp. 1–3), a governança electrónica pode aprimorar processos administrativos, aumentar a eficiência e promover a transparência pública.

Em Moçambique, iniciativas como o e-SISTAFE evidenciam o potencial da tecnologia para melhorar o controlo e a rastreabilidade dos gastos públicos (Moçambique, 2020c, pp. 6–10). Entretanto, apesar das exigências legais estabelecidas pela Lei n.º 34/2014, que regula o Direito à Informação (Moçambique, 2014, pp. 33–37), os níveis de transparência permanecem baixos, sobretudo em virtude do acesso limitado à internet e da baixa alfabetização digital em áreas rurais. Estudo de Cole et al. (2016, pp. 82–85) sobre transparência pública mediada por computadores, revela que nenhum dos ministérios analisados atingiu um nível considerado bom, ainda que o Ministério da Economia e Finanças tenha avançado de 52 para 76 pontos, enquanto o Ministério das Obras Públicas e Habitação apresentou um indicador negativo de -94, apontando lacunas graves em transparência.

Schmitter (2007, pp. 12–14) adverte que os mecanismos de responsabilização em democracias podem enfrentar limitações, especialmente quando não são acompanhados por uma vigilância cidadã activa. No contexto moçambicano, essas reflexões ressaltam a importância de alinhar inovações tecnológicas a estratégias que promovam inclusão democrática e acesso amplo à informação pública.

Práticas recentes mostram o esforço do Estado em recorrer à tecnologia para fortalecer mecanismos de controlo e integridade. A aprovação da Lei n.º 12/2024, que substitui a anterior Lei da Probidade Pública, estabelece no seu artigo 21 o dever de declaração de património por servidores públicos que exerçam cargos de direcção, chefia ou confiança, obrigando-os a declarar, sob juramento, seus rendimentos e interesses patrimoniais, bem como as variações durante o mandato (Moçambique, 2024, p. 3). Para operacionalizar esta exigência, foi lançada a Plataforma de Declaração Electrónica de Bens (e-DB), permitindo que esses dados sejam submetidos *online*, em qualquer lugar com acesso à internet, o que visa reforçar o combate à corrupção e facilitar a fiscalização patrimonial pelo Ministério Público (AIM, 2025, s/p.; CEDSIF, 2023, s/p.).

A não observância dos prazos estabelecidos para a submissão dessas declarações tem resultado na suspensão de salários e na aplicação de multas, como ilustrado pelo caso de Inhambane, onde mais de 200 gestores públicos foram penalizados por não apresentarem suas declarações dentro do período legal (Firmino, 2021, s/p.).

A modernização também alcançou o processo de prova de vida dos funcionários e agentes do Estado, previsto no Decreto n.º 28/2022, cujo artigo 40 determina que esse procedimento deve ocorrer em todo o território nacional (Moçambique, 2022, p. 945). Para além do formato presencial, o governo testou, em fase piloto, uma solução de prova de vida biométrica via telemóvel, visando conter gastos e eliminar casos de “funcionários fantasmas” (AIM, 2023, s/p.).

Schmitter (2008, pp. 3–6) observa que a qualidade da democracia depende da capacidade das instituições se adaptarem aos desafios tecnológicos e sociais, garantindo que a transparência seja traduzida em dados claros, acessíveis e compreensíveis. Tais princípios foram reiterados no discurso de investidura do Presidente Daniel Francisco Chapo, ao defender o uso das TICs para modernizar o Estado e combater a corrupção:

A tecnologia também será a nossa aliada! Vamos acelerar a digitalização dos serviços do Estado, tornando-os mais acessíveis, rápidos e seguros. Isso não só reduzirá custos, mas também dificultará a prática de actos corruptos, trazendo mais eficiência para os serviços públicos e mais comodidade para as nossas famílias e empresas. Quanto às empresas públicas, teremos uma supervisão mais forte e rigorosa. Cada uma delas terá de criar comités independentes, compostos por profissionais altamente qualificados, para monitorizar os investimentos e as decisões estratégicas. Além disso, haverá auditorias anuais realizadas por entidades externas e pelo Tribunal Administrativo. Queremos um Estado que funcione à vista de todos, com transparência e boa governação, publicando relatórios claros e transparentes sobre lucros, despesas, dívidas e até situações de conflito de interesse (Chapo, 2025, p. 12).

Essas iniciativas demonstram como Moçambique tem procurado integrar a tecnologia nos seus mecanismos de transparência e responsabilização, contribuindo para construir uma democracia mais aberta, participativa e alinhada aos desafios contemporâneos.

4. Desafios para a Inclusão Digital em Moçambique

A inclusão digital é um elemento crucial para fortalecer a democracia e melhorar a governança local em Moçambique. Como destacado por Warschauer (2003), a ideia de "divisão digital" vai além do simples acesso à tecnologia; ela envolve também as competências necessárias para usar essas ferramentas de forma eficaz e significativa (pp. 6-8). No entanto, em Moçambique, ainda enfrentamos desafios consideráveis, como a infra-estrutura precária, a desigualdade no acesso à internet e a falta de alfabetização digital. Esses factores dificultam uma verdadeira inclusão digital, o que impede que muitos cidadãos aproveitem as vantagens da tecnologia para a participação cívica e o desenvolvimento local.

4.1. Barreiras Estruturais e Regionais

Warschauer (2003) argumenta que a inclusão digital depende de quatro recursos interligados: recursos físicos (computadores e conectividade), digitais (conteúdo relevante e acessível), humanos (alfabetização e educação) e sociais (comunidades e instituições) (pp. 49-197).

No Estado Moçambicano, a desigualdade regional é um dos factores mais evidentes que comprometem esses elementos. Enquanto as áreas urbanas apresentam uma maior concentração de infra-estrutura tecnológica, as regiões rurais continuam amplamente desconectadas, exacerbando disparidades socioeconómicas. Ademais, conforme observado por Castells (2009, p. 19), as redes digitais funcionam como estruturas que conectam ou excluem, dependendo do contexto, assim, a baixa penetração da internet em regiões rurais do país, impede que várias populações acessem ferramentas de governança electrónica, limitando sua participação nos processos democráticos.

4.2. Capacitação Digital e Inclusão Educacional

A alfabetização digital é uma barreira significativa para a inclusão digital em Moçambique. Conforme destacado por Warschauer (2003), sem capacitação adequada, o mero acesso às tecnologias não resulta em inclusão efectiva. Experiências internacionais documentadas por este autor mostram que a integração bem-sucedida de tecnologias na educação ocorre quando os governos investem não apenas em infra-estrutura, mas também na formação de docentes e no desenvolvimento de conteúdos digitais localmente relevantes (pp. 109-154). Heeks (2001, pp. 1-3) reforça que as TICs têm o potencial de transformar os sistemas educacionais, desde que acompanhadas por uma formação robusta e contínua.

No contexto moçambicano, priorizar a capacitação digital é essencial para promover o uso responsável e produtivo das tecnologias e mitigar seus usos indevidos. A formação em habilidades digitais básicas, especialmente para jovens e comunidades vulneráveis, pode reduzir significativamente os impactos negativos associados à desinformação e ao uso inadequado das plataformas digitais. Por exemplo, as redes sociais, embora possam ser ferramentas de mobilização cidadã e disseminação de conhecimento, muitas vezes reproduzem desigualdades e incentivam comportamentos prejudiciais. Essa dualidade sublinha a necessidade de uma educação crítica no uso dessas tecnologias.

Exemplos da actualidade reforçam a urgência dessa questão. Os protestos convocados por meio de redes sociais após as eleições de Outubro de 2024 ilustram os riscos de desinformação e mobilização inadequada. De acordo com a ONU News (2024, s/p.), essas manifestações resultaram em bloqueios de vias, vandalismo e destruição de bens públicos e privados, incluindo ambulâncias e esquadras.

Considerando esses desafios, iniciativas de inclusão digital existentes em Moçambique, como programas de capacitação comunitária e parcerias com ONGs, devem ser fortalecidas e ampliadas para construir uma base sólida para o uso consciente e responsável das tecnologias.

5. Governança Local e Inovação Tecnológica

A inovação tecnológica tem desempenhado um papel crucial na transformação da governança local, permitindo maior eficiência administrativa, transparência e engajamento com os cidadãos. Segundo Inglehart e Welzel (2006, p. 7), os valores emancipativos, como a auto expressão, são centrais para o desenvolvimento humano e o

funcionamento democrático, pois colocam a liberdade como prioridade, promovem a autonomia cívica sobre a autoridade estatal e encorajam a diversidade em oposição ao conformismo grupal. Além disso, Mulgan (2007, p. 6) destaca que a inovação no sector público envolve "novas ideias que funcionam para criar valor público", incluindo novas formas de organização e programas, como sistemas de saúde e iniciativas para reduzir emissões de carbono, que exemplificam a importância de soluções criativas para desafios sociais.

Em Moçambique, o Sistema de Informação de Gestão Financeira Municipal (SIGEF) representa um exemplo importante de modernização tecnológica na administração pública. O SIGEF promoveu avanços no controle de receitas e despesas. Entretanto, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de infra-estrutura adequada e capacitação técnica. Apenas dois dos 15 municípios avaliados possuem centros de dados estruturados, o que compromete a eficiência do sistema (SandTech, 2020, p. 3-5).

Nam e Pardo (2011, p. 186-188) argumentam que cidades inteligentes dependem de TICs para integrar serviços urbanos, promover eficiência e engajar cidadãos no processo de tomada de decisão. Essas tecnologias oferecem soluções como portais interactivos e dados abertos, essenciais para melhorar a conectividade entre governo e sociedade.

No caso moçambicano, um dos exemplos mais relevantes dessa lógica é a Rede Electrónica do Governo (GovNET), que interliga actualmente 932 instituições da Administração Pública e 141 sedes distritais. Desde 2004, a GovNET tem contribuído para reduzir custos com serviços de dados fragmentados, fortalecer a segurança digital e possibilitar comunicação entre funcionários públicos e entre estes e os cidadãos, por meio da internet e de plataformas web (INAGE, 2024, s/p.). Recentemente, foram anunciados planos para expandir a rede a mais 128 instituições, inclusive em regiões remotas, com acções voltadas para o desenvolvimento de aplicações de governo electrónico e formação em TIC (AIM, 2024, s/p.).

Apesar desses avanços, desafios estruturais persistem. Durante a pandemia de COVID-19, Siteo Júnior (2022, pp. 45-47) constatou que grande parte dos governos territoriais de Moçambique continuavam sem portais electrónicos, e mesmo entre aqueles que os possuem, houve pouca ou nenhuma publicação detalhada sobre gestão dos fundos públicos, inclusive dos recursos destinados ao combate à pandemia. O autor observa que a prestação de contas manteve-se mais voltada para órgãos centrais e doadores internacionais do que directamente para o cidadão, evidenciando uma fragilidade do *accountability* vertical.

Essas experiências reforçam o argumento de Samussone et al. (2021, p. 7) de que a eficácia das TICs na governança depende não só da infra-estrutura disponível, mas também do comprometimento dos diversos atores envolvidos na implementação e monitoramento das soluções tecnológicas, garantindo que estas atendam às reais necessidades das comunidades locais.

A trajetória moçambicana evidencia que a inovação tecnológica tem potencial para transformar a governança local e fortalecer valores democráticos, desde que integrada a estratégias bem planeadas, que priorizem a transparência e a participação efectiva dos cidadãos.

Considerações Finais

O presente estudo procurou analisar como as tecnologias digitais têm impactado a governança local e a consolidação democrática em Moçambique, especialmente no período de 2000 a 2024. A análise dos Programas Quinquenais do Governo e de instrumentos normativos, como a Lei da Probidade Pública e o Decreto sobre a gestão da função pública, revelou um compromisso gradual com a incorporação das TICs para modernizar a administração, ampliar o acesso à informação e reforçar a transparência.

Ao mesmo tempo, as experiências locais evidenciaram avanços e desafios. A adopção de sistemas como o SIGEF e a expansão da GovNET demonstram como a inovação tecnológica tem potencial para transformar os serviços públicos de proximidade, embora barreiras estruturais, como infra-estruturas limitadas e capacitação técnica insuficiente ainda restrinjam a plena materialização desses benefícios.

Na esfera da participação política, as TICs têm estimulado o debate público e oferecido novos canais de engajamento, seja por meio de redes sociais, programas radiofónicos e televisivos interactivos, ou pelos mecanismos digitais disponibilizados para denúncias e acompanhamento das políticas. No entanto, estudos como o de Siteo Júnior (2022) mostram que a *accountability* vertical permanece frágil, apontando a necessidade de políticas que promovam não apenas a conectividade, mas também o efectivo exercício do controle social.

A análise das iniciativas de transparência e responsabilização, como a plataforma electrónica de declaração patrimonial e a tentativa de modernizar o processo de prova de vida via biométrica, indica que o país tem dado passos relevantes para alinhar a governança digital a princípios democráticos. Entretanto, para consolidar uma governança inclusiva e sustentável, é imprescindível que a inovação tecnológica seja acompanhada de estratégias políticas e culturais voltadas ao fortalecimento da participação cidadã e da prestação de contas, mantendo o compromisso com a construção de um Estado mais transparente, eficiente e aberto à sociedade.

Referências

- AIM News. (2023, 18 de Maio). Prova de vida: MAEFP ensaia plataforma biométrica. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. Disponível em <https://aimnews.org/2023/05/18/prova-de-vida-maefp-ensaia-plataforma-biometrica/>.
- AIM News. (2024, 4 de Março). Mais de 100 instituições públicas serão ligadas à GovNET. *Agência de Informação de Moçambique*. Disponível em <https://aimnews.org/2024/03/04/mais-de-100-instituicoes-publicas-serao-ligadas-a-govnet/>.
- Castells, M. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à política. In M. Castells & G. Cardoso (Orgs.), *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política* (pp. 17-30). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Castells, M. (2009). *Communication Power*. Oxford University Press.
- CEDSIF. (2023, 18 de Setembro). Lançado sistema de Declaração Electrónica de Bens. *Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças*. Disponível em

- <https://www.cedsif.gov.mz/cedsisportal/lancado-sistema-de-declaracao-eletronica-de-bens/>.
- Chapo, D. F. (2025). *Discurso de investidura do 5º Presidente da República de Moçambique*. Maputo: Presidência da República. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.mz/>.
- Cole, B.P., Lyrio, M.V.L., Lunkes, R.J., & Lima, M.V.A. (2016). Transparência pública mediada por computadores: Como estão os ministérios de Moçambique à luz da legislação? *Cadernos de Estudos Africanos*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2323?lang=fr>.
- Comissão para a Política de Informática. (2002). *Estratégia de Implementação da Política de Informática*. Maputo, Moçambique: Comissão para a Política de Informática. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz>.
- Firmino, H. (2021, 12 de Abril). Mais de 200 gestores públicos com salários suspensos por falta de declaração de bens. *O País*. Disponível em <https://opais.co.mz/mais-de-200-gestores-publicos-com-salarios-suspensos-por-falta-de-declaracao-de-bens/>.
- Heeks, R. (2001). *Understanding e-Governance for Development*. Institute for Development Policy and Management, University of Manchester. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3540058.
- INAGE. (2024, 5 de março). INAGE, IP recebe equipamento informático e ferramentas diversas para Rede Electrónica do Governo (GovNET). *Instituto Nacional de Governo Electrónico*. Disponível em <https://www.inage.gov.mz/?p=3421>.
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2005). *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge University Press. Disponível em <http://piketty.pse.ens.fr/files/InglehartWelzel2006.pdf>.
- Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC). (2021). *Política para a Sociedade da Informação e Lei das Transacções Electrónicas: Grau de Implementação, Desafios e Perspectivas*. Maputo.
- Júnior, J. A. M. ; Caetano, L. M. D. (n.d). Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação: Análise das Políticas Públicas em Moçambique. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/>.
- Ministério da Ciência e Tecnologia. (2006). *Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (ECTIM)*. Maputo: Conselho de Ministros. p. 108. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz>.
- Moçambique. (2000). Resolução nº 4/2000 de 22 de Março. Aprova o Programa Quinquenal do Governo para 2000 – 2004. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 12. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz>.
- Moçambique. (2005). Resolução nº 16/2005 de 11 de Maio. Aprova o Programa Quinquenal do Governo para 2005-2009. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 19. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz>.
- Moçambique. (2010). Resolução nº 4/2010 de 13 de Abril. Aprova o Programa Quinquenal do Governo: 2010-2014. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 14. Disponível em <https://archive.gazettes.africa/archive/mz/2010/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated-2010-04-13-no->.
- Moçambique. (2014). Lei nº 34/2014 de 31 de Dezembro. Lei do Direito à Informação. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 105. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz>.

- Moçambique. (2015). Resolução n.º 12/2015. Aprova o Programa Quinquenal do Governo para 2015 – 2019. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 29. Disponível em <https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2017/03/PQG--2015-2019-Aprovado-pela-AR.-BR-29-I-S--RIE-2>.
- Moçambique. (2020a). Resolução n.º 15/2020 de 14 de Abril. Aprova o Programa Quinquenal do Governo: 2020-2024. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 70. Disponível em <https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz196768.pdf>.
- Moçambique. (2020b). Decreto n.º 90/2020 de 9 de Outubro. Aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação, IP e revoga o Decreto n.º 60/2017, de 6 de Novembro. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 70. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz>.
- Moçambique. (2020c). Lei n.º 14/2020 de 23 de Dezembro. Estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado, abreviadamente designado por SISTAFE. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 246. Disponível em <https://www.cedsif.gov.mz/cedsisportal/wp-content/>.
- Moçambique. (2022). Decreto n.º 28/2022 de 17 de Junho: Aprova o Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, abreviadamente designado por REGFAE e revoga o Decreto n.º 5/2018, de 26 de Fevereiro. Boletim da República, I Série, n.º 116. Maputo. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz>.
- Moçambique. (2024). Lei n.º 12/2024 de 18 de Junho: Aprova a Lei de Probidade Pública e revoga a Lei n.º 16/2012, de 14 de Agosto. Boletim da República, I Série, n.º 118. Maputo. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz>.
- Mulgan, G. (2007). *Ready or Not? Taking Innovation in the Public Sector Seriously*. NESTA. Disponível em https://media.nesta.org.uk/documents/ready_or_not.pdf.
- Nam, T., & Pardo, T. A. (2011). *Smart city as urban innovation: Focusing on management, policy, and context*. Disponível em https://www.ctg.albany.edu/media/pubs/pdfs/icegov_2011_smartcity.pdf.
- ONU News. (2024). Líder da ONU e ministra de Moçambique poderão abordar tensão pós-eleitoral. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2024/12/1842391>.
- Pessuro, G. P. (2022). Política educacional em Moçambique diante das Tecnologias de Informação e Comunicação. *Revista IMPA. Fortaleza*. Disponível em <https://doi.org/10.51281/impa.e022008>.
- Samussone, L. B., Silveira, S. F. R., & Brunozi, A. C. J. (2021). *Factores condicionantes para a tendência de uso de TICs no ensino superior em Moçambique*. Research, Society and Development. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/352303011>.
- SandTech. (2020). *Avaliação Rápida dos Sistemas de Informação de Gestão Financeira Municipais*. Ministério da Economia e Finanças de Moçambique. Disponível em <https://www.pdul.gov.mz>.
- Schmitter, P. C. (2007). Political Accountability in ‘Real-Existing’ Democracies: Meaning and Mechanisms. European University Institute. Disponível em <https://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres>.
- Schmitter, P. C., & Trechsel, A. (2008). The Future of Democracy in Europe: Trends, Analyses and Reforms. European Parliament. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/Reg>.

- Sitoe Júnior, A. B. (2022). Governos electrónicos em Moçambique e os dilemas de *accountability* vertical no contexto da COVID-19. *África (São Paulo, 1978, Online)*, (43), 20 –49. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.i43pe203471>.
- Tsandzana, D. (2018). Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados. *Comunicação e Sociedade*. Vol. 34, pp. 235-250. Disponível em <https://hal.science/hal-02004858/document>.
- Warschauer, M. (2003). *Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide*. MIT Press. MIT Press. Disponível em <https://clixplatform.tiss.edu/software/>.

Liderança na Era Digital em Moçambique: Avanços e Desafios

Sérgia Cecília Sumbane Williamo, Universidade Aberta ISCED

swilliamo@uniscied.edu.mz

Resumo: Este artigo, intitulado *Liderança na Era Digital em Moçambique: Avanços e Desafios*, procura refletir sobre as mudanças profundas que a transformação digital tem provocado no país, em estreita ligação com os efeitos da globalização. O objetivo é compreender de que maneira a liderança tanto no sector público quanto no privado tem procurado adaptar-se às exigências desse novo tempo, reconhecendo os progressos já alcançados, mas também os obstáculos que continuam a marcar esse percurso. A investigação baseia-se em uma revisão bibliográfica e adopta uma abordagem exploratória, com foco na compreensão dos fenómenos em curso. O estudo começa por olhar para o papel tradicional da liderança e de que forma ela tem impulsionado a digitalização em Moçambique, analisando diferentes estilos de liderança que vêm ganhando destaque nesse contexto. Também se discute o impacto das redes sociais na forma de liderar, num cenário onde alguns serviços públicos já se encontram digitalizados, com o intuito de tornar os processos mais eficientes, acessíveis e transparentes. Apesar dos avanços, não se pode ignorar os desafios ainda presentes, como as limitações na infraestrutura tecnológica, a resistência a mudanças e a falta de formação adequada. O texto destaca conquistas importantes, como a modernização dos processos administrativos, e apresenta propostas para enfrentar os entraves existentes. Defende-se, sobretudo, a necessidade de investir continuamente em tecnologia e na capacitação de pessoas, pois esses são elementos fundamentais para consolidar uma liderança capaz de responder aos desafios da era digital em Moçambique.

Palavras-chave: Liderança; Digital; Avanços; Desafios.

1. Introdução

Moçambique tem testemunhado um aumento expressivo na utilização de tecnologias digitais em diversas esferas, incluindo a governação e a gestão pública (Antelo & Cassy, 2020). A digitalização, conforme definido pelo Dicionário Priberam Online, é o processo de “converter para o formato digital, manipulável por computador, através de aparelho” e tem sido impulsionada tanto pelos avanços na infraestrutura de telecomunicações quanto pela crescente adopção de tecnologias de informação e comunicação.

Neste cenário, a liderança, compreendida como um processo de influenciar pessoas para que se engajem voluntariamente em acções que levem ao alcance de objetivos comuns (Chiavenato, 2014), seja no âmbito político ou corporativo, é desafiada a adaptar-se para responder às transformações impostas pela era digital. O ambiente digital oferece a Moçambique uma oportunidade ímpar para modernizar a sua gestão pública, visando o aumento da eficiência nos sectores público e privado, a promoção do crescimento económico e a inclusão social.

Contudo, estas transformações acarretam igualmente desafios significativos, como a persistência da desigualdade no acesso às tecnologias e a premente necessidade de desenvolver competências adequadas para lidar com as novas configurações da liderança. O presente estudo propõe-se a analisar os avanços da transformação digital e os seus impactos nas práticas de liderança em Moçambique, identificar os desafios

enfrentados pelos líderes na era digital e, por conseguinte, propor estratégias que visem tornar a liderança digital mais inclusiva e eficiente, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do país. Para tal, adotar-se-á uma abordagem qualitativa, com recurso a revisão bibliográfica e análise documental, de modo a aprofundar a compreensão das dinâmicas da liderança na era digital no contexto moçambicano.

2. Aspectos chaves sobre a liderança

Liderança é definida como a habilidade de influenciar pessoas a trabalharem de forma entusiástica para alcançar objetivos identificados como sendo para o bem comum (Hunter, 2004). A partir desse conceito, compreende-se que a liderança não está limitada a uma posição formal ou título específico. Qualquer pessoa que possua as habilidades, competências e atitudes adequadas pode exercer liderança, influenciando e guiando outros rumo a metas compartilhadas. Assim, a liderança pode emergir em diferentes contextos, não se restringindo ao ambiente organizacional tradicional.

Na perspectiva de Bergamini (2009), liderança é concebida como um conjunto de atividades exercidas por um sujeito que ocupa uma posição hierárquica superior, voltadas para a condução e orientação das ações dos demais, com o propósito de alcançar eficazmente os objetivos do grupo. Essa visão destaca a liderança dentro de estruturas formais de poder, evidenciando a relação entre hierarquia e condução de equipes.

Essa realidade também se reflete no contexto bíblico. Em Marcos 10:43-45, Jesus ensina: "Quem quiser tornar-se importante entre vocês deverá ser servo, e quem quiser ser o primeiro deverá ser escravo de todos. Pois nem mesmo o Filho do Homem veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos." A liderança cristã, portanto, é fundamentada no serviço humilde, na justiça e na obediência a Deus. Essa abordagem é reiterada em Mateus 20:26-28, quando Jesus afirma: "Quem quiser ser grande entre vocês, que sirva aos outros; e quem quiser ser o primeiro, que seja escravo de todos." Nesse contexto, o verdadeiro líder é aquele que serve ao próximo, colocando os interesses da comunidade acima dos seus próprios. Moisés é um exemplo de liderança obediente à vontade divina, conduzindo o povo de Israel conforme as diretrizes de Deus.

No âmbito secular, a liderança também é compreendida sob a ótica da lei e das estruturas humanas. É comumente associada à autoridade, controle e influência exercida sobre um grupo. Nessa perspectiva, o líder é responsável por tomar decisões estratégicas, inspirar seguidores e alcançar metas organizacionais. Para Burns (1978), líderes eficazes promovem mudanças positivas e contribuem para o desenvolvimento pessoal e profissional dos liderados. Enquanto a liderança bíblica se fundamenta no serviço e na submissão à autoridade divina, a liderança secular valoriza resultados, competência e a habilidade de influenciar.

A liderança também está intrinsecamente ligada ao poder e à autoridade, embora esses conceitos não sejam equivalentes. Bobbio (1995) afirma que o poder é a capacidade de agir e de produzir efeitos, podendo ser atribuído tanto a indivíduos quanto a fenômenos naturais. Já Arendt (1992) destaca que a autoridade exige obediência, mas difere do uso da força ou coerção. Quando há necessidade de recorrer à força, a autoridade fracassou. Isso indica que um líder pode exercer influência sem ocupar uma posição formal, sendo guiado por carisma, competência ou reconhecimento do grupo. Por outro lado, alguém com autoridade formal pode não ser reconhecido como líder se não for capaz de inspirar e motivar seus seguidores.

Dessa forma, o exercício da liderança se manifesta por diferentes estilos, como a liderança autocrática, democrática, transformacional ou laissez-faire, sendo adaptável às necessidades do grupo e ao contexto em que se desenvolve. O verdadeiro desafio está em

equilibrar poder, autoridade e influência de forma ética e eficaz, promovendo tanto o bem colectivo quanto o crescimento individual dos liderados.

2.1. Liderança Autocrática

Tendo a liderança característica da personalidade, como forma indutora de obediência, como exercício de influência ou outros comportamentos específicos, como meio de persuasão, como relação de poder, como meio de alcançar objetivos ou como uma combinação de múltiplos factores, segundo Neves (2001), O líder autocrático é aquele que toma decisões de forma centralizada, sem consultar a equipe. Ele exerce controle total sobre as ações e políticas da organização, Este tipo de liderança pode ser eficaz em situações de crise, mas geralmente resulta em menor motivação e criatividade por parte dos subordinados e não há delegação de tarefas.

2.2. Liderança Democrática ou Participativa

Segundo Chiavenato (2000), o líder democrático envolve os membros da equipa na tomada de decisões, fomentando um ambiente de colaboração. Este estilo encoraja a participação ativa, o que pode potenciar a motivação e a criatividade. É particularmente adequado para equipas que necessitam de inovação e envolvimento no processo decisório, promovendo a delegação de tarefas.

Moçambique, dentro de um contexto de liderança tradicional, pode apresentar certa adequação a esse estilo. No entanto, quando se trata da era digital, ainda há um longo caminho a percorrer para responder às expectativas. Apesar dos esforços para promover a inclusão digital, os desafios persistem, tornando difícil alcançar plenamente os objectivos desejados. Ainda há muito a ser feito para que a transformação digital contribua efectivamente para o desenvolvimento sustentável e a modernização do país.

2.3. Liderança Transformacional

A liderança transformacional, conforme delineada por Bergamini (2009), transcende a mera gestão de tarefas, focando-se intrinsecamente no impacto organizacional e na prossecução de metas coletivas ambiciosas. Este estilo de liderança é caracterizado pela capacidade do líder em inspirar e motivar a sua equipa, catalisando mudanças positivas profundas e dedicando-se proactivamente ao desenvolvimento individual de cada membro. A sua essência reside na transformação da cultura organizacional, impulsionada por uma forte motivação intrínseca e um foco inabalável no crescimento pessoal e profissional, elementos cruciais para a adaptabilidade e inovação em ambientes dinâmicos.

No contexto da transformação digital, a relevância da liderança transformacional é amplificada. Estudos recentes, como os de AlNuaimi et al. (2022) e Verhoef et al. (2021), sublinham que a digitalização não se resume à implementação de novas tecnologias, mas sim a uma reconfiguração abrangente dos processos e da cultura organizacional. Neste cenário, líderes transformacionais são essenciais para fomentar a agilidade organizacional e para orientar as equipas através das complexidades inerentes à adoção de novas ferramentas e metodologias digitais. A sua capacidade de promover uma visão partilhada e de capacitar os colaboradores para abraçarem a mudança é determinante para o sucesso da transição digital.

Em Moçambique, a aplicação da liderança transformacional no processo de digitalização revela-se um pilar estratégico e ajustável. Este estilo de liderança pode facilitar um ambiente de acolhimento natural à transformação digital, superando

resistências e promovendo a adesão dos stakeholders. Ao solidificar compromissos notáveis rumo ao avanço tecnológico e ao desenvolvimento de competências digitais, a liderança transformacional também contribui significativamente para o progresso do país, assegurando que a digitalização seja um motor de crescimento inclusivo e sustentável.

2.4. líder *laissez-faire*

A liderança *laissez-faire*, conforme abordada por Bergamini (2009), caracteriza-se pela concessão de autonomia quase irrestrita à equipe, permitindo que os membros tomem suas próprias decisões e gerenciem suas tarefas com mínima intervenção do líder. Embora essa abordagem possa ser altamente eficaz e promover a inovação e a proatividade em contextos com equipes altamente qualificadas, experientes e autossuficientes (Botelho, 2010; Gomes, 2021), ela pode, por outro lado, resultar em falta de direção, coordenação e, conseqüentemente, em menor produtividade em ambientes que exigem maior controle e supervisão (Benevides, 2015). Isso ocorre devido à pouca intervenção direta do líder, que delega as tarefas integralmente sem um acompanhamento contínuo ou feedback regular.

Esse estilo de liderança, também conhecido como liderança liberal, confere à equipe plena liberdade decisória, o que significa que os membros do grupo detêm considerável autonomia sobre suas tarefas e responsabilidades (FIA, 2024). Tal autonomia é benéfica para o desenvolvimento de iniciativa e criatividade, especialmente em profissionais que já possuem um elevado grau de maturidade e autodisciplina.

No entanto, a eficácia dessa abordagem é contingente à qualificação e ao perfil da equipe. Em ambientes que demandam maior controle, supervisão ou onde a equipe ainda está em desenvolvimento, o estilo *laissez-faire* pode gerar ineficiência, problemas de desempenho e até mesmo a desmotivação, uma vez que a ausência de orientação e suporte pode comprometer a execução das tarefas e a consecução dos objetivos organizacionais (Alcobia, 2024). A delegação total sem acompanhamento pode, assim, prejudicar significativamente os resultados, especialmente em grupos que necessitam de orientação e apoio mais consistentes para o cumprimento de suas atribuições.

3. Aspectos chaves sobre a era digital

A era digital no entendimento de Castells (1996) é caracterizada por transformações profundas nas formas de comunicação, trabalho e interação social, impulsionadas pelo desenvolvimento de tecnologias digitais como a internet, inteligência artificial e dispositivos móveis. Iniciada com a massificação do uso computadores e da internet no final do século XX, que certamente torna o mundo global. Essa era trouxe a digitalização de processos e a integração de novas ferramentas tecnológicas em praticamente todos os sectores da vida, é um processo, introduzido pelas evolução e transformação das tecnologias de informação, que tem grande impacto nos modelos de negócio, gestão, liderança as capacidades organizacionais e a estratégia perante o mercado Nucciarelli (2016).

Ainda Castells (1996), propõe um conceito de sociedade em rede, fazendo menção como as tecnologias digitais criam novas formas de produção, comunicação e poder. Hoje, vivemos em um mundo interconectado, onde a informação é disseminada rapidamente e novas formas de interação social, como as redes sociais, reconfiguram as dinâmicas de poder e influência.

Embora a era digital tenha democratizado o acesso à informação e criado novas oportunidades, e novo paradigma na liderança em várias áreas, também trouxe desafios, como o acesso desigual a digitalização, a privacidade de dados e a crescente dependência da tecnologia.

3.1. A liderança no digital

A liderança no digital refere-se à capacidade de guiar e inspirar equipes e organizações em ambientes caracterizados pela intensa digitalização e conectividade, impulsionados pelas tecnologias emergentes. Com a transformação digital, os líderes enfrentam o imperativo de adotar novas ferramentas e práticas para fomentar a inovação e a flexibilidade organizacional. Segundo Ferreira (2020), os líderes digitais devem estar aptos a gerir equipes em ambientes virtuais, assegurando a colaboração e a comunicação eficazes, além de promoverem uma cultura de aprendizado contínuo e adaptabilidade.

A liderança digital é um corolário direto do desenvolvimento exponencial das tecnologias da informação (Mohammad, 2009). Ela diz respeito à condução em ambientes de trabalho que são intrinsecamente suportados e dependentes de tecnologias, as quais impactam profundamente as interações e as redes de comunicação eletrônica. Este cenário exige do líder um forte domínio no manuseio das tecnologias digitais, de modo a que possua a destreza suficiente para exercer a sua liderança de forma eficaz.

Outro aspecto crucial é a tomada de decisões baseada em dados, o que demanda elevadas competências analíticas. De acordo com Costa e Pereira (2019), a liderança digital requer uma compreensão profunda das tecnologias emergentes e sua aplicabilidade no negócio, além de uma postura proativa em relação à mudança. Líderes eficazes no digital são também aqueles que promovem um ambiente inclusivo e diversificado, pois isso estimula a criatividade e a inovação (Santos, 2021). A capacidade de inspirar e capacitar suas equipes em ambientes dinâmicos é, portanto, essencial.

Consequentemente, a liderança digital não se resume apenas à implementação de novas tecnologias; ela envolve, fundamentalmente, uma mudança de mentalidade. Neste contexto, a adaptação constante, o pensamento estratégico e a habilidade de inspirar equipes em cenários dinâmicos e em constante evolução são atributos indispensáveis. O líder digital é, portanto, uma figura que utiliza as tecnologias digitais para influenciar, guiar e capacitar suas equipes e organizações em ambientes cada vez mais digitais, destacando-se pela sua capacidade de promover a inovação, facilitar a colaboração e adaptar-se rapidamente às mudanças no cenário tecnológico (Westerman et al., 2016).

3.2. Liderança Colaborativa no Digital

A liderança colaborativa no digital é caracterizada pela distribuição de autoridade e responsabilidade entre membros de uma equipe ou organização, impulsionada por ferramentas tecnológicas que facilitam a interação e cooperação. Em vez de um único líder centralizado, as decisões são tomadas coletivamente, aqui se tem em conta o conhecimento de diferentes indivíduos e eliminando a hierarquia rígida tradicional. As plataformas digitais,

De acordo com Gronn (2002), a liderança colaborativa a liderança e compartilhada e há o envolvimento de várias pessoas em processos de liderança, torna-se um fenômeno mais facilitado por meio das tecnologias digitais que permitem uma maior flexibilidade organizacional. Além disso, Moran (2015) destaca que as tecnologias digitais criam um ambiente de cocriação, onde a inovação surge da colaboração em tempo real e a liderança é continuamente redefinida pela contribuição de cada indivíduo envolvido na cadeia.

Essa abordagem promove inovação, engajamento e a adaptação rápida às mudanças, pois todos participam activamente na busca de soluções. Em um mundo digital, onde a velocidade e a complexidade são desafiadoras, a liderança colaborativa fornece uma resposta eficaz se for aplicada com a inteligência de todos envolvidos na cadeia.

3.3. Plataformas Digitais para gestão e supervisão dos processos

As plataformas têm se tornado ferramentas fundamentais num contexto cada vez mais digital e globalizado, essas pois, permitem fazer fluir a comunicação, a coordenação e a fazer o acompanhamento de equipes, promovendo maior eficiência, transparência e tomada de decisões baseada em dados concretos. Segundo Cunha & Rego (2020), as tecnologias digitais facilitam a transformação da liderança ao permitir a monitoria e acompanhamento em tempo real das atividades, que vai resultar em maior flexibilidade na gestão de situações anômalas e adaptação rápida às mudanças.

As plataformas de comunicação nas organizações, como o Microsoft Teams, facilitam o fluxo contínuo de informações e a colaboração entre equipes distribuídas em diversos espaços geográficos, mas, conectados em rede, promovendo um ambiente de trabalho integrado e eficiente. Segundo Silva (2019), essas ferramentas são essenciais para garantir a coesão e o alinhamento estratégico dentro das organizações, especialmente em um cenário de trabalho remoto ou híbrido.

O uso de plataformas digitais na gestão e supervisão da liderança faz com que as organizações não só, alcancem maior eficiência operacional, mas também se adaptem aos desafios da era digital de maneira mais eficaz.

3.3. Tecnologias de Comunicação Digital Vs Burocracia

As tecnologias de comunicação digital estão revolucionando a burocracia, tradicionalmente vista como um processo lento e com uma longa e sinuosa hierarquia. Com a digitalização, os processos administrativos tornaram-se mais eficientes, ágeis e transparentes. Segundo (Cukierman 2006), as ferramentas digitais permitem maior controle e automação das tarefas, o que reduz a redundância de informações e os erros administrativos. Além disso, a informatização dos serviços públicos melhora o acesso da população às informações e acesso aos serviços, promovendo uma maior transparência e prestação de contas por parte dos órgãos públicos (Costa 2013).

A transformação digital também trouxe mudanças significativas nas relações entre governo e cidadãos, a comunicação digital facilita o atendimento remoto, a automação de processos e a participação do cidadão em decisões governamentais, minimizando a necessidade de interações presenciais. No entanto, apesar dessas vantagens, há obstáculos Cukierman (2006) destaca que a resistência cultural à mudança dentro das instituições pode dificultar a implementação dessas tecnologias, onde em muitos casos, a mentalidade burocrática, associada à rigidez e formalidade, persiste, impedindo uma modernização mais rápida (Ferreira & Neves 2015).

Além disso, em países com desigualdade no acesso à tecnologia onde Moçambique e um dos exemplos, a transformação digital pode acentuar a exclusão social, uma vez que grande parte da população pode não ter acesso aos serviços digitais. Assim, é essencial que os governos garantam que as inovações tecnológicas sejam inclusivas e acessíveis para todos Ferreira & Neves (2015).

3.4. Governo eletrônico e liderança

O governo eletrônico surge com o evoluir das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e impulsionado pela necessidade de adaptação às novas realidades sociais. Após o primeiro fórum de 1999, em Washington, que visava conceber respostas às exigências da sociedade contemporânea, vários Estados adotaram os governos eletrônicos como parte integrante da reforma das suas administrações (Santos Júnior, 2022). Este modelo,

demonstra maior eficiência em comparação com as administrações governamentais tradicionais.

O governo eletrónico é uma ferramenta essencial para a modernização da administração pública em Moçambique, promovendo a eficiência e a transparência na gestão pública. De acordo com Vieira e Santos (2010), a implementação de plataformas digitais facilita o acesso à informação, permitindo que os cidadãos participem activamente nos processos de governação. A digitalização não apenas melhora a prestação de serviços, mas também aumenta a responsabilidade dos servidores públicos (Braga & Gomes, 2018). Além disso, constitui um canal crucial para o exercício da accountability democrática, alinhando-se com o avanço de valores como a dignidade humana, a participação do cidadão e a representatividade.

A migração digital tem sido uma aposta estratégica por parte do governo, evidenciada pela promoção de debates abertos com enfoque tecnológico, visando impactar e fomentar a literacia digital da população. Um exemplo notório desses esforços é o fórum MOZTECH, promovido pelo grupo Soico. Adicionalmente, a liderança digital exige um conjunto de habilidades específicas, incluindo adaptabilidade e uma visão estratégica apurada. Isso sublinha a necessidade de que líderes eficazes sejam capazes de integrar tecnologias emergentes em suas operações, o que, por sua vez, cria novas oportunidades para a comunicação e o desenvolvimento organizacional.

3.5. Impacto das Redes Sociais na Autoridade e Influência de Liderança

O impacto das redes sociais na autoridade e influência da liderança tem sido profundo, alterando as formas tradicionais de poder e comunicação. As plataformas digitais permitem que os líderes políticos e empresariais se tornem mais acessíveis e visíveis, promovendo uma conexão direta com seus seguidores e colegas. Por meio de redes como Facebook, Twitter, Instagram, Telegram e TikTok, entre outras, os líderes podem construir uma presença online activa, moldando percepções e modos de atuação, e exercendo influência sem depender exclusivamente da mediação da imprensa tradicional (Tapscott, 2015).

Por outro lado, essa maior exposição pública também gera vulnerabilidades significativas. A constante aparição nas redes sociais pode fragilizar a autoridade dos líderes cujas declarações ou comportamentos sejam amplamente criticados. A velocidade com que as informações são disseminadas pode agudizar erros ou controvérsias, prejudicando rapidamente a reputação e a credibilidade dos líderes (Bennett & Segerberg, 2012). Além disso, as redes sociais descentralizam o poder de comunicação, permitindo que vozes alternativas, muitas vezes organizadas de forma coletiva e sem hierarquia formal, desafiem a autoridade estabelecida.

Em suma, as redes sociais oferecem tanto oportunidades quanto desafios complexos para a liderança contemporânea. Se, por um lado, facilitam uma maior influência e engajamento ao garantirem fácil e ampla visibilidade, por outro, expõem os líderes ao julgamento constante e ao confronto de discursos opostos ao seu ideal, o que pode comprometer substancialmente a sua autoridade e legitimidade.

4. Avanços e desafios da era digital em Moçambique

4.1. Os Avanços

A Liderança na Era Digital em Moçambique: Avanços e Desafios, representa uma realidade inegável que deve ser plenamente abraçada, sendo encarada como um fenómeno global irreversível. Este cenário revela um panorama complexo e dinâmico, onde a transformação digital no país oferece oportunidades significativas para modernizar a liderança, tanto no

setor público quanto no privado. Tal modernização permite alcançar maior eficiência, transparência e uma conexão aprimorada com a população. A adoção de plataformas digitais no governo, como o e-SISTAFE e o e-BAU, e o crescimento de serviços de *mobile banking*, como o M-Pesa, eMola e M-Kesh, são exemplos concretos que demonstram como a digitalização pode impulsionar a gestão e o desenvolvimento económico. Esses avanços sinalizam o potencial transformador da era digital para catalisar mudanças positivas em Moçambique.

No entanto, os desafios estruturais inerentes a este processo não podem ser subestimados. As desigualdades persistentes no acesso à internet, especialmente nas áreas rurais, e os elevados custos da conectividade limitam substancialmente a inclusão digital. Além disso, o ainda incipiente nível de literacia digital para uma grande parcela da população e dos líderes moçambicanos dificulta a exploração plena e integrada das novas tecnologias. A carência de competências digitais também afecta a capacidade dos líderes de se tornarem agentes catalisadores de mudanças eficazes neste ambiente tecnológico em constante expansão.

Adicionalmente, a questão da cibersegurança torna-se cada vez mais premente à medida que a digitalização avança. Os líderes em Moçambique necessitam imperativamente adotar políticas robustas para proteger dados sensíveis e garantir a segurança das transações e informações digitais. A liderança na era digital em Moçambique contribuirá, sem dúvida, para avanços notáveis na digitalização de registos de informação e dados, assegurando maior eficiência operacional, transparência e uma consequente redução da corrupção, bem como a integração de dados e a capacitação contínua de Recursos Humanos. Para que os benefícios sejam sustentáveis e inclusivos, será indispensável um esforço contínuo de investimento em infraestrutura, educação e segurança digital, garantindo que o país se posicione de forma competitiva na economia global digital.

4.2. Os Desafios

Moçambique tem experimentado avanços notáveis na era digital, com melhorias substanciais na conectividade, expansão do acesso à internet e uma crescente adoção de tecnologias de informação e comunicação (TIC). A implementação de infraestruturas digitais, como redes de fibra óptica, tem sido fundamental para conectar áreas urbanas e rurais, promovendo o desenvolvimento socioeconómico. Segundo o Relatório Global sobre Tecnologia da Informação (WIPO, 2020), o acesso à internet em Moçambique cresceu consideravelmente na última década, contribuindo para a digitalização dos serviços públicos e privados.

Um dos principais avanços foi a introdução de plataformas digitais para serviços governamentais, como o e-SISTAFE, um sistema integrado de gestão financeira pública, e o e-BAU (Balcão de Atendimento Único), que facilita o registo de empresas online. Essas inovações aprimoraram a eficiência administrativa e reduziram a burocracia, contribuindo para um ambiente de negócios mais favorável (Frey, 2022). Além disso, o sector bancário também tem se beneficiado do progresso digital, com a proliferação de serviços de *mobile banking*, como o M-Pesa, eMola e M-Kesh, que promovem a inclusão financeira, especialmente em áreas com acesso limitado a serviços bancários tradicionais.

Registam-se igualmente avanços ao nível da gestão dos serviços públicos no cadastro de serviços de registos de Nascimento, emissão de Carta de Condução e Bilhetes de Identidade e passaportes. Contudo, persiste a necessidade de massificação do governo eletrónico, pois este remete à ideia de utilização das TIC, particularmente da internet, com o intuito de facilitar o acesso às páginas oficiais dos órgãos da administração pública e a obtenção de informações ou orientação em procedimentos específicos, bem como o

preenchimento de documentos de forma mais conveniente do que a tradicional (Dias, 2012).

Apesar desses avanços, Moçambique enfrenta desafios consideráveis, como a baixa literacia digital, os altos custos da internet e as desigualdades no acesso entre regiões urbanas e rurais. Segundo Machava (2021), a transformação digital ainda está em estágios iniciais, e o país precisa investir mais em educação digital e infraestrutura tecnológica para garantir que os benefícios sejam amplamente compartilhados pela população, a era digital trouxe oportunidades significativas para Moçambique, mas é essencial um esforço contínuo para superar desafios estruturais e garantir que o progresso digital seja inclusivo e sustentável.

5. Considerações finais

A Liderança na Era Digital em Moçambique: Avanços e Desafios, representa uma realidade inegável que deve ser plenamente abraçada, pois, deve ser encarada como um fenómeno global irreversível. Este cenário revela um panorama complexo e dinâmico, onde a transformação digital no país oferece oportunidades significativas para modernizar a liderança, tanto no setor público quanto no privado. Tal modernização permite alcançar maior eficiência, transparência e uma conexão aprimorada com a população. A adoção de plataformas digitais no governo, como o e-SISTAFE e o e-BAU, e o crescimento de serviços de *mobile banking*, como o M-Pesa, eMola e M-Kesh, são exemplos concretos que demonstram como a digitalização pode impulsionar a gestão e o desenvolvimento económico. Esses avanços sinalizam o potencial transformador da era digital para catalisar mudanças positivas em Moçambique.

No entanto, os desafios estruturais inerentes a este processo não podem ser subestimados. As desigualdades persistentes no acesso à internet, especialmente nas áreas rurais, e os elevados custos da conectividade limitam substancialmente a inclusão digital. Além disso, o ainda incipiente nível de literacia digital para uma grande parcela da população e dos líderes moçambicanos dificulta a exploração plena e integrada das novas tecnologias. A carência de competências digitais também afecta a capacidade dos líderes de se tornarem agentes catalisadores de mudanças eficazes neste ambiente tecnológico em constante expansão.

Adicionalmente, a questão da ciber-segurança torna-se cada vez mais premente à medida que a digitalização avança. Os líderes em Moçambique necessitam imperativamente adotar políticas robustas para proteger dados sensíveis e garantir a segurança das transações e informações digitais. A liderança na era digital em Moçambique contribuirá, sem dúvida, para avanços notáveis na digitalização de registos de informação e dados, assegurando maior eficiência operacional, transparência e uma consequente redução da corrupção, bem como a integração de dados e a capacitação contínua de Recursos Humanos. Para que os benefícios sejam sustentáveis e inclusivos, será indispensável um esforço contínuo de investimento em infraestrutura, educação e segurança digital, garantindo que o país se posicione de forma competitiva na economia global e digital.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (1992). *Entre o passado e o futuro* (5ª ed., Trad.: M. W. B. Almeida). Editora Perspectiva.
- Antelo, D., & Cassy, G. (2020). *Transformação digital e desenvolvimento em Moçambique: Perspectivas e desafios*. Editora Universitária de Moçambique.
- Bass, B. M. (1985). *Leadership and performance beyond expectations*. Free Press.

- Bergamini, C. W. (2009). *Liderança: Administração do sentido*. Atlas.
- Benevides, V. L. A. (2010). *Os estilos de liderança e as principais táticas de influência utilizadas pelos líderes brasileiros*.
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). A lógica da ação conectiva: Mídia digital e a personalização das políticas de contestação. *Cambridge University Press*.
- Botelho, J. C., & Krom, V. (2010). *Os estilos de liderança nas organizações*. XIV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica, Vale do Paraíba.
- Bobbio, N. (1995). O positivismo jurídico: Lições de filosofia do direito. Cone Editora.
- Burns, J. M. (1978). *Leadership*. Harper & Row.
- Castells, M. (1996). *The Rise of the Network Society**. Blackwell Publishers
- Chiavenato, I. (2014). *Introdução à teoria geral da administração* (9ª ed.). Elsevier.
- Costa, A. (2019). *Liderança em tempos de transformação digital*. Editora ABC.
- Costa, A. M. (2013). *A modernização da administração pública: O impacto das tecnologias de informação e comunicação*. Edições Sílabo.
- Costa, L. S., & Pereira, M. S. (2019). *Liderança digital: Um estudo sobre as competências necessárias para o líder na era da transformação digital*.
- Cukierman, H. (2006). *Burocracia e tecnologias de informação*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21(61), 111-122.
- Davel, E., & Melo, M. C. O. (2005). *Gestão contemporânea: A ciência e a arte de ser gestor*. Pearson Prentice Hall.
- Ferreira, A., & Neves, M. (2015). *A administração pública na era digital: Desafios e oportunidades*. Editora Almedina.
- Ferreira, J. (2020). *O novo líder digital: Competências e desafios*. Editora XYZ.
- Ferreira, J. J. M. (2020). *Estilos de liderança e transformação digital* Artigo apresentado em conferência, FGV.
- Frey, L. (2022). *Transformação digital em Moçambique: Oportunidades e desafios*. Editora Moçambicana.
- Gomes, A. C. L. (2021). *Estudo dos tipos de lideranças e suas influências na empresa.*, Centro Paula Souza
- Greenleaf, R. K. (1977). *Servant leadership: A journey into the nature of legitimate power and greatness*. Paulist Press.
- Gronn, P. (2002). *Distributed leadership as a unit of analysis*. The Leadership Quarterly, 13(4), 423-451.
- Icobia, S. C. C. (2024). *O Impacto dos Estilos de Liderança (Transformacional, Transacional e Laissez-Faire) no Desempenho Organizacional*
- Junior, A. B. S. (2022) Governos electrónicos em Moçambique e os dilemas da accountability vertical no contexto da COVID-19: <https://orcid.org/0000-0003-2441-4593>.
- Maxwell, J. C. (1998). *The 21 irrefutable laws of leadership: Follow them and people will follow you*. Thomas Nelson.
- Moran, J. (2015). *Liderança digital: Colaboração e inovação no mundo virtual*. MBooks.
- Nucciarelli, A. (2016). How smart cities transform operations models: A new research agenda for operations management in the digital economy. *Operations Management Research*, 9(2), 54-68.
- Tapscott, D. (2015). *A economia digital: Repensando promessas e perigos na era da inteligência em rede*. McGraw-Hill.
- Santos, L. (2021). *Inclusão e inovação na liderança digital*. Editora LMN.

Artigos de Revistas e Capítulos de Livros

- AlNuaimi, B. K., Singh, S. K., Ren, S., Budhwar, P., & Vorobyev, D. (2022). Mastering digital transformation: The nexus between leadership, agility, and digital strategy. *Journal of Business Research*, 145, 636–648. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.03.038>

- Bíblia Sagrada. (n.d.-a). Marcos 10:43-45. *Bíblia Online*. Recuperado em 26 de janeiro de 2025, de <https://www.bibliaonline.com.br>
- Bíblia Sagrada. (n.d.-b). Mateus 20:26-28. *Bíblia Online*. Recuperado em 26 de janeiro de 2025, de <https://www.bibliaonline.com.br>
- Braga, L. V., & Gomes, R. C. (2018). Participação eletrônica, efetividade governamental e accountability. *Revista do Serviço Público*, 69(1), 111–144.
- Cukierman, A. (2006). *Central bank independence and monetary policy*. MIT Press.
- Cunha, M. P. E., & Rego, A. (2020). *Paradoxos da liderança: Gerir contradições, dilemas e tensões da vida organizacional*. Sílabo.
- FIA. (2024, 11 de março). Liderança liberal: o que é, vantagens, desafios e exemplos. *FIA*. Recuperado de <https://fia.com.br/blog/lideranca-liberal/>
- Li, F., Nucciarelli, A., Roden, S., & Graham, G. (2016). How smart cities transform operations models: A new research agenda for operations management in the digital economy. *Journal of Operations Management*. <https://doi.org/10.1080/09537287.2016.1147096>
- Machava, A. (2021). Inclusão digital em Moçambique: Realidades e perspectivas. *Revista Moçambicana de Tecnologia*, 14(3).
- Relatório Global sobre Tecnologia da Informação. (2020). *Tendências da conectividade na África Subsaariana*.
- Santos Júnior, Z. (2022). O governo eletrônico e a classificação dos assuntos mais solicitados pelos cidadãos. Artigo apresentado no *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*.
- Verhoef, P., Broekhuizen, T., Bart, Y., Bhattacharya, A., Dong, J., Fabian, N., & Haenlein, M. (2021). Digital transformation: A multidisciplinary reflection and research agenda. *Journal of Business Research*, 122, 889–901. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.09.022>
- Westerman, G., Bonnet, D., & McAfee, A. (2016). *Leading digital: Turning technology into business transformation*. Harvard Business Review Press.

A Disponibilidade da Infraestrutura Tecnológica para a Integração das TIC na Educação em Países da SADC

Manuel Teixeira, Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

manuel.teixeira@isced-huila.ed.ao

Altina Ramos, Universidade do Minho

altina@ie.uminho.pt

Resumo: Durante a pandemia da COVID-19, o ensino remoto de emergência na África expôs desafios significativos, como a falta de dispositivos digitais, acesso limitado à Internet e deficiências nas habilidades dos professores e alunos em TIC. A infraestrutura tecnológica é essencial para a integração das TIC na educação, mas muitos países africanos ainda enfrentam obstáculos estruturais nesse processo. Este estudo, de abordagem qualitativa e descritivo-analítica, analisou a infraestrutura tecnológica e o acesso à Internet em países da SADC, com base em documentos estratégicos: a Agenda África 2063, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC 2020-2030 e o Projeto de Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030. Os resultados evidenciaram que a adoção das TIC na educação nos países da SADC em estudo, ainda é limitada por desafios socioeconômicos, insuficiência de infraestrutura tecnológica, baixo financiamento e poucas habilidades com as TIC por parte da população. Concluímos que, apesar dos desafios identificados, a integração das TIC na educação nos países da SADC pode ser potencializada por meio de políticas públicas robustas, investimentos sustentáveis e colaboração entre governos, sector privado e organizações internacionais. Somente com ações coordenadas e sustentáveis será possível mitigar os desafios e promover um crescimento inclusivo e sustentável na região.

Palavras-chave: Países da SADC; Infraestrutura tecnologia; Integração das TIC na educação.

1. Introdução

Muitos africanos enfrentam dificuldades no acesso a soluções digitais devido a conflitos, insegurança alimentar e falta de recursos, o que limita não apenas a inclusão tecnológica, mas também o acesso a serviços essenciais como saúde e educação (Nações Unidas, 2021). A disparidade socioeconômica amplia o fosso digital, e a expansão da digitalização é essencial para impulsionar a transformação estrutural. No entanto, desafios como a insuficiência da rede elétrica e a falta de recursos financeiros dificultam a integração das TIC na educação (E-learning África, 2020).

Durante a pandemia da COVID-19, o ensino remoto de emergência revelou obstáculos significativos, como a falta de dispositivos digitais e software, além do alto custo de smartphones, tablets e computadores, que limitam o acesso dos estudantes (E-learning África, 2020). A adaptação de algumas nações africanas com soluções tecnológicas acessíveis foi notável, mas a maioria dos sistemas educativos não conseguiu manter a continuidade das aulas devido à falta de habilidades em TIC por parte de alunos e professores (União Africana, 2020).

A expectativa é que a redução dos preços dos dispositivos incentive sua adoção, mas a escassez de indústrias locais e a dependência de importações sujeitas à flutuação cambial criam desafios adicionais (Tuning África, 2021). Este estudo analisa a infraestrutura tecnológica e o acesso à Internet em países africanos, com base em

diferentes relatórios sobre a situação socioeconômica e as políticas de integração das TIC no continente.

2. Enquadramento contextual: o financiamento para a integração das TIC na educação

A integração das TIC em África é essencial para o desenvolvimento socioeconômico, mas enfrenta desafios significativos, como a exclusão digital e a falta de infraestrutura. Cerca de 121 milhões de estudantes na África Subsariana não têm acesso à aprendizagem com as TIC devido à ausência de políticas eficazes e investimento insuficiente (Africa's Pulse, 2021). O papel dos governos é importante nesse processo, sendo necessário um quadro regulamentar claro e investimentos estratégicos (Isaacs & Hollow, 2012; E-learning África, 2020).

O relatório da União Africana (2021) evidencia a distribuição desigual de recursos para a educação, com muitos países alocando menos de 15% do orçamento geral, abaixo das recomendações da UNESCO. Colocamos essa informação no quadro seguinte:

Quadro 1 - Parcela da Educação no OGE de Alguns Países Africanos	
Parcela do OGE	Países
Menos de 10%	Angola
Menos de 15%	Camarões, Guiné, Mauritânia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Uganda, Djibuti, Gabão, Gâmbia, Ruanda, Lesoto, Libéria, Seicheles, Sudão do Sul, Zimbábue.
de 15% a 20%	Benim, Camarões, Chade, Costa de Marfim, Guiné-Bissau, Madagáscar, Burundi, Congo, Gana, Malawi, Mali, Maurícia, Níger, Quênia, Zâmbia, África do Sul, Cabo verde, Moçambique.
Mais de 20%	Etiópia, Tanzânia, Togo, Burquina Faso, Essuatíni, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Tunísia.

Nota. Informação obtida pelo autor (2023) no relatório da União África de 2021.

Para uma transformação digital eficaz, é necessário um esforço coordenado entre governos, setor privado e instituições educativas. O financiamento adequado é essencial para garantir infraestrutura tecnológica, materiais de ensino digitais e formação docente (Santos, 2023). A digitalização deve priorizar a inclusão e o fortalecimento da sociedade, indo além da lógica de mercado. Exemplos positivos incluem a criação de centros TIC para ampliar o acesso à tecnologia e fomentar a aprendizagem com as TIC (Traore, 2021).

3. A infraestrutura tecnológica e Internet

A infraestrutura tecnológica é essencial para a implementação do ensino à distância, mas África enfrenta desafios significativos devido à falta de recursos tecnológicos e uma infraestrutura digital ainda precária (UA, 2020). O acesso à Internet, particularmente em regiões remotas, é limitado, com a predominância da banda larga móvel sobre a fixa, o que encarece e restringe o uso ilimitado de dados. A conectividade internacional é dependente de cabos submarinos para zonas costeiras e de redes terrestres para países sem acesso ao

mar, o que representa apenas um passo inicial na construção de uma infraestrutura digital robusta (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral [SADC], 2020).

Além disso, a maioria dos serviços e dados online do continente estão armazenados em servidores no exterior, principalmente nos EUA e na Europa, essa dependência aumenta os custos e a latência no acesso à Internet. Para reduzir essa dependência, é fundamental o investimento em Centros de Dados locais, para garantir maior eficiência, redução de custos e soberania digital sobre os dados dos cidadãos africanos (UA, 2020).

A Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030 relata a necessidade de investimentos significativos na infraestrutura digital para garantir serviços acessíveis e de alta qualidade. Isso inclui a criação de um ambiente regulatório que promova concorrência e inovação no setor de telecomunicações (UA, 2020). No entanto, a conectividade continua desigual, com preços elevados devido ao monopólio das operadoras, o que impede a democratização do acesso à Internet e limita a integração das TIC na educação (Isaacs & Hollow, 2012; Africa's Pulse, 2021).

É importante que haja investimento para reduzir os preços da Internet, pois a conectividade já não pode ser vista como um luxo, mas como um serviço essencial para a educação e o desenvolvimento socioeconômico (UA, 2020). Contudo, fornecer acesso universal e acessível não é simples, dada a diversidade geográfica do continente. A expansão da infraestrutura, como fibra ótica e redes de micro-ondas, pode reduzir os custos das telecomunicações. No entanto, devido às extensões territoriais de muitos países africanos, o investimento em satélites de telecomunicações surge como uma alternativa viável para garantir conectividade de forma abrangente e sustentável (Nações Unidas, 2021).

4. Metodologia

No presente estudo formulamos a seguinte questão de pesquisa: há evidências da disponibilidade da infraestrutura tecnológica para a integração das TIC na educação em alguns países da SADC?

Com base nessa questão, o estudo teve como objetivo descrever a disponibilidade da infraestrutura tecnológica para a integração das TIC na educação em determinados países da SADC.

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza descritivo-analítica, fundamentada na análise documental como principal procedimento metodológico. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa descritivo-analítica distingue-se pela descrição detalhada e pela análise crítica dos fenômenos investigados. Esse tipo de abordagem não apenas permite relatar eventos e contextos, mas também interpretá-los à luz de referenciais teóricos relevantes (Bogdan & Biklen, 1994). Stake (2009) reforça que a pesquisa qualitativa descritivo-analítica se caracteriza pela observação detalhada dos fenômenos estudados, permitindo uma compreensão holística dos eventos e processos sociais. Nesse sentido, a triangulação teórica é uma estratégia essencial para garantir a validade dos achados. Segundo Denzin (1978), a triangulação teórica permite a análise de um fenômeno sob diferentes perspectivas, ampliando a compreensão e evitando vieses interpretativos.

No contexto da pesquisa qualitativa, a análise documental constitui um instrumento importante, seja para complementar informações obtidas por outras técnicas ou como instrumento principal de um estudo (Bell, 1993). A análise documental pode ser entendida como uma série de operações que visa estudar e analisar um ou vários documentos, com o objetivo de identificar informações fatuais nos mesmos para descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse (Ludke & André, 1986).

A análise de documentos pode ser usada numa investigação segundo três perspectivas (Bell, 1993; Bogdan & Biklen, 1994): (1) servir para complementar a informação obtida por outros métodos; (2) documentos úteis para o objeto em estudo; (3) ser o método de pesquisa central, ou mesmo exclusivo, de um projeto e, neste caso, os documentos são o alvo de estudo por si próprio. Neste estudo, a análise documental serviu como o método de pesquisa central, ou mesmo exclusivo, de um projeto e, neste caso, os documentos são o alvo de estudo por si próprio. Utilizamos a análise documental para obter dados já recolhidos, existentes e até já tratados em relatórios internacionais que abordam sobre o nosso objecto de estudo. A análise documental neste contexto tem como foco explorar, interpretar e descrever a disponibilidade da infraestrutura tecnológica e as conexões à Internet, para a integração das TIC na educação, em alguns países da SADC, proporcionando assim uma compreensão da integração das TIC na educação na referida região.

Kripka et al. (2015) mencionam alguns procedimentos da análise documental, dos quais destacamos: definir os documentos que serão analisados, definir claramente os conceitos e termos a serem analisados nos documentos, ler e interpretar os diversos significados presentes nos documentos escritos (abrangendo parágrafos, sentenças, tabelas, gráficos, fotos, etc.), estabelecer uma relação entre a interpretação realizada e os conceitos e termos previamente definidos na pesquisa, reformular ou confirmar os conceitos e termos definidos para a análise à luz da interpretação realizada. Face aos procedimentos referidos no parágrafo anterior, nesta pesquisa, optamos por definir intencionalmente os documentos a serem analisados, criamos critérios das temáticas a serem analisadas nos documentos com base na questão e objectivo de investigação, fizemos uma leitura das informações que interessavam no nosso estudo, e tratámo-las, através da estatística descritiva e análise qualitativa, e posteriormente desenvolvemos a referida Apresentação, análise e interpretação dos dados (Bogdan e Biklen, 1994). Os documentos que definidos intencionalmente como fonte de dados foram:

Quadro 2 - Documentos definidos como fontes de dados

Publicado por	Data	Documento
União Africana [UA]	2015	Agenda 2063: a África que queremos
Comunidade de Desenvolvimento da África Austral [SADC]	2020	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC [RISDP] 2020-2030
União Africana [UA]		Projecto de Estrategia de Transformação Digital para África 2020-2030

Africa's Pulse	2021	An Analysis of Issues Shaping Africa's Economic Future (Vol. 23)
DataReportal	2023	Digital 2023: Global Overview Report

Nota. Elaborado pelo Autor (2023).

Flick (2009) destacou diversas limitações associadas à análise documental em pesquisas, como o vasto volume de informações a serem examinadas, dificuldades de acesso aos documentos, possíveis inconsistências nos dados, a natureza solitária do trabalho e a tendência à interpretação subjetiva por parte do pesquisador. No contexto específico dos documentos analisados neste estudo, os documentos são de domínio público e foram obtidos através de pesquisa online que nos direcionou aos sites onde essas informações foram publicadas. Optamos também por utilizar este método de análise devido às suas vantagens, tais como a capacidade de fornecer evidências tangíveis, a independência do pesquisador e a maior separação entre o sujeito e o objeto da pesquisa (Kripka et al., 2015).

5. Apresentação e análise dos resultados

Situação socioeconômica dos cidadãos

Com o objetivo de aprofundar a nossa compreensão sobre a situação socioeconômica, recorremos aos dados do relatório da DataReportal, referente ao ano de 2023. Por meio desses dados, construímos um quadro informativo que nos permite analisar a realidade demográfica e socioeconômica de alguns países da SADC:

Tabela 1 - Informação socioeconômica de alguns países da SADC

País	Total da População em 2023	Percentagem da população na Zona urbana	Percentagem da população na Zona Rural	Percentagem da população que vive com menos de 3,65 Dólares por dia	Percentagem da população com acesso a luz elétrica
Africa do Sul	60,14 milhões	68,60%	31,40%	40%	84,40%
Angola	36, 13 milhões	68,30%	31,70%	59,90%	46,90%
Botswana	2,65 milhões	72,50%	27,50%	38%	72%
Moçambique	33,42 milhões	38,50%	61,5	83,10%	30,60%
Namíbia	2,58 milhões	54,30%	45,70%	33,30%	56,30%
R. D. Congo	100,6 milhões	47,10%	52,90%	87,70%	19,10%
Tanzânia	66,46 milhões	37%	63%	74,30%	39,90%
Zâmbia	20,29 milhões	46%	54%	77,50%	44,50%
Zimbabwe	16,49 milhões	32,50%	67,50%	64,50%	52,70%

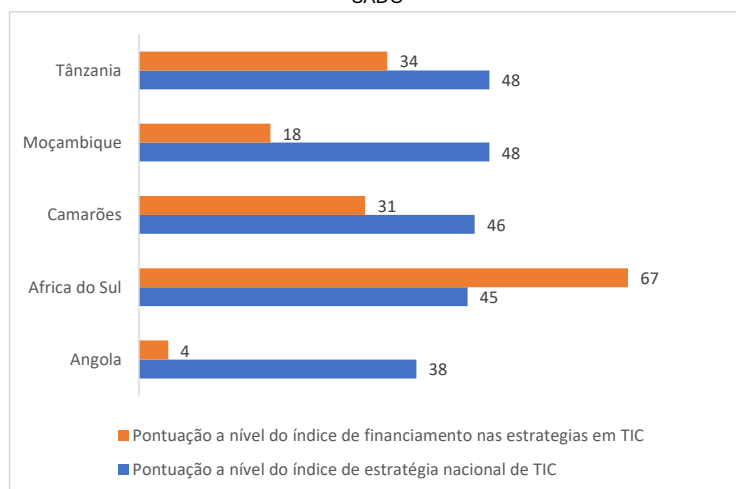
Nota. Elaborado pelo autor (2023), mediante as informações do DataReportal (2023)

Com base nas informações da tabela 1, fica claramente evidente que a maioria dos países da SADC enfrentam um desafio significativo no que diz respeito à pobreza, uma vez que a sua população vive com menos de 3,65 dólares por dia. Esse cenário reforça a necessidade de se concentrar em estratégias para combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações. Além disso, outro obstáculo que identificamos é a questão da energia elétrica. É amplamente reconhecido que a expansão e a utilização eficaz das TIC estão fortemente vinculadas ao fornecimento estável de energia elétrica às populações e instituições.

O Financiamento e Estratégia Nacional de TIC

O relatório da Africa's Pulse, (2021), avaliou, numa escala de 0 a 100, a preparação de alguns países da SADC para aproveitar as oportunidades oferecidas pela Internet. Destacamos nesta secção duas dimensões do referido estudo: (1) estratégia nacional de TIC, e (2) financiamento das estratégias de TIC:

Gráfico 1 - Pontuação a Nível de Financiamento e Estratégia Nacional de TIC alguns países da SADC



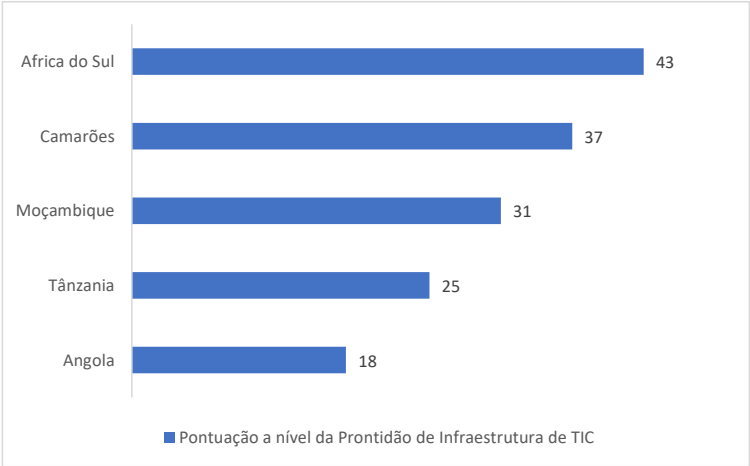
Nota. Adaptado pelo autor (2023) do Relatório da Africa's Pulse (2021).

Os dados do gráfico evidenciam que estes países da região, apresentam pontuações abaixo de 50 em relação à disponibilidade nas estratégias nacionais de TIC. Destacamos Angola por possuir um índice de disponibilidade ainda mais baixo em relação aos demais. No que diz respeito ao financiamento, em uma escala de 0 a 100, África do Sul apresenta mais recursos alocados para projetos de desenvolvimento em TIC, ao contrário de Angola e Moçambique, que têm mais projetos de desenvolvimento em TIC em comparação com o financiamento disponível. De maneira geral, a insuficiência de financiamento para projetos e estratégias nacionais de integração das TIC é evidente na maioria dos países apresentados (Africa's Pulse, 2021).

A Disponibilidade de Infraestrutura e Internet

Novamente, encontramos uma valiosa contribuição no relatório de Africa's Pulse (2021), no qual são apresentadas as pontuações, numa escala de 0 a 100, referentes à disponibilidade das infraestruturas de TIC em alguns países da SADC:

Gráfico 2 - Pontuação da Disponibilidade de Infraestrutura de TIC em alguns países da SADC



Nota. Adaptado pelo autor (2023) do Relatório Africa's Pulse (2021).

O gráfico 2 revela que o Índice de Disponibilidade de Infraestrutura de TIC destes países da SADC está abaixo da pontuação 50, indicando uma disponibilidade considerada insuficiente. Isso nos leva a concluir que a disponibilidade da infraestrutura necessária para a operacionalização efetiva das TIC ainda é limitada para as pessoas desses países. Essa falta de disponibilidade pode ser um obstáculo significativo para o acesso generalizado a recursos tecnológicos e comunicações, afetando diversos aspetos do desenvolvimento socioeconómico e da inclusão digital nesses países africanos (Africa's Pulse, 2021). Podemos evidenciar parte das informações apresentada no gráfico 2, tendo como base o relatório da “DataReportal” referente ao ano de 2023. Esse relatório apresentou o total da população de alguns países da SADC que possuem acesso à Internet, juntamente com a percentagem de utilizadores que acedem a Internet através de conexões móveis. Além disso, o relatório trouxe a proporção do preço de aquisição da Internet de banda larga móvel em relação ao salário médio nacional desses países:

Tabela 2 - Acesso a Internet por parte da população nos países da SADC em 2023

País	Percentagem da população que acede a Internet	Percentagem da população que utiliza as Redes Sociais Digitais	Percentagem dos utilizadores da Internet que acedem ao Google	Percentagem dos utilizadores de Internet que estabelecem conexão através de dados móveis	Preço médio de 1GB de dados móveis	Percentagem do preço de 1GB de dados móveis em relação ao salário médio
África do Sul	72,30%	42,90%	92,29%	85,30%	2,04 Dólares	0,38%
Angola	32,60%	10,20%	96,68%	88,70%	2,33 Dólares	1,58%

Botswana	73,50%	41,30%	89,86%	71,40%	15,55 Dólares	2,69%
Moçambique	20,70%	7,50%	95,81%	66,50%	1,33 Dólares	3,34%
Namíbia	53%	28,20%	90,81%	84,60%	10,52 Dólares	2,77%
R. D. Congo	22,90%	4,90%	98,48%	55,10%	N/A	N/A
Tanzânia	31,60%	7,40%	97,62%	74,40%	0,71 Dólares	0,75%
Zâmbia	21,20%	13,30%	95,05%	79,50%	1,36 Dólares	1,57%
Zimbabwe	34,80%	9,10%	92,50%	76,80%	4,26 Dólares	3,65%

Nota. Elaborado pelo autor (2023), mediante as informações do DataReportal (2023).

A análise dos dados revela que tanto Angola quanto Moçambique apresentam baixos índices de acesso à Internet, sendo 32,60% e 20,70%, respectivamente. O uso das redes sociais digitais também é reduzido, com 10,20% da população angolana e 7,50% da moçambicana utilizando essas plataformas. Apesar da alta taxa de usuários que acedem o Google (96,68% em Angola e 95,81% em Moçambique), a conectividade via dados móveis é mais comum em Angola (88,70%) do que em Moçambique (66,50%). O custo médio de 1GB de dados móveis é relativamente acessível em ambos os países (2,33 dólares em Angola e 1,33 dólares em Moçambique), mas pesa mais sobre a renda dos moçambicanos (3,34% do salário médio, contra 1,58% em Angola). Isso indica que, embora o acesso à Internet e às redes sociais ainda seja limitado, o alto custo relativo da Internet pode ser um factor de restrição, principalmente em Moçambique.

Diante da informação apresentada na Tabela 2, podemos explicar através das ideias da União Africana (2021) quando refere que quase 300 milhões de africanos vivem a mais de 50 km de uma ligação de banda larga móvel ou por cabo de fibra ótica, o que continua a representar um obstáculo significativo em termos de disponibilidade generalizada de Internet de alta velocidade (banda larga). Essa limitação impede que África aproveite plenamente o potencial da transformação digital (União Africana, 2021).

A posse de Dispositivos Digitais por parte da população

Para evidenciar as informações sobre a posse de Dispositivos Digitais por parte da população, recorreremos aos dados do relatório DataReportal referente ao ano de 2023. Esse documento fornece informações detalhadas sobre o número total de indivíduos em alguns países da SADC que possuem dispositivos como computadores portáteis, *desktops*, telemóveis e tablets. Além disso, o relatório oferece informações sobre a proporção do preço de aquisição dos *smartphones* mais acessíveis, em relação ao salário médio nacional nesses países. Esses dados são essenciais para compreendermos a realidade da disponibilidade e acessibilidade dessas tecnologias em diferentes partes do continente africano, e para identificar quais desafios persistem em termos de acesso a dispositivos que são fundamentais para a educação, o desenvolvimento e a inclusão digital:

Tabela 3 - Informação sobre a posse de Dispositivos Digitais pela população dos países da SADC

País	Percentagem da população que possuem Computador Laptop e Desktop	Percentagem da população que possuem Telemóveis	Percentagem da população que possuem Tabletes	Preço do Smartphone mais barato	Percentagem do preço do Smartphone mais barato em relação ao salário médio
Africa do Sul	19,72%	79,04%	1,22%	44,59 Dólares	8,04%
Angola	35,59%	62,66%	1,72%	103 Dólares	46,73%
Botswana	40,47%	57,74%	1,78%	52,61 Dólares	9,49%
Moçambique	40,61%	57,80%	1,58%	15,65 Dólares	37,37%
Namíbia	41,77%	56,98%	1,24%	78,74 Dólares	20,91%
R. D. Congo	12,56%	86,67%	0,77%	25 Dólares	53,59%
Tanzânia	15,78%	83,34%	0,88%	47,86 Dólares	50,70%
Zâmbia	24,75%	73,89%	1,32%	22,43 Dólares	23,47%
Zimbabwe	37,35%	61,13%	1,51%	N/A	N/A

Nota. Elaborado pelo autor (2023), mediante as informações do DataReportal (2023).

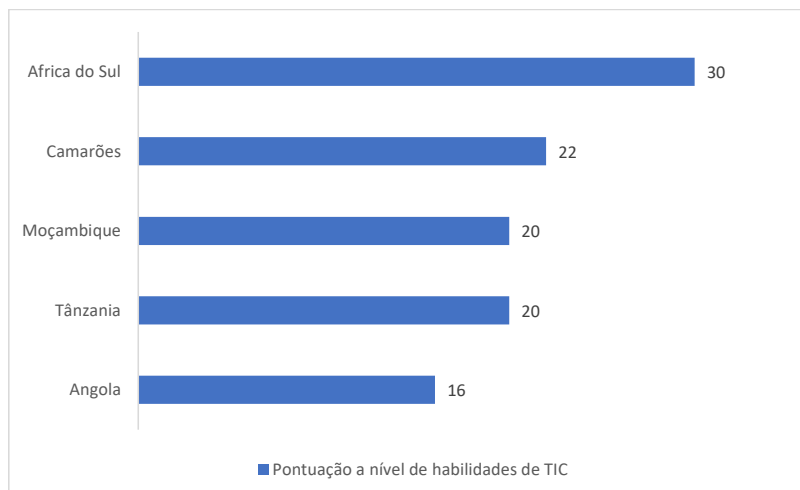
Os dados mostram que Moçambique tem uma maior proporção de pessoas com computadores (40,61%) do que Angola (35,59%). No entanto, Angola possui um número maior de pessoas com telemóveis (62,66%) em comparação com Moçambique (57,80%). A posse de tablets é baixa em ambos os países, com 1,72% em Angola e 1,58% em Moçambique. O preço do smartphone mais barato em Angola (103 dólares) é significativamente mais alto do que em Moçambique (15,65 dólares). No entanto, em ambos os países, o custo do dispositivo representa uma parcela significativa do salário médio: 46,73% em Angola e 37,37% em Moçambique. Isso sugere que, apesar da maior posse de computadores em Moçambique, o acesso à tecnologia móvel é mais acessível em Angola. O alto custo dos smartphones pode ser um factor limitante para a expansão do uso de dispositivos digitais em ambos os países.

A informação da Tabela 3 evidencia as limitações que as pessoas em África enfrentam no acesso aos dispositivos digitais e também tende a explicar que a posse desses dispositivos está relacionada com o baixo poder económico das famílias. Apesar das limitações, existe uma necessidade crescente por TIC como recurso de aprendizagem (Tuning Africa, 2021). A integração da tecnologia móvel na população africana é de aproximadamente 60%, variando regionalmente (Santos, 2023). Tais desafios reforçam a importância de infraestruturas sólidas e estratégias de acesso à tecnologia para alcançarmos uma educação de qualidade e inclusiva em África.

As Habilidades em TIC dos cidadãos

Para apresentarmos evidências sobre as habilidades em TIC dos cidadãos de alguns países da SADC, nos baseamos no estudo realizada e publicado pela Africa's Pulse, (2021), numa escala de 0 a 100, mediram o nível de habilidades dos cidadãos:

Gráfico 3 Pontuação a Nível de Habilidades de TIC em Alguns Países Africanos



Nota. Adaptado pelo autor (2023) do Relatório Africa's Pulse (2021).

O gráfico 3 apresenta a pontuação das habilidades em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em alguns países da SADC. A África do Sul lidera com 30 pontos, seguida por Camarões (22), Moçambique e Tanzânia (ambos com 20 pontos), enquanto Angola tem a menor pontuação (16). As pontuações baixas de Moçambique e Angola sugere desafios no desenvolvimento de competências digitais no país, possivelmente relacionados ao menor acesso à Internet e ao alto custo de dispositivos móveis. Moçambique, apesar de estar em uma situação um pouco melhor (20 pontos), ainda apresenta dificuldades na adoção e uso das TIC, o que pode estar ligado à acessibilidade limitada e ao custo da conectividade. No cenário africano, é evidente a importância fundamental de proporcionar formação inicial e contínua para os professores obterem e aprimorarem suas competências em Tecnologia Educativa de modo a proporcionar o uso eficaz de ferramentas digitais na aprendizagem tanto presencial como online e incentivar a criação de recursos educativos digitais (Africa's Pulse, 2021).

A perspectiva africana de integração das TIC no ensino

Para apresentarmos evidências sobre a perspectiva africana sobre a integração das TIC no ensino encontramos informações na A Agenda África 2063, concebido pela União Africana (2020), no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (PEIDR) da SADC - 2020-2030 elaborado pela SADC (2020), no relatório do "Projeto de Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030" Elaborado pela União Africana (2020).

A Agenda África 2063, é um plano estratégico que visa transformar a África política, social, econômica e tecnologicamente ao longo de 50 anos, com um horizonte de implementação até o ano de 2063. Entre as várias perspectivas de desenvolvimento de África, destaca-se as seguintes:

a) Melhoraria dos padrões de vida dos cidadãos, disponibilizando eletricidade e conectividade à Internet, através de políticas e estratégias de transformação digital na África.

b) A criação da “Rede Eletrónica Pan-Africana” mediante o desenvolvimento de infraestrutura de banda larga intra-africana.

c) A criação da “Universidade Africana Virtual e Electronica”, visando aumentar o acesso ao ensino superior e à formação contínua, permitindo que um grande número de estudantes e profissionais em diferentes locais possam se beneficiar de recursos de aprendizagem eletrónica de alta qualidade.

A região da África Austral tem vindo a implementar planos estratégicos e ações para o desenvolvimento regional, particularmente na área de energia, tecnologia da informação e infraestruturas. Essas iniciativas têm sido guiadas pelo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (PEIDR) da SADC - 2020-2030.

Através do PEIDR-SADC, tem prevista a execução do projeto emblemático do “Observatório de TIC da SADC” tem como objetivo garantir a recolha e divulgação confiável, precisa e actualizada de informações sobre TIC na região. Os Estados-Membros receberam apoio para a produção de formulários multiúso, incluindo o Modelo de Inquérito aos Agregados Familiares da SADC para Indicadores informáticos, TIC no Estado, nas empresas, na investigação e inovação, na educação e competências, bem como no Sector da Informática e Comércio de Produtos de TIC. A criação do Centro Africano para a Quarta Revolução Industrial (4ª RI) pela África do Sul, em colaboração com a União Internacional das Telecomunicações, busca operacionalizar a Declaração da SADC sobre a 4ª Revolução Industrial (4ª RI) por meio do uso de TIC, proporcionando uma resposta integrada e abrangente à revolução tecnológica digital.

O “Projeto de Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030” desenvolvido pela União Africana (2020), apresenta uma visão ambiciosa para impulsionar a transformação digital no continente africano ao longo da próxima década. O objetivo central desta estratégia é criar um ambiente propício para o desenvolvimento nacional, regional e continental, utilizando a digitalização como um motor de crescimento económico e social.

Um dos principais pilares desta estratégia é o fortalecimento das competências digitais em toda a população africana. Isso envolve tornar os cidadãos proficientes no uso responsável da tecnologia, aumentando a literacia digital e financeira, e incentivando o uso adequado das ferramentas digitais na vida cotidiana, incluindo áreas como administração pública, aprendizagem online e agricultura digital. Além disso, a estratégia visa criar um mercado único digital em África até 2030, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso fácil à Internet de alta velocidade e dispositivos como computadores, Telemóveis e Tabletes. Isso permitirá que a população aproveite os benefícios de serviços e conteúdos eletrónicos, a maioria dos quais deverá ser desenvolvida localmente, para a promoção da inovação e o crescimento da indústria de tecnologia no continente.

A educação é outro componente fundamental da estratégia. A referida estratégia possui orientações sobre a atualização dos currículos escolares para refletir as necessidades da sociedade digital, particularmente nas áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática (CTEAM), são a prioridade. Isso visa equipar os estudantes com as competências necessárias para enfrentar os desafios da economia digital e da

inovação. A formação de professores e o acesso a tecnologia nas instituições de ensino são pontos fundamentais da Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030 para garantir uma educação de qualidade, o que inclui a utilização de plataformas de ensino electrónico, a criação de instituições de ensino superior online e a promoção da aprendizagem colaborativa.

Portanto, o “Projeto Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030”, visa transformar a África em uma sociedade de inovação digital, onde a população será capacitada digitalmente, a indústria tecnológica estará em crescimento e a educação será orientada para as necessidades do futuro.

Considerações finais

Nesta pesquisa, propusemo-nos a descrever a disponibilidade da infraestrutura tecnológica para a integração das TIC na educação em alguns países da SADC. Para responder à nossa questão de investigação, realizamos uma análise minuciosa de diversos documentos e relatórios: a Agenda 2063 - A África que Queremos, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) 2020-2030, o Projeto de Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030, o An Analysis of Issues Shaping Africa's Economic Future (Vol. 23) e o Digital 2023 - Global Overview Report. A partir dessa análise, identificamos temas-chave que evidenciam informações relevantes sobre a integração das TIC na educação nesses países.

Os principais temas-chave identificadas com esta pesquisa estão relacionados à situação socioeconómica dos cidadãos, ao financiamento e estratégia nacional de TIC, à disponibilidade de infraestrutura e internet, à posse de dispositivos digitais pela população, ao nível de habilidades em TIC dos cidadãos e às perspectivas africanas de integração das TIC no ensino.

Relativamente à situação socioeconómica das famílias, os resultados indicam que a pobreza continua a ser um dos principais desafios enfrentados pelos países da SADC, com grande parte da população a viver abaixo da linha de 3,65 dólares por dia. Além disso, a infraestrutura energética emerge como um fator crítico para o avanço socioeconómico da região. Assim, é fundamental que as políticas públicas e os investimentos sejam direccionados para fortalecer esses setores, para garantir não apenas o acesso à energia eléctrica, mas também para a criação de condições que viabilizem o uso estratégico das TIC para o desenvolvimento económico e social.

No que se refere ao financiamento e à estratégia nacional de TIC, verificamos que há escassez de investimentos, e isto constitui um obstáculo significativo para a expansão e consolidação das TIC na região. Dessa forma, torna-se essencial que os governos adotem políticas e estratégias que priorizem o financiamento sustentável e a implementação eficaz das TIC, de modo a criar um ambiente propício ao avanço tecnológico e ao desenvolvimento económico nos países analisados.

Quanto à disponibilidade de infraestrutura e Internet, os resultados indicam que essa ainda é limitada para uma parcela significativa da população dos países estudados. Para que esses países possam usufruir plenamente dos benefícios da digitalização, é essencial a implementação de políticas e investimentos estratégicos que visem à

ampliação da infraestrutura de conectividade, à redução dos custos de acesso e à promoção de uma inclusão digital mais equitativa.

Em relação à posse de dispositivos digitais, observamos que uma parcela significativa da população desses países não possui um computador ou um telemóvel, devido aos altos preços e às limitações económicas das famílias. Essa realidade dificulta consideravelmente a integração das TIC na educação e reforça a necessidade de políticas que facilitem o acesso a dispositivos tecnológicos.

No que tange ao nível de habilidades em TIC dos cidadãos, os resultados sugerem que ainda há desafios consideráveis no desenvolvimento de competências digitais, possivelmente influenciados pelo menor acesso à internet e pelo alto custo dos dispositivos electrónicos. Esse cenário destaca a importância de iniciativas que promovam a alfabetização digital e a capacitação tecnológica da população.

Por fim, no que se refere às perspectivas africanas de integração das TIC no ensino, os resultados evidenciam que essa integração está sendo impulsionada por iniciativas estratégicas como a Agenda África 2063 e o Projeto de Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030. Essas iniciativas buscam expandir a conectividade, fortalecer a educação digital e preparar a população para a Quarta Revolução Industrial (4ª RI). Ademais, projetos como a Rede Eletrônica Pan-Africana e a Universidade Africana Virtual e Eletrônica visam ampliar o acesso à educação e à infraestrutura digital. Na região da SADC, o PEIDR-SADC 2020-2030 promove o monitoramento das TIC e a inovação tecnológica, enquanto a estratégia de transformação digital objetiva a criação de um mercado único digital até 2030, garantindo acesso à internet e a dispositivos tecnológicos.

Dessa forma, concluímos que, apesar dos desafios identificados, a integração das TIC na educação nos países da SADC pode ser potencializada por meio de políticas públicas robustas, investimentos sustentáveis e colaboração entre governos, sector privado e organizações internacionais. Somente com acções coordenadas e sustentáveis será possível mitigar os desafios e promover um crescimento inclusivo e sustentável na região.

Referências

- Africa's Pulse (2021). An Analysis of Issues Shaping Africa's Economic Future (Vol. 23). <http://hdl.handle.net/10986/35342>
- Bell, J. (1993). Como Realizar um projecto de Investigação. Gradiva.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma Introdução à Teoria e aos métodos. Porto Editora.
- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral [SADC] (2020). Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC [RISDP] 2020-2030. <https://www.sadc.int/pt-pt/pilares/plano-estrategico-indicativo-de-desenvolvimento-regional-2020-2030>
- Denzin, N. K. (1978). The research act: A theoretical introduction to sociological methods. New York: McGraw-Hill.
- DATAREPORTAL. (2023). Digital 2023: Global Overview Report. <https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>
- E-learning Africa (2020). The effect of Covid-19 on education in Africa and its implications for the use of technology. EdTech Hub. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4749652>
- Flick, U. (2009). Desenho da Pesquisa Qualitativa (3ª ed.). Artemed Editora, SA.

- Isaacs, S., & Hollow, D. (2012). The eLearning Africa 2012 Report. ICWE. https://www.elearning-africa.com/ressources/pdfs/report/postreport_eLA2012_pt.pdf
- Kripka, R. M., Scheller, M., & Bonotto, D. d. (2015). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação*, 2(1), 243-247. https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research
- Lüdke, M., & André, M. E. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. EPU.
- Minayo, M. C. S. (2001). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2021). África, rumo à digitalização. news.un. <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1752412>
- Stake, R. E. (2009). A Arte de Investigação com Estudos de Caso. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Traore, M. (2021). Guidebook to a successful implementation of digital education. African Higher Education Centers of Excellence. <https://ace.aau.org/wp-content/uploads/2021/11/0-Guidebook-to-successful-implementation-of-digital-education.docx.pdf>
- Tuning Africa (2021). Conceção e Implementação de Cursos Universitários em Formação de Professores. University of Deusto. <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/index.php/es/tuning-es/tuning-africa-portugueses/tuning143-cast>
- União Africana [UA] (2015). Agenda 2063: a África que queremos. <https://au.int/en/agenda2063/overview>
- União Africana [UA] (2020). Projecto de Estratégia de Transformação Digital para África 2020-2030. https://au.int/sites/default/files/documents/38507-doc-ie25718_dts_portuguese.pdf
- União Africana [UA] (2021). Transformando a educação em África: uma visão global em evidência para a melhoria a longo prazo. UNICEF. <https://www.unicef.org/media/106916/file/%20Africa%20Education%20Report%20Summary%20POR%20.pdf>
- União Africana [UA] (2021). Transformando a educação em África: uma visão global em evidência para a melhoria a longo prazo. UNICEF. <https://www.unicef.org/media/106916/file/%20Africa%20Education%20Report%20Summary%20POR%20.pdf>

Subversão e Resiliência Democrática: O Papel da Tecnologia na Política Moçambicana

Hilario Alfredo Vilanculos, Escola Superior de Jornalismo (Manica)

hilavilas@gmail.com

Resumo: A tecnologia tem um impacto duplo na política moçambicana: fortalece a democracia ao facilitar a participação cívica, a fiscalização eleitoral e o combate à corrupção, mas também subverte processos democráticos ao disseminar desinformação e incitar violência. Manifestações organizadas via redes sociais, como as de 9 de outubro, revelam os riscos do ciberativismo negativo, minando a confiança nas instituições. O acesso desigual às TICs e a falta de infraestrutura digital nas zonas rurais limitam a inclusão política e ampliam disparidades sociais. Contudo, iniciativas como o monitoramento digital de eleições e plataformas de denúncia demonstram o potencial das tecnologias para promover transparência e resiliência democrática. O estudo enfatiza a necessidade de regulamentação eficaz, investimento em alfabetização digital e adoção de estratégias para mitigar os impactos negativos da tecnologia. O futuro democrático de Moçambique dependerá do equilíbrio entre inovação digital e proteção dos valores democráticos, garantindo que a tecnologia sirva como instrumento de fortalecimento institucional e não de instabilidade política.

Palavras-chave: Tecnologia; Democracia; Subversão; Resiliência; Política moçambicana.

Introdução

A democratização de Moçambique, iniciada em 1994, trouxe avanços institucionais, mas ainda enfrenta desafios como corrupção, desigualdades socioeconômicas e instabilidade política, que dificultam a consolidação democrática. A tecnologia digital, no contexto político contemporâneo, tem um impacto duplo: fortalece a mobilização cívica e o engajamento democrático, mas também é utilizada para disseminar desinformação e incitar violência, como demonstrado em manifestações organizadas via redes sociais. Essa ambivalência é central no estudo "Subversão e Resiliência Democrática: O Papel da Tecnologia na Política Moçambicana", que examina como as tecnologias digitais tanto promovem quanto fragilizam a democracia, destacando casos de manipulação digital e iniciativas de resiliência democrática. O artigo também aborda desafios como a desigualdade de acesso à tecnologia e a falta de regulação eficaz, propondo a implementação de estratégias regulatórias e educativas para garantir o uso ético e inclusivo das tecnologias digitais. Ao promover a resiliência democrática, a pesquisa contribui para os debates sobre governança digital e transformação social, ressaltando a importância de mitigar os riscos associados à tecnologia no contexto político.

1. A Democracia Moçambicana no Contexto Actual

A trajetória democrática de Moçambique, iniciada na década de 1990, é marcada por avanços e desafios. Huntington (1991) argumenta que transições democráticas geram instabilidade devido a desafios estruturais e conjunturais. A fragilidade dos valores democráticos, crises econômicas, polarização política e desordem social comprometem a consolidação democrática, podendo favorecer autoritarismo, intervenções militares ou

golpes institucionais, especialmente em contextos de terrorismo e insurgências (Huntington, 1991, p. 17-19). A assinatura do Acordo de Paz em 1992 e as eleições de 1994 foram marcos, mas os conflitos FRELIMO-RENAMO revelaram dificuldades de consolidação democrática. A desigualdade entre áreas urbanas e rurais em Moçambique limita essa consolidação, dificultando a participação cívica. A corrupção e a má governança prejudicam a eficiência estatal, fragilizando instituições e minando a confiança pública. Barroso (p. 3) destaca que decisões baseadas em interesses impróprios comprometem a boa governança. Além disso, esses fatores limitam a capacidade do Estado de garantir direitos humanos, essenciais para uma sociedade democrática.

A falta de mecanismos de consenso político gera instabilidade. A dependência de Moçambique de doadores internacionais molda políticas, o que frequentemente ignora as necessidades locais. Rodney (1972, pp.117-127) explica como a dependência econômica perpetua desigualdades. Essas teorias mostram que a democracia em Moçambique enfrenta desafios internos e externos, como desigualdade, corrupção e dependência internacional, que dificultam a consolidação democrática, mas fornecem uma base para transformação.

2. Tecnologia Digital: Entre a Democratização e a Subversão

A tecnologia, especialmente as plataformas digitais, revolucionou as dinâmicas sociais, econômicas e políticas. No entanto, esta transformação trouxe desafios complexos, como a disseminação de desinformação e o ciberativismo negativo. Este capítulo examina como as tecnologias digitais têm sido utilizadas para subverter processos democráticos e sociais, conectando as perspectivas globais e moçambicanas.

A tecnologia digital desempenha um papel paradoxal nos sistemas políticos contemporâneos. Por um lado, democratiza o acesso à informação e promove a mobilização cívica; por outro, é usada para fins subversivos, comprometendo a estabilidade política. Castells (2012, p. 78) afirma que “a tecnologia da informação é tanto uma infraestrutura para empoderar os cidadãos quanto um mecanismo de controlo e manipulação”. Em Moçambique, o soft power digital, segundo Nye (2004, p. 56), explica como as redes sociais influenciam opiniões públicas e criam divisões sociais, desconfiança nas instituições e enfraquece o sistema democrático.

2.1. Desinformação e Fake News

Plataformas digitais facilitaram a disseminação massiva de desinformação. Allcott e Gentzkow (2017) observam que “as fake news emergiram como um dos fenómenos mais disruptivos” (p. 211). Em Moçambique, as fake news afectam particularmente os períodos eleitorais. Joanguete (2019) destaca que o fact-checking tornou-se essencial para mitigar os efeitos negativos dessas práticas (p. 9). Zavala (2023) explora o impacto das fake news em rádios comunitárias, afirmando que “a disseminação de informações falsas fragiliza a coesão social” (p. 45). A teoria do “pânico moral digital” de Cohen (2002, p. 90) explica como as redes sociais, ao promoverem narrativas polarizadoras, criam um clima de insegurança, como demonstrado nas manifestações violentas de 2019 e as últimas de 2024.

No âmbito internacional, Wardle e Derakhshan (2017) descrevem um "ecossistema de desinformação", que inclui fake news e outros conteúdos falsos. Em Moçambique, estas dinâmicas são agravadas por baixa literacia digital e regulação insuficiente (Lopes, 2020, p. 121). Conferências nacionais em 2019 destacaram que “a proliferação de fake news pode levar a violência” (Global Voices, 2019, p. 22).

2.2. Incitação ao Ódio e Instabilidade Social

Morier-Genoud (2020) aponta que o ciberativismo negativo tem agravado conflitos em regiões como Cabo Delgado, onde redes sociais mobilizam indivíduos para acções violentas (p. 24). Zavala (2023, p. 14) argumenta que a baixa literacia digital facilita a aceitação de narrativas polarizadoras e sugere "educação digital como essencial para mitigar estes impactos".

Portanto, apesar do potencial democratizante, as tecnologias digitais também se tornaram ferramentas de subversão, comprometendo democracias frágeis como a de Moçambique. Desinformação e ciberativismo negativo evidenciam a necessidade de fortalecer a literacia mediática, promover jornalismo ético e implementar regulação eficaz. Estas iniciativas, aliadas a uma análise das conexões entre perspetivas locais e globais, são cruciais para enfrentar os desafios digitais no país e promover um uso mais ético e inclusivo das tecnologias.

3. Exemplos em Moçambique

3.1. Casos Recentes de Desinformação e Manipulação Política Online

A digitalização dos espaços de interação política e social em Moçambique trouxe desafios significativos à governança. A disseminação de desinformação e manipulação política através das plataformas digitais tem impactado a estabilidade social e política, com casos recentes ilustrando como essas tecnologias são utilizadas para incitar violência e criar divisões sociais.

3.2. Desinformação nas Eleições de 2019, 2023 e 2024

As eleições gerais em Moçambique tornaram-se um palco para a disseminação de desinformação. Durante as eleições de 2019, 2023 e 2024, rumores infundados sobre fraudes eleitorais circularam nas redes sociais, incluindo vídeos e posts alegando "roubo de votos". Esses conteúdos, embora desprovidos de provas, provocaram protestos em várias cidades, especialmente em Maputo e Nampula. Hanlon (2021, p.131) observa que “as plataformas digitais foram usadas para amplificar desconfianças e gerar mobilizações baseadas em falsidades”. Essa manipulação digital gerou tumultos e aprofundou a crise política.

3.3. Redes Sociais, Terrorismo e Instabilidade Social

As redes sociais também desempenharam um papel crítico na propagação de discursos de ódio e violência. No caso do terrorismo em Cabo Delgado, mensagens nas redes sociais amplificaram medos e incertezas sobre a presença de grupos extremistas. Francisco (2021, p.105) afirma que “a disseminação de vídeos e mensagens conspiratórias agravou o clima de desconfiança e insegurança”. Além disso, em regiões centrais e do sul, plataformas digitais têm sido usadas para fomentar polarização política e incitar conflitos étnicos, exacerbados pela baixa literacia digital e ausência de regulação.

3.4. Desinformação sobre a COVID-19

Durante a pandemia de COVID-19, as redes sociais em Moçambique disseminaram informações falsas sobre o vírus e tratamentos alternativos. Langa (2020) destaca que “as redes sociais foram um veículo para teorias de conspiração, como a ideia de que a pandemia era uma invenção do governo” (p. 78). Isso gerou resistência às políticas de saúde pública, dificultando o controlo da propagação do vírus.

Esses casos sublinham o impacto da desinformação na coesão social e na estabilidade política em Moçambique. Para enfrentar esses desafios, é essencial fortalecer a alfabetização digital, regular as plataformas digitais e promover práticas éticas de comunicação online.

4. Tecnologia como Catalisador de Resiliência Democrática

4.1. Mobilização Social e o Papel das Redes Sociais

Nos últimos tempos, as redes sociais têm se destacado como uma ferramenta poderosa na mobilização social, permitindo a organização de protestos, tanto pacíficos quanto violentos, e a amplificação de mensagens políticas e sociais. Este fenómeno tem sido particularmente visível em Moçambique, onde as manifestações, desencadeadas por uma série de fatores socioeconômicos e políticos, culminaram em uma série de atos de destruição e violência. A mobilização online tem sido fundamental na organização de ações de protesto que incluem saques, destruição de lojas, ruas, estradas, pontes, hospitais, escolas, e até mesmo mortes de policiais e civis. Além disso, a evasão de presídios, libertação de prisioneiros, bloqueios de estradas, destruição de linhas férreas, escolas, centros e postos de saúde, ataques a bombas de combustível e bancos comerciais são algumas das manifestações de violência organizadas por meio das redes sociais entre os meses de Outubro de 2024 e Março de 2025.

4.2. A Dinâmica das Redes Sociais e Seus Efeitos

A mobilização social por meio das redes sociais tem o poder de criar um espaço onde cidadãos podem se organizar rapidamente, disseminar informações e coordenar protestos. Castells (2012, p.50) descreve as redes sociais como uma “nova forma de organização social”, onde a comunicação instantânea e a descentralização do poder estimulam a ação coletiva. Este conceito é crucial para entender as manifestações em

Moçambique, nas quais as redes sociais não apenas serviram para expressar descontentamento, mas também para organizar e incitar acções violentas. As mensagens de protesto, muitas vezes alimentadas por um ambiente de insatisfação com o governo e a gestão pública, são rapidamente amplificadas através de plataformas como o Facebook e o WhatsApp, facilitando a coordenação de grandes grupos em um curto espaço de tempo.

No entanto, como apontam Tufekci (2017) e Shirky (2010), essa mesma velocidade de mobilização tem seus riscos. As redes sociais, ao mesmo tempo que promovem a organização de protestos pacíficos, também oferecem um terreno fértil para a incitação à violência, como evidenciado pelas manifestações descritas. Os protestos em Moçambique, que começaram com demandas por melhores condições sociais e políticas, rapidamente se transformaram em destruição em massa e ataques coordenados a bens públicos e privados. O uso das redes sociais, nesse caso, teve como efeito colateral a amplificação da violência, com a destruição de infraestruturas essenciais, como hospitais, escolas, estradas, e a morte de civis e policiais.

4.3. Azagaia: A Música e a Mobilização Política

Em Moçambique, a música tem sido uma poderosa ferramenta de mobilização social. O rapper Azagaia é um exemplo notável de como a arte pode servir como um meio de contestação política. Através de suas letras, Azagaia denuncia a corrupção, as injustiças sociais e a falta de responsabilidade por parte das autoridades, ao mesmo tempo em que incita a população a se levantar e exigir mudanças. Em sua música "O Rap da Luta", (Azagaia, 2007), ele canta:

*"Eu canto para a luta, para o povo se levantar,
É hora de mudar, a nossa voz não vai calar."*

Azagaia tem sido uma voz de resistência contra a opressão, e suas canções, muitas vezes amplificadas pelas redes sociais, se tornaram um catalisador para acções colectivas. Ao cantar sobre a necessidade de mudar e se rebelar contra a injustiça, Azagaia reflecte o clima de insatisfação que permeia a sociedade moçambicana. Suas músicas servem não apenas como protesto, mas como um meio de mobilização para aqueles que se sentem marginalizados ou oprimidos. O facto de suas letras serem compartilhadas nas redes sociais contribui para a construção de um movimento de resistência que pode ser tanto pacífico quanto violento, dependendo do contexto.

4.4. O Impacto das Redes Sociais nas Manifestações e a Violência

A intersecção entre as redes sociais e as manifestações violentas em Moçambique destaca um ponto crítico nas discussões sobre mobilização digital: a capacidade de as plataformas online tanto fomentarem a resistência quanto incitarem a destruição. O papel das redes sociais em coordenação com as mensagens de figuras públicas, como Azagaia, demonstra o poder de amplificação que essas plataformas possuem. No caso específico das manifestações, as redes sociais foram fundamentais para coordenar ataques a bens públicos e privados, incluindo saques, destruição de bancos comerciais, e até a queima de

poços de gás em locais como Maputo, Timane, Pande, Vilankulo, Báruè, Homoine, Inharrime, Morrumbene e Inhassoro, quase em todo o país.

De acordo com Limoeiro (2015), as redes sociais, embora sejam ferramentas poderosas para a mobilização política e a organização social, também podem ser usadas para incitar a violência, amplificando os conflitos. O comportamento colectivo gerado nas redes sociais, somado ao contexto de desigualdade social e política, resultou em protestos que, inicialmente pacíficos, rapidamente se transformaram em actos violentos. Esta dinâmica está visível nas manifestações em Moçambique, onde a violência e os saques são frequentemente coordenados e incitados por grupos que se unem online.

4.5. Resiliência Democrática e Desafios à Governança

A crescente dependência das redes sociais para a mobilização social coloca desafios significativos para a governança e a manutenção da ordem pública. Nascimento (2017) argumenta que a governança digital deve equilibrar a liberdade de expressão com a necessidade de proteger a ordem pública e prevenir a violência. Este equilíbrio é crucial em tempos de crise, como as manifestações actuais, nas quais as redes sociais desempenham um papel vital na amplificação de vozes dissidentes e na organização de protestos que podem facilmente se transformar em cenas de destruição e caos.

A resposta do governo, portanto, não pode ser apenas repressiva. Deve também considerar as questões sociais e políticas que motivam as manifestações, ao mesmo tempo em que busca regulamentar o uso das redes sociais para evitar a incitação à violência. A regulação eficaz e a promoção de um espaço para o diálogo são fundamentais para garantir a resiliência democrática e evitar que as manifestações se tornem um ciclo de destruição e retaliação.

Assim, a mobilização social, potencializada pelas redes sociais, tem o poder de catalisar mudanças significativas. No entanto, como demonstrado pelas manifestações recentes em Moçambique, ela também pode incitar a violência e a destruição, quando não controlada adequadamente. As redes sociais, como instrumento de organização e amplificação de protestos, podem ser uma força poderosa para a transformação social. Contudo, sua utilização em contextos de crise exige uma gestão cuidadosa, tanto por parte dos cidadãos quanto das instituições governamentais, para garantir que sua influência seja construtiva e não destrutiva. O papel de figuras como Azagaia, que através da música e das redes sociais impulsionam o engajamento político, destaca o poder da tecnologia na promoção de resistência, mas também a necessidade de reflexão crítica sobre os impactos de sua utilização.

4.6. Transparência e Prestação de Contas: iniciativas digitais para monitoramento de eleições e combate à corrupção.

A transparência e a prestação de contas são elementos fundamentais para o funcionamento das democracias. No contexto actual, em que questões como a corrupção e a fraude eleitoral ainda persistem, as ferramentas digitais oferecem oportunidades para fortalecer essas práticas e garantir uma maior responsabilidade governamental. Em países como Moçambique, a tecnologia tem sido cada vez mais usada para promover a

transparência, monitorar eleições e combater a corrupção. Plataformas digitais, aplicativos móveis e sites de monitoramento têm desempenhado um papel importante, permitindo que os cidadãos exerçam sua vigilância de maneira mais eficaz e em tempo real.

4.7. A Transparência Digital e a Prestação de Contas no Contexto Eleitoral

A tecnologia digital oferece uma série de ferramentas para aumentar a transparência nos processos eleitorais. De acordo com Held (2009), a digitalização dos processos eleitorais permite aos cidadãos monitorar as eleições, acompanhar o comportamento dos candidatos e os resultados, além de denunciar irregularidades. A plataforma "Observatório Eleitoral", que é uma colaboração entre várias organizações da sociedade civil em Moçambique, é um exemplo de iniciativa que utiliza a tecnologia para garantir maior transparência durante os processos eleitorais. Esta plataforma permite que os cidadãos registem e compartilhem informações sobre o andamento das eleições, aumentando a visibilidade e a integridade do processo eleitoral (Observatório Eleitoral, 2023).

Além disso, em *Democracy in the Digital Age* (2009), Held argumenta que as redes sociais e outras plataformas digitais ajudam a ampliar o alcance da informação eleitoral, permitindo que as questões políticas sejam discutidas em tempo real, o que, por sua vez, aumenta a pressão por respostas rápidas das autoridades. Através de aplicativos como "Moçambique Decide" e "Cidadão de Olho", desenvolvidos por organizações como a Sindicato Nacional Jornalistas (SNJ), os cidadãos podem relatar irregularidades eleitorais directamente, garantindo um maior controlo social sobre o processo (SNJ, 2022).

4.8. Combate à Corrupção: O Uso de Ferramentas Digitais para Fiscalização

A luta contra a corrupção é um dos maiores desafios enfrentados por muitos países em desenvolvimento, e a tecnologia oferece ferramentas vitais para enfrentar esse problema. Klitgaard (1988) em *Controlling Corruption* discute como a falta de transparência em processos governamentais e administrativos pode levar ao aumento da corrupção. Ele defende que as tecnologias de informação podem reduzir essa opacidade, permitindo que os cidadãos tenham acesso à documentação pública e possam monitorar os actos do governo de forma mais eficaz (Klitgaard, 1988, p. 27).

Em Moçambique, organizações como a Transparência e Integridade Moçambique (TIMO) têm se destacado no uso de ferramentas digitais para combater a corrupção. A TIMO utiliza plataformas digitais para divulgar informações sobre a execução de políticas públicas, investimentos e recursos públicos, com o objectivo de aumentar a pressão social pela transparência e pela responsabilização dos governantes. Através do uso de "Plataformas de Dados Abertos", o público pode acessar informações sobre contratos públicos, orçamentos e outros dados cruciais (TIMO, 2021). Essas plataformas não só tornam os processos mais visíveis, mas também facilitam a participação cidadã no processo de fiscalização.

4.9. Impacto da Transparência Digital na Governação e na Democracia

A implementação de plataformas digitais para promover a transparência tem um efeito profundo na governança democrática. Morozov (2011), em *The Net Delusion*, argumenta que a transparência digital pode, de facto, transformar o relacionamento entre governo e cidadãos, criando um ciclo de responsabilização contínuo (Morozov, 2011, p. 94). No entanto, ele também alerta para o risco de "controle digital", no qual as mesmas ferramentas de transparência podem ser usadas por governos autoritários para monitorar e controlar a população. Por isso, ele enfatiza a importância de um ambiente regulatório adequado que garanta o uso ético e transparente da tecnologia.

No contexto moçambicano, organizações como a Associação de Defesa dos Direitos Humanos (ADHD) têm enfatizado a importância de garantir que as ferramentas de transparência digital sejam usadas para fortalecer a democracia, e não para miná-la. A ADHD, por meio de suas campanhas de conscientização e monitoramento online, tem incentivado a participação cidadã na luta contra a corrupção, mostrando como a tecnologia pode ser uma força poderosa para a mudança (ADHD, 2022).

4.10. O Futuro da Transparência e Prestação de Contas na Era Digital

A tecnologia digital tem o potencial de revolucionar os processos democráticos, especialmente em países em desenvolvimento, como Moçambique. O uso de plataformas digitais para monitoramento eleitoral e combate à corrupção tem mostrado resultados positivos, permitindo que os cidadãos se tornem agentes activos na luta por maior transparência. No entanto, como ressaltado por Klitgaard e Morozov, a implementação dessas ferramentas deve ser acompanhada de regulamentações adequadas e de um forte compromisso com a ética e a responsabilidade.

À medida que o uso de tecnologia no monitoramento eleitoral e na fiscalização de processos governamentais cresce, é crucial garantir que essas ferramentas sejam usadas para promover uma maior transparência e responsabilidade. Organizações como o Observatório Eleitoral, TIMO e SNJ têm um papel fundamental nesse processo, pois ajudam a estabelecer uma cultura de fiscalização e participação cívica, fortalecendo a democracia em Moçambique e além.

4.11. Capacitação Cívica: uso de plataformas digitais para educar os cidadãos sobre seus direitos e deveres democráticos.

A capacitação cívica desempenha um papel central no fortalecimento das democracias, pois visa equipar os cidadãos com o conhecimento necessário para exercer plenamente seus direitos e deveres democráticos. Com o advento das tecnologias digitais, as plataformas online se tornaram ferramentas poderosas para educar as populações, promover a conscientização política e incentivar a participação activa na vida pública. A integração de tecnologias, como plataformas digitais, redes sociais e aplicativos móveis, tem permitido que os cidadãos acessem informações cruciais sobre direitos civis, processos eleitorais e a estrutura governamental, criando um ambiente mais inclusivo e participativo.

4.12. A Capacitação Cívica no Contexto Digital

A capacitação cívica, como conceito, refere-se ao processo pelo qual os indivíduos são informados e educados sobre os seus direitos, responsabilidades e o funcionamento dos sistemas políticos. Segundo Dahl (1989), um dos principais teóricos da democracia, a educação cívica é vital para garantir que os cidadãos possam tomar decisões informadas e participar de maneira eficaz nos processos democráticos. Dahl argumenta que uma democracia verdadeira requer um eleitorado bem-informado, capaz de compreender os desafios políticos e sociais, a fim de garantir a legitimidade e a eficácia das decisões políticas (Dahl, 1989, p. 42).

No contexto da capacitação cívica por meio de plataformas digitais, Shirky (2008) observa que as tecnologias da informação têm potencial para democratizar o acesso à informação e fomentar uma maior participação cívica. Ele destaca que a internet e as redes sociais oferecem aos cidadãos a capacidade de acessar recursos educacionais e de se envolver com outros cidadãos em discussões políticas (Shirky, 2008, p. 65). A democratização do acesso à informação pode, portanto, fortalecer a resiliência democrática, promovendo uma sociedade mais informada e participativa.

4.13. A Capacitação Cívica e o Empoderamento do Cidadão

Em *The Digital Citizen* (2015), Zizi Papacharissi explora como as plataformas digitais não só facilitam a capacitação cívica, mas também proporcionam novas formas de engajamento político. A autora enfatiza que a interação nas redes sociais e a educação digital têm o poder de transformar cidadãos passivos em agentes activos, permitindo que se mobilizem por causas e se envolvam em discussões políticas mais amplas (Papacharissi, 2015, p. 73). Além disso, Papacharissi sugere que as redes sociais oferecem uma forma de empoderamento ao permitir que os cidadãos participem directamente da construção de um discurso público (Papacharissi, 2015, p. 80).

Em Moçambique, iniciativas digitais, como o "Cidadão de Olho" (plataforma de monitoramento e participação cívica), têm se destacado como ferramentas de capacitação cívica. A plataforma permite que cidadãos monitorem e reportem questões relacionadas à governação, corrupção e direitos humanos, promovendo um engajamento directo com a política e com o processo democrático. Nascimento (2017), em sua pesquisa sobre a capacitação cívica e as tecnologias digitais em Moçambique, aponta que essas plataformas têm se mostrado fundamentais para aumentar a consciencialização sobre direitos cívicos e a importância da participação democrática, especialmente em contextos de crise política (Nascimento, 2017, p. 56).

4.14. O Papel das Organizações da Sociedade Civil

As organizações da sociedade civil desempenham um papel crucial na promoção da capacitação cívica, muitas vezes utilizando plataformas digitais para alcançar um público mais amplo. A Associação Moçambicana de Direito e Justiça (AMDJ), por exemplo, tem utilizado plataformas digitais para disseminar informações sobre os direitos legais dos cidadãos, incluindo o direito ao voto, a liberdade de expressão e o acesso à justiça. Segundo Abranches (2020), as ONGs em Moçambique têm se utilizado de plataformas

como Facebook e WhatsApp para oferecer treinamentos sobre a legislação eleitoral, direitos humanos e os mecanismos disponíveis para combater abusos de poder, promovendo um maior engajamento da população (Abranches, 2020, p. 44).

Outra organização importante é o Observatório de Governança e Democracia (OGD), que tem se dedicado a usar tecnologias digitais para informar e educar os cidadãos sobre os processos de governança e os direitos de participação política. O OGD também utiliza as redes sociais e sites interactivos para facilitar a interacção directa com os cidadãos, promovendo uma educação cívica contínua e o fortalecimento do sistema democrático.

4.15. O Desafio da Inclusão Digital

Apesar dos avanços nas tecnologias digitais, um dos maiores desafios para a capacitação cívica é a exclusão digital. Castells (2012) argumenta que, embora a internet tenha o potencial de criar uma "sociedade em rede", ela também pode agravar as desigualdades sociais, especialmente em regiões com acesso limitado à tecnologia (Castells, 2012, p. 96). Em Moçambique, a disparidade no acesso à internet e a falta de infraestrutura em áreas rurais são questões que precisam ser abordadas para garantir que todos os cidadãos tenham as mesmas oportunidades de se informar e se envolver na política.

Deste modo, as tecnologias digitais têm se mostrado um instrumento poderoso para a capacitação cívica, pois ampliam o acesso à informação e promovem um maior engajamento político. No contexto moçambicano, plataformas como "Cidadão de Olho" e o trabalho realizado por organizações como a AMDJ e o OGD têm contribuído significativamente para a educação cívica e o empoderamento dos cidadãos. No entanto, é crucial que as políticas públicas considerem os desafios da inclusão digital, para que a capacitação cívica seja verdadeiramente acessível a todos, independentemente de sua localização geográfica ou nível socioeconómico.

O fortalecimento da democracia depende de uma população bem-informada e activa, capaz de exercer seus direitos e deveres de maneira plena. Com o uso adequado das plataformas digitais, é possível garantir uma sociedade mais justa, transparente e participativa.

5. Estudos de Caso Moçambicanos: análise de iniciativas bem-sucedidas no uso de tecnologia para fortalecer a democracia.

O uso da tecnologia em Moçambique fortalece a democracia, promovendo transparência, engajamento cívico e vigilância eleitoral. Iniciativas digitais, como monitoramento de eleições e educação cívica, têm sido fundamentais para a transformação democrática no país (Santos, 2017). A tecnologia oferece novas formas de participação e controlo social.

5.1. A Plataforma Cidadão de Olho

A plataforma "Cidadão de Olho", criada pela AMDD, visa incentivar a participação cidadã na fiscalização do governo e na promoção da transparência. Segundo Santos (2017), ela tem sido eficaz ao permitir que cidadãos de todo o país denunciem abusos de poder e

corrupção por meio de uma interface simples. A plataforma também educa os cidadãos sobre seus direitos constitucionais e mecanismos legais (Santos, 2017, p. 112). Papacharissi (2015) destaca que iniciativas como essas transformam os cidadãos em "agentes de mudança", promovendo maior engajamento e controlo social (Papacharissi, 2015, p. 98), reflectindo no aumento das denúncias e participação cívica.

5.2. Observatório Eleitoral de Moçambique (OEM)

O Observatório Eleitoral de Moçambique (OEM), criado por organizações como a Liga dos Direitos Humanos e o SNJ, utiliza tecnologia para garantir eleições livres e justas. Segundo Nascimento (2017), o OEM colecta dados durante as eleições e divulga informações em tempo real, permitindo que cidadãos monitorem e denunciem irregularidades (Nascimento, 2017, p. 79). Shirky (2008) afirma que as tecnologias digitais ampliam a participação cívica, facilitando a fiscalização eleitoral ao permitir acesso instantâneo às informações (Shirky, 2008, p. 56). Essa transparência fortalece a confiança pública no processo eleitoral e contribui para a democracia em Moçambique.

5.3. Transparência e Integridade Moçambique (TIMO)

A Transparência e Integridade Moçambique (TIMO) usa plataformas digitais para promover a transparência e combater a corrupção, focando no monitoramento de contratos públicos e licitações. Segundo Abranches (2020), a plataforma de dados abertos da TIMO facilita a divulgação de informações sobre o gasto público, permitindo investigações e denúncias (Abranches, 2020, p. 67). Klitgaard (1988) defende que a transparência digital reduz a corrupção, aumentando a responsabilidade do governo (Klitgaard, 1988, p. 47). Dessa forma, a TIMO contribui para um controle social mais eficaz, fortalecendo a democracia em Moçambique.

5.4. Educação Cívica Digital: Capacitação e Engajamento

O Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) tem utilizado plataformas digitais, como Facebook e WhatsApp, para capacitar os cidadãos sobre seus direitos e deveres democráticos. Além de disseminar informações sobre direitos eleitorais e liberdade de expressão, O SNJ oferece webinars e treinamentos online, atingindo até populações rurais. Dahl (1989) destaca que a educação cívica é crucial para uma democracia eficaz, pois permite que os cidadãos compreendam o sistema político e exerçam seus direitos conscientemente (Dahl, 1989, p. 42). As iniciativas do SNJ fortalecem a democracia em Moçambique, tornando a população mais informada e engajada. Ao promover a transparência e o combate à corrupção, organizações como AMDD, OEM, TIMO e SNJ estão ajudando a construir uma sociedade democrática. Contudo, o acesso à tecnologia deve ser ampliado para garantir uma participação cívica inclusiva e eficaz, essencial para uma democracia mais forte e responsável.

6. O Papel das Universidades e da Cooperação Acadêmica no Desenvolvimento da Cidadania Digital em Moçambique

As universidades desempenham um papel vital na formação de uma cidadania digital em Moçambique, preparando os cidadãos para utilizar as tecnologias digitais de forma ética e eficaz. A Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Universidade Católica de Moçambique (UCM) e a Universidade do Zambeze (UniZambeze) oferecem cursos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e promovem debates sobre direitos digitais e participação política online (Abranches, 2021, p. 68). Rheingold (2012) destaca a importância da cidadania digital, pois ela permite que os indivíduos naveguem no mundo digital de forma ética (Rheingold, 2012, p. 77). Parcerias internacionais, como a da UEM com a University of Oxford, têm impulsionado o desenvolvimento de plataformas digitais de monitoramento eleitoral e transparência (Castells, 2012, p. 64; Nascimento, 2020, p. 92). Dijk (2012) e Papacharissi (2010) enfatizam que a alfabetização digital e política é essencial para garantir que todos os cidadãos participem efetivamente da democracia, recomendando o investimento em educação e infraestrutura digital, especialmente em áreas rurais (Dijk, 2012, p. 134; Papacharissi, 2010, p. 35). Essas iniciativas são fundamentais para garantir que os cidadãos possam exercer seus direitos plenamente no ambiente digital, promovendo uma democracia mais inclusiva e participativa.

7. Desafios e Limitações no Uso da Tecnologia para a Democracia em Moçambique

A implementação de tecnologias para fortalecer a democracia em Moçambique enfrenta desafios significativos, como barreiras de infraestrutura, desigualdade no acesso às TICs e regulação inadequada. Castells (2012) destaca que a falta de infraestrutura impede o acesso a tecnologias digitais em áreas menos favorecidas (Castells, 2012, p. 89). Abranches (2021) aponta que iniciativas como o Mundial Connect são insuficientes para promover inclusão digital ampla (Abranches, 2021, p. 74). Além disso, Dijk (2020) enfatiza a necessidade de reduzir disparidades no acesso às TICs entre zonas urbanas e rurais para garantir a participação política equitativa (Dijk, 2020, p. 127). Outro desafio é o controle governamental sobre a internet, como alerta Zuboff (2019), que observa o risco de autoritarismo digital (Zuboff, 2019, p. 102). Nascimento (2020) destaca a desconfiança gerada pelas restrições ao uso de plataformas de monitoramento cívico (Nascimento, 2020, p. 88). Para superar esses obstáculos, é crucial investir na expansão da infraestrutura digital, criar uma regulação independente e promover a alfabetização digital, conforme sugerem Castells (2012), Dijk (2020), e Chambal (2019).

Conclusão

Este estudo destaca a dualidade da tecnologia em Moçambique, sendo tanto uma força disruptiva quanto um agente de fortalecimento democrático. Por um lado, a tecnologia desafia estruturas autoritárias e amplifica a voz dos cidadãos; por outro, reforça a transparência, a responsabilidade e o engajamento cívico. O impacto da tecnologia depende de como é utilizada no contexto sociopolítico. Diante de desafios como

infraestrutura limitada, desigualdade digital e controlo governamental sobre a internet, é crucial ampliar o acesso à tecnologia, especialmente nas zonas rurais, e promover uma cidadania digital capacitada. É fundamental também garantir uma regulação equilibrada que proteja a liberdade digital. Para fortalecer a democracia, Moçambique precisa investir em infraestrutura tecnológica, capacitação digital e parcerias internacionais que incentivem a inovação. A integração de organizações da sociedade civil, universidades e plataformas digitais em iniciativas de monitoramento político e inclusão digital é essencial. Este estudo conclui com um apelo para que governo, sector privado e sociedade civil trabalhem juntos na criação de um ambiente digital equitativo, considerando a tecnologia não apenas como uma modernização, mas como uma necessidade estratégica para fortalecer a democracia e garantir os direitos dos cidadãos.

Referências

- Abranches, L. (2020). *A sociedade civil e a capacitação cívica em Moçambique: O papel das plataformas digitais*. Maputo: Editora Universitária.
- Abranches, L. (2021). *Tecnologias educacionais e cidadania digital em Moçambique: Um estudo sobre a alfabetização digital nas escolas*. Maputo: Editora Universitária.
- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211–236. <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>
- Barroso, L. R. (2018?). *Corrupção, governança e direitos humanos: O caso do Brasil*. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Corrupc%CC%A7a%CC%83o-Governanc%CC%A7a-e-Direitos-Humanos-Versa%CC%83o-em-portugue%CC%82s.pdf>
- Castells, M. (2012a). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2012b). *Networks of outrage and hope: Social movements in the internet age*. Cambridge: Polity Press.
- Chambal, M. (2019). *Inclusão digital em Moçambique: Desafios e perspectivas*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Dahl, R. (1989). *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University Press.
- Francisco, A. (2021). Recursos naturais e desigualdades no norte de Moçambique. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Orgs.), *Desafios para Moçambique 2021* (p. 87). Maputo: IESE.
- Hanlon, J. (2021). *Cabo Delgado: A luta pelo gás e a crise humanitária em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Huntington, S. P. (1991). Democracy's third wave. *Journal of Democracy*, 2(2), 12-34.
- Joanguete, C. (2019). O jornalismo moçambicano e as fake news: O novo desafio para a qualidade de informação. *Comunicação & Sociedade*, 9–10(1), 9.
- Klitgaard, R. (1988). *Controlling corruption*. Berkeley: University of California Press.
- Langa, A. (2020). *Desinformação em tempos de pandemia: Impactos sociais e políticos em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Lopes, C. (2020). *África e o futuro da tecnologia*. Lisboa: Almedina.
- Morier-Genoud, E. (2020). Insurgência em Cabo Delgado: Uma análise crítica. In E. Morier-Genoud & A. Vines (Eds.), *Terrorismo e política em Moçambique* (p. 12). London: Zed Books.
- Morozov, E. (2011). *The net delusion: The dark side of internet freedom*. New York: PublicAffairs.
- Nye, J. S. (2004). *Soft power: The means to success in world politics*. New York: Public Affairs.

- Papacharissi, Z. (2010). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Rodney, W. (1972). *How Europe underdeveloped Africa*. Dar es Salaam: Tanzania Publishing House.
- Shirky, C. (2010). *Cognitive surplus: How technology makes consumers into collaborators*. New York: Penguin Press.
- Shirky, C. (2011). *A revolução será twittada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Tufekci, Z. (2017). *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. New Haven: Yale University Press.
- Van Dijk, J. A. (2012). *The network society: Social aspects of new media*. London: Sage Publications.
- Zavale, A. D. (2023). O papel das rádios comunitárias na transmissão dos conhecimentos tradicionais: Caso das rádios comunitárias GESOM e MW (Muana Wamudhara). *Revista Comunicação Midiática*, 18(1), 154-169.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs.

PARTE II

COMUNICAÇÃO

Imprensa, (In)Visibilidade Mediática e Retórica Democrática

Martins JC-Mapera, Universidade Sociotécnica de Moçambique

jose.mapera@unisom.ac.mz

Resumo: A Constituição da República de Moçambique (CRM) – 1990 –, no seu artigo 74, consagra a liberdade de imprensa e o direito à informação, e no artigo 44, os seus fundamentos primordiais. Da alteração da Constituição de 1975 proveio a Lei n.º 18/91, de 10 de Agosto, que institui e liberaliza o pluralismo de expressão nos meios de comunicação de massa, em co-solidariedade com a Lei n.º 14/2014, de 31 de Dezembro, atinente ao direito à informação. Esta legislação abriu pressupostos para a explosão dos *media* independentes, com novas temáticas e abordagens diversificadas. No campo da literatura, surgiram pela primeira vez novas editoras fora da capital-Maputo. Em artes plásticas, música e cinema nasceram ateliers e novos palcos que motivaram a exposição de obras e peças culturais distintas. Esta publicação analisa, com efeito, uma das mais contemporâneas temáticas do *marketing* democrático deste tempo, que é o nosso: a imprensa mediática e a própria democracia, assentes em princípios de interacção, transparência e (in)visibilidade comunicativa. Em democracias mais actuautes, a imprensa desempenha um papel de grande valor educativo e propagandístico, aspirando, no limite, a publicação de informações sobre a máquina do poder (Pinheiro & Pinheiro, 2014), tendo em conta que as notícias moldam a forma como vemos o mundo. O texto analisa notícias de três periódicos e duas TV independentes sobre as eleições gerais de 2024, em Moçambique: por um lado, Savana, Zambeze e Dossiers & Factos; por outro lado, TVSucesso e Televisão Miramar. Nestes periódicos e TV independentes, referimo-nos a notícias com conteúdos, que têm sido demolidores e causadores de acções pirómanas para a conciliação da democracia e da estabilidade social, política e económica, como consequência, tanto do *Spirit of the era*, como das suas contradições, que são, afinal de contas, a nossa maior instigação.

Palavras-Chave: Imprensa; (In)visibilidade; Democracia; Espírito do Tempo.

Historismo

Desde a Pré-História, a imprensa, enquanto mecanismo de comunicação, teve uma presença incontestável nas comunidades, tanto tradicionais como da civilização moderna. Com a invenção da prensa móvel, por Johannes Gutenberg, no Séc. XV, a imprensa procurou massificar-se ao nível de uma galáxia. Em África e Ásia, a imprensa e o jornalismo modernos surgem em decorrência da presença da colonização portuguesa, tanto como instrumento de informação, como de coacção. Em Moçambique, a imprensa teve em João Albasini e seu irmão, José Albasini, os pioneiros do seu desenvolvimento. João Albasini criou os jornais *O Africano* e *O Brado Africano* (Hohlfeldt & Grabauska, 2010); em Angola, o jornalismo surge com a publicação do *Boletim Oficial*, em 1845. Adolfo Pina é o fundador do jornal *A Província de Angola*, o primeiro diário publicado nos países africanos de língua portuguesa (Santos, 2021); na Guiné-Bissau, o surgimento da imprensa está estritamente ligado à instalação de uma tipografia em Bolama, em 1879, mais tarde designada Imprensa

Nacional da Guiné-Bissau. Foi assim que se constituiu o primeiro grupo de tipógrafos guineenses. Domingos Badinca, considerado herói nacional será a imagem da criação da imprensa guineense, cuja primeira publicação ocorre a 31 de Outubro de 1883, denominada *Fraternidade*. A publicação surge com o pretexto de sensibilizar para a recolha de fundos destinados a socorrer as vítimas da estiagem, em Cabo-Verde (Lopes, 2015). De acordo com as considerações de Pires Laranjeira (1988), Cabo-verde foi o primeiro país falante de português que recebeu a invenção de Gutenberg, com a qual imprimiu o primeiro *Boletim Oficial*, em 1842. Em 1877, foi publicado o primeiro jornal oficial, denominado *Independente*, na Ilha de Santiago; e em São Tomé e Príncipe, a imprensa surge por via da publicação, no dia 3 de Outubro de 1857, do *Boletim Oficial do Governo da Província de S. Thomé e Príncipe*, desempenhando a função legislativa e divulgando informação e ordens oficiais. Em 1869, é publicado o primeiro jornal independente, com o título *Semanário Agrícola, Comercial e Científico*. A imprensa nativa surge, no entanto, por volta de 1911, com a publicação dos jornais *Folha de Annuncios*, *A Verdade*, *A Liberdade* e *O Combate* (Fonseca, 2014). Segundo se nota, a imprensa surge com uma missão e vocação futuristas, contrapondo-se às realidades de dominação colonial estrangeira. Ou seja, a missão principal era a de divulgar o desassossego das comunidades perante os problemas da colonização, uma espécie de exigência do cumprimento de uma promessa e de uma travessia para o território do futuro das independências e das liberdades individuais e colectivas.

Nos primeiros anos das independências, a imprensa propagandística continuou apegada ao deslumbramento da vitória, divulgando os feitos heróicos dos guerrilheiros, acabados de regressar das trincheiras. Hoje, numa realidade em que ganharam corpo novos valores, que reestruturaram os discursos, os modos de vida, a relação com as instituições públicas e privadas, a imprensa mediática consubstancia um meio de difusão dos fundamentos da democracia e da liberalização das políticas públicas, através de programas colectivos e individuais. Também usada frequentemente como meio de arremesso de achas para a fogueira de guerras, internas e externas, divulgando as deambulações dos refugiados, os limites da pobreza, da corrupção e da ganância. Com o surgimento das *fake news*, das notícias mordazes e das redes sociais digitais, a imprensa vê subvertida a sua vocação histórica (Martins, 2002, 2015, 2017, 2024). Tais situações constituem uma derrota aos grandes projectos de sociedades-nação, uma erosão das identidades colectivas e das normas de vida. Desde 2022, temos vindo a assistir ao papel da imprensa na guerra entre a Rússia e a Ucrânia (cf. JC-Mapera, 2022), relatando os acontecimentos no teatro operacional, e fazendo cogitações, premonições e instigações de actos que se situam no planeta aquém de moral e da razão.

No Oriente Médio, viu-se o ressurgimento do conflito na Faixa de Gaza. No dia 7 de Outubro de 2023, o grupo terrorista Hamas lançou um vigoroso ataque contra israelitas, massacrando mais de mil e duzentos homens, mulheres e crianças, e protagonizando o maior morticínio dos judeus desde o Holocausto, período em que milhões de hebreus foram chacinados na Segunda Guerra Mundial. Essa situação babélica precipitou o assalto a Gaza, resultando na morte de 41.500 palestinos, cuja maioria são mulheres e crianças, incluindo centenas de bebés, todos eles indefesos (cf. Savana, 2024, p. 18).

Este texto analisa, essencialmente, a forma como a imprensa reporta os momentos mais tensos da vida das pessoas, considerando que o jornalismo é uma “missão”

(Henriques, 2014)⁵ e uma “promessa” (Martins, 2014), no período das eleições realizadas em Moçambique, no dia 9 de Outubro de 2024, no que respeita à movimentação dos candidatos e das forças políticas, assim como no que se refere ao comportamento da sociedade perante o cenário vivido após a divulgação dos resultados pelos órgãos tutelares.

Democracia, meios de difusão e iconografia escatológica

A antologia designada como *Mensagem – Boletim da casa dos estudantes do império* (CEI), 1996, da colecção para a História das Literaturas Africanas de “Expressão” Portuguesa, permite compreender a “missão” da imprensa, desde há muito. Os estudantes “ultramarinos” relatavam, a partir das suas publicações, um declarado desejo de defender os seus interesses, por um lado, e o desejo de fomentar o intercâmbio entre eles e os seus colegas “metropolitanos”, por outro. Entretanto, esse interesse era, de certa forma, adiafóro, na medida em que o principal objectivo do boletim da CEI era de natureza propagandística, “apolítica e arreligiosa” (Monteiro, 1996, p. 4) das “províncias ultramarinas portuguesas”. Não é por acaso que as grandes figuras das guerras de libertação na “África Portuguesa” provinham desta agremiação de intelectuais, muitos dos quais publicaram textos, com pendor literário, no boletim da Casa dos Estudantes do Império. Destacam-se Agostinho Neto, com os textos “Quitandeira”, “Kelipetamena”, “Certeza”; Mário Pinto de Andrade, com o texto “Jonga”. Outras figuras, minimamente conhecidas, foram Aristides Maria Pereira e Amílcar Cabral, que fundaram o Partido Africano, para a Independência da Guiné e Cabo-Verde; sob pseudónimo *Kalungano*, Marcelino dos Santos, ícone da fundação da Frente de Libertação de Moçambique, publicou seu texto poético, denunciando a colonização e exaltando a liberdade africana.

Se a obsessão antidemocrática e o receio da antiética – apreensões de desolação e desassossego –, atingiram, na última década, que se seguiu ao Acordo Geral de Paz em Moçambique, uma cifra de eleitores provavelmente muito mais ampla do que no início (1994 até 2009), isso se deveu não só à precocidade do sistema democrático, mas também, e talvez sobretudo, ao surgimento de uma onda de jornais electrónicos e de meios de difusão televisivos, assim como às denúncias, nacionais e internacionais, desses terrores grotesco-escatológicos. Estas considerações têm que ver com o facto de que o período que se estende entre as primeiras eleições multipartidárias e a morte de Afonso Macacheo Marceta Dhlakama, presidente da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), e líder da oposição, tinha proporcionado, ao país uma pesada safra de flagelo à vida dos moçambicanos, com todo o tipo de destruição, incluindo a alteração da imagem da ética e da civilização cultural. Nessa altura, a imprensa nacional e internacional produzia notícias dramáticas, relatando mortes indevidas e mutilações de mulheres,

⁵ Num prefácio intitulado “O triunfo do jornalismo como conhecimento e como profissão”, Moisés de Lemos Martins retoma o termo “missão”, utilizado por Rafael Paes Henriques no livro *Linguagem, verdade e conhecimento: uma análise epistemológica do jornalismo a partir de duas perspectivas semióticas* (2014). A profissão do jornalismo é descrita por Henriques como uma missão, porque é uma promessa de democracia, produzindo-se como mediação que faz comunidade. Por sua vez, Martins considera que, enquanto sonho de comunidade, o jornalismo, embora vinculado à informação, está, sobretudo, vinculado à significação, à produção do sentido para a comunidade.

crianças e adultos, uma espécie de edição d'*arte de bien vivre et de bien mourir*, relatada por Jean Delumeau, em *História do Medo no Ocidente* (2001).

Antoine Vérard, que por volta de 1500 era o grande especialista das edições ilustradas em língua francesa e atingia um público extenso, possuindo duas lojas em Paris, um depósito em Tours e comerciando com a Inglaterra, não deixou de fazer figuras em suas publicações uma *Art de bien vivre et de bien mourir*, à qual devemos prestar atenção. Era uma edição que comportava ilustrações ao mesmo tempo simples e chocantes que representam os quinze sinais anunciadores do fim do mundo. (Delumeau, 2001, p. 217)

De facto, o jornalismo requer reflexão retórico-filosófica muito profunda, dado que é uma prática muito influenciada pelo *logos* de *la condition humaine* que parece fortemente significativo, sobretudo tendo em conta a realidade icónica da vida no espaço de circum-navegação mediática da informação. O jornalismo e a produção de notícias constituem uma actividade assente em “negociações” (Henriques, 2014, p. 89) num sistema que possui regras e linguagem específicas, estando, com efeito, sujeitas a manipulações diversas, de contextos sociais, no domínio espaço-temporal, marcado por conquistas, atribuições e medo, oferecendo, por assim dizer, variadas linhas e pontos de leitura e interpretação de fenómenos adversos. Por outras palavras, essa realidade profissional faz com que, na sua realização prática, o jornalismo seja sitiado por tendências hegemónicas e contra-hegemónicas, que, muitas vezes, põem em causa os códigos a que esta profissão se encerra.

O editorial do dia 11 de Outubro de 2024, do *Jornal Savana*, intitulado “Nas eleições moçambicanas, nem tudo o que corre mal é obra do acaso”, mostra o nível de intervenção do homem em processos que seriam, por assim dizer, livres de manipulação clientelista de indivíduos habituados a velhas práticas de corrupção ideológica. É que tais indivíduos não mostram interesse em construir harmonia e tranquilidade, senão em promover a distribuição selectiva de recursos e benefícios que deveriam servir a todos, porque a todos pertencem. Frequentes vezes, tais situações geram violência, promovendo um sistema disfuncional e uma política bizantina das instituições do Estado. Uma *doxa*, que corrói o sistema eleitoral, coloca em causa toda a doutrina simétrica da convivência pacífica. Consequentemente, passam a vigorar iniciativas protestatárias, como as que ocorrem em períodos pós-eleitorais.

Relatando uma experiência sobre a gestão do processo eleitoral, Agostinho Levieque publicou recentemente *Os devaneios de um agente eleitoral em Moçambique*, livro no qual escreve que “a imprensa exerce uma notável influência sobre as populações e os partidos políticos, ao divulgar as actividades dos órgãos da gestão eleitoral” (Levieque, 2023, p. 111). Entretanto, o papel da imprensa, por si só, é liliputiano para consubstanciar uma cultura de transparência do processo eleitoral. Com efeito, o acesso à informação, embora regulado por lei, desde as primeiras eleições multipartidárias, realizadas à luz do Acordo Geral de Paz, sustentado pela Constituição da República de 1990, esbarra-se com limitações profundas impostas pelos partidos políticos com assento parlamentar, aos quais se arroga a iniciativa de lei. Essa subversão verifica-se, sobretudo, a partir da alteração constante da Lei Eleitoral, envolvendo os partidos, e não a sociedade. Ou seja, excluindo a maioria dos cidadãos, académicos e estudiosos das humanidades, das

ciências políticas e das ciências sociais, de toda índole, os políticos apropriam-se do poder de sonhar pela maioria, e atribuem a si próprios, a tarefa de pensar os processos de construção da nação. As contradições, que surgem nos momentos eleitorais, resultam da suspeita que a intervenção pública não sirva senão a exclusão política, considerando que, por definição, a política não deve servir apenas os interesses individuais. O individualismo contraria a ideia segundo a qual “a sociedade é de longe mais ingênua do que o homem individual” (Nietzsche, 2012, p. 359). Segundo as considerações de Friedrich Nietzsche, não se pode construir um Estado sem a integração do povo, pois o Estado é o próprio povo.

É necessário insistir no papel que os judeus parecem ter desempenhado na ascensão dos temores e das esperanças apocalípticas que viveram essa época nas populações ocidentais. Cada vez mais perseguidos a partir da Peste Negra, vítimas de *pogroms*⁶, invejados pelo povo miúdo, apontados à vindita das multidões por pregadores fanáticos, eles chegaram a esperar a vindita próxima do Anticristo – o turco –, que vingara Israel oprimido e faria das igrejas cristãs “estábulos para os animais”. (Delumeau, 2001, pp. 220-221)

“Vindita”, ou represália desnecessária, é toda a vingança que tenha a tendência de matar a história do país, um apagamento que não deixa rastros, como se o país não tivesse existido, como se antes nunca tivesse havido povo que pensasse e trabalhasse para o bem de todos. Em conclusão, como se a independência tivesse sido em vão e fosse totalmente dispensável. Uma justiça para o desenvolvimento não pode ser “implacável”, sobretudo não pode ser guiada por emoções incríveis de hidrofobia, ressentimento ou frustração colectiva. Entretanto, o terreno criado pelo sistema de governação levou o povo à exaustão, aos limites de uma sociedade, que estava à espera do accionamento do gatilho para disparar canhões de hidrofobia, contra quem, supostamente, governou mal durante 50 anos da independência.

Democracia, violência e crimes hediondos

Os programas “Casos do dia” e “Balanço geral”, das televisões independentes Miramar e TVSucesso, respectivamente, são um exemplo claro de um jornalismo apegado a valores intrínsecos do jornalismo contemporâneo. Estes programas vão, certamente, deixar uma herança para o futuro, não só da própria profissão jornalística, como da democracia e da democratização das instituições, cuja programação e funcionamento não dependem do Estado. Por outro lado, isso mostra que o exercício da democracia atinge o cume num contexto em que violência e crimes parecem atingir níveis descontroláveis, após a divulgação dos resultados das eleições do dia 9 de Outubro de 2024. Esses dois programas televisivos transmitem os sentimentos realísticos do povo, petrificado pela violência quotidiana, pela fome e pela pobreza, de uma sociedade que nasceu e cresceu na guerra e na miséria e nunca conheceu liberdade material e económica.

⁶ O termo “pogrom” é pluri-semântico. É, frequentemente, atribuído à perseguição propositada de um grupo étnico ou religioso, com a conivência das autoridades locais e o recurso massivo à violência. Essa violência resulta em mortes indiscriminadas e destruição concomitante de infra-estruturas económicas e sociais, como residência, negócios, centros de culto, centros político-ideológicos e estabelecimentos de ensino.

O papel da televisão, enquanto dispositivo icónico, faz com que os jornalistas disponham de “óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras” (Bourdieu, 1997, p. 25), operando uma rigorosa selecção de imagens e construindo a sua significação exegética, procedimentos que põem em evidência particularidades moçambicanas, num contexto também particular, em que a sociedade manifesta o seu enfado diante dos problemas de governação, que se arrastam desde que o país se tornou independente do colonialismo português, em 1975. Devotamente pensando, aplicar-se-á a seguinte máxima divina: assim como o verbo é a imagem de Deus, assim também as imagens são a expressão linguística do repórter televisivo. As imagens exercem uma “potência activa” (Mourão, 2011, p. 22), que influencia sujeitos passivos, muitas vezes despreocupados com as ocorrências do quotidiano. O dia-a-dia das pessoas é uma soma irreverente dos meios de sobrevivência, e as questões de governação pouco interessam às pessoas ocupadas com a produção de factores subjectivos de contrabalanço ideológico, pois o pensamento é demonstrado pelos seus efeitos. Ou seja, o que desperta entusiasmo tem de ser autêntico⁷. Entretanto, embora pareça, o papel da imprensa não é de moldar as atitudes e os comportamentos políticos (cf. Dias, 2014, p. 131). Pelo contrário, enquadrados, dando sentido à informação, fundando/formulando um pensamento e destacando ponderações contextualizadoras.

O jornal *Dossier & Factos: a verdade acima de tudo e todos*, na sua edição n.º 595, do dia 25 de Janeiro de 2025, lançou uma série de títulos muito sugestivos, cuja interpretação remete para certos códigos e normas de produção dramatológica e cinematográfica. Veja-se, por exemplo, “Até quando VM aguenta?”, um título que instiga à acção, através de um procedimento, de certa forma retórico, que convoca os leitores a uma reflexão profunda sobre os caminhos até aí percorridos pelo candidato presidencial suportado pelo Partido Optimista pelo Desenvolvimento de Moçambique. Por sua vez, “Mondlane capitalizou a insatisfação popular” é um título construído na base da inferência discursiva da realidade, que os moçambicanos têm vivido nos últimos anos. As narrativas são um celeiro de histórias. E Moçambique tem vivido, é verdade, histórias tristes, que exprimem a pobreza e a discriminação das suas gentes e que se transformam num enorme pacote de desolação. E quando estamos perante um título judicativo, como o de “Governo permitiu saques estrategicamente”, o que acontece, em termos noticiosos, é já do lançamento de uma espécie de acusação ao governo. Ou seja, o jornalismo tornou-se um sistema de justiça propagandística, que extrapola os limites da “verdade”, nos termos defendidos por Rafael Henriques (2014, pp. 67-69): “o discurso das notícias se dá a ver, e se manifesta com verdade”. No entanto, uma notícia de natureza argumentativa, que não apresenta factos que resultem de trabalho de pesquisa, não responde ao princípio de exactidão, equidade e ética. O último título que gostaria de comentar é o seguinte: “VM pode não ter suporte internacional”. A construção hipotética, introduzida pela forma modal do verbo poder, mostra o carácter especulativo da notícia.

O jornalismo crítico, embora não se preste a “adoçar a realidade”, como defende o *Manual da redacção*, citado por Rafael Henriques (2014, p. 79), também não conjectura verdades subjectivas. Pelo contrário, compara factos, estabelece analogias e identifica

⁷ Ao falar da História do Cristianismo, Friedrich Nietzsche defende, em *A vontade de poder* (2012), que a força do pensamento é explicada pelos seus efeitos, aquilo que desperta o grande arrebatamento: “o que desperta o derramamento do sangue tem de ser verdadeiro” (p. 97).

atitudes contraditórias da esfera mediática. Afirmações como “Moçambique jamais será o mesmo”⁸ não passam de leituras jornalísticas, que visam, na minha opinião, enfraquecer as estruturas do pensamento e da acção, tanto das autoridades do poder, como das comunidades, que vivem, há décadas, na incerteza e no desespero. Na realidade, a forma como foram conduzidas as manifestações pós-eleitorais (sem comando operativo no terreno, atendo-se apenas às *lives* e às imagens televisivas) deixou antever um cenário brumoso, cujas sequelas reflectem-se, de um modo muito marcante, nos domínios sociais, culturais, económicos e da ética. Por sua vez, a campanha eleitoral, atulhada de promessas, com “discursos de ruptura face ao actual estágio de vida em Moçambique” (*Dossier & Factos*, 2025, p. 3) e com aparato mediático jamais visto em Moçambique, protagonizados por todos os candidatos, incluindo o do partido governamental, acentuou, de certa maneira, o ódio e a animosidade da violência urbana e rural, polvilhando as manchetes dos jornais com notícias de mortes e crimes hediondos.

O *Jornal Savana*, de 11 de Outubro, dias depois das eleições de Moçambique, começou com um título que transmite uma imagem assustadora. “Catástrofe”, escreveu o jornal, utilizando grandes parangonas, como é apanágio do sensacionalismo mediático⁹. Os atilhos semânticos do título com a realidade subjectiva são, culturalmente, veiculadores de tendências de violência, destruição, perda, separação, ruptura, fracasso e morte. Ainda que o título se refira a uma performance “negativa” da Renamo, no processo eleitoral, a verdade é que surge como um instrumento linguístico, que permite antever o que viria a passar-se a partir da contagem de votos, até depois do anúncio dos resultados pela Comissão Nacional de Eleições, no dia 24 de Outubro, assim como à sua proclamação pelo Conselho Constitucional, no dia 23 de Dezembro de 2024.

O fantasma da contestação eleitoral, que se seguiu à proclamação das eleições, apoderou-se, então, do imaginário da população moçambicana em termos apenas comparáveis ao desprazer que o país viveu nos últimos dez anos, por causa, principalmente, da deficiência da comunicação entre o poder político e as massas. A oposição, conduzida por candidatos com potencialidade de ascender ao poder, assaltou, de certa forma, a audiência nas televisões privadas, apegada a uma retórica libertadora, promissora. Política e comunicação são, acima de tudo, compromissos e acção. Ou seja, numa situação desta natureza, em que o mundo é desafiado pelo medo e pela morte pública da razão, a palavra e a produção de ideias inovadoras passam, em si mesmas, a constituir a esperança.

A relação entre democracia, violência e crimes hediondos é um tema complexo e desafiador. A democracia, na sua essência, procura estabelecer os direitos básicos dos cidadãos, promovendo a convivência pacífica e justa. Em contrapartida, quando a violência e os crimes hediondos – os crimes considerados de extrema gravidade, como

⁸ Esta informação surge na tentativa de interpretar o drama das manifestações então ocorridas. Na opinião do jornalista do jornal *Dossier & Factos*, tais manifestações resultaram numa vergonha nacional, dado o número de mortes, feridos, detidos, saques e destruições, dentre outros males.

⁹ Para Mario Vargas Llosa, em *A civilização do espectáculo* (2012), a imprensa sensacionalista não corrompe ninguém; nasce corrompida por uma cultura que, em vez de rejeitar as intromissões grosseiras na vida privada das pessoas, reclama-as. Por outras palavras, o jornalismo escandaloso é um enteado perverso da cultura da liberdade, na medida em que inflige uma espécie de ferida moral na liberdade de expressão. Muitas vezes, o jornalismo sensacionalista é agressivo, mata as pessoas com a pistola da palavra.

homicídios brutais, tortura, estupro, etc. –, se tornam sistemáticos ou desarvorados, isso pode pôr em causa a confiança na democracia e no sistema de justiça.

Numa democracia saudável, espera-se que as leis sejam aplicadas de maneira justa e simétrica, e a violência combatida por meios legais, preservando os direitos humanos de todos, inclusive dos infractores. No entanto, quando acontecem crimes asquerosos, é a sociedade que reage com indignação, muitas vezes, exigindo castigos mais severos. Esse facto produz o seguinte dilema, seja para as autoridades que têm o dever de manter a ordem, seja para o público que sofre as consequências da acção violenta. Como manter a justiça e o paradoxo do excesso de judicialização do conflito, sem prejudicar os direitos civis? Além disso, a violência extrema e os crimes graves podem ser usados para justificar medidas autoritárias, em nome da segurança, como o aumento da repressão ou a diminuição das liberdades individuais. Esses excessos todos podem, certamente, colocar a democracia em risco, comprometendo os valores de liberdade, igualdade e justiça. Uma questão central é a do modo como a democracia pode lidar com a violência sem perder de vista os seus próprios princípios. Existem muitos debates para estabelecer e garantir o melhor equilíbrio entre proteger a sociedade de crimes hediondos e garantir que a punição seja proporcional, de modo a evitar que a justiça seja distorcida pela emoção e pela euforia.

Ver para crer: a imprensa é uma promessa invisível

Ao dissertar sobre o jornalismo investigativo como polifonia das publicações em massa (sensacionalistas), Pierre Bourdieu assevera que os sociólogos procuram evitar cair em ilusões simétricas, tais como o logro do «“nunca visto” e do “sempre assim”» (Bourdieu, 1997, p. 61). Esta asseveração é significativa para quem pretenda ler e compreender a essência de uma peça noticiosa, seja de natureza áudio-visual proporcionada pelas televisões ou pelas *lives*, seja de espécie escrita, veiculada pela imprensa física e electrónica, incluindo as redes sociais. O grande problema da imprensa, porém, não é de informar – sendo essa, todavia, a sua propensão mais manifesta –, mas o de difundir aquilo que impressiona as grandes indústrias do espírito, criadas pelas associações de massa e por leitores apressados em obter informações a ferro-e-fogo, sem se preocuparem com a virtualidade do seu bojo, na construção das ideias que favoreçam a educação e a tomada de decisões que não prejudiquem a opinião pública. Porém, nesse exercício de espiolhar notícias, corre-se sempre o risco, segundo Bourdieu, de considerar como “algo de inaudito algo banal” (Bourdieu, 1997, p. 61). É o que se vê nos ecrãs televisivos, ao serem publicadas, por exemplo, a morte banalizada pela desgraça humana, ou então, a evasão de reclusos, das principais cadeias do país, num exercício teatralizado e altamente difundidos pelos média, ou ainda, as pilhagens e os saques, feitos por pessoas esfomeadas, à procura de salvar o dia, dado correrem o risco de o passar em branco.

Nestes casos, a imprensa surge como uma promessa invisível, uma vez que carrega consigo um imaginário de transparência, verdade e justiça, embora esse imaginário nem sempre seja apresentada de maneira claro e afectuoso. Existe, por detrás da transparência, um sensacionalismo gratuito, muitas vezes, carente de profissionalismo e ética. Reflectindo, especificamente, sobre “Casos do Dia” e “Balanço Geral”, percebe-se, distintamente, a mediocrização dos factos e a ausência de distância entre o sujeito e o

objecto de notícia. O compromisso com a verdade, que tem sido a pedra de toque das suas emissões, tem um alcance de expectativa com a imparcialidade, ou com a objectividade a que os média nos têm remetido, afinal de contas, a de ver para crer. Acredita-se, pois, que a divulgação dos casos repugnantes pode influenciar, de forma imediata, os resultados no processo de tomada de decisões, tanto pelas autoridades, como pela pressão que as manifestações exercem para a contenção do custo de vida. Os prognósticos, publicados pela imprensa televisiva oscilam entre o equilíbrio ontológico e o “temor saturniano”, aludido por Jean Delumeau (2001, p. 217). Como se sabe, Saturno é apresentado como um planeta nefasto, que alude à profecia da escatologia do humano. Em nosso entender, somente a ontologia pode reverter o estado de coisas que a sociedade vive neste momento. Uma realidade ontológica, confrontada com desejos colectivos e particulares, remete sempre a uma dimensão trágica do projecto de construção de Estado-Nação.

Dado o seu poder de difusão, a televisão levanta, tanto para o universo do jornalismo escrito, como para o universo da cultura, em geral, uma realidade absolutamente terrível, em comparação com a imprensa de massas, que todavia causava estremecimentos (Raymond Williams lançou a hipótese de que toda a revolução, românica em poesia, foi suscitada pelo horror da imprensa de massas). A amplitude e o peso da televisão são uma característica específica do cosmos jornalístico, que é difícil de compreender a partir de um microcosmo externo a esse campo profissional. Ou seja, é difícil julgar a acção do jornalista analisando apenas o efeito das imagens que produz e oferece ao público para o seu consumo, ou então a partir de factores que determinam a sua existência. Temos que submeter as peças publicitárias a um juízo crítico muito apertado, de modo a evitar extrair conclusões infundamentadas, as quais, de uma maneira geral, são prejudiciais à liberdade de imprensa. Entenda-se que o campo da comunicação tem forças internas próprias, com que se estabelecem relações de existência e de continuidade.

A (in)visibilidade mediática e a retórica democrática configuram uma reflexão importante no campo de comunicação jornalística, principalmente quando não se tem pavor de sedições de todo o tipo, as quais, com súbita violência, interpelam os tempos da verdade, à medida que a imprensa embala o espaço público e apodera-se, de forma enérgica, da opinião pública. Se se deseja arraigar uma democracia em que todos, partidos políticos, organizações não governamentais, sociedade civil, famílias e pessoas singulares, participem no sistema de tomada de decisões sobre a vida do país, convém que a imprensa se torne um factor (in)visivelmente esperançoso. A “promessa invisível” refere-se à ideia de que a imprensa deve ser um agente de fidelidade e imparcialidade, por muito difícil que seja estabelecer esse compromisso nas reportagens e coberturas jornalísticas, mesmo recorrendo aos recursos da linguagem verbal, ou visual, e às escolhas lexicais, no processo de argumentação retórica.

A conclusão a que podemos chegar é que, estando o ambiente bastante acirrado, por causa das revoltas populares, a retórica torna-se no único recurso importante para controlar as emoções enriçadas. Umberto Eco, citado por Elisa Augusta Lopes Costa, foi, a meu ver, convincente ao afirmar o seguinte: “Em momentos de grande desorientação, ninguém sabe bem de que lado está”¹⁰. Estas palavras traduzem, com alguma verdade,

¹⁰ Elisa Augusta Lopes Costa publicou, em 2008, um artigo intitulado “Utilização da retórica na publicidade”. Nesse artigo, a autora cita o semiólogo italiano, Umberto Eco, que desenvolveu, em “Parâmetros da Cultura”, a ideia de que as palavras pertencem à era pós-moderna, ou era da globalização, ou ainda era pós-industrial. Essa consideração leva a concluir que a produção de notícias terá atravessado várias épocas, desde o tempo

tudo o que se passou no pós-eleições, em Moçambique, em que membros de certos partidos sentem vergonha de se identificar com as suas organizações, e a imprensa ocupa espaço em ligações políticas, para descosturar as malhas das estruturas internas das mega-organizações sociais, que dominam o espaço ideológico das massas. Na verdade, em actividade jornalística, e enfim, toda a linguagem, pode retomar qualquer função, dependendo da intencionalidade discursiva do jornalista. Essa é a dádiva premonitória da imprensa, que esgaravata os anéis solidários da “desobediência epistémica”, enquanto “fundamento da injustiça” (Cochole, 2020, p. 95). Não haveria, certamente, razão alguma para tal fundamentação, se a democracia respeitasse aqueles que a sustentam, ou aqueles a quem pretende servir. Dito de outra forma, nenhuma razão é superior ao existencialismo, porque, é um facto, o homem está condenado a ser livre. A sua própria existência e tudo o que o circunda exigem a sua total liberdade.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (2001). *Sobre a televisão seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Zehar Editor.
- Cochole, P. M. G. (2020). “Pensamento africano: interfaces paradoxais entre a desobediência e a normatividade epistémica”. In *Pontos de Interrogação*, v. 10, n. 3, Edição Especial, jul.-dez., pp. 95-106. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/10891/7605>. Consultado no dia 11/02/2025.
- Costa, E. A. L. (2008). “A utilização da retórica na publicidade”. Disponível em <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3039/2384>. Consultado no dia 11 de Fav. De 2025.
- Dias, Joana Amaral (2014). *O cérebro da política: como a personalidade, emoção e cognição influenciam as escolhas políticas*. Lisboa: Edições 70.
- Delumeau, J. (2001). *História do medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Dossier & Factos (2024, 20 de Jan. de 2025). “Até quando VM Aguenta?”. *Jornal Dossier & Factos*. Edição nº: 595 (Online), pp. 3-5.
- Fonseca, I. de A. (2014). “A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974)”. In *Comunicação Pública*. Vol. 9 n.º 16. Disponível em <https://journals.openedition.org/cp/842?lang=en>. Consultado no dia 23 de Jan. 2025.
- Henriques, R. P. (2014). *Linguagem, verdade e conhecimento: uma análise epistemológica do jornalismo a partir de duas perspectivas semióticas*. Vitória – Espírito Santos – Brasil: EDUFES.
- Hohlfeldt, A. e Grabauska, F. (2010). “Os pioneiros da Imprensa em Moçambique”. in *Brazilian Journalism Research – Volume 6 – Número 1*. Acessado em <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/255>. Consultado em 22 de Jan. 2025.

em que surgiu a prensa de Gutenberg. Na era pós-humana e pós-ética, com o surgimento da internet e dos Big-Data, a circulação da informação ocorre em volumes estratosféricos, a imprensa atravessa o dilema da ineficácia plural nos aspectos da deontologia e profissionalismo.

- JC-Mapera, M. (2022). “As crises do sentimento e a violência simbólica na contemporaneidade”. In Idalina, S. e Urbano, S. (2022). *Cultura e Sensível*. Covilhã: Editora LabCom com co-edição Praxis.
- Laranjeira, P. (1988). “Política, Jornalismo e Literatura Africana, in Jornalismo e Literatura”. In. *Jornalismo e Literatura: Actas do II Encontro Afro-Luso-Brasileiro*. Disponível em https://books.google.co.mz/books/about/Jornalismo_e_literatura.html?id=b_MyAA_AAI&redir_esc=y. Consultado em 22 de Jan. de 2025.
- Levieque, L. (2023). *Os devaneios de um agente eleitoral em Moçambique*. Maputo: PubliFix – Editores.
- Llosa, M. V. (2012). *A civilização do espectáculo*. Lisboa: Quetzal.
- Lopes, A. S. (2015). *Os Média na Guiné-Bissau*. 1.ª Ed. S/L.: Edições Corubal.
- Martins, M. L. (2024). “A civilização da imagem e o imaginário melancólico da nossa época”. In M. L. Correia & C. Rodrigues (Eds.), *Média e indisciplina. Contributos para uma política das mediações* (pp. 185-205). Edições Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/93522>.
- Martins, M. L. (2017). *Crise no castelo da cultura – das Estrelas para os ecrãs*. Edições Húmus. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Húmus. (Edição original publicada em 2011). <https://hdl.handle.net/1822/29167>.
- Martins, M. L. (2015). “Os média na contemporaneidade: da promessa de emancipação histórica à sua ruína”. In M. Ledo & M. I. Lopes (Eds.), *Comunicación, cultura e esferas de poder* (pp. 19-44). USP-ECA, USC-GEA, AssIBERCOM, AGACOM. <http://hdl.handle.net/1822/35292>.
- Martins, M. L. de (2014). “Prefácio: o triunfo do jornalismo como conhecimento e como profissão”. In Henriques, R. P. (2014). *Linguagem, verdade e conhecimento: uma análise epistemológica do jornalismo a partir de duas perspectivas semióticas*. Vitória – Espírito Santo – Brasil: EDUFES.
- Martins, M. L. (2002). “O trágico como imaginário da era mediática”. *Comunicação e Sociedade*, 4, 73-79, CECS. <https://hdl.handle.net/1822/25340>.
- Monteiro, C. (1996). “Palavra de abertura”. In *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do império*. 2.º Vol. Lousã: Editor – ALAC – África, Literatura, Arte e Cultura.
- Mourão, J. A. (2011). “Metáfora da imagem de Tomás de Aquino a Ch. S. Peirce”. In Martins, M. de L., Miranda, J. B., Oliveira, M. & Godinho, J. (2011). *Imagem e pensamento*. Coimbra: Grácio Editor, pp 21-27.
- Nietzsche, F. (2012). *A vontade de poder*. Lisboa: Alfanje.
- Pinheiro, M. e Pinheiro, G. B. (2014). *A Máquina do Poder: Os Bastidores dos Três Maiores Partidos Políticos em Campanha – PS, PSD e CDS*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Santos, E. A. E. (2021). “História e historiografia da imprensa angolana oitocentista: notas teóricas e metodológicas”. In *Crítica histórica*. Acessado em <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/13063>. Consultado em 22 de Jan. de 2025.
- Savana (2024, 11 de Outubro). “Um ano de carnificina no Médio Oriente”. *Jornal Savana*. Maputo., p. 28D.

A Noção do Testemunho na Epistemologia Social e sua Relevância na Comunicação Política

Manuel Cochole Paulo Gomane, Universidade Save
manuelcochol@gmail.com

Resumo: Neste artigo busco analisar, a partir do campo de estudos da Epistemologia do Testemunho, os aspectos epistêmicos normativos que caracterizam a aceitação de *informante confiável*; e de que forma a noção de informante confiável envolve, epistemicamente, a concepção de conhecimento baseado na palavra do outro, testemunho. E, como esta noção pode contribuir no discurso político.

Palavras-chave: Epistemologia do Testemunho, Palavra do Outro, Confiabilidade Política.

1. Contextualização

O presente texto é uma revisão da literatura que resulta de um dos capítulos da tese de doutoramento em andamento. A literatura usa dois termos no mesmo sentido, epistemologia de testemunho ou epistemologia social [ao longo do texto usarei de forma alternativa os conceitos como forma de captar as noções em contextos apropriados para o seu uso e melhor compreensão para o leitor]. Devemos, neste sentido, ao ler o presente texto, tomar em consideração algumas hipóteses de compreensão investigativas que preocupam a epistemologia de testemunho e são características fundamentais quando falamos dos problemas da epistemologia do testemunho no campo da filosofia analítica, que são descritas da seguinte forma: i) a epistemologia do testemunho tem como objetivo investigar os critérios pelos quais um ouvinte pode considerar um testemunho como justificado, ou seja, o que envolve a análise da credibilidade do informante e a confiança nas condições em que o testemunho é dado; ii) a epistemologia do testemunho preocupa-se em realizar uma investigação estabelecendo as condições sob as quais um testemunho pode ser considerado confiável ou não, o que inclui a análise das intenções do informante (intencionalidade do agente), o conhecimento sobre o assunto e a presença de fatores como honestidade e competência (a relação entre a dimensão epistêmica e axiológica); iii) a epistemologia do testemunho examina como os ouvintes avaliam a veracidade de um testemunho, o que abrange os processos cognitivos e sociais utilizados para decidir se um testemunho deve ser aceito ou rejeitado (confiabilidade processual); iv) a epistemologia do testemunho analisa a função do testemunho nas práticas sociais de formação de conhecimento, o que inclui a consideração do testemunho como uma forma de transmissão de conhecimento em contextos educacionais, científicos e na vida cotidiana (normatividade das nossas atividades ou práticas epistêmicas cotidianas); e v) a epistemologia do testemunho estuda a interdependência entre indivíduos na aquisição de conhecimento.

1.1. Testemunho

Segundo Baier (1999, p. 231), acerca do testemunho, “o que quer que seja importante para os seres humanos, a confiança é a atmosfera em que ela prospera”. No que diz respeito ao conhecimento testemunhal,

somos epistemicamente dependentes no que refere à obtenção de conhecimento sobre assuntos variados, desde tópicos especializados tais como descobertas científicas e inovações tecnológicas, até assuntos corriqueiros, como uma prescrição médica, uma receita de bolo ou dados de nossa história pessoal. (Etcheverry; Müller, 2017, p. 9)

A dependência epistêmica na palavra do outro foi, ao longo da história, fundamental na/para a compreensão e construção do que hoje denominamos conhecimento cumulativo. A concepção epistêmica da noção do testemunho é importante para o entendimento da noção de *informante confiável* na produção do conhecimento científico, particularmente, a partir da abordagem da sua genealogia, o que denomino no presente texto por perspectiva performativa conciliatória do conhecimento, que é a relevância da *palavra do outro* no processo de transmissão do conhecimento confiável; para o contexto africano, por exemplo, a compreensão da oralitura na produção por via do testemunho confiável do conhecimento é relevante para percebermos a aceção do que denominamos por conhecimento performativo (entendo por conhecimento performativo a aceção referente a tópicos especializados, tais como descobertas científicas e inovações tecnológicas, corroborando com a citação anterior).

Busco igualmente apresentar uma proposta que traga novos desafios acerca da literatura filosófica no quadro da produção que versa sobre as condições de possibilidade de conhecimento que norteiam a normatividade epistêmica no contexto africano. Tenho como objetivo demonstrar de que forma essa noção de testemunho é epistemicamente determinante no processo de aquisição de crenças justificadas a partir das aceções de informante confiável e a *palavra do outro*.

O argumento acima tem como embasamento teórico a ideia de que a *epistemologia do testemunho*, enquanto subárea da epistemologia social está preocupada com o papel do testemunho e sua confiabilidade na produção do conhecimento, particularmente no que diz respeito à transmissão do conhecimento no âmbito da conversação (oralitura). Na era digital a forma oral (audiovisual) é o meio mais comum de comunicação política e exige uma forma mais cuidadosa na transmissão da palavra.

No que diz respeito à *epistemologia social*, particularmente em relação à *epistemologia do testemunho*, ela tem como preocupação o estudo sobre como as informações recebidas por meio do testemunho de outras pessoas podem ser justificadas como conhecimento confiável.

Nesse sentido, por meio da literatura acerca dessa temática, procuro examinar as condições sob as quais a noção de testemunho é confiável, e os mecanismos pelos quais os ouvintes avaliam a veracidade e a justificação das afirmações feitas por agentes epistêmicos diante de argumentos epistemicamente plausíveis no que diz respeito a noção de conversação, em particular num contexto acadêmico e sociopolítico polarizado.

A *epistemologia do testemunho*, nesse quesito, investiga e demonstra como as pessoas dependem umas das outras para obter informações que podem ou não ser verificáveis pessoalmente ou de forma objetiva.

Para Craig (1990), “a abordagem padrão das questões sobre o conceito de conhecimento consistiu por algum tempo em tentativas de analisar o significado cotidiano da palavra ‘saber’ e seus cognatos”; isto é, no que diz respeito à genealogia ou natureza do conhecimento.

Para mim, do ponto de vista sociopolítico, a compreensão epistêmica da noção do testemunho varia entre duas perspectivas: axiológica e epistêmica. A primeira perspectiva, pode ser descrita a partir do entendimento que temos acerca da *oralitura*¹¹, uma dimensão axiológica do conhecimento presente na *gnose africana* que é um modelo demonstrativo de como no processo de transmissão de conhecimento testemunhal ocorre um processo denominado *intertextualidade*.

A intertextualidade, no campo da oralidade e escrita, é determinante na produção do conhecimento. Em alguns contextos, como o africano, precede o procedimento normativo da aquisição e produção de conhecimento, independente da forma pela qual a produção dos saberes ou conversação ocorre entre agentes ou pares epistêmicos, se tratando do problema do valor epistêmico da *palavra do outro* no campo da epistemologia do testemunho.

Uma das questões que pode resultar desse argumento é a seguinte: a intertextualidade afeta o resultado da produção de conhecimento independente do modelo tradicional performativo de transmissão de conhecimento? Estou indagando, por exemplo, se para os casos da escrita e da oralidade, o valor da credibilidade epistêmica do testemunho é o mesmo? Quando se lê ou quando se fala de forma oral a confiança epistêmica na *palavra do outro* tem a mesma dimensão de confiança?

De acordo com Leite (2020), por exemplo,

A autonomização dos processos literários africanos de língua portuguesa compartilha várias heranças intertextuais, além da literatura portuguesa. Essas heranças incluem influências da literatura latina, hispano-americana, e das literaturas africanas em outras línguas, bem como dos intertextos da tradição oral. Esses elementos são igualmente importantes para a caracterização dos aspectos regionais e nacionais específicos que diferenciam essas literaturas. (Leite, 2020, p. 17)

Para Leite (2020, p. 18), “o facto de a intertextualidade caracterizar de forma profunda o modelo de produção de saberes como a oralidade e, situá-los entre o facto e o mito, não determina o valor da produção literária no que diz respeito à confiabilidade epistêmica”. Ademais, “tentar elucidar a forma como é representada nos vários discursos teóricos e críticos a oralidade não é, de forma alguma, questionar a sua inegável prevalência em África” (Leite, 2020, p. 18).

A primeira perspectiva, *oralitura*, característica da comunicação política, que envolve a noção de conversação, é determinante na mesma dimensão que a escrita na produção de saberes primário. A tradição analítica apresenta uma desvantagem ao colocar a oralidade no campo do coletivo, desvirtuando a relevância da oralidade em situações de produção de conhecimento específicas, situação desvantajosa para determinadas coletividades em relação a outros grupos.

A segunda perspectiva, característica na produção da ciência e inserida no campo da epistemologia do testemunho, foca-se no entendimento epistêmico que pode ser descrito pela concepção de *palavra do outro* ou pela credibilidade do agente epistêmico como componente da agência epistêmica que produz crença justificada (literatura escrita). Essa

¹¹ Neste texto resultante da tese doutoral, concebo a oralitura como continuidade entre as tradições orais e as *literaturas africanas*. Esse termo tem sido desenvolvido no campo da literatura de ficção.

abordagem trata das questões sobre a natureza do testemunho e as condições normativas e necessárias para a formação de crença coletiva (crenças não doxásticas).

Neste sentido, ocorre que entre as duas perspectivas ou formas de comunicação à *palavra do outro* necessita de vigilância hermenêutica ou o que denominamos na epistemologia social por “justiça hermenêutica e testemunhal”, segundo Miranda Fricker (2023). Para Fricker a justiça epistêmica possui virtudes híbridas, pois a relação assimétrica entre a oralidade e a escrita na tradição analítica demonstra que a redução de certas formas de produção de saberes configura-se como injustiça epistêmica (ao definir o que é moralmente e epistemicamente menos virtuoso). Por exemplo, Fricker (2023, p. 103) concebe como “percepção virtuosa moral e epistêmica” a educação moral (de base oral) e sublinha que existe nessa perspectiva aspectos epistêmico com mesma carga epistêmica em relação a escrita.

Para Fricker (2023), a percepção virtuosa moral e epistêmica é determinante na capacidade perceptiva testemunhal do ouvinte virtuoso. Isto é,

[...] a capacidade perceptiva moral do agente virtuoso e a capacidade perceptiva testemunhal do ouvinte virtuoso depende de cinco pontos de paralelos intimamente relacionados [...] são eles: (1) que, no testemunho e na esfera moral, o modelo de julgamento é perceptivo e, portanto, não inferencial; (2) em ambas as esferas, o bom julgamento é imodificável; (3) em ambas as esferas, o julgamento é intrinsecamente motivador e; (4) intrinsecamente fundamentado; (5) em ambas as esferas o julgamento normalmente contém um aspeto emocional que é uma parte apropriada da cognição. (Fricker, 2023, p. 103)

Importa salientar que Miranda Fricker está comprometida com as relações epistêmicas testemunhais relacionadas a certos aspetos éticos que geram injustiças epistêmicas, particularmente de duas das nossas práticas epistêmicas mais básicas do dia a dia: transmitir conhecimento aos outros ao *dizer algo* (*telling*) e fazer sentido das nossas próprias experiências sociais (Fricker, 2023, p. 18).

2. Da Oralidade

A filosofia africana nasce dentro do *discurso sobre a África* como uma filosofia de autoafirmação. O discurso dos intelectuais africanos com dimensão epistêmica que configura genealogicamente na estrutura da gnose africana é denominado *biblioteca crítica*, em oposição a *biblioteca colonial* (Mudimbe, 2019, p. 12). Segundo Mbembe (2001), o discurso africano nasce como *autoinscrição*¹². Em particular, na literatura africana de ficção, o discurso sobre África nasce da escrita como continuidade da oralidade – *Verbal art Forms* – Oralidade (Leite, 2020, p. 15-16).

¹² “Tentativas de definir a identidade africana de forma simples e clara têm ao longo do tempo geralmente falhado. Outras tentativas parecem estar tendo o mesmo fim, já que a crítica das imaginações africanas sobre o self e o mundo permanece presa dentro de uma concepção de tempo como espaço e de identidade como geografia. Desta confusão resultou uma interdição massiva das noções gêmeas de ‘universalismo’ e de ‘cosmopolitismo’, e uma celebração da autoctonia, ou seja, de um eu entendido como sendo tanto vítima como mutilado. Uma das implicações principais de tal compreensão de tempo e de sujeito é que o pensamento africano passou a conceber a política ou através de um resgate de uma natureza essencial, porém perdida (a libertação da essência) ou como um processo sacrificial” (Mbembe, 2001).

Existe uma literatura no campo da filosofia que tem como fundamento em seus estudos a *noção de oralidade* como objeto de pesquisa, o que justifica a minha posição de considerar o testemunho oral como fonte de conhecimento justificado. Acerca disso, podemos citar: o texto inaugural de Tempels, de 1945, no livro *A Filosofia Bantu*, que tem como base a etnografia; Hountondji, em *African philosophy: myth and reality*, de 1983; Oruka, em *Sage philosophy: indigenous thinkers and modern debate on african philosophy*, de 1990; Castiano, em *Filosofia africana: da sagacidade à intersubjetivação*, de 2015; e Bono, no livro *Muntuísmo*, de 2015. Esses são apenas alguns exemplos entre outros autores que embasam no campo da epistemologia social africana uma série de teses que não ignora a oralidade como fonte determinante na construção da literatura filosófica africana por meio de informantes confiáveis.

Esses autores buscam [trazer] uma *filosofia da sagacidade*¹³ que tem como base estudos sobre o valor do testemunho na perspectiva africana. A característica principal desses trabalhos é o estudo acerca da ordem do conhecimento, a noção epistêmica e o papel do testemunho na produção e aquisição do conhecimento na África. Nesse sentido, essas teses confirmam a relevância da oralidade no debate acerca da gênese da filosofia africana até a atualidade. Por exemplo:

Na África tradicional, a maioria do que seria filosofia-sagaz permanece não escrito por razões que devem ser óbvias para todos. No Kenya, o nosso interesse tem sido o de procurar a filosofia sagaz entre pessoas sábias que são, na medida do possível, profundamente enraizadas na cultura tradicional africana. (Oruka, 1990, p. 28)

Afirmar, acima, que o discurso sobre a África por parte dos filósofos africanos surge como um discurso de autoafirmação, resultante do *discurso colonial* da dupla negação do sujeito africano, sua humanidade (moral) e sua capacidade performativa epistêmica (racionalidade). Para Mudimbe (2019, p. 87), o poder da fala do colonizador foi marcante no *discurso africano*, pois, por mais identitário que o intelectual africano seja, a intertextualidade (ou discurso do missionário) está presente na produção científica (biblioteca colonial).

Por meio do discurso *do missionário*, cujo papel foi o de converter o africano para a cultura e a línguas do colonizador, de modo a transmitir os signos e os símbolos de um modelo cultural ocidental, a biblioteca crítica, em contrapartida à biblioteca colonial, ficou

¹³ “O que é filosofia sagaz? Existe certa gama de escritos na literatura filosófica africana contemporânea que expressa o que pode ser denominado ‘Filosofia-Sagaz em África. Mas uma questão importante que alguns têm tentado e outros podem precisar levantar é a seguinte: ‘que é Filosofia Sagaz?’, e como pode-se distinguir este modelo de filosofia dos outros que podemos encontrar em África? Estes outros modelos de filosofia incluem o que tenho explicado em ‘Four Trends’ (Quatro Tendências) como (1) textos filosóficos profissionais, isto é, trabalhos de acadêmicos e estudantes formados em filosofia, (2) teorias ideológico-nacionalistas, e (3) estudos etnográficos das crenças tradicionais africanas etiquetadas ‘Filosofia’, isto é, Etnofilosofia. A Filosofia Sagaz torna-se a quarta tendência nesta lista. Esta classificação liberal exige que inicialmente suspendamos o nosso julgamento sobre o que constitui filosofia no sentido estrito do termo. Ainda que a visão de filosofia no sentido estrito continue importante na nossa pesquisa. A classificação das diferentes tendências deve ser vista como meio para nós africanos identificarmos a filosofia no sentido estrito da filosofia no geral e em sentido amplo.” (Oruka, 1990, p. 27-28, tradução nossa).

marcada inconscientemente pelos signos coloniais. Assim, depois desse episódio histórico, o grande desafio da filosofia africana se consistiu, em uma primeira fase, na busca dos saberes africanos por meio de metodologias que identificassem os aspetos epistêmicos na palavra dos sábios africanos por meio da oralidade.

Tanto a literatura de ficção, na sua maioria a literatura africana tradicional (canônica ou não), quanto a literatura filosófica (o discurso filosófico sobre África), tinham como fontes primárias os *african sage philosophy* (sábios africanos). Segundo Leite (2020, p. 17), “é evidente que o percurso de africanos, africanistas, teóricos e escritores levou à consideração da oralidade como um critério fundamental de análise das literaturas africanas”.

Um exemplo claro dessa intervenção é o trabalho do senegalês Léopold Sédar Senghor, que, embora bastante criticado, ressaltou a importância do quesito identitário cultural na tradição literária africana:

Como aparece nos livros *Libereté I* (1964) e *Libereté III* (1977), Senghor refere-se a negritude que se caracteriza por uma razão instintiva, segundo a qual os valores de civilização negra são governados por uma razão de percepção, que compreende por intuição, e se exprime por sensações emotivas e pelos sentimentos. Ele mete muitas vezes e evidencia, que contrariamente a razão discursiva, observa-se na razão instintiva, um abandono do eu e uma identificação deste com o objetivo através do mito, isto é, através dos arquétipos presentes no coletivo e, nomeadamente, o mito primordial do cosmo. (Ngoenha, 2010, p. 189)

O argumento supracitado demonstra que é na palavra do outro como testemunho, e por meio da oralidade, que a gnose do conhecimento africano sustenta as suas primeiras premissas e teses acerca da noção de conhecimento africano, pelo menos no que diz respeito à literatura de ficção e na filosofia da sagacidade. Segundo Ngoenha (2010, p. 185), “Alexis Kagame (1956) [...] foi mais longe, e mete as bases para uma dimensão filosófica das línguas africanas, procurando uma estrutura ontológica da língua ruandesa”.

Ora:

Segundo H. Bâ a questão não é tão dicotômica entre a escritura e a oralidade, mas o facto de que na África contemporânea a cadeia de transmissão foi interrompida pela colonização o que comporta o risco de uma possível perda dos conhecimentos dos anciões, que por sua vez seria dramática não só para África mas para o mundo inteiro. (Ngoenha, 2010, p. 185)

A noção de oralitura, dentro da gnose africana, encontra-se metodologicamente caracterizada por um processo confiabilista, conhecido como *verbal art forms* ou *sage philosophy*. Essa abordagem metodológica é essencial para a construção e compreensão de uma epistemologia social africana, particularmente uma epistemologia do testemunho. Nessa epistemologia, a confiabilidade processual é central e está preocupada com a maneira como o conhecimento deve ser produzido, considerando que a *palavra do outro* é crucial para a afirmação da credibilidade epistêmica do informante confiável.

Segundo Hampaté Bâ (2010, p. 267),

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos. Que é pacientemente transmitida de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos

séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.

A noção de informante confiável, na concepção africana é, portanto, intrinsecamente portadora de sujeitos participantes (agentes epistêmicos) na produção e aquisição de conhecimento que se manifestam por meio da *palavra viva* no decorrer das suas práticas normativas epistêmicas quotidianas.

Olhando para o que constitui a forma “africana” de conceber o real quotidiano – de onde emergem os saberes locais –, torna-se embaraçosa a possibilidade de encaixar, neste quadro da ciência positiva, aqueles saberes [palavra viva] no contexto institucional, sem correr o risco de serem considerados como sendo especulativos, folclóricos exóticos. (Castiano, 2013, p. 40)

Estou afirmando que, em um primeiro momento, a prática normativa epistêmica ligada à oralitura como continuidade da escrita é uma condição *sine qua non* para a produção da gnose africana, particularmente entre os povos de língua Bantu e Yorubá. Segundo Oruka (1990, p. 28, grifo nosso), “na África tradicional a maioria do que seria uma *filosofia-sagaz* permanece não escrito por razões que devem ser óbvias para todos.”

No que diz respeito à metodologia que leva em conta a questão da oralidade, Oruka (1990) estava preocupado objetiva e metodologicamente com uma pesquisa que levasse em conta a analiticidade de uma filosofia-sagaz da segunda ordem; ou seja, uma epistemologia social preocupada com natureza social do conhecimento, mas de uma base profundamente oral.

Ora, Oruka (1990, p. 29, grifo do autor) afirma o seguinte: “Nas nossas pesquisas no ‘*Thoughts of Traditional Kenya Sages*’, nos deparamos com um número de sábios do tipo filosófico. Na subsecção três da seção anterior, produzi extratos dos seus ditos e argumentos”, a saber:

Lembro-me de ter perguntado um dos sábios no Kenya sobre o que pensava acerca do conceito de morte. Ele reagiu tão negativamente da seguinte maneira: Vá e pergunte os seus avós falecidos! Eles são muitos. Por que me perguntas sobre a morte? Queres causar a minha morte? Agora, não irei responder nenhuma das suas más proezas. Para mim foi sorte que está tenha sido a última questão na entrevista. Já tinham esgotado todos os tópicos que eu precisava de discutir com ele. Portanto discordamos um do outro e partimos. Então, a mesma questão foi levantada ao outro sábio e com muita audácia respondeu o seguinte: A morte é um bem como a vida. Se imaginar que Deus existe, e que nós somos as suas plantas, então através da morte Deus desarraiga algumas plantas de modo que as restantes possam ter comida suficiente e cresçam saudavelmente. Se não existisse a morte, não haveria comida e espaço suficientes para todos. De facto, Deus é muito simpático, ele mata poucos e permite a maioria continuar a vida. Você, Odera (o entrevistador), se você fosse Deus, seria provavelmente mais cruel ainda! Diferentemente de Deus, mataria muitas pessoas demais. Quando este sábio morreu, toquei esta parte do cassete gravador no seu funeral. Algumas congregações sentiram-se aliviadas ao perceber que o defunto tinha tal alegre visão acerca da morte. (Oruka, 1990, p. 31)

Uma tese não conciliatória que postula a ideia de que a essência de uma filosofia africana com pretensão à filosofia “africana deve ter o papel primordial na crítica é problemático”, (Castiano, 2013, p. 64). Ademais, uma tese que possa postular argumentos

a favor da oralidade ou oralitura no fazer filosófico africano, a noção do testemunho oral como fonte de conhecimento na epistemologia, encontra não apenas uma objeção por parte da filosofia ocidental, mas também dentro da corrente crítica da filosofia africana.

O postulado contra modelos e métodos filosóficos, tais como a *etnografia* (Tempels, 1945) e *filosofia-sagaz* (Oruka, 1990), é considerado etnofilosofia, muito devido ao caráter e característica dos informantes (testemunho) envolvidos na transmissão (produção e aquisição) do conhecimento; ou seja, coloca-se a causa a credibilidade epistêmica i) dos sábios-do-povo (*folk-sage*) e ii) a proveniência sua sabedoria (*verbal art forms*).

Para os críticos a favor desse postulado (de objeção), o conhecimento baseado na oralidade é produto, filosoficamente, de agentes epistêmicos que não gozam de credibilidade epistêmica (performance epistêmico de dimensão axiológica) e, por exemplo, argumentam que o *sábio-do-povo*, apesar de possuir o *dom da palavra* e ela ser moralmente aceita pela comunidade, não é um informante confiável – colocando em causa a percepção virtuosa moral e epistêmica. Há aqui, para além de um *postulado negativo*, um senso de injustiça hermenêutica. A injustiça hermenêutica ocorre “[...], quando uma lacuna nos recursos interpretativos coletivos deixa alguém em desvantagem injusta quando se trata de fazer sentido de suas experiências sociais” (Fricker, 2023, p. 18).

Em resposta ao postulado negativo, Castiano (2013) propõe uma revisão metodológica baseada na noção de tradição, a intersubjetividade.

Portanto, parece que, em termos gerais, os filósofos profissionais estão de acordo sobre o papel das tradições e do conhecimento local/endógeno em relação ao futuro de África; porém, o que parece ser um desafio, e isso fundamenta o empreendimento que chamo de intersubjetivação no campo da filosofia, é de como reconhecer e estender esta função crítica ao colegas da *sage philosophy*; de facto, quando a filosofia profissional africana defende o papel da crítica desta disciplina, fá-lo tendo como espaço a academia sem incluir, no seu horizonte de análise, a possibilidade de existir, no contexto dos saberes locais/endógenos, também reflexões de natureza crítica em relação às próprias tradições (Castiano, 2013, p. 65).

A posição de Castiano redireciona a epistemologia social africana para a dupla dimensão performativa, axiológica e epistêmica; e, ao introduzir uma perspectiva conciliatória que toma em conta a dimensão axiológica, Castiano assume que a oralidade não descaracteriza a *pureza* da filosofia na sua produção e aquisição de conhecimento – gnose africana.

Castiano (2013, p. 65-66, grifo do autor) afirma o seguinte: “penso que este empreendimento de procurar textos (orais e escritos) de natureza crítica no interior dos discursos locais/endógenos – deverá ser o *specificum* da filosofia profissional africana.”

Da *oralidade à palavra*, é o percurso característico da epistemologia social africana. E, no que diz respeito à natureza do conhecimento, no próximo ponto, *da palavra*, argumentar que no contexto africano em estudo no presente texto, a compressão da arqueologia da gnose africana na produção e aquisição do conhecimento tem como gênese a oralidade, e ela não elimina a compreensão epistêmica e axiológica acerca desta, que é uma das várias abordagens de conhecimento no campo da epistemologia coletiva, a dimensão epistêmica da palavra do outro na concepção africana.

3. Da Palavra

A palavra é a extensão e expressão da oralidade transformada em objeto simbólico que contém signos e significados semânticos passíveis de um juízo de valor moral ou epistêmico. A palavra, transformada em linguagem, “é uma arte social. Ao adquiri-la, nós dependemos inteiramente das indicações disponíveis intersubjetivamente do que dizer e quando” (Quine, 2010, p. 13).

O que significa a dependência *da palavra* por parte da espécie humana – pares epistêmicos? A dependência humana da palavra significa, para além da dependência moral, uma dependência epistêmica. Enquanto a noção de oralidade nos remete à dependência axiológica, a noção da *palavra do outro* nos remete à dependência epistêmica, pois envolve categoricamente a noção de conhecimento testemunhal com base na condição de possibilidade de entendimento entre agentes epistêmicos, atos de fala, visto que transmitir conhecimento ao outro, quer seja de primeira ou segunda ordem, implica ética e epistemicamente uma interação social com base na confiabilidade – *Ser, em essência, um Ser político*. Ou seja, afirmo que as nossas práticas normativas cotidianas transmitidas por meio da *palavra* envolvem, quase sempre, uma atividade epistêmica, mas não excluem a possibilidade de uma dimensão epistêmica intrinsecamente axiológica e dialógica no sentido didático da “Palavra”.

4. Notas finais

Para ter força, sê um artesão das palavras. A língua é a espada do rei e a palavra é mais poderosa que qualquer outra arma. Para evitar rebeliões, é preciso manter tanto o povo como a nobreza como aliados. Ele sabe que isso não é tarefa fácil e faz o contraste entre o governo ideal e o mundo real. (Tamosauskas)

O trabalho dos filósofos africanos que investigaram e investigam a natureza do conhecimento em África, supõe que existem aspetos epistêmicos dentro das práticas normativas cotidianas de produção de conhecimento nas nossas ações como testemunhos (por exemplo, a Palavra do Outro): estou falando de ações que podem ser produzidas dentro do que podemos denominar em dois sentidos; primeiro, *por normatividade epistêmica* (instituições credenciadas – agências e agentes com credibilidade, moralmente e epistemicamente confiáveis); segundo, *por normatividade das nossas ações ou atividades epistêmicas cotidianas* (sábios e “mestres” dos saberes comunitários, pessoas que gozam de uma popularidade aceite pelas comunidades – população, isso é, ações de sujeitos – “sujeitos políticos” – não formalmente institucionalizados, cuja Palavra como ação dispõe de credibilidade moral e epistêmica – confiabilidade).

Estou falando da noção de “transmissão de conhecimento testemunhal no contexto africano” (oralidade), quando a “*Palavra do Outro têm Valor*”, como um bem epistêmico e moral, é resultado de um legado de narrativas de base oral munido de credibilidade. A oralitura como modelo de transmissão testemunhal credível – Palavra com honra – é um modelo geracional conhecido no contexto moçambicano, basta recordar “um Samora Machel” ou “um Azagaia”. A “Palavra” dos nomes citados tem capacidade de atravessar várias gerações. Com base na literatura, podemos denominar as narrativas populares de agentes credíveis por memória coletiva, um bem epistêmico público.

O tema da memória coletiva perpassa diversos *campos* de estudos no contexto africano e é muitas das vezes ligada a memória coletiva como um reservatório da

credibilidade e confiabilidade moral dos sujeitos portadores da *Palavra para o Outro*, aqueles que o povo pode escutar em momentos de crise sociais, como é o momento que vivemos atualmente em Moçambique.

No que diz respeito a “as ontologias africanas”, modos de produção e transmissão do conhecimento em África, Odera ORUKA (1990) sustenta o argumento de que na produção de conhecimento como crença verdadeira justificada acerca do discurso oral dos africanos, existem duas condições de possibilidade para um diálogo saudável, sempre presente e necessárias: *Sabedoria e a não sabedoria*. Ao assumirmos a proposição de que o conhecimento é um bem epistêmico transmitido através de crenças verdadeiras justificadas (a junção do científico e do que é considerada sabedoria), devemos assumir, igualmente que em quase todas as sociedades, há certas afirmações que são ditas com sabedoria (pelos sábios) e outras ditas de forma comum em locais comuns não dotados de sabedoria (pelos não sábios). [paráfrases de Oruka com grifos meus]

Meu argumento sobre a situação atual de Moçambique é de que o legado da narrativa discursiva acerca da Palavra do Outro, no contexto das “revoluções populares” em África, e, no caso de Moçambique, ensinou-[nos que a palavra dita para o povo, deve carregar afirmações que são ditas com sabedoria (credibilidade e confiança moral no duplo sentido – Palavras com dimensão axiológica)].

A sabedoria significa a capacidade de transmissão de conhecimento como bem moral e epistêmico através da *Palavra do Outro*. O conhecimento testemunhal é geralmente uma proposição verdadeira, originalmente feita por agentes epistêmicos com certo grau de credibilidade epistêmica, mas ultrapassam o tempo, o local e o contexto em que são proferidas e se tornam um bem epistêmico quando analisados e estudados - (estou dizendo que o que estamos vivendo está sendo documentado e será estudado, brevemente ou mais tarde – terá consequências práticas).

Sobre os Sábios Políticos. Porque é que precisamos dos *Sábios Políticos na esfera pública*? Porque a relevância da palavra deles, justificação dos factos, reside no facto de que sua palavra tem ação prática, e efetiva. As palavras dos sábios no contexto africano percorrem o tempo na memória coletiva das comunidades em que circulam e pedagogicamente adentram deforma axiológica na memória simbólica popular transformando gerações através do “ato de escuta voluntária” e reforça o contrato social de uma nação, qualquer que seja. Ademais, o valor moral da Palavra do Outro é construído do “contrato cultural” no contexto das “sociedades comunitaristas e heroicas”.

Por fim, afirmo que as questões acima se resumem no seguinte: neste momento de polarização política em Moçambique, como agentes públicos confiados a partir de um sufrágio eleitoral através do voto popular e da confiança política plasmado no nosso contrato cultural e social (constituição da república de Moçambique), a pergunta que devemos fazer é a seguinte: “quando falamos para os outros, como testemunho confiável, o que nos devemos ética e epistemicamente *Uns aos Outros*.”

Referências:

- Amadou, H. B. (2010). A tradição viva. In História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África (2ª ed. rev.). Brasília: UNESCO.
- Baier, A. (1999). Responsibility and moral sentiments. *International Studies in Philosophy*, 31(4), 140–141.
- Bono, E. L. (2015). *Muntuísmo: A ideia da pessoa na filosofia africana contemporânea* (2ª ed.). Portugal: Edições Paulinas.

- Castiano, J. P. (2013). *Os saberes locais na academia: Condições e possibilidades da sua legitimação*. Maputo: Educar/CEMEC.
- Fricke, M. (2023). *Injustiça epistêmica: O poder e a ética do conhecimento* (Trad. B. R. G. Santos). São Paulo: Editora Edusp.
- Hountondji, P. J. (2008). Conhecimento de África, conhecimento de africanos: Duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 149–160.
- Leite, A. M. (2020). *Oralidades & escritas pós-coloniais: Estudos sobre literaturas africanas* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora EdUERJ.
- Mbembe, A. (2001). As formas africanas de auto-inscrição (Trad. P. Farias). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, 23(1), 171–209.
- Mudimbe, V.-Y. (2019). *A invenção de África: Gnose, filosofia e ordem do conhecimento* (Trad. F. Ribeiro). Petrópolis: Vozes.
- Müller, F. de M., & Etcheverry, K. M. (2017). *Ensaio sobre epistemologia do testemunho* (pp. 125–141). Porto Alegre, RS: Editora Fi.
- Ngoenha, S. E. (2010). *Filosofia africana: Das independências às liberdades*. Maputo: Paulinas Editoras.
- Oruka, H. O. (Ed.). (1990). *Sage philosophy: Indigenous thinkers and modern debate on African philosophy*. New York: Brill.
- Quine, W. V. O. (2010). *Palavra e objeto* (Trad. S. I. A. Stein). Petrópolis: Vozes.
- Tempels, P. (2018). *A filosofia bantu* (Trad. Paulinas Editoras). Maputo: Editora Paulinas.

A Música e a Cultura Digital nos Países em Desenvolvimento

Isaú J. Meneses, Instituto Superior de Artes e Cultura

isaumeneses@gmail.com

Leonilde Chiulele Vilanculo, Instituto Superior de Artes e Cultura

leochiulele@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objectivo discutir as implicações dos desequilíbrios existentes entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento no uso de meios digitais para a venda e consumo de produtos artísticos, particularmente no que diz respeito à música. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa documental, bibliográfica e o uso de fontes electrónicas foram o suporte principal. Como métodos e técnicas complementares, recorreu-se a entrevistas informais, *brainstorming* e à técnica da bola-de-neve. Esta última foi particularmente útil para identificar artistas e consumidores com experiências relevantes na venda e consumo de música por meios digitais. Como resultado, foram identificados e debatidos os principais problemas resultantes da substituição de vendas de dispositivos físicos musicais pelas vendas electrónicas nos países em desenvolvimento e avançadas algumas propostas de políticas públicas que possam contribuir para a diminuição do impacto negativo da cultura digital na venda e consumo de produtos musicais.

Palavras-chave: Música; Cultura digital; C.D's; Países em desenvolvimento

1. Introdução

Enquanto uns voam em aviões supersónicos, outros caminham confiando em seus próprios pés. Esta é a metáfora que encontramos para descrever o que acontece relativamente ao uso de meios digitais para a venda e consumo de produtos musicais em países desenvolvidos e nos em desenvolvimento. Esta questão de consumo e venda de produtos artísticos, particularmente ligados à música, está fortemente associada à cultura digital, conceito que apesar de recente e ainda não conhecido sobejamente, muito se intromete na vida quotidiana dos cidadãos da modernidade.

O presente artigo tem por finalidade discutir as implicações dos desequilíbrios existentes entre os Países desenvolvidos e os em desenvolvimento no uso de meios digitais para a venda e consumo de produtos artísticos, particularmente no que diz respeito à música. Para se falar da cultura digital, é preciso ter em conta que os países em desenvolvimento enfrentam ainda muitos desafios de nível básico, dentre os quais, o problema de analfabetismo. Da situação de analfabeto à de detentor e utente da literacia de informação, por exemplo, há uma longa caminhada, durante a qual se perpassa por vários conceitos entre os quais se pode destacar, os de alfabetização, literacia, literacia digital, literacia de informação e cultura digital.

Assim, para facilitar a percepção do debate, antes de nos embrenharmos na questão em discussão, debruçar-nos-emos em torno dos conceitos.

2. Da alfabetização à cultura digital

De uma situação em que nos países desenvolvidos a franja de população analfabeta é preenchida, praticamente pelos recém-nascidos e adultos que por alguma razão não conseguem ler, escrever e fazer cálculos, o que Benavente (1996) chama de “analfabetismo funcional”, os países em desenvolvimento, se viram confrontados com o uso da internet numa altura em que ainda se encontravam a lutar contra o analfabetismo, através de campanhas de alfabetização e programas de promoção do ensino básico.

Segundo Benavente (1996) alfabetização não é mais do que o processo de ensino e aprendizagem de leitura, escrita e cálculo. Portanto, quando uma pessoa sabe ler, escrever e fazer cálculos aritméticos, pode considerar-se como alguém alfabetizado. Mas isso não nos garante a forma e a qualidade com que essa pessoa utiliza a informação ou os conteúdos que lê e escreve. É aqui que aparece um novo conceito, o da literacia. Na perspectiva do mesmo autor, literacia é essa capacidade que o indivíduo tem de processar a informação escrita no quotidiano (Benavente, 1996).

Se a alfabetização constitui um passo importante, a literacia não pode ser menos importante, pois, embora seja consequência do primeiro, ela é que demonstra de forma material e objectiva, quão o indivíduo adquire e realiza os conhecimentos de leitura, escrita e cálculo.

Até aqui, está-se a falar de conhecimentos realizados no formato físico, isto é, no papel, num quadro, etc. Ou seja, fora do ambiente digital.

Quando a utilização destas competências ocorre no ambiente digital, torna-se necessário sofisticar o conceito de literacia, surgindo assim o da literacia digital.

Segundo Loureiro e Rocha (s.d, p.02) citando Jones-Kavalier e Flannigan (2006), literacia digital consiste na “capacidade que uma pessoa tem para desempenhar, de forma efectiva, tarefas em ambientes digitais - incluindo a capacidade para ler e interpretar media, para reproduzir dados e imagens através de manipulação digital, e avaliar e aplicar novos conhecimentos adquiridos em ambientes digitais”.

Como se sabe, actualmente, nos ambientes digitais, circulam uma multiplicidade e diversidade de informações, das quais nem tudo é verídico, correcto e relevante. Daí a necessidade de reunir capacidades que permitem ao indivíduo seleccionar a informação credível.

É assim que tem de se ter em conta o conceito de literacia da informação, que como refere Loureiro e Rocha, (s.d, p. 04) citando a Declaração de Praga (2003) esta “abrange o conhecimento das próprias necessidades e problemas com a informação, e a capacidade para identificar, localizar, avaliar, organizar e criar, utilizar e comunicar com eficácia a informação para resolver problemas ou questões apresentadas”

Mais adiante o autor realça que ser-se *digitally literate* pressupõe:

- Gerir e organizar informação para a poder utilizar no futuro;
- Avaliar, integrar, interpretar e comparar informação de múltiplas fontes;
- Criar e gerar conhecimento adaptando, aplicando e recreando nova informação;

- Comunicar e transmitir informação para diferentes e variadas audiências, através de meios adequados (Loureiro e Rocha, s. d, p. 04).

No dizer de Lévy (1993, p. 63)

Cultura digital é uma expressão relativamente recente que reflecte a crescente tendência de codificação e digitalização das técnicas de comunicação, processamento de dados, transmissão de informações, compartilhamento e troca de conhecimento, entre as várias perspectivas resultantes do uso inovador da tecnologia e do impacto das conexões electrónicas na estrutura e prática das organizações sociais. (Lévy, 1993, p. 63)

Para melhor elucidação do termo, interessa trazer ao debate, a reflexão do sociólogo espanhol Manuel Castells (2008), a qual refere-se à inovação e a criatividade possibilitadas pelo desenvolvimento de novas ferramentas para a Internet, como a Web 2.0.

Mais adiante, o autor apresenta seis (6) tópicos que contribuem para a definição de cultura digital:

O primeiro está ligado à capacidade de comunicar utilizando uma linguagem digital comum. Este aspecto permite criar qualquer produto baseado numa linguagem digital compartilhada. O uso da linguagem comum facilita, não só a percepção, como também a homogeneidade no pensamento, flexibilidade na análise de informações diversificadas;

O segundo tópico está ligado a comunicação em tempo real, sem limites geográficos ou de interacção, facilitada pelas tecnologias digitais, sem restrições nas interacções, o que corporiza o fenómeno da deslocalização de emissores ou receptores;

O terceiro prende-se com a multiplicidade de modalidades de comunicação através de diversas formas e plataformas, adaptando-se às necessidades de cada situação e público. Esta multiplicidade, permite até certo ponto a conviviabilidade entre o local e o global e vice-versa, partilhando saberes e práticas culturais, facto sem o qual, essa partilha jamais, seria possível;

O quarto aspecto tem a ver com a interconexão de redes digitalizadas e bases de dados, criando uma rede global de informações de interconectividade de pessoas num contexto global;

O quinto é atinente a reconfiguração dos processos de comunicação, atribuindo novos sentidos e significados a diferentes camadas da comunicação digital, o que permite a partilha de inovações cada vez mais intensa;

Por fim, como sexto tópico, Castells refere-se a conexões entre cérebros em rede e a mente colectiva criando uma "mente colectiva" por meio do trabalho em rede, sem limites para o conhecimento compartilhado.

Nesta avalanche da cibernética caracterizado pelo desenvolvimento dos meios tecnológicos e globalização, e a medida em que este movimento se mostra irreversível nas sociedades, afectando os relacionamentos entre pessoas, bem como com os artefactos tecnológicos, especificamente no acesso e consumo da música, é importante destacar os

factores que estão por detrás das limitações no contexto africano, particularmente no que diz respeito a comercialização da música por meios digitais. Isto porque a cultura digital de alguma forma pode influenciar o modo de pensar, de actuação e a planificação individual ou colectiva, por exemplo, quando se quer tomar decisão sobre o que comprar e para quem, relativamente a equipamentos lúdicos e de leitura, consoante o domínio que cada um tem, no uso dos meios digitais.

3. Comercialização da música por meios digitais

Para uma melhor compreensão do tema, interessa considerar a multiplicidade de factores que afectam a comercialização e o consumo de música através de meios digitais de maneira diferenciada nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. De entre esses factores, oito são especialmente relevantes: (i) nível de literacia, (ii) literacia digital, (iii) literacia de informação (iv) poder de compra, (v) custo da internet em relação ao salário mínimo, (vi) número de usuários de internet por país, (vii) proximidade dos polos de criatividade e inovação tecnológica, e (viii) a prática de solidariedade viciante de doações.

Como é sobejamente sabido, a literacia é directamente proporcional ao acesso à informação e à educação.

Este facto faz com que num lado, nos países desenvolvidos, as pessoas acedam cedo e rapidamente a inovações científicas, tecnológicas, políticas e culturais. Em contrapartida, nos países em desenvolvimento, devido a baixa literacia, o acesso atempado à informação e à formações não só é baixo e diminuto como também é retardado, implicando muitas vezes o recurso a campanhas de sensibilização ou de capacitações intensivas, para minimizar os desequilíbrios ou *deficits* de conhecimento.

E porque a compra e venda de música online ocorre no ambiente digital, a literacia digital surge como uma das ferramentas que reforça as capacidades dos clientes que navegam visando a compra de produtos musicais.

Apesar deste factor favorecer ao internauta buscar os artigos que precisa, a literacia de informação desempenha um papel absolutamente relevante para a orientação da opção de compra e principalmente quando se está numa circunstância em que tem que se optar pela música dum estilo e do outro, entre a música de cultura local ou estrangeira, entre um ou outro artista, por aí em diante.

Para além dos problemas de baixas literacias que acima referimos, nos países em desenvolvimento também se verificam altas taxas de desemprego e/ou empregos precários, o que engrossa o grupo de pessoas com baixo poder de compra dos produtos digitais. E este último aspecto, conjugado com o custo elevado da internet, os baixos salários e a premente necessidade de garantir a provisão de alimentos, os cuidados de saúde e a educação da família, faz com que o uso da internet não seja prioridade na estrutura do orçamento familiar. Segundo Throsby (2010), estudos indicam que o acesso a produtos culturais digitais é fortemente correlacionado à renda disponível.

A tabela a seguir ilustra as taxas de usuários de internet, as taxas de alfabetização, o custo da internet por Mega bite, o salário mínimo, bem como o custo de internet em relação ao salário mínimo por cada país.

Tabela 1. Usuários de Internet

País	População (2023)	Usuários de Internet (2023)	Taxa de Alfabetização (%)	Custo de Internet/MB (USD)	Salário Mínimo (USD)	Custo de Internet/MB (% do Salário Mínimo)
Índia	1,428 bilhões	63%	77.7%	~0.09	~180 (mensal)	0.05%
China	1,412 bilhões	74%	96.8%	~0.08	~330 (mensal)	0.02%
Portugal	10.3 milhões	83%	96.1%	~0.50	~886 (mensal)	0.06%
França	65.8 milhões	88%	99.0%	~0.30	~1,747 (mensal)	0.02%
Inglaterra	56.5 milhões	92%	99.0%	~0.20	~1,950 (mensal)	0.01%
Alemanha	83.2 milhões	91%	99.0%	~0.25	~1,985 (mensal)	0.01%
Moçambique	33 milhões	30%	62.7%	~0.50	~80 (mensal)	0.63%
Nigéria	223 milhões	55%	62.0%	~0.20	~65 (mensal)	0.31%
Angola	36 milhões	33%	71.1%	~0.40	~70 (mensal)	0.57%
EUA	332 milhões	94%	99.0%	~0.05	~1,256 (mensal)	0.004%
Brasil	216 milhões	83%	93.2%	~0.20	~280 (mensal)	0.07%
Colômbia	52 milhões	77%	95.0%	~0.15	~330 (mensal)	0.05%

Fontes¹⁴

Conforme ilustra a tabela acima, relativamente aos números de usuários de internet por regiões, percebe-se que a EUA apresenta as maiores percentagens em relação aos restantes, onde estes se destacam com uma taxa de uso de internet de 94% em 2023.

Angola e Moçambique constituem os países com as taxas mais baixas de uso de internet com 33% e 30% respectivamente. Outro aspecto que importa salientar é o facto de Moçambique com um salário mínimo que ronda a 80 dólares mensais, o que equivale mais ou menos um décimo do salário mínimo de Portugal tem o mesmo custo de internet que é de 0.50, e relativamente ao salário moçambicano, isto corresponde a 0,63% do salário.

Como é óbvio, o custo da internet já mais pode constituir prioridade na orçamentação das famílias moçambicanas de extratos sociais baixos, particularmente aqueles que dependem unicamente do salário mínimo.

¹⁴ Banco Mundial (<https://www.worldbank.org>); Internet World Stats (<https://www.internetworldstats.com>); Cable.co.uk (bestbroadbanddeals.co.uk); Institutos de Estatística Nacionais de cada país.

E se tivermos em conta que Angola tem um salário mínimo de 70 dólares mensais, 10 a menos relativamente a Moçambique e com uma taxa de custo de internet em relação ao salário mínimo de 0,57%, depreende-se que este país também está longe de ver as suas famílias de baixa renda a priorizarem a compra de internet.

Perante este cenário, fica claro que os países em desenvolvimento, de modo particular Moçambique e Angola precisam de aprovar políticas públicas com medidas específicas para promover a inclusão digital.

No que diz respeito a comercialização da música online segundo a Audiogest¹⁵, em 2023 as vendas de música em Portugal totalizaram 36,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 17,4% em relação ao ano anterior. Dos serviços de *streaming*, representam agora 73% do total das vendas de música em Portugal.

Por sua vez, as vendas físicas mantiveram-se estáveis, com uma variação de -0,9%, passando de 8,9 milhões de euros em 2022 para 8,8 milhões de euros em 2023. Os discos de vinil representaram 70% das vendas físicas em 2022 (o que corresponde a seis milhões de euros. (Audiogest¹⁶). Portanto, daqui se pode depreender que a tendência é de incremento de vendas online relativamente as vendas de obras em formato físico.

No que concerne a realidade moçambicana, conforme a nota predominante adveniente de entrevistas informais com alguns artistas, as estatísticas sobre a produção e venda de música, quer em formato físico como digital, ainda enfrentam problemas sérios de insipiência estatística, e em certos casos se trata mesmo de ausência de informação.

Todavia, de 2016 a presente momento assiste-se a um deslumbre de empresas de vendas de músicas *online*, que apesar de não constituir uma prática popularizada tem revelado um desenvolvimento animador e encorajador, absorvendo em parte jovens formados em cursos ligados as artes e culturas. A MODIGI (Moçambique Digital) é um dos eventos dignos de realce.

Retomando a análise sobre os factores é de referir que o outro que entra a favor do primeiro mundo e que põe em desvantagem o segundo é a proximidade dos polos de criatividade e inovação tecnológica. Na verdade, raras são criatividades e inovações científicas e tecnológicas que partem dos países em desenvolvimento. Como nos mostra o quotidiano, não obstante a velocidade que as TIC's e transportes modernizados nos proporcionam, quem mais próximo estiver de qualquer bem, mais cedo e melhor tira proveito desse bem.

Devido à inexistência, insuficiência e/ou debilidade de instituições competentes na provisão de diversos bens e serviços, nos países em desenvolvimento, o recurso a doações, muitas vezes surge como a solução mágica de diversos problemas. Da mesma maneira que perante situações de calamidades (secas ou cheias), se doa quase tudo, desde géneros alimentícios até ao vestuário, passando pelos insumos agrícolas, até ao material didáctico, também se assiste a doações ligadas a equipamento informático. Isto não quer dizer que a solidariedade em si seja má. Simplesmente, ela quando exagerada e reiterada, cria, como efeito perverso, a sensação de que a vida é melhor assim, com benefícios, mas sem sacrifícios.

¹⁵ Associação de Gestão de Direitos de Produtores Fonográficos de Portugal

¹⁶ <https://expresso.pt/blitz/2024-04-23-vendas-de-musica-em-portugal-totalizam-365-milhoes-de-euros-em-2023-mais-174-do-que-no-ano-anterior-3605b8fe>.

Nos anos 1970/80 do séc. XX, quando ocorressem situações de calamidades que destruíssem casas, era normal assistir-se a iniciativas individuais de busca de soluções. Nalguns casos, particularmente no meio urbano, homens e mulheres se preocupavam por procurar chapas de cobertura, sacos de cimento e outros materiais para reabilitação de suas casas. No meio rural, viam-se homens a procura de estacas, palha para cobertura das suas palhotas, entre outras iniciativas. Entretanto, nos dias que correm, o que predomina, é ver as pessoas sem esse tipo de iniciativas, esperando pelo governo, ONG's ou outras instituições de solidariedade. Este é um dos exemplos que corporiza o fenómeno que designamos por prática de solidariedade viciante de doações.

E quando nos atemos na questão de meios digitais, o assunto fica pior ainda, pois, um *laptop* que hipoteticamente um pai ou uma mãe recebe no seu serviço, pode solidariamente ser utilizado pelos filhos e demais familiares, parecendo por isso mesmo não ser necessário que alguns destes se preocupem em trabalhar para adquirir o seu meio digital.

E quando isso passa para o campo da música, eis que as pessoas pensam: se posso ter estas músicas baixando gratuitamente nas plataformas como YouTube ou enviado pelos amigos pelo WhatsApp, grátis, usando também sem dispêndio de recursos pecuniários internet do serviço ou da escola, porquê razão precisarei de gastar os meus parcos e ricos recursos financeiros!?

Este pensamento faz com que só os que tem real poder de compra, cultura digital e consciência sobre a importância de assim proceder, usem e comprem de facto a música nos meios digitais, o que normalmente acontece com mais frequência entre os das classes médio-altas, com particular ênfase na camada juvenil, onde com alguma significância reside o problema de auto-estima cultural, o que faz com que as compras tendam mais para os produtos que fazem a moda e não necessariamente aos vinculados a nossa cultura.

4. O consumo de música por meios digitais e as culturas locais

Se dependesse de muitos, especialmente nos países em desenvolvimento e entre as pessoas mais idosas, o uso de CDs e pen-drives para o consumo de música prevaleceria por muito mais tempo. Porém, parece nos que, em tecnologia e em modas, há pouca democracia. Basta surgir uma invenção que pareça melhor para que ela seja disseminada, sem consideração pelos impactos sobre as culturas locais. Para os países desenvolvidos, o mais importante é valorizar a criatividade, a inovação e a modernidade, visando maior sucesso comercial.

Os artistas dos países em desenvolvimento enfrentam um dilema: Vender obras enraizadas em suas culturas ou adoptar estilos estrangeiros que estão na moda. No primeiro caso, encontram a desvantagem de seus consumidores culturais não possuírem cultura digital ou poder de compra. Por outro lado, prevalece a expectativa de doações, seja pelo artista ou por terceiros. No segundo caso, há uma ligeira vantagem de vendas, mas predominantemente de obras ligadas a culturas estrangeiras.

Para além deste tipo de impacto, também é de realçar outro impacto negativo que reflecte sobre a indústria fonográfica.

Em relação a este aspecto, De Lima e De Oliveira (2005) sustentam que a transmissão de arquivos musicais através das plataformas digitais desconfigurou as relações entre produtores e consumidores de música. Por um lado, os produtores de música podem difundir com facilidade a sua obra, tornando-a virtualmente acessível a milhões de pessoas sem grandes custos de distribuição. Por outro lado, os consumidores podem recuperar e usar arquivos musicais sem depender da mediação da indústria fonográfica.

Outro elemento que esses autores ressaltam é o poder que a internet possui de modificar a forma de consumir cultura: o jeito *à la carte* ¹⁷. Da experimentação da música, pode resultar na própria transformação estética dos produtos oferecidos. (De Lima e De Oliveira, 2005).

Actualmente, é recorrente ouvirmos em diferentes meios sobre as mudanças nas qualidades de música e vídeo-clipes produzidos na actualidade, com pouca censura. Isso se deve as facilidades que a era da internet e globalização nos oferece, aliado ao desfalecimento do activo papel das gravadoras, editoras gráficas e distribuidoras de música neste processo.

Esses factos demandam a implementação de políticas públicas que promovam as culturas locais, assim como políticas culturais específicas que ajudem a corrigir os efeitos nocivos da cultura digital sobre a música. É exemplo disso, a aprovação e implementação de uma política que estimule a jovens e idosos do meio rural, a aderirem a aprendizagem, uso e aquisição de meios digitais, já que do ponto de vista demográfico, em Moçambique, por exemplo, no ano de 2021 a fasquia maioritária da população, 62.4 % ¹⁸, residia no meio rural.

5. Considerações Finais

Diante dos imparáveis ventos da globalização, do imponente dilúvio tecnológico e da iminente pós-modernidade, a descontinuidade da comercialização da música em dispositivos físicos, somada à fraca cultura digital, inevitavelmente trará impactos negativos tanto para a produção quanto para a venda de conteúdo artístico local. Este problema, pode constituir embrião de uma neo-colonização cultural (através da música), pois difícil será fazer com que aconteça aquilo que Boaventura de Sousa Santos, chama de Globalização do local, perpetuando as ricas culturas locais e suas reinvenções, num eterno obscuro.

¹⁷ *à la carte*- é a facilidade de o cliente escolher o que consumir no cardápio e ser preparado na hora.

¹⁸ Resumo Nacional Moçambique: Promover a urbanização sustentável em Moçambique como motor de desenvolvimento socioeconómico, da resiliência climática e da paz. UN-HABITAT, https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/mocambique_resumo_nacional_pt.pdf, acessado aos 03/03/2025, as 16h:00

Referências:

- Benavente, A. (Coord.), et al. (1996). *A literacia em Portugal: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, Conselho Nacional.
- Cable.co.uk. (2023). *Worldwide mobile data pricing*. Retrieved February 15, 2025, from <https://www.cable.co.uk/>
- Castells, M. (2008). Creatividad, innovación y cultura digital: Un mapa de sus interacciones. *Revista Telos*, (77), October–December.
- De Lima, C. R., & De Oliveira, R. M. (2005). *MP3: Música, comunicação e cultura*. Rio de Janeiro.
- Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <https://www.dane.gov.co/>
- Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <https://www.insee.fr/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <https://www.ibge.gov.br/>
- Instituto Nacional de Estatística (INE Angola). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <http://www.ine.gov.ao/>
- Instituto Nacional de Estatística (INE Moçambique). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <http://www.ine.gov.mz/>
- Instituto Nacional de Estatística (INE Portugal). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <https://www.ine.pt/>
- Lévy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência* (Trad. C. I. da Costa). Rio de Janeiro: Ed. 34. (Coleção Trans).
- Loureiro, A., & Rocha, D. (n.d.). *Literacia digital e literacia da informação: Competências de uma era digital*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.
- Ministry of Statistics and Programme Implementation (MOSPI). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <http://www.mospi.gov.in/>
- National Bureau of Statistics (NBS Nigeria). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <https://nigerianstat.gov.ng/>
- National Bureau of Statistics of China (NBS). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <http://www.stats.gov.cn/>
- Office for National Statistics (ONS). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <https://www.ons.gov.uk/>
- Statista. (2023). *Number of internet users in Brazil in 2023*. Retrieved February 15, 2025, from <https://www.statista.com/>
- Statistisches Bundesamt (Destatis). (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <https://www.destatis.de/>
- United Nations. (2023). *World population prospects 2023*. Retrieved February 15, 2025, from <https://population.un.org/wpp/>
- United States Census Bureau. (n.d.). Retrieved February 15, 2025, from <https://www.census.gov/>

Influência da Mídia Electrónica na Promoção de Potencialidades Turísticas no Município de Inhambane

Pelágio Julião Maxlhaieie, Universidade Eduardo Mondlane

paydakany@gmail.com

José Xavier Chehuquete, Serviço Distrital de Actividades Económicas de Jangamo

josechihunguete330@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa o papel da mídia electrónica na promoção das potencialidades turísticas, tendo como objecto empírico o Município de Inhambane, uma das principais referências turísticas de Moçambique, devido à concentração e diversidade dos seus recursos naturais e histórico-culturais. Para a realização deste estudo, recorreu-se à pesquisa qualitativa e ao trabalho de campo, utilizando-se um guião de entrevista como instrumento de recolha de dados, aplicado através de correio eletrónico e entregas directas. O principal objectivo consistiu em examinar a influência da mídia electrónica, representada pela televisão (Televisão de Moçambique - TVM) e pela rádio (Rádio Moçambique - RM), na promoção das potencialidades turísticas de Inhambane. Os resultados evidenciaram uma significativa deficiência na divulgação dos atractivos turísticos do município. Além disso, constatou-se uma preocupação com o grau de influência dos meios de comunicação electrónica na promoção desses recursos. Os achados deste estudo têm implicações para pesquisas futuras, sobretudo no que concerne aos desafios associados à gestão dos meios de comunicação de massa e das interações interpessoais no contexto da informação e comunicação de destinos turísticos. Estas implicações integram estratégias de educação e reforço do conhecimento sobre o território, factor essencial para a promoção e o desenvolvimento do turismo no Município de Inhambane.

Palavras-chave: Influência; Mídia Eletrónica; Potencial Turístico; Televisão de Moçambique; Rádio Moçambique.

1. Introdução

A mídia é uma ferramenta poderosa de comunicação, por nos manter informados do que está acontecendo em nossa cidade, estado, país, mundo inteiro, por exemplo, sobre os melhores lugares para viajar, a melhor companhia aérea, a melhor agência de viagens, o melhor hotel e restaurante. Devemos pesquisar e solicitar a opinião de um profissional da área, que possui a obrigação de informar a seus clientes, os turistas, sobre as reais condições dos destinos turísticos.

O turismo não vive sem a mídia, isto é, a mídia é uma verdadeira fonte de informação do destino, suas belezas e seus atractivos. Os mídias de massa têm sido um dos principais meios de transmissão de informação para os diferentes públicos (Pimental, 2004).

Seguindo esta linha de argumentação, as formas de promoção turística permitem que os profissionais de marketing dos destinos turísticos façam um estudo minucioso no sentido de adoptar estratégias que devem ser usadas para a promoção e o meio (televisão,

rádio, revista, jornais, internet, etc.) pelo qual a promoção deve ser feita consoante o segmento que se pretende alcançar.

Os mídias electrónicos são mais usados na transmissão de informação de diversa ordem, portanto, o turismo usa os canais da mídia para promover seus destinos. Neste processo é necessário ter o conhecimento profundo de marketing e perceber a lógica do funcionamento dos mídias, pois, a escolha errada do meio e forma de promoção pode resultar no fracasso do destino turístico.

O foco principal deste artigo reside na influência da mídia electrónica na promoção de potencialidades turísticas no Município de Inhambane, com maior ênfase para a Televisão de Moçambique e Rádio Moçambique, ambas das delegações provinciais de Inhambane.

Pode-se destacar por exemplo a ideia de Pimental (2004, p. 16) segundo a qual “o turismo não vive sem a mídia”, querendo afirmar que uma das chaves fundamentais para o sucesso da actividade turística é a promoção dos destinos usando-se vários meios da mídia como revistas, internet, rádio, televisão e jornais.

Porém, “nem todos os provedores de informação consideram o fornecimento de mensagens turísticas a sua função mais importante” (Nielsen, 2002, p. 75).

Isso faz com que alguns retratem/reportem assuntos de violência e insegurança em destinos turísticos, causando assim impactos negativos que consequentemente reduzem a frequência de turistas nos destinos reportados.

De forma genérica os destinos turísticos de Brasil, Croácia, Roma, França entre vários que valoraram a mídia para a promoção das suas potencialidades turísticas, hoje encontram-se no ranking mundial como grandes receptores de turistas a escala do planeta.

Sendo assim surge a preocupação de pesquisar a influência dos mídias na promoção de potencialidades turísticas no Município de Inhambane.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Os mídias

Segundo Nielsen (2002), o termo “mídia” ou “mídia de massa”, são os vários modos de comunicação como uma indústria de domínio público. Assim sendo, o mesmo autor sintetiza mais referindo que o termo mídia é um título ligado ao tipo e formato da comunicação que ocorre ao redor de todos nós. Versando ainda sobre os mídias, contudo, na vertente turística, Martin (2009, p. 80), afirma que “todos veículos que compõem a mídia tem uma vital importância para a divulgação do turismo.”

Nesta lógica de ideais, constata-se que a mídia é importante no sector turístico pois este ao divulgar os destinos cria expectativas e estímulos aos turistas que, por conseguinte, demandam os locais promovidos. Quando se fala da priorização feita pelos mídias, olha-se para as potencialidades de cada destino pois alguns podem concentrar seu potencial turístico em aspectos histórico-culturais, naturais, infra-estruturas e outras.

Por seu turno, Nakamura (2009, p. 30) detalha mais, onde menciona que mídia é a:

Técnica de propaganda que se baseia no estudo e na observação atenta dos veículos disponíveis, para que se possa planejar e orientar a utilização mais apropriada desses veículos. Cabe a ela verificar a frequência, a audiência, área de

alcance, circulação, tiragem, duração, localização, preços, e tipos de veículos, para que seja possível planejar a melhor forma de divulgação da mensagem.

Arroladas as acepções, pode-se perceber que a mídia é um termo atribuído aos meios de comunicação existentes. São denominados mídias de massa, aqueles veículos de domínio e alcance público como a rádio, jornais e a TV. Pós este tem a função de verificar a frequência, a audiência, área de alcance, circulação, preços, etc. resumindo, os mídias têm a função de fazer o planejamento, o gerenciamento e o marketing.

Portanto, a mídia é importante no sector turístico pois este ao divulgar os destinos cria espectativas e estímulos aos turistas que por conseguinte, demandam os locais promovidos.

Para terminar este debate, cabe mencionar que vários tipos de mídia e os mesmos podem ser classificados de diversas maneiras, no entanto, para este estudo irá-se usar a classificação mais comum, a mesma adoptada por Nielsen, nesta classificação o jornal, a revista, o rádio, a televisão e a internet irão merecer destaque, contudo é importante salientar que existem outros meios que fazem parte desta classificação. O quadro abaixo ilustra a classificação dos mídias.

Quadro 1. Comparação de Mídias

Mídia Imprensa		Mídia Electrónica	
Jornal	Forma de promoção mais antiga que actualmente tem vindo a aumentar o número de leitores (turistas) e de promotores de destinos turísticos. A informação geralmente é publicada em forma de textos e pode incluir imagens.	Rádio	É usado na comunicação não visual (através de ondas magnéticas), serve para informar, publicitar e promover vários tipos de produtos e serviços.
		Televisão	Meio de comunicação visual e auditiva mais comum é uma das mais usadas na promoção de destinos turísticos e outros produtos e serviços.
Revista	Publicação literal e periódica de cunho informativo/promocional voltada para o público em geral, mas de forma segmentada.	Internet	Rede de computador composta por milhões de <i>hosts</i> de organizações e países ao redor do mundo transportando dados pelos computadores. Actualmente a mais aconselhada para promover destinos.

Fonte: Adaptado de Allen (2003).

2.2. Promoção turística

No geral, a promoção é a coordenação de todas as iniciativas e esforços para estabelecer canais de informação e persuasão ao mercado com vista a facilitar o processo de venda do portfólio de produtos e serviços em uma empresa (Chacha, 2010). Kotler & Roberto (1992, p. 226), consideram a promoção como o “uso de um telefone e Tv para fazer a comunicação necessária e o trabalho promocional”. Neste contexto, o telefone e a Tv podem ser usados de duas maneiras: " telemarketing para dentro e para fora.

A promoção de vendas no turismo é complexa, considerando-se que o produto turístico não pode ser transportado até o consumidor, é este que tem de ser atraído para o produto turístico (Ignarra, 2003). A promoção turística é um instrumento importante para o crescimento do turismo e, adicionalmente, os esforços de promoção turística devem enfatizar o posicionamento de um destino acessível, excitante, exótico, caloroso, vibrante, com grandes qualidades e oferecendo uma multiplicidade de experiências maravilhosas e distintas. Assim, para promover um destino turístico, é preciso que previamente tenham sido definidos: seus objectivos, seu posicionamento na mente do consumidor e sua estratégia competitiva. As decisões sobre identidade da promoção virão na sequência, conforme a figura a seguir.

Figura 1.



Fonte: Allen et. al. (2003).

2.3. O Mix de promoção em turismo

Allen et. al. (2003) chamam atenção para a intensificação da busca por meios de comunicação a partir da expansão da mídia (rádio e TV) e da proliferação dos sistemas de tecnologia. A cobertura jornalística que se faz e o retorno de audiência que se tem impressionam pelo volume de pessoas que envolve.

Tabela 1. Variáveis do mix de promoção

Variável	Componentes
Publicidade – televisão, rádio, jornais, revistas, outdoors	Mix promocional
Promoção de vendas – merchandising, relações-públicas	Mix promocional
Folhetos e brochuras	Mix promocional
Venda pessoal	Mix promocional

Fonte: Adaptado de Allen et al. (2003)

Alguns autores de marketing desenvolveram variações sobre os quatro Ps originais. Por exemplo, Cowell (1984) propõe um mix de marketing de sete Ps (produto, preço, promoção, praça, pessoas, padrão visual e processo). Getz (1997) vai mais longe ao propor

um mix de oito Ps (produto, praça, programação, pessoas, participações, promoção, pacote e preço).

2.4. Potencialidades turísticas

Segundo Zardo, (2003, p. 7), turismo é a “interacção e inter-relação entre os factores económicos, sociais, culturais, históricos e ambientais ligados ao deslocamento de pessoas do seu local de residência permanente, desde que não motivadas pela remuneração no local de destino”. Para Oliveira (2002; p. 36), o turismo é:

O conjunto de resultados de carácter económico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrentes do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

Na sequência, para a OMT (2001, p. 38), o turismo “compreende as actividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.” Por último, em Moçambique, o turismo é definido na Lei do Turismo como um “conjunto de actividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas a turistas” (2004, p. 5).

Relativamente ao subtítulo, cabe inicialmente destacar Cerro (1993), ao afirmar que potencialidades turísticas constituem todos meios tangíveis ou intangíveis utilizados num processo de transformação para a obtenção de bens ou serviços destinados a satisfação de necessidades humanas. Assim, a actividade turística baseia-se em potencialidades turísticas que se definem simplificada como todos os elementos naturais ou actividades humanas que dêem origem à deslocação de visitantes.

2.4.1. Formas de promoção turística

A promoção de vendas “é a forma menos onerosa de vender uma distinção turística. Envolve um conjunto de medidas que tem por objectivo acelerar o fluxo dos produtos em direcção ao comprador, afirma Schwarz, 1977 *citado por* (Ruschmann, 2003, p. 52).

A promoção de vendas é muito usada para a aproximação do produto com o público-alvo, a mesma visa motivar o consumidor a preferir um certo produto em detrimento do outro, assim como sustenta Pereira, (2012, p. 26), que a promoção de vendas “interage directamente com o público-alvo, oferecendo valor acrescentado e incentivando o seu interesse através de um benefício concreto.” A autora vai mais a fundo ao afirmar que, o seu principal objectivo é sensibilizar o individuo naquele momento para a vantagem que terá na aquisição de determinada oferta, de forma a impulsionar a aceitação dos produtos pelo consumidor mediante a oferta e realizando algo fora do padrão.

A promoção engloba todas as ferramentas capazes de levar uma mensagem á audiência escolhida como alvo. Segundo Kotler (2003), as formas promocionais dividem-se em cinco grandes classes, observa a figura a seguir.

Figura 2. Formas promocionais



Fonte: Adaptado de (Kotler 2010)

Cada categoria de mix acima descrita utiliza modelos específicos, por exemplo a publicidade inclui anúncios impressos, transmissões electrónicas. O Marketing directo inclui catálogos, telemarketing, internet e outros. Graças aos avanços tecnológicos, as pessoas agora podem se comunicar pela mídia tradicional (jornais, rádios, televisão), bem como por mídia mais moderna (telefone celulares e computadores). Diante desta abordagem entende-se que a publicidade e o marketing directo têm um matrimónio forte com a mídia.

Para Silva (1976,), publicidade é uma actividade profissional dedicada a difusão pública de empresas, produtos ou serviços e pode ser qualificada como uma “propaganda comercial”

Na obra de Middleton (2002, p. 260) pode se ler que a publicidade é “qualquer forma paga de apresentação não-pessoal e promoção de ideias, bens ou serviços a um público (alvo).

Quadro 2. Vantagens e desvantagens por tipo de promoção

Tipo de promoção	Veículo	Vantagens	Desvantagens
Anúncios	Televisão	Largo alcance, emprestam animação e cor, podem conferir credibilidade	De produção e transmissão cara
	Rádio	Podem ser direccionados pela preferência musical, rápido de produzir e mais barato	Díficeis de se destacar em outros anúncios de rádio e programas
	Jornais	Largo alcance, rápida produção, os jornais de subúrbios atingem especificamente a comunidade-alvo	Podem ser caros; jornais de ampla distribuição podem não atingir muito bem o público-alvo
	Revistas e boletins	Atingem bem o alvo	Requerem antecedência para os eventos
	Pósteres/Cartazes	Baratos, podem ser mostrados onde o mercado-alvo se congrega	Podem descaracterizar edifícios, podem ser rasgados
	Impressos	Baratos, eficazes e, se bem projectados, com alcance preciso	Precisam de voluntários para sua distribuição

Promoção de vendas	Descontos para tipos de consumidores	Geram renda	Podem diluir a renda se os grupos não forem escolhidos com cuidado
	Promoção cruzada com um patrocinador	Gera renda para o patrocinador, pode resultar em vendas adicionais	A imagem do patrocinador pode encobrir a promoção
Publicidade	Televisão	Empresta credibilidade, grande número de espectadores	Precisa ter um ângulo televisivo
	Imprensa	Confere credibilidade; público pode ser grande ou concentrado	Precisa ser do interesse do leitor em geral
Directa ao mercado-alvo	Correio, telefone ou e-mail	Pequena perda, pode ser bastante eficiente em custos	Resultados dependem da qualidade da lista de correio
	Internet	Barata de produzir, pois normalmente pode ser feita por um voluntário, de fácil modificação das mensagens, pode ser usada para venda directa dos ingressos	Actualmente penetração ainda muito restrita, e muitas pessoas se preocupam com o fornecimento de dados sobre seu cartão de crédito pela internet

Fonte: Allen et. al. (2003).

Ao investir na promoção de uma marca, podem-se utilizar diferentes caminhos na concepção do material. As empresas de comunicação e seus profissionais experientes fazem isso de diferentes maneiras.

2.4.2. O Papel da Mídia na Promoção de Destinos Turísticos

De acordo com a Lei no 4/2004 de 17 de Junho, que aprova a Lei de Turismo, Moçambique possui um rico potencial para se tornar um destino turístico de nível regional e internacional. Contudo, o principal desafio consiste na promoção e desenvolvimento do turismo como motor de crescimento económico e no engajamento dos sectores públicos e privados bem como das comunidades em tornar a oferta de serviços cada vez mais difusa.

Por sua vez, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2021-2030) e na sua Política do Turismo (2003, p. 5), determinam que ao nível da estratégia de promoção, Moçambique através do MICULTURI, tem o seguinte papel na promoção de destinos turísticos:

- Desenvolvimento de um programa transversal de sensibilização da comunidade para a importância do Turismo para o país – “Educar para o Turismo”;
- Promoção através dos meios de comunicação social do posicionamento e imagem de Moçambique como destino Turístico e respectiva oferta, orientados para o mercado doméstico;
- Promoção de festivais turísticos e culturais ao nível local;
- Parceria com o sector privado e outras instituições públicas para a promoção e divulgação da Marca Moçambique em eventos de carácter nacional e internacional.

- Presença forte na Internet (uso dos recursos on-line e redes sociais) para divulgar o destino junto do consumidor final, aumentando os níveis de notoriedade do destino;
- Participação em feiras de turismo internacionais para marcar presença nos principais mercados emissores e estreitar relações com parceiros;
- Realização de visitas de familiarização de jornalistas (press-trips) para mídia internacional;
- Estabelecimento de parcerias com associações internacionais dedicadas a temas associados aos produtos específicos de Moçambique, para organização conjunta de eventos.
- Potenciar as missões diplomáticas de Moçambique nos principais mercados emissores de turismo reforçando a sua acção para atracção de investimentos e projecção da imagem do destino turístico.

2.4.3. O Papel da Televisão e Rádio na Promoção de Destinos Turísticos

A televisão e rádio desempenha um papel central na promoção turística, explorando suas capacidades audiovisuais para transmitir experiências, culturas e belezas naturais. Marshall McLuhan, o renomado teórico da comunicação, argumentou que "o meio é a mensagem", indicando que a forma como a informação é transmitida é intrinsecamente ligada à mensagem que ela comunica. Nesse contexto, a televisão vai além da transmissão de fatos, tornando-se uma narradora poderosa de histórias de destinos turísticos.

David Ogilvy, um dos pioneiros da publicidade, salientou a necessidade de criar conexões emocionais com o público. A televisão, com sua capacidade única de combinar imagens visuais e música, tem o poder de provocar emoções intensas nos telespectadores. Essa capacidade emocional é crucial na promoção turística, pois busca não apenas informar, mas também inspirar o desejo. Postman, em sua obra "Amusing Ourselves to Death", analisou criticamente os efeitos culturais da televisão.

Embora tenha levantado preocupações sobre os impactos negativos da saturação visual, a televisão, quando usada com moderação e propósito, pode ser uma ferramenta eficaz para educar o público sobre destinos turísticos e culturas diversas em termos práticos, casos de estudo reforçam a importância da televisão na promoção turística. Um exemplo notável é a campanha "Incredible Índia", que utilizou vídeos televisivos para destacar a diversidade cultural, histórica e geográfica da Índia. Ao apresentar imagens impressionantes e narrativas emocionantes, a campanha conseguiu criar uma imagem cativante do destino.

A televisão desempenha um papel essencial na promoção turística, sendo uma ferramenta poderosa para transmitir experiências, destacar atracções e criar um apelo emocional que influencia a decisão dos espectadores em escolher seus destinos de viagem. Vários casos de estudo e exemplos ilustram a eficácia da televisão na promoção turística.

A difusão de informações pela Rádio e TVM dá oportunidade às comunidades de Inhambane para a obtenção de conhecimentos sobre temas importantes que cercam a sociedade e sobre assuntos da realidade social, empresarial e sobretudo na projecção de lugares de interesse turístico.

3. Metodologia

Para a realização do presente artigo recorreu-se á *pesquisa descritiva* na medida em que pretende-se analisar a influência da mídia na promoção de destinos, arrolar e demonstrar todas partes que constituem o tema. A escolha deste método também visa aprimorar as ideias por meio de um planeamento e alinhamento de ideias de diferentes autores.

Quanto a forma de abordagem a presente pesquisa é de carácter qualitativo, visto que esta pretende determinar os factores que influem no problema levantado, ou seja, visa identificar os dados não matematizados que permitam analisar a natureza do problema buscando essencialmente opiniões e visões da população alvo do estudo de forma a responder o problema que se levanta.

Em relação aos procedimentos técnicos, o trabalho obedeceu o método de *pesquisa bibliográfica*, visto que o tema em alusão já foi alvo de pesquisas embora sejam poucas e viradas para outras áreas científicas. Por conseguinte, o trabalho obedeceu três fases, a saber:

1ª Fase: Escolha do Tema e Preparação do Trabalho de Campo

Esta fase envolveu a escolha do tema, selecção e leitura de obras literárias que versam sobre o papel dos mídias na promoção de destinos turísticos. Esta fase compreendeu duas técnicas de colecta de dados a saber:

Revisão bibliográfica - que consistiu na colecta e sintetização da informação consultada em obras que versam sobre o tema em análise, a fim de se familiarizar com o assunto e os termos aplicados, assim como identificar as dimensões e indicadores válidos para uma pesquisa do género.

Pesquisa na internet - com vista a aquisição de informações complementares do tema em análise, a mesma foi utilizada para a colecta de dados actualizados relacionados com área de estudo, por meio dos endereços disponíveis através da Internet.

Contudo, com as duas técnicas acima identificadas, foi possível ainda adquirir um conjunto de informações relacionadas com o tema que tornaram possível a orientação e elaboração posterior dos instrumentos de pesquisa, conforme se faz referência na ideia que se segue.

Guião de entrevista - os instrumentos de pesquisa elaborados, foram utilizados na área de estudo Televisão de Moçambique e Rádio Moçambique ambas delegações de Inhambane (objecto de estudo) quanto em algumas instituições públicas e privadas existentes no Município de Inhambane com maior destaque para Direcção Provincial de Cultura e Turismo de Inhambane e empresas do ramo hoteleiro bem como de alguns turistas. Nesta fase aplicou-se dois instrumentos (entrevistas e questionários), de recolha de dados que a seguir se descrevem:

- Questionário – esta técnica de recolha de dados foi endereçada aos turistas e DCULTURI no Município de Inhambane, com o intuito de obter informações concernentes a influência da mídia na promoção do turismo no MI, e buscando perceber as suas opiniões sobre as fontes de informação turística por estes usadas para conhecer este destino turístico e para obter informações que ajudaram a tomar decisão de viajar.
- Guião de entrevistas semiestruturadas – estas, foram direccionado a RM, TVM e aos provedores de serviços turísticos.

Determinação da amostra (amostragem) - Em relação a selecção de amostras, recorreu-se a amostragem não probabilística, concretamente a amostragem por conveniência. Foram contactados indivíduos que demonstraram disponibilidade e prontidão para o efeito. Apesar das amostras terem como base a disponibilidade e prontidão das pessoas contactadas, os instrumentos de recolha de dados foram aplicados a diferentes grupos pertencentes a uma única amostra como forma de trazer resultados da amostra que espelham significativamente a amostra. Devido a natureza desta pesquisa foram definidos 4 grupos sendo: DPCULTURI, aos funcionários da TVM e RM, provedores de serviços turísticos e por último aos turistas conforme se explica a seguir:

- Grupo 1- Provedores de serviços turísticos, foram contactados 38 elementos que se prontificaram em disponibilizar informações.
- Grupo 2 -funcionários da TVM e RM, neste grupo foram contactados 12 funcionários sendo 2 chefes da redacção, e 10 colaboradores incluindo estagiários.
- Grupo 3 - neste grupo foram contactados técnicos da Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane (DPCULTURI), sendo 3 técnicos.
- Grupo 4 - a selecção da amostra para os visitantes do Município de Inhambane, obedeceu a critérios de uma amostra não probabilística por acessibilidade ou por conveniência, ou seja, foram submetidos ao questionamento apenas visitantes disponíveis no momento do trabalho de campo, no total foram 42 turistas, desta feita, os mesmos foram inquiridos na zona de Tofo, ponte cais de Inhambane, defronte da igreja católica e no museu regional da cidade de Inhambane.

2ª Fase: Trabalho de Campo

Na segunda fase, o pesquisador deslocou-se ao campo, onde fez o levantamento de dados referente a influência da mídia na promoção de potencialidades turísticas no Município de Inhambane tendo-se aplicado dois:

- Pesquisa documental – consistiu na recolha de informação principalmente em fontes e/ou instituições ligadas a gestão da actividade turística, com base em entrevistas direccionados a cada instituição (TVM, RM, DPCULTUR e aos turistas);
- Observação não participante – consistiu na realização de contacto com os provedores de serviços turísticos.

3ª Fase: Análise e Interpretação de Dados

A análise de dados é um instrumento metodológico usado particularmente para estudar o material qualitativo, portanto, esta fase compreendeu basicamente em dois (2) métodos sendo a destacar:

- Método descritivo - consistiu na descrição das relações entre as variáveis da promoção de potencialidades turística na TVM e RM, entre outros aspectos que foram observados na área de estudo, bem como no relato dos dados colectados com base nos inquéritos que foram dirigidos aos turistas, nas entrevistas direccionadas à administração das duas estações emissoras e operadores turísticos, entre outras instituições.

- Análise de Conteúdo - após a descrição de dados, este método consistiu na análise lógica, coerente e sequencial dos conteúdos descritos no passo anterior.

4. Apresentação e Discussão de Resultados

Do ponto de vista económico podem definir-se atractivos turísticos como “todo elemento material que tem a capacidade própria, ou em combinação com outros para atrair visitantes de uma determinada localidade ou zona” (Cerro, 1992).

Desta forma o Município de Inhambane é um local de interesse onde os turistas visitam, tipicamente pelo seu valor natural ou cultural, beleza natural ou construída proporcionando lazer e diversão, conforme ilustra o quadro a seguir.

Quadro 3. Património do Município de Inhambane

Património cultural	Monumental	Arqueologia
		Património Mundial
		Igrejas, castelos, palácios, estátuas etc.
	Etnográfico	Artesanato, e feiras exposições
		Folclore
		Eventos turísticos programados e festas
	Artístico	Bandas e esculturas
Eventos cíclicos	Culturais	Religiosos
		Culturais
		Desportivos
		Animação
		Negócios
Património natural	Fauna marinha	Golfinho, tubarão, dugongos etc
Atractivos artificiais	Empresas hoteleiras	Estabelecimentos turísticos de várias categorias
		Casas de câmbios
		Lojas de artesanato
Gastronomia	Pratos típicos	Comidas e bebidas locais
Equipamentos Turísticos	• Matapa • Cacana • Peixe • Cogumelo • Mandioca • Etc.	• Estabelecimentos hoteleiros • Agências de viagens e operadoras de turismo • Restaurantes • Rent-a-car Aluguer de materiais e equipamentos de turismo náutico • Transportes: rodoviários, terrestres, etc. • Discotecas, bares, cafés, e casas de chá • Casas de câmbios e bancos • Comércio turístico: Lojas de artesanato e <i>souvenires</i>

Figura 3. Governo da Província de Inhambane

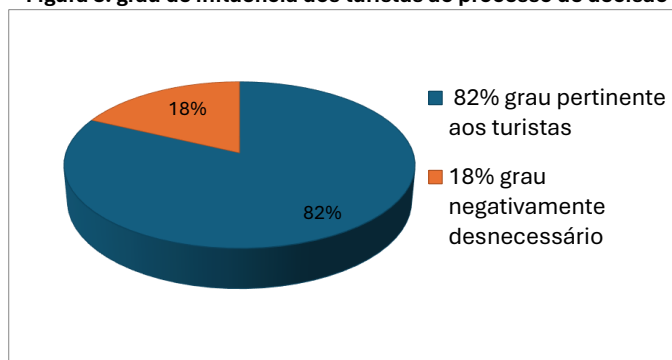


Fonte: GPI

(<https://web.facebook.com/photo/?fbid=540613136087914&set=pcb.540614609421100>)

A discussão dos resultados consistirá em apresentar as conclusões e resultados que foram recolhidos na TVM e RM. O gráfico abaixo ilustra que 18% olham o grau de influência dos turistas ao processo de decisão negativamente desnecessário, e só apenas os 82% olham como uma forma evolutiva e muito pertinente para os turistas porque dependente das informações que são dadas, e ainda abordaram que envolve nas informações dirigidas e especialmente, a forma como elas são percebidas e assimiladas em estruturas de opinião pré-existent.

Figura 3. grau de influência dos turistas ao processo de decisão

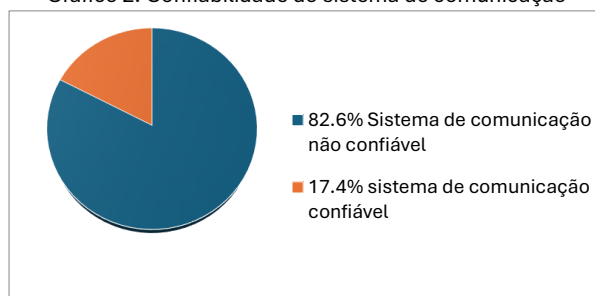


Fonte: Autores (2025), com base no trabalho de campo

Assim, as informações oriundas de meios sociais e comerciais podem ser moldadas de maneira a formar uma imagem (imagem de mídia) que altera intencionalmente ideias existentes e reforça as pré-concebidas. Usar a mídia comercial

não garante que a conexão entre os objectivos de informações e desejos comerciais possa concretizar-se, porque o comportamento referente à tomada de decisão do ser humano é dinâmico e imprevisível.

Gráfico 2. Confiabilidade do sistema de comunicação



Fonte: Autores (2025), com base no trabalho de campo

O Gráfico acima ilustra que os 82.6% evidência a inexistência de um sistema de segurança confiável e eficaz para a população e a impotência do poder constituído em garantir o atendimento dessa expectativa. E os 17.4% representam maior segurança e para o estrangeiro, algumas questões são consideradas pela rádio para a realização de uma viagem internacional: relatórios de desastres aéreos, flutuações de câmbio, exigências de vistos, preocupação com higiene/saúde, segurança dos hotéis, ameaças terroristas, entre outros. Os conselhos consulares, a esse respeito, orientam a população do país emissor no processo de escolha.

A busca de informações, aos turistas está cada vez mais segmentada, influenciados pela abordagem das fontes utilizadas, segundo suas necessidades e expectativas, o que é uma característica da natureza humana, manifestada pela sua avidez em buscar informações. Não menos importante, também, é estabelecer uma diferença entre busca de informações passiva e activa para que os profissionais da área de turismo e publicidade possam identificar melhores formas de otimizar o fluxo de informações.

A necessidade e quantidade da busca externa dependem da suficiência ou não da informação interior, que poderá propiciar uma avaliação satisfatória. A publicidade e a propaganda, bem como a mídia negativa, podem provavelmente representar um estímulo nesse estágio do processo decisório. Pode-se exemplificar este pensamento através da constante propaganda ou publicidade de determinada localidade na rádio ou, de outro modo, pela promoção de notícias negativas no que tange aos aspectos relacionados com a segurança da destinação.

Essas informações compõem o conhecimento, que através dos sentimentos e emoções fazem com que as pessoas sintam simpatia ou aversão por determinadas localidades turísticas, podendo comprometer ou não o processo de compra. Moutinho (1987) entende que o processo de decisão de compra envolve as motivações e intenções do turista, bem como os estímulos que transformam essas intenções em escolha dos produtos ou destinações. Estes estímulos podem ser a propaganda positiva ou negativa da localidade realizada pelos meios de comunicação que se encontram à disposição da população (jornais, revistas, rádio, TV e Internet).

A mídia tem o poder de induzir as pessoas a seguirem fatos novos que surgem e faz questão que um determinado assunto polémico vire o centro das atenções na opinião

pública. Há uma variedade de publicações de revistas sobre o Turismo e de suplementos de jornais sobre o tema citado, tanto voltadas para os profissionais ligados ao turismo quanto para os turistas. A maior parte delas trata o destino turístico como uma “vitrine”, a fim de atrair mais turistas e tornar o lugar turístico como uma tendência de destino mais visitado (Dantas, 2011; p. 15).

Quadro 4. Síntese de estudos

Título do Artigo	Autor (es)	Conclusão
<i>Mídia: Como fazer um Planeamento de Mídia na prática.</i> São Paulo - 1ª Edição. Farol do Forte Editora.	Nakamura, Rodolfo. (2009).	Conforme nos resultados do estudo pode-se concluir que a RM bem como a TVM não verifica a frequência, a audiência, área de alcance, circulação, tiragem, duração, localização, preços, e tipos de veículos, para que seja possível planejar a melhor forma de divulgação da mensagem conforme fundamenta o autor.
O papel da imprensa no destino turístico de alto paraíso (GO). Brasília-DF.	Pimental, B. Moema (s.d.)	O estudo reconheceu que os mídias de massa (on-line) não têm sido um dos principais meios de transmissão de informação contrariando desta feita o referido na obra de pimental.
Princípios de marketing. Rio de Janeiro	Kotle (1993)	O estudo indica que há um grande desafio em conectar as estações da Tv bem como a rádio a rede de internet.

5. Considerações Finais

O papel desempenhado pela Mídia na promoção das potencialidades turísticas é de extrema importância. Esses meios de comunicação desempenham um papel fundamental na promoção do turismo, não apenas como veículos de informação, mas também como catalisadores do desenvolvimento económico e social.

Por meio de programas, reportagens e anúncios promocionais, a Rádio e a TV têm a capacidade de apresentar as riquezas naturais, culturais e históricas a uma audiência global. Isso não só aumenta a conscientização sobre as atrações turísticas moçambicanas, mas também atrai investimentos e visitantes, o que contribui para o crescimento do sector de turismo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento económico de Inhambane.

Além disso, esses meios de comunicação desempenham um papel crucial na educação e na conscientização da população local sobre a importância do turismo sustentável. Isso pode ajudar a preservar o património cultural e natural de Inhambane e a garantir que o turismo beneficie as comunidades locais.

Com esta conclusão, considerando os resultados alcançados, de seguida são apresentadas algumas recomendações e limitações identificadas nesta pesquisa.

De acordo com a situação actual, perante o tema desenvolvido, a TVM e a RM devem considerar as seguintes recomendações:

- Diversificar o conteúdo relacionado ao turismo. Isso envolve não apenas a cobertura de destinos turísticos populares, mas também a exploração de atracções menos conhecidas e a promoção de experiências autênticas;
- Abordar diferentes aspectos do turismo, como cultura, história, gastronomia e ecoturismo, a fim de atrair uma ampla gama de visitantes;
- Fazer uma diversificação de conteúdo por meio de parcerias com especialistas locais, historiadores, guias turísticos e comunidades locais;
- Envolver influenciadores e viajantes experientes para compartilhar suas experiências e insights sobre o Município. Isso ajudará a destacar a riqueza da oferta turística de Inhambane de maneira mais abrangente e atractiva;
- Investir em tecnologia e qualidade de produção de programas e reportagens sobre turismo para melhorar a qualidade do conteúdo e atrair mais espectadores e ouvintes;
- Sugere-se que o tempo de programação semanal da TVM e RM seja distribuído da seguinte forma: Resgate da memória e da cultura 20%, turismo sustentável 20%, manifestações artísticas e culturais 15%, informações e notícias 15% programações livres e anunciantes 30%;
- Mostrar-se urgente e fulcral a criação de um órgão governamental de turismo de modo a monitorar a promoção das potencialidades turísticas na RM e TVM, naquilo que é o seu cumprimento e abrangência.

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. (2004). *Metodologia de Pesquisa Científica*. Petrópolis: Vozes.
- Chacha, N. (2010). *Marketing: Força de Vendas*. 1ª edição. Ndjira, Coleção Horizonte da Palavra.
- Dantas, M. A. (2011). *Turismo e Comunicação: A Dimensão do Jornalismo no Turismo*. Rio de Janeiro. (Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo).
- DE Menezes, D. L. Paula & Guedes, J. Abrantes (2011). A Ideologia do Turismo e o Discurso Mediático. *Revista Hospitalidade*.
- Ignarra, R. L. (2003). *Fundamentos do Turismo*. 2ª edição. Revista e Ampliada.
- Kotler, P. (1993). *Princípios de marketing*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall.
- Lakatos, E. V. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* 5. ed. - São Paulo: Atlas.
- Lei nº 04/2004 de 17 de Junho (aprova a Lei do Turismo), publicada no BR nº 24, 1ª Série, Suplemento de 17 de Junho de 2004.
- Martin, A. G. de Melo Sara sá. (2007). *O Negócio da Comunicação em Turismo*. São Paulo, São Bernardo do Campo. (Dissertação Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social). Universidade Metodista.

- Midleton, T. C. Victor (2002). *Marketing de Turismo: Teoria e Prática*. 2ª edição. Editora: Campus.
- Ministério do Turismo (2004). Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2024- 2030). Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 2004, Maputo.
- Nakamura, R. (2009). *Mídia: Como fazer um Planeamento de Mídia na prática*. São Paulo - 1ª Edição. Farol do Forte Editora.
- Nielsen, C. (2002). *Turismo e Mídia: O Papel da Comunidade na Actividade Turística*. São Paulo: Contexto.
- Oliveira, A. P. (2002). *Turismo e Desenvolvimento: Planeamento e Organização*. 4a ed. Atlas: São Paulo.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. (2001). Introdução ao Turismo. Trad. Dolores Martins Rodriguez. ROCA: Rio de Janeiro.
- Pimental, B. M. (2004). O papel da imprensa no destino turístico de alto paraíso (GO). Brasília-DF. (Monografia apresentada ao centro de excelência em turismo da universidade de Brasília como respeito parcial para obtenção do certificado de Especialista em Gestão e Marketing do Turismo).
- Ruschman, D. V. (2003). *Marketing Turístico: Um enfoque Profissional*. 8a edição. Campinas. São Paulo: Papirus.
- Zardo, E. F. (2003). *Marketing Aplicado ao Turismo*. São Paulo: Roca.

Filosofia Afrófona e Feminismo: O Direito à Cultura em Zena Bacar

Jessemusse Cacinda, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
jessecacinda@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa a música de Zena Bacar sob a ótica da filosofia afrófona de Alena Rettová, destacando a sua contribuição para os debates da filosofia feminista. Em contextos africanos de predominância oral, a música funciona como ferramenta de produção de discursos sociais, sendo que muitas vezes funciona como meio de reivindicação dos direitos humanos. A metodologia adoptada baseia-se numa revisão bibliográfica e na análise da letra de uma música, relacionando-a com conceitos filosóficos ocidentais e africanos. A análise demonstra como Bacar combate a invisibilidade feminina, dirigindo-se diretamente aos homens moçambicanos para desconstruir preconceitos. Conclui-se que garantir o direito à cultura às mulheres é uma das tónicas do pensamento de Zena Bacar que se enuncia a partir da promoção da sua educação e emancipação, permitindo-lhes definir o seu próprio percurso. Além disso, defende-se que a valorização da cultura feminina contribui para o aperfeiçoamento da sociedade.

Palavras-chave: filosofia afrófona, feminismo, direito à cultura, invisibilidade feminina, educação.

Introdução

Este trabalho se propõe a analisar a música de Zena Bacar, uma das artistas moçambicanas mais influentes do séc. XX à luz da filosofia afrófona. Partindo do pressuposto de que em contextos de predominância da cultura oral como é o africano, prevalece um processo performativo de partilha de saberes, a música e as artes são vistas como ferramentas de produção de discursos sociais, sendo que uma análise de uma das músicas de Zena vai nos sugerir o direito à cultura, como uma reivindicação específica levantada pela cantora em alusão para contornar o que Judith Butler descreveu como situação de invisibilidade a que a mulher é exposta nas diferentes sociedades.

O trabalho abre com o subtítulo sobre Música e filosofia social em África cujo principal argumento é de que a cultura funciona como matéria-prima para a filosofia, por isso que as letras de música constituem objecto de estudo da disciplina e podem ser interpretadas a luz da filosofia afrófona.

A seguir, apresento uma definição da filosofia afrófona como uma abordagem da filosofia africana que valoriza o discurso produzido nas línguas do continente em formato de obras de artes. O terceiro subtítulo conta o percurso da artista musical Zena Bacar e o último apresenta detalhadamente uma letra de sua música para ilustrar a forma como ela mobiliza o conceito de direito à cultura como resposta a situação de invisibilidade da mulher descrita por Butler (2018).

A principal tese defendida neste trabalho é de que através da música, Zena Bacar contribui para os debates presentes na filosofia feminista apoiando-se no direito à cultura como resposta a situação opressora em que as mulheres se encontram na sociedade. Seguindo a abordagem teórica da filosofia afrófona, os argumentos deste texto foram construídos a partir de uma revisão bibliográfica e análise da letra de uma música. Os

argumentos extraídos da música analisada, são colocados em diálogo com argumentos de autores já cânones da própria filosofia tanto ocidental como africana.

Música e Filosofia Social em África

A oralidade desempenha uma função pedagógica entre os povos africanos, sendo o principal meio de transmissão da história, saberes e tradições. Porém, isto não quer dizer que os povos pré-coloniais não tinham escrita ou um sistema de comunicação que os permitisse registar o seu próprio conhecimento, pois segundo Cunha Jr. (2011), a oralidade está ligada à cosmovisão africana, por isso é mantida mesmo nas sociedades com escrita ou outras formas simbólicas gráficas de comunicação.

Hampaté Bá (2010) considera que os depositários de saberes orais pacientemente transmitidos de boca a ouvido e de mestre a discípulo constituem a memória viva da África. Por sua vez, Odera Oruka (1991) defende a existência de um conjunto de conhecimentos entre os sábios africanos que podem dar corpus a uma filosofia da sagacidade. Para Diagne (2012) em contextos orais, a história flui em modo de epopeia.

A oralidade tem um valor filosófico porque fornece dinamismo e movimento ao conhecimento. Ou seja, sendo a filosofia uma constante busca da sabedoria e a oralidade, algo que não está estático, mas móvel, o conhecimento oral permite-se performativo podendo ser debatido sob novos sentidos e significados.

Ainda na filosofia ocidental, Platão (1994), considerou que a oralidade permite exercitar a memória, enquanto que a escrita serve para a rememoração. Ou seja, não existe uma relação de superioridade entre uma e outra, mas assumem diferentes papéis.

É neste contexto que em várias sociedades africanas, os depositários do conhecimento que recebem designações variadas dependendo da área, funcionam como provocadores e não detentores da verdade final. Na cultura Makuwa do norte de Moçambique, por exemplo, o *Malakakano*, que no contexto dos ritos de iniciação exerce o papel de um pedagogo comunitário, lança as bases para que os seus discípulos construam suas próprias reflexões.

Uma das técnicas usadas pelos Malakakanos para criar um ambiente de reflexão entre os seus discípulos, típico de um debate filosófico ao estilo maiêutica socrática, é através de uma canção que conta uma história. A canção é acompanhada de instrumentos feitos a base de pau e os participantes batem o pé no chão seguindo a melodia. Chegados a uma determinada altura, a canção é interrompida para que o Malakakano possa deixar alguns ensinamentos em forma de provérbios e parábolas. Noutras vezes, ele pode deixar uma mensagem directa. Cada malakakano tem o seu próprio estilo de ensinar, sendo o discurso, uma forma de actuação. A actuação segue um guião ou enunciado que habita a esfera mental do pedagogo.

Barber (2005) explica que nas tradições orais é difícil distinguir uma co-presença entre o texto e a performance, pois, o enunciado se invisibiliza. Entretanto, a performance oral não pode ser vista como instantânea, resultado de pura evanescência ou pura emergência. Ela resulta do repertório dos oradores, seus cenários, gestos e gracejos.

Uma boa parte dos artistas de música folclórica makuwa encarnam estes malakakanos que actuam como oradores ou pedagogos, transformando a sua música numa ferramenta de promoção de uma pedagogia para a mudança social. É neste sentido que olho para o discurso artístico como objecto de debate filosófico.

Segundo Malauene (2021) a música é a expressão artística que mais impregnou a sociedade e a vida quotidiana das pessoas ocupando um lugar de centralidade na resistência e agência africana.

A música tem estado em diversos momentos, forjando percepções e sentimentos dos seus ouvintes, o que contribui para a definição das suas visões de mundo, identidades e sentidos de activismo.

Ela pode também ser um símbolo de luta e resistências políticas, especialmente quando as letras críticas são explícitas, pois as pessoas podem mobiliza-la para as suas lutas políticas, (Palmberg, 2014, p.43).

Os músicos são também criadores de conhecimento e depositários dos saberes da cultura popular, o que lhes confere o título de produtores de “uma ciência da vida cujos conhecimentos sempre podem favorecer uma utilização prática” (Hampaté Bá, 2010, p.175).

Estas ciências vivas referidas por Hampaté Bá (2010) seriam iniciatórias ou provocatórias, ou seja, aquilo que Mbaegbu (2014) chama de “matéria-prima” da filosofia. Neste grupo, para além da música, encontramos os provérbios, adágios e outras formas de expressão artística que fornecem dados de base para a produção do conhecimento filosófico.

A cultura funciona como matéria-prima para a filosofia porque influencia o comportamento, a percepção e a perspectiva do indivíduo, entretanto não é suficiente ter uma cultura para ter também uma filosofia, é sim necessária, uma meditação que permita uma passagem da cultura à filosofia. (Mbaegbu, 2014).

É nesse sentido que as letras de música constituem objecto de estudo da filosofia e podem ser interpretadas a luz da filosofia afrófona de Rettová (2017) que defende o estudo da filosofia africana a partir da produção cultural feita nas línguas autóctones do continente.

Filosofia Afrófona

A ideia de filosofia afrófona foi desenvolvida por Alena Rettová com o intuito de revalorizar as línguas africanas como reflexivas. Rettová (2007) parte de uma constatação segundo a qual, as reflexões sobre os sistemas de pensamento tradicionais africanos continuam sendo feitas nas línguas europeias. Para esta autora, às línguas africanas é reservado apenas um espaço para citações dos seus conceitos e enunciação dos seus provérbios.

A filosofia é uma actividade reflexiva e a reflexão filosófica é um labor que se dá por meio da esfera mental e que tem como conteúdo qualquer coisa como ideias, acontecimentos e significados. A filosofia afrófona é um discurso filosófico conduzido em línguas africanas que cumprem a função filosófica em determinadas sociedades africanas. (Rettová, 2007),

O termo filosofias afrófonas dá grande ênfase à língua. O critério da língua é simples, mas constitui um método de diferenciação muito eficaz. É também uma distinção muito importante. As línguas não são um mero meio de comunicação. As línguas individuais estão inseridas em contextos culturais específicos e as diferentes línguas contêm, por assim dizer, por defeito, diferentes esquemas conceptuais. (Rettová, 2007, p.39)¹⁹

¹⁹ A tradução das citações de Inglês para Português são da minha inteira responsabilidade

Esta abordagem inclui discursos, maior parte deles realizados como produção artística, a exemplo da literatura oral e escrita, ficção e não-ficção, mas também da música, teatro, palestras públicas ou outras artes.

A história da filosofia é marcada por contribuições de intelectuais e escolas de pensamento que se constituíram em espaços geográficos que hoje fazem parte da África. Entretanto, estas contribuições foram creditadas às tradições hegemónicas da história ocidental. A escola de Alexandria é tomada em várias literaturas como uma escola romana, os filósofos etíopes e egípcios da antiguidade e da época medieval são engolidos e tomados como integrantes do corpus da filosofia grega e as contribuições feitas pela África subsaariana à chamada filosofia islâmica são ignoradas. Boa parte do corpus da filosofia etíope e egípcia permanece pouco conhecido, apesar de estar a atrair a atenção de uma nova vaga de intelectuais africanos e afrodiáspóricos.

Mesmo apesar deste histórico e devido às condições históricas de um processo de ressuscitação da contribuição intelectual africana para a história do pensamento, no último quarteto do século XX, a filosofia africana ganhou espaço enquanto disciplina académica. Entre as várias contribuições surgidas nesta disciplina, Rettová (2007) sublinha a originalidade e a relevância de Odera Orika cujo projecto de filosofia de sagacidade permitiu identificar e dar espaço a pensadores individuais nas sociedades tradicionais africanas contemporâneas.

Ele [Oruka] fez uma distinção entre “folk sages”, pessoas que apenas preservam os ensinamentos e as tradições dos seus grupos étnico e “sage filósofos”, isto é, aqueles que, para além de preservar as crenças e tradições dos seus povos, são capazes de conduzir uma reflexão crítica em torno deles. (Rettova, 2007, p.33)

A filosofia da sagacidade de Orika é uma filosofia de diálogo, em que um filósofo profissional (no caso, aquele que tem uma formação em filosofia ou em humanidades) dialoga com o seu colega, membro da comunidade, no caso, um sage filósofo.

A pessoa que faz asserções sábias deve ser desafiada a justificar. Pode também ser solicitado a colocar seu conhecimento em prática. Se a pessoa tem um estado de espírito filosófico, ela vai sem dúvidas ser capaz de fornecer respostas racionais aos desafios. Se não tiver este dom, é provável que dê uma resposta inexpressiva ou mesmo que se recuse a dar uma resposta. (Oruka, 1991, p.35).

Através deste projecto, Orika abre os debates da disciplina de filosofia africana ao diálogo entre os diferentes tipos de saberes, ou seja, ao diálogo entre os chamados saberes tradicionais e os saberes modernos.

Após a morte de Orika, Gail Presbey (1998) que teve a oportunidade de assistir o filósofo a realizar o seu trabalho de campo em Nairobi, levantou algumas questões metodológicas para implementar a filosofia da sagacidade tendo criticado o facto de a filosofia da sagacidade ser discriminatória quanto a selecção dos sages que eram geralmente homens mais velhos e originários do meio rural, sendo que muitas vezes, que não sabiam ler e escrever. Presbey (1998) também mostrou-se céptica quanto ao trabalho do filósofo profissional que durante a entrevista pode conduzir o sage filósofo aos seus próprios interesses filosóficos.

Um dos aspectos fundamentais do projecto de Orika é que ele desafia a filosofia a pensar fora dos cânones eurocéntricos. Quem também segue a mesma linha, tentando

corrigir os aspectos em que Oruka é criticado é o antropólogo Key Kresse (2007) que se propôs a estudar o discurso filosófico existente nas sociedades swahili na costa oriental africana. Curiosamente, Kresse que chamou o seu projecto de “antropologia da filosofia” também desenvolveu o seu trabalho de campo no Quênia, concretamente na cidade costeira de Mombassa, tendo analisado os discursos do poeta Ahmed Sheik Nabhany, um especialista da língua Swahili, Ahmed Nassir Juma Bhalo, um famoso poeta e médico tradicional e Sheik Abdilah Nassir, um pensador reformista islâmico. A diferença entre Oruka e Kresse é que enquanto o primeiro foi responsável por identificar sages filósofos nas comunidades Luo, o segundo trabalhou com pensadores já conhecidos e respeitados dentro do universo Swahili.

A filosofia afrófona assenta-se no princípio segundo o qual, mais do que “tentar introduzir artificialmente as línguas africanas na filosofia africana através da deliberação dos próprios filósofos, o pesquisador deve procurar os discursos filosóficos existentes nas sociedades africanas que sejam do domínio filosófico” (Rettová, 2014, p.36).

O discurso filosófico é uma manifestação da actividade filosófica reflexiva, seja quando enunciado por escrito ou através da oralidade. (Rettiva, 2014). Assim, a filosofia afrófona deve comprimir os diferentes formatos de discurso feitos nas línguas africanas e dentro das sociedades africanas e que dialoguem com os debates travados na própria filosofia.

É neste contexto que analisamos as letras de músicas populares feitas em língua Emakhuwa (falada maioritariamente em Moçambique, e nalgumas comunidades da Tanzania, Malawi, Madagascar, Comores e África do Sul) no contexto da filosofia afrófona. Para este trabalho, analisamos uma música da cantora Zena Bacar, uma das personalidades mais influentes da música moçambicana do séc. XX. Na análise da letra da música se faz referencia a autores dentro da tradição filosófica abordam as mesmas questões que Zena Bacar, entre eles, o utilitarista inglês Stuart Mill, a existencialista francesa Simone Bouvoir, a feminista americana Judith Butler e a autora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí.

Zena Bacar: A Artista e o seu Percurso

Zena Bacar Ali – mais conhecida por Zena Bacar – nasceu a 25 de Agosto de 1949, em Lumbo, na Ilha de Moçambique e morreu a 24 de Dezembro de 2017 na Cidade de Nampula. Ela foi vocalista e compositora do agrupamento musical Eyuphuro. Chegou, para além de ser vocalista principal, a liderar o grupo. Sendo ela única mulher da banda. Ao longo da sua carreira, de cerca de trinta anos, ela cantou sobre as injustiças sociais a que a mulher é submetida em Moçambique. De igual forma, com a sua voz, celebrou a valorização da identidade e a liberdade da mulher. Defendeu igualmente a valorização do papel da mãe e a necessidade de as mulheres terem acesso à educação.

Quando Moçambique tornou-se independente do jugo colonial português, Zena tinha 26 anos. Nesta altura, muitas mulheres makuwas não tinham tido acesso à educação o que lhes impossibilitava de se comunicarem em língua portuguesa, adoptada como língua oficial. Entretanto, segundo descreve o músico Gimo Mendes, fundador do grupo Eyuphuro, Zena era diferente, pois vestia-se bem, era desinibida e comunicativa. (Cacinda, 2023).

Isso fez com que ela fosse convidada a participar entre Dezembro de 1980 a Janeiro de 1981 no Festival Nacional da Canção e Música Tradicional em Moçambique. No acto da formação da Delegação da Província de Nampula a este festival, acabaram juntando-se

vários músicos, dentre os quais: Salvador Maurício que era um dos representantes da delegação, Gimo Mendes, Omar Issá e Zena Bacar.

Neste festival, os participantes não apareciam como bandas, mas sim, como delegações provinciais, sendo que para cada província era reservado um tempo para a sua actuação. No tempo reservado a cada delegação, alguns artistas actuavam em grupos ou singularmente. Numa entrevista que realizei com o então Director da Companhia Nacional de Canto e Dança de Moçambique, David Abílio, o mesmo disse que “era uma oportunidade para promover a colaboração entre artistas de diferentes pontos do país, sendo que muitos deles, nem sequer se conheciam antes do festival, assim como, nunca haviam chegado às suas respectivas capitais provinciais” (David Abílio apud Cacinda, 2023, p.40).

Estando em Maputo, Salvador Maurício, Gimo Mendes, Zena Bacar, Mussa Abdala e Omar Issá prepararam um grupo *ad-hoc* que chegou a gravar duas músicas, na Rádio Moçambique, com a assistência de Américo Xavier. As músicas gravadas foram cantadas em Emakhuwa, na variante Nahara²⁰. Uma música era cantada pelo Salvador Maurício, com o tema: *Amwara a N’rakhe* (*esposa do senhor Nrakhe*); e a outra com o título «Orera Kurrera» (*vaidade sem juízo*) era cantada pela Zena Bacar.

De regresso a Nampula, houve encontros entre os artistas que participaram do festival, visando aprofundar o grupo *ad-hoc* transformando-o numa banda. Em 1981 criou-se o *Eyuphuro*. Porém, duas semanas depois, o músico Salvador Maurício acabou sendo convidado a gravar um disco na Rádio Moçambique, em Maputo, deixando para trás os seus colegas. Assim, Gimo Mendes, Zena Bacar, Mussa Abdala e Omar Issá continuaram com o grupo que já se denominava *Eyuphuro* (que significa «furacão» em Emakhuwa²¹).

Em 1986, o *Eyuphuro* realizou a sua primeira viagem a Europa, tendo actuado na Holanda, Bélgica, Suécia e Dinamarca. Quando entrevistei o músico Gimo Mendes, fundador do grupo, explicou-me que a viagem a Europa motivou o grupo que teve a sua música apreciada, particularmente pela combinação entre a precursão tradicional da costa oriental de África com as guitarras acústicas.

As composições de *Eyuphuro* têm uma forte influência das danças do litoral da província de Nampula: Tufo, Nsope, Namahanja, Xacaxa, Morro, Djarimane e Massepwa. Estes ritmos, com a benevolência vocal da Zena Bacar acompanhado, sempre, com uma excelente banda, *Eyuphuro*, rodou o mundo. (Cacinda, 2023, p.42)

Entre 1986-1992, o *Eyuphuro* actuou em dezoito países entre eles, Escócia, Inglaterra, Itália, Canadá, Alemanha, Finlândia, Holanda, Irlanda, Suécia, Bélgica, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos da América. Devido ao seu nível de influência, em 1989, o grupo foi convidado pelo astro da música inglesa, Peter Gabriel, para participar em festivais europeus com grande notoriedade tal como o WOMAD Festival, em Carylton Bay.

O ponto mais alto do *Eyuphuro* foi a gravação, nos estúdios da Real World Records, em Londres, do seu primeiro disco denominado *Mama-Mosambiki* (Real World, 1989). A ficha técnica do CD conta com nomes como Zena Bacar (voz), Gimo Mendes (voz & guitarra), Chico Ventura (guitarra), Mário Fernandes (baixo), Mussa Abdala (percussão) e Belarmino Rita Godeiros (percussão rítmica).

²⁰ O Emakhuwa tem cerca de 10 variantes. Enahara é a variante do Emakhuwa falado no litoral da província de Nampula, sendo a variante que uso para expressar-me.

²¹ Emakhuwa significa Língua Makhuwa.

Em 2001, a banda gravou o seu segundo CD em Maputo. Produzido e dirigido por Roland Hohberg da Mozambique Recording, o disco intitulou-se *Yellela*, expressão em Emakhuwa que significa “*é isto mesmo*”, a ficha técnica incluiu nomes de Zena Bacar (voz), Issufo Manuel (Voz), Mussa Abdala (voz e percussão), Belarmino Rita Godeiros (percussão rítmica), Jorge Cossa (percussão), Firmino Luís Hunguana (baixo) e Mahamudo Selimane (guitarra), Mariamo Mussa Hohberg (voz), Orlando da Conceição (saxofone) e Benedito Mazbuko (teclados).

Zena Bacar é recordada como a *the golden voice of Mozambique*, sendo que a sua música concentra essencialmente duas temáticas, o amor e a intervenção social, sendo a mulher, o centro da sua composição. A artista defendeu a liberdade da mulher expressar-se bem como o direito à cultura.

Mulher e Direito à Cultura na música de Zena Bacar

Castells (2010) define o feminismo como um esforço histórico, individual ou colectivo, formal ou informal voltado a redefinição do género feminino em oposição ao patriarcado.

Mill (2017) argumentou que a subordinação legal de um sexo em relação ao outro constituía um dos principais obstáculos do aperfeiçoamento humano. Beauvoir (1970) partindo da abordagem sartriana segundo a qual, a existência precede a essência, para considerar a condição feminina uma construção, pois não se nasce mulher, mas torna-se. Neste sentido o “ser mulher” se define a partir da relação de alteridade com o ser homem. Nesta condição de alteridade a mulher foi tomada como “o outro” e por via disso, desprovida da sua identidade social. Assim para Beauvoir (1970) a mulher devia realizar-se através dos seus próprios conceitos.

Entretanto, todos os seres são dependentes das relações sociais e de uma infraestrutura de viabilização da vida. Esta dependência como observa Butler (2018) embora não seja o mesmo que uma condição de subjugação, pode facilmente tornar-se isso. Por isso que a autora advoga pelo direito a aparecer.

Mais do que isso, entretanto, o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis. (Butler, 2018, p.22).

No contexto africano contemporâneo onde o acesso a educação continua longe de ser um direito universal, as feministas advogam por aspectos concretos que viabilizem o seu direito a aparecer como forma de escapar à situação de invisibilidade.

A mulher no centro da teoria feminista, a esposa, nunca fica fora do domicílio. Como um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma. O problema não é que a conceituação feminista comece com a família, mas que ela nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear. Consequentemente, sempre que mulher está presente, torna-se a esfera privada da subordinação das mulheres. Sua própria presença define-a como tal. (Oyèwùmí, 2004, p.5).

O disco *yellela* de zena Bacar contém uma música intitulada *Aiyaka* que significa “Meu Marido”. Esta música para além de demonstrar a inserção da relação homem e mulher, como relação esposo-esposa conforme discutido pela filósofa nigeriana

Oyèwùmí, demonstrar a defesa da artista pela educação e acesso a cultura como condição para a luta contra a invisibilidade feminina.

A música é construída em forma de diálogo entre Zena Bacar que canta representando a voz feminina, neste sentido, esposa e Mussa Abdala que faz intervenções faladas representando a voz masculina, neste sentido, esposo. No diálogo, a mulher recorre a uma estratégia retórica para convencer ao marido sobre a necessidade de deixá-la que estude, conforme descrevo abaixo.

1.^a Parte do Discurso Musical

A música inicia-se com uma série de frases de coisas que agradam ao marido:

Ayaka korowa wapeya – n’natheyaka (Marido já vou cozinhar – ficas feliz)
Ayaka korowa wukatthani – n’natheyaka (Marido vou lavar a roupa – ficas feliz)
Ayaka korowa win’mathi – n’natheyaka (Marido vou a cama – ficas feliz)

2.^a Parte do Discurso

A segunda parte enuncia uma série de frases incômodas:

Ayaka kintthun aoscola – n’navirua (Marido quero ir à escola – tu zangas)
Ayaka kinnthuna ossilimu – n’nakimana (Marido quero ser culta – tu me bates)

3.^a Parte do discurso

A oradora questiona os motivos que levam ao marido a contestar a sua vontade de estudar:

Ayaka exe niyela (Marido o que será isso?)
Ayaka okitthu nawenno (Será por amor?)
Ayaka nrima nen’no (Será inveja?)
Feitas estas exposições, segue-se a voz masculina a reagir:
“kuthelale para okivarela nteko nu kiyarela axaana” [casei-te para trabalhar para mim e ajudar-me a ter filhos];
“osoma waxeni, para okivehe kekahiyó” [para quê estudar? para passares a ofender-me?]

Estas reacções são rebatidas pela figura feminina com uma locução que a seguir apresento em tradução livre:

Sei que te incomodas quando chegas à casa e encontras os meus familiares enquanto vasculham a casa para ver os presentes que me dás. Mas não liga a isso, pois tu é que és a minha família. Meu marido deixa-me estudar e vais ver as vantagens. Meu marido, deixa-me ser culta. (Trecho da música “Ayaka”).

De acordo com Basílio (2019) o discurso oral codifica o mundo através do diálogo. A cultura, os saberes e os sentimentos chegam aos dialogantes na forma de linguagem. A linguagem é o meio através do qual os dialogantes se encontram e se comunicam. Ela é o meio de entendimento entre os dialogantes. Através da linguagem, o mundo cultural é conhecido.

Assim, a técnica retórica usada pela cantora consiste em contar uma história antes de expor a tese que pretende defender na conversa. E para tal, ela expõe as questões que geralmente alegam os homens para em seguida apresentar as questões que incomodam as mulheres. Na terceira fase do discurso, o problema é apresentado em forma de pergunta. No final, depois da reacção, a mulher derruba os argumentos masculinos atacando o medo. Neste sentido, pela forma como a música foi composta, o medo masculino apresenta-se como um dos motivos que os impede de normalizar um relacionamento com mulheres formadas e cultas. A expressão culta que aplico é uma tradução livre e directa da expressão usada pela cantora, *Osilimu*.

A educação é fundamental para que a mulher saia da condição de invisibilidade. E o medo masculino deve ser superado. A educação é também vista como cultura. Assim, a massificação do acesso das mulheres à educação significa promover o direito de aparecer através da cultura. O direito à cultura permite à mulher definir o seu próprio percurso e ser dona da sua própria voz.

Assim, o direito à cultura em Zena Bacar seria algo prático que materializa o direito a aparecer que como descreve Butler (2018, p.22) é “uma rejeição colectiva da precariedade induzida social e economicamente”.

Conclusão

Este trabalho procurou argumentar que através da música, Zena Bacar contribui para os debates presentes na filosofia feminista apoiando-se no direito à cultura como resposta a situação opressora em que as mulheres se encontram na sociedade.

Nas sociedades africanas que continuam com forte predominância da oralidade, os saberes são transmitidos num acto performativo com recurso a criações culturais que funcionam como matéria-prima para a filosofia. Sendo assim, as letras de música constituem objecto de estudo da disciplina e podem ser interpretadas a luz da filosofia afrófona, abordagem criada por Alena Rettová para extrair conhecimento filosófico a partir de obras de arte criadas em línguas africanas.

O percurso da artista musical Zena Bacar e a letra da música analisada para ilustrar o argumento deste ensaio, demonstram que a cantora mobiliza o conceito de direito à cultura como resposta a situação de invisibilidade em que a mulher se encontra. Sublinha-se também as estratégias retóricas usadas na música para convencer a audiência, sendo que as relações entre o sexo masculino e feminino se circunscrevem na categoria de relações esposo-esposa propostos pela filósofa nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí. Sendo assim, a mulher na música de Bacar tem um interlocutor directo, no caso, um homem que faz parte da sua esfera de convivência, o qual deve ser convencido a superar os seus medos e a mudar as suas convicções sobre o direito da mulher à cultura. Neste sentido, Zena fala directamente para os homens moçambicanos, convidando-os a não terem medo de se relacionar com uma mulher com *osilimu* (cultura).

O direito à cultura de Zena Bacar é condição para que a mulher materialize o direito a aparecer de Butler. Por isso, a leitura desta música nos propõe advogar pela massificação do acesso das mulheres à educação num país e num continente que ainda continua com altas taxas de iliteracia. Educar seria deixar “aparecer”. O direito à cultura permite à mulher definir o seu próprio percurso e ser dona da sua própria voz. O direito à cultura é também um alerta aos homens de que o desenvolvimento da mulher, contribui para aquilo que Stuart Mill chamou de aperfeiçoamento da humanidade.

Referências

- Barber, K (2005). *Text and Performance in Africa*. Oral Tradition, Vol 20, N° 2, October. Missouri: Centre for Studies in Oral Tradition.
- Basílio, G. (2019). *A Hermenêutica Filosófica: Apontamentos Para Compreender Hans-George Gadamer*. Maputo: Publiflix Edições.
- Beauvoir, S. (1970). *O Segundo Sexo – Factos e Mitos*. Lisboa: Difusão Europeia do Livro.
- Butler, J. (2018). *Corpos em Aliança e a Política das Ruas – Notas para Uma Teoria Performativa da Assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Cacinda, J. (2023), "Meu Marido, Deixa-me Ser Culta" - Filosofia e Feminismo na Música de Zena Bacar, in Cremildo Bahule (org.), *Caderno de Música Moçambicana*. Maputo: Editora Kuphaya, 33-51
- Castells, M. (2010). *The Power of Identity – The Information Age: Economy, Society and Culture*. 2.^{ed} West Sussex: Willey-Blackwell.
- Cunha Jr. H. (2011). *Etiópe – Uma escrita africana*. Educação Gráfica http://www.educacaografica.inf.br/wp-content/uploads/2011/06/01_O_Etiope.pdf
- Diagne, M. (2012). *Lógica do escrito, lógica do oral – Conflito no Centro do Arquivo*. Org. Hountondji, P. O Antigo e o Moderno – A Produção do Saber na África Contemporânea. Luanda: Edições Pedagogo.
- Hampaté Bá, A (2010). *A Tradição Viva*. Ed. Ki-Zerbo, J. História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África. Brasília: UNESCO.
- Hountondji, P. (2009). *Knowledge of Africa, Knowledge by Africans: Two Perspectives on African Studies*. RCCS Annual Review, 1, September, 2009.
- Kresse, K. (2007). *Philosophising in Mombasa: Knowledge, Islam and Intellectual Practice on the Swahili Coast*. London: International African Library.
- Malauene, D. (2021). *A history of music and politics in Mozambique from the 1890s to the present*. Tese de Doutorado. Mineapolis: University of Minesotta.
- Mbaegbu, C. (2014) *Culture as Philosophy of the First Order Activity*. *Open Journal of Philosophy*, 4, 492-501. doi: [10.4236/ojpp.2014.44051](https://doi.org/10.4236/ojpp.2014.44051).
- MILL, J. S. (2017). *The Subjection of Women*. Jonathan Bennet.
- Oruka, H.O. (1991). *Sage Philosophy: Indigenous Thinking and Modern Debate on African Philosophy*. African Center for Tecnology Studies. Nairobi.
- Oyěwùmí, O. (2004). *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. In *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar: CODESRIA
- Palmberg, M. (2014). *Music in Zimbabwe's Crisis*. Ed. Thórsen, M. *Sounds of Change – Social and Political Features of Music in Africa*. Estocolmo: Sida Studies.
- Platão (1994), *Fedro*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Presbey, G. 1998. *Who Counts as a Sage? Problems in the Further Implementation of Sage Philosophy*. Beitrag aus der Paideia World Philosophy Conference. <http://www.bu.edu/wcp/Papers/Afri/AfriPres.htm>
- Rettová, A. (2007). *Afrophone Philosophies: Reality and Challenge*. Zdenek Susa. Středokluky.

Rettová, A. *Afrophone philosophies: possibilities and practice. The reflexion of philosophical influences in Euphrase Kezilahabi's Nagona and Mzingile*. Swahili Forum 11 (2004): 45-68. Bayreuth.

[discografia]

Yellela, Eyuphuro, Reiverboat Records/World Music Network, TUGCD 1022.

Mama-Mosambiki, Eyuphuro, Real World/Vidisco Moçambique, 79.80.1347.

Educação Tradicional e o Currículo Oficial: entre a extinção e a sobrevivência dos ritos de iniciação no norte de Moçambique

Wilson Profirio Nicaquela, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade
Lúrio
wilsonnicaquela@gmail.com

Resumo: Neste artigo procuro analisar narrativas de pais e/ou encarregados de educação entorno dos Ritos de Iniciação. Este estudo foi desenvolvido no âmbito dos trabalhos práticos do grupo de estudos e pesquisas narrativas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio, entre Junho e Setembro de 2023. O problema deste estudo foi: *o que dizem os pais e/ou encarregados de educação sobre a extinção e a sobrevivência dos Ritos de Iniciação enquanto variante de educação tradicional no seio da comunidade macua?* Trata-se de uma pesquisa qualitativa- narrativa, na qual recorri às entrevistas semi-estruturadas com os 16 participantes, no distrito de Monapo. Constatei que, grande parte de estudos feitos nos últimos tempos sobre esta temática obedecem princípios padronizados com conclusões antecipadas. As hipóteses são forçosamente comprovadas, para justificar as entidades financiadoras. As mudanças socio-culturais, económicas, políticas e tecnológicas contribuem na deterioração dos valores morais. Os ritos de iniciação estão inseridos num contexto volátil que os torna vulneráveis. A forma como são abordados os assuntos em torno da Saúde Sexual e Reprodutiva nas escolas, tem criado embaraços para as famílias, pois rompe-se de forma drástica com as normas culturais. Readaptação das mensagens difundidas para contextos locais e, alargamento da rede de atuação dos promotores de Educação Sexual e Reprodutiva, visando a criação de núcleos comunitários pode reduzir o sentimento de exclusão ou o afastamento dos actores culturais nesse processo.

Palavras – Chave: Educação tradicional; Ritos de Iniciação; Saúde Sexual e Reprodutiva.

1. Introdução

Moçambique continua a ser fustigado por várias enfermidades, de entre elas, destacam-se as Infecções de Transmissão Sexual, especialmente o Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, vulgo SIDA. De acordo o Inquérito Demográfico de Saúde (2011) o SIDA afecta maioritariamente, a população jovem com idades que variam entre 14-35 anos. Para além das enfermidades, os jovens, particularmente, os adolescentes enfrentam outros fenómenos associados à Saúde Sexual e Reprodutiva nomeadamente: os casamentos forçados, as gravidezes precoces, a mortalidade materna e afins. Uma das estratégias definidas pelo Governo para conter ou estabilizar estes fenómenos foi a introdução de programas de Educação Sexual e Reprodutiva (ESR) nas unidades hospitalares através do Serviço de Apoio ao Adolescente e Jovens (SAAJ) e palestras, assim como o Canto para Jovem nas escolas secundárias implementado pelo Programa Geração Biz. A Estratégia Nacional de Combate aos Casamentos Prematuros é outra forma de mitigar os efeitos dos males adjacentes da ineficiente Educação Sexual e Reprodutiva. Entretanto, o envolvimento de pais e ou/encarregados de educação nestes programas continua

revestida de vários mitos, condicionados pelos costumes e hábitos culturais. Este estudo procura a através de narrativas dos entrevistados analisar factores concorrentes para a extinção ou a sobrevivência dos Ritos de Iniciação enquanto uma forma de educação tradicional.

Esta pesquisa tem como objectivo geral analisar a percepção dos Pais e ou encarregados de educação sobre influencias dos Ritos de Iniciação na Educação Sexual e Reprodutiva com adolescentes. Ao longo do texto acoetemo-nos em torno de quatro tópicos, mormente a participação parental na ESR, a questão da Complexidade dos Ritos de Iniciação os enigmas da ESR e por fim o papel parental na Educação Sexual e Reprodutiva. Aspectos metodológicos e resultados da pesquisa de campo corporizam a parte empírica deste estudo.

2. Revisão de literatura

Neste ponto procuro fazer uma discussão dos principais tópicos desta temática com recurso à revisão integrativa da literatura. Os autores referenciados são integrados por similaridades dos seus estudos e ou textos produzidos em torno da temática em discussão.

2.1. A participação parental na educação escolar

A participação dos pais e ou encarregados de educação nos processos formativos das crianças vem sendo questionada ao longo dos anos. A introdução do Conselho de escola para o Ensino geral constitui um esforço de suprir esse deficit que as escolas públicas registam nos últimos tempos, sobretudo, com a introdução do novo currículo escolar do Ensino Básico em 2004 (Uthui, 2010). Mais adiante, Vieira (2006) a relação dos pais com a educação escolar das crianças baseia-se na desconfiança, cepticismo, resistência, que não raro conflui no desentendimento total ou ruptura dos laços, justificando as baixas taxas de participação que, com origem no passado ainda hoje, persistem.

A educação escolar solicita um acompanhamento personalizado desde as classes iniciais de cada um dos filhos e representa tarefa educativa primordial dos pais. Portanto, essa passou a ser, uma das competências mais valorizadas no exercício parental, associada aos deveres inerentes à função agora cometida aos pais.

A tarefa dos pais não é de substituir a escola e nuca acontece ou devia acontecer o contrário. Tiba (1996) esclarece em linhas gerais o que fazem os pais enquanto educadores contínuos, eles devem transmitir aos filhos a diferença entre o que é socialmente aceitável ou não, o que se considera adequado ou não, assim como entre o que é essencial e supérfluo entre outras exigências. Assim, o fracasso que resulta deste desígnio abre espaço para uma série de acusações sobre as reais competências parentais, recaindo sobre si o estigma de não cumprirem adequadamente as suas atribuições enquanto educadores. Uma das conclusões que se chega é a dos parentes “não procederem de forma responsável face aos seus educandos, em suma, de se *demitirem* face à escolaridade dos filhos” (Vieira, 2006, p. 297).

Olhando para as perspetivas do autor ora referenciado, podemos cerrar que a família é usada como factor condicionante na da educação escolar das crianças em qualquer etapa do seu desenvolvimento, incluindo na adolescência. Segundo Gaspar (2006) o ambiente familiar do adolescente “satisfaz as necessidades imediatas e básicas de abrigo, alimentos, Educação, cuidados de saúde e valores morais e espirituais necessários à formação do carácter” (p. 42.). Entretanto, a escola tem constituído um obstáculo ao processo participativo da família na formação/educação dos adolescentes os currículos e políticas educativas e impõem as suas normas, igualmente impõem:

Os seus desígnios e as suas práticas como as mais legítimas. E transforma os processos de transmissão. Desapossados das prerrogativas outrora postas em prática na transmissão directa do património familiar – seja ele constituído por terra, negócio ou ofício – os pais vêem hoje o “capital escolar” substituir-se à sua acção como instrumento mais legítimo de distribuição das posições sociais dos descendentes no espaço social. (Vieira, 2006, p.297)

O sentimento de irrelevância, a deterioração das relações familiares, o triunfo das tecnologias de informação e comunicação, a mercantilização dos meios de comunicação social, sobretudo, a televisão e a irrupção das redes sociais, com destaque para o Facebook, o Youtube, o Tik-tok, o Instagram entre outros, fazem com que haja uma desconexão entre a escola e os pais e ou encarregados de educação e conflitos permanentes entre pais e filhos.

2.2. Os Ritos de Iniciação e a resistência cultural

Neste desabrochar das migrações populacionais, sobretudo àquelas da época expansionista europeia que originaram a miscigenação cultural reforçada pelo fenómeno da globalização, um dos efeitos é a pressão e ameaças das tradições autóctones na sua generalidade e a dos macuas em particular. Segundo Bonnet (2002) nessa pressão, os Ritos de Iniciação são um verdadeiro símbolo da resistência cultural entre os macuas. Os ritos enquanto uma componente cultural é uma “complexidade” não pretendemos edificar uma tese da dificuldade ou uma pecha da noção de cultura. Empregamos o conceito da complexidade cultural na perspectiva de Morin (2013) que adverte para não se amalgamar com a desordem para além, dum desafio ao pensar sobre um determinado contexto ou questão, no caso vertente os Ritos de Iniciação.

O traço cultural varia de região para região, de província para província, de distrito para distrito, ou mesmo, dentro do mesmo distrito. Essa modificação foi aludida por Martinez (1989) no seu estudo sobre “povo macua e sua cultura” resigna a ambição de estudar todos os macuas e nem ousa fazer pesquisa em nome deles, justifica a seguir as razões, diz ele que os macuas são muito numerosos. Diferente desta abordagem, Martinez fala sobre eles. Embora um dos integrantes desta pesquisa a falar dos Macuas (enquanto membro do grupo), qual ele, fala-se apenas duma parte (os de Monapo) que constituem a fonte primária da pesquisa trabalho.

A outra fonte é Viegas (2012) ele narra questões dos Ritos de Iniciação entre os macuas na sua generalidade a partir de experiências pessoais. Mas, não faltou-lhe ser reticente sobre a complexidade da cultura, defende a sua diversidade parte inversamente

pelo mundo, passando pelo continente africano, retorna à Moçambique e desembarca entre os macuas na região Norte do país e na Província central da Zambézia. Curioso é, tal diversidade contradiz com os saberes locais, que indicam uma origem comum deste povo - na cordilheira do monte Namuli (Viegas, 2012; Martinez, 1989).

Portanto, é complexo falar de uma etnia, mas pode ser mais complexo a de um grupo, porque parece exclusão dos outros. Contudo, julgamos ideal falar de um grupo para ser precisos. Assumimos o risco de nos considerarem não estarmos a fazer Ciência, na medida em que esforçamo-nos trazer à vista os hábitos de um grupo do qual um de nós membro.

Nem por isso declinamos a nossa postura, como diz Alves, pesquisadora brasileira do “cotidiano escolar”, denuncia as receitas impostas pelo pensamento supostamente moderno, o qual argumenta que os conhecimentos produzidos com base na nossa experiência, não gozam da credibilidade necessária. Alves (2008) diz que, “... esses conhecimentos são criados por nós mesmos em nossas ações cotidianas o que dificulta uma compreensão de seus processos, pois aprendemos ... que é preciso separar o sujeito do objeto”. (p.16)

Durante as pesquisas que temos vindo a fazer, percebemos que os macuas têm uma prática, que os distingue como é óbvio, dos outros grupos. Essa prática se refere aos Ritos de Iniciação (RI- Masculinos e Femininos). Embora os Ritos de Iniciação representem um património entre os macuas, há correntes dentro e fora deste grupo, combatendo e rotulando. Ou seja, alega-se serem práticas imperfeitas. A nossa inquietação emerge nessa embirração que se tem, sobre a pecha dos RI, esquece-se que, a imperfeição é típica de todo conhecimento, ele precisa ser consolidado. Aliás, muitos odeiam e catalogam os Ritos de Iniciação por Influência, pois nem sabem o que são e sua finalidade. Na verdade, os RI são uma série de práticas e cerimónias específicas a serem rigidamente observadas de forma distinta pelas mulheres e pelos homens. Eles são realizados a fim de incutir nos iniciados valores, hábitos e saberes socioculturais para a vida do futuro que lhes espera-vida adulta (Viegas, 2012).

2.3. Os enigmas da Educação Sexual Reprodutiva

Vários levantamentos estatísticos ou qualitativos apontam haver interferência das tradições na eficiência e eficácia das mensagens disseminadas em programas de Educação Sexual e Reprodutiva. A resistência à mudança e o baixo nível de escolaridade são outros factores arrolados como embaraçadores das políticas nacionais para a redução de infecção com HIV/SIDA, gravidez precoce, casamentos prematuros, mortalidade materna entre outros (Ferreira, 2015; IDS, 2011; ENPCP, 2016; Osório e Macuacua, 2013).

A gravidez precoce e casamentos prematuros são um problema estrutural na discussão que tem sido desenvolvida nos últimos anos em diferentes sectores, com destaque para os Mídias, as Instituições de Ensino Secundário (onde há programas especializados), as Instituições de Ensino Superior (onde cresce o número de trabalhos de investigação com esta temática) e as Organizações da Sociedade Civil (onde as associações e movimentos de advocacia cresce exponencialmente).

Segundo consta da ENPCP (2016) é imperioso o envolvimento de todas as forças vivas com vista a redução deste mal, pois entendem os articulistas que os casamentos

prematturos são uma forma de violência baseada no género, afectando os direitos humanos, são factor para a perpetuação da pobreza no seio das comunidades, contribuem na ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis para além, do distanciamento da rapariga no acesso a educação formal.

A Educação Sexual e Reprodutiva gera um debate bastante complexo a olhar pelas suas derivações. Cada fenómeno constitui um desafio a contornar. As uniões prematuras para determinadas regiões ou Províncias de Moçambique, em comparação com outras, são ditas como desoladores. Igualmente, a situação da prevalência do HIV/SIDA, gravidez precoce e a promiscuidade sexual são assustadores em algumas regiões deste mesmo país. Ou seja, enquanto as uniões prematuras são registadas com maioríssimas intensidades nas regiões Centro e Norte de Moçambique, o HIV/SIDA assola severamente na sua maioria raparigas da zona Sul do país (IDS, 2011).

Segundo Frade et al (2010, p.10) a Educação Sexual e Reprodutiva (ESR) “é uma área extremamente rica e complexa, evolve comportamentos e sentimentos dos homens e das mulheres, por isso não pode nem deve ser abordada de forma rígida ou através de quaisquer fórmulas ou receitas de comportamentos individuais”. Os conteúdos desta temática não se resumem na prevenção isolada do acto sexual, uniões prematuras, ou então, apenas, gravidez precoce nas meninas. Aliás:

[...] Outra das dimensões da [ESR], abrange a reprodução, os sistemas reprodutores, a fecundação, a gravidez e o parto, a maternidade e a paternidade [...]. A sexualidade tem percalços uns evitáveis, outros inevitáveis. Os inevitáveis resultam da complexidade dos afectos com ela relacionados, das expectativas e das frustrações [...], da forma como vamos vivenciando todos os factos atrás focados. (Frade, et al 2010, p.14)

A complexidade da ESR é motivo de reflexão sobre quem e como abordar em especial nas instituições escolares. É um assunto que merece discussão serena para se readquirir a dignidade e a moral humana que estão em causa. Sobre o mesmo assunto (Nicaquela e Oliveira, 2017) chamam atenção que, é necessário reconhecer as limitações da escola na discussão em torno da ESR, isso não significa descrédito sobre ela e suas responsabilidades perante a sociedade. Este é um assunto que suplanta a mestria solta da escola.

[...] Este elemento cria um espaço de silêncio não havendo deste modo a partilha entre o que os adolescentes e jovens apuram nos debates do cantinho da escola e nas suas casas. Há uma relação de medo, vergonha, receio de questionamento, entre os alunos e os seus encarregados sobre as questões que envolvem sexualidade e tratamento em caso de contrair uma ITS. (Oliveira, et al, 2010, p.40)

O processo de Educação para a Saúde na componente Sexual e Reprodutiva é uma abordagem bastante sensível no contexto nortenho de Moçambique e para tal, tem um tratamento especial, não sendo habitual a participação de todas as forças vivas da sociedade. Tomamos como exemplo, a etnia macua em Moçambique localizada nas províncias da, Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia, neste grupo todos os aspectos envoltos da educação sexual e reprodutiva são categorizados sendo que, para os rapazes é da Responsabilidade dos homens e para as raparigas compete aos homens mais velhos (Viegas, 2012; Martinez, 1989).

Essa divisão de responsabilidades e separação das crianças baseada no sexo condiciona os temas abordados e, simultaneamente, restringe o vínculo educacional na relação entre parentes e adolescentes. Estudos realizados em alguns distritos de Nampula referem ineficiência das mensagens veiculadas em programas de educação sexual e reprodutiva, sobretudo, nas escolas, devido aos “mitos” impostos pela cultura (Ferreira, 2014 e 2015; Oliveira, et al, 2010; Osório e Macuacua, 2013).

2.4. O papel parental na educação sexual e reprodutiva e os Mitos culturais

Como referimos anteriormente, a ESR é uma área com muitos condicionalismos em algumas culturas, independentemente do nível de instrução das famílias. Ou seja, as restrições não acontecem apenas, entre as pessoas menos escolarizadas, o cenário acontece mesmo no ambiente escolar, alguns professores preferem desfazer-se de temas vinculados à estes conteúdos (Siqueira, 2006).

Portanto, o envolvimento parental na ESR tem sido um desafio por contornar em muitas comunidades e de maneira particular, entre os macuas. Dois estudos realizados pela Save the Children em Nacala-à-Velha e Nacala-Porto revelam que, grande parte dos pais entrevistados sobre o papel da família na educação para saúde das crianças preferem falar de regras básicas de higiene individual e colectiva, alimentação saudável, saneamento do meio entre outros. Eles entendem que as questões relacionadas com cuidados durante o ciclo menstruação, prevenção da gravidez e doenças de transmissão sexual, deviam ser ensinados na escola (Ferreira, 2014). Esse entendimento corrobora com os escritos de Viegas (2012) e Martinez (1989) que defendem haver uma institucionalização da educação sexual e reprodutiva através da submissão dos rapazes e raparigas aos Ritos de Iniciação.

Contudo, algumas noções básicas de ESR entre as meninas são da responsabilidade das avós, tias ou madrinhas que assumem essa tarefa desde a mais tenra idade da menina e culmina com a sua iniciação (Viegas, 2012). Assim, os ritos de iniciação entre os macuas assumem mesmo papel da educação escolar e os mestres/conselheiros são equiparados aos professores. Se na modernidade os pais ou parentes dos adolescentes preferem que conteúdos de saúde sexual e reprodutiva sejam da inteira responsabilidade da escola enquanto instituição secundária na socialização, faz nenhuma diferença com o passado em que grande parte dos ensinamentos era relegada às cerimónias de iniciação.

[...] Este elemento cria um espaço de silêncio não havendo deste modo, a partilha entre o que os adolescentes e jovens apuram nos debates do cantinho da escola e nas suas casas. Há uma relação de medo, vergonha, receio de questionamento, entre os alunos e os seus encarregados sobre as questões que envolvem sexualidade e tratamento em caso de contrair uma infecção de transmissão sexual. (Oliveira, et al, 2010, p.40)

Portanto, o envolvimento ou a participação parental na ESR continua revestida de muitos mitos socioculturais, ao mesmo tempo que esse exercício, parece irreversível. Salienta-se que a participação dos pais e/ou encarregados de educação em programas de promoção de Saúde Sexual não deve ser abrupta, um dialogo constante pode criar

condições de entendimento e atualização mútua entre os actores educacionais. Siqueira (2006) apresenta uma proposta clara sobre o papel da família na educação sexual e reprodutiva como uma parte complementar do processo de desenvolvimento da personalidade, assim, na óptica do autor:

A família deve desempenhar [um papel] na Educação para a Saúde, já que é no contexto familiar que se deve iniciar e continuar o trabalho realizado ao nível da escola, uma vez que, as influências parentais e familiares são potencialmente mais poderosas, que qualquer outra forma de socialização secundária, no que diz respeito aos valores e às atitudes. (Siqueira, 2006, p.23)

Portanto, a comunicação continua entre a escola e os pais e ou encarregados de educação, enquanto membros de uma comunidade onde os valores culturais impõem restrições revela-se necessária para que programas de ESR deixem de ser vistos como práticas dos “outros”. Uma parceria entre a família e a escola pode contribuir na eficácia e eficiência das mensagens transmitidas pelas instituições de promoção de saúde sexual, tanto na escola assim como nas comunidades.

3. Metodologia

Neste ponto estão descritos de forma sumária os procedimentos metodológicos utilizados para efetivação desta pesquisa. A pesquisa foi realizada entre Junho a Setembro de 2023 nas Escolas Secundárias de Itoculo e de Monapo-Sede, no distrito de Monapo. Trata-se de um estudo qualitativo cujos dados foram recolhidos através de entrevista com perguntas abertas, que não colocava limites aos participantes, conforme (Goldenberg, 2004). Em termos de participantes o estudo envolveu 8 pais e/ou encarregados de educação selecionados por conveniência em representação dos outros, pois eram pais-turma. As entrevistas foram gravadas com a duração de 10-15 minutos por participante. Os resultados foram agrupados em categorias de análise a partir da semelhança das respostas fornecidas pelos entrevistados, inspirado na proposta de Bokdan & Binklen (1999).

4. Apresentação, análise e discussão de Resultados

Neste capítulo são analisados e discutidos os resultados da pesquisa de campo a partir das entrevistas obtidas no diálogo com os pais e ou encarregados de educação das escolas envolvidas. Assim, para manter a confidencialidade e anonimato das informações recolhidas, as respostas foram codificadas com as letras PEn, onde PE- significa pai e/ou encarregado de educação e n - é o número de ordem na entrevista. Portanto, os resultados estão agrupados em três categorias, nomeadamente: Participação parental na Educação Sexual e Reprodutiva; Fatores influente para o envolvimento parental na ESR e Estratégias para estimular o envolvimento parental em programas de ESR.

4.1. Participação parental na Educação Sexual e Reprodutiva de Adolescentes

Neste ponto o objectivo era de aferir junto dos pais e/ou encarregados de educação a avaliação que fazem do seu envolvimento em programas de educação sexual e reprodutiva, especialmente com adolescentes. Assim, as respostas sugerem haver dois grupos de pais, nomeadamente, os que participam com regularidade e os que não participam. Os trechos a seguir ilustram as falas dos entrevistados:

Eu participo nesses programas quando a minha filha trazer convite feita pela escola, tem sido nos dias de palestras organizada aqui pelo senhor director da escola (PE4). Eu participo, mas, quando receber convite da Radio Comunitária de Monapo onde somos informados que as crianças não devem casar antes de ter 18 anos (PE7). Participo sempre, só que há outros pais que não participam. Mesmo o senhor director da escola costuma a falar na reunião que alguns pais não querem participar nas reuniões para tratar essas coisas de criança não casar cedo, não ficar grávida, não apanhar doença e outras coisas (PE2, PE8).

Olhando para as entrevistadas ora transcritas e ao relacionar com o espaço geográfico onde decorreu a recolha de dados, entendemos que o envolvimento dos pais e ou encarregados de educação em programas de saúde sexual e Reprodutiva com adolescentes tende a ser mais regular na região urbana (Vila-Sede do Distrito de Monapo). Entretanto, na zona de Itoculo a participação dos pais e/ou encarregados de educação em programas de ESR é, relativamente, baixa.

Segundo Lopes & Vivaldo (2007), as vezes as famílias até, participam dos encontros realizados nas escolas, mas de forma passiva, apenas ouvem o que está sendo dito, recebem notas e reclamações quanto ao comportamento dos filhos e não opinam, já que, muitas, acreditam não poder acrescentar nada ao ambiente escolar “Estas famílias não sabem que, mesmo sendo analfabetas ou com baixa escolarização, podem contribuir na aprendizagem dos filhos e desenvolver hábitos coerentes como o desenvolvido na escola”, (Lopes & Vivaldo, 2007, p.27).

4.2. As restrições do envolvimento parental na Educação Sexual e Reprodutiva

Nesta categoria o objectivo era de apurar a partir de depoimentos dos entrevistados quais são os factores que impedem muitos pais e/ ou encarregados de educação a participar em programas de Educação Sexual e Reprodutiva com adolescentes. Os participantes evocaram vários factores com destaque para a falta de comunicação por parte das direcções de escolas, falta de tempo dos próprios parentes dos adolescentes, falta de comunicação entre os pais e seus educandos para além, de questões meramente culturais. A seguir são transcritos os depoimentos dos entrevistados sobre os factores que restringem a participação dos pais em programas de ESR:

Alguns não participam nesses programas, não por vontade, os seus filhos são malandros então, para o pai não ter conhecimento dessas proibições que a escola aconselha, prefere não informar o dia de reunião. (PE3). Eu posso participar, se a escola me convidar. Hoje tudo mudou, não é como antes, você vai numa reunião sem convite pode passar vergonha (PE1). Esses programas não são para envolver pessoas grandes, são coisas que a escola ensina para as crianças. Não porque nós não ensinamos as crianças a se cuidar, mas as meninas aprendem com as mães e os rapazes com os pais (PE5). Não é bom homem ensinar sua filha sobre coisas que uma mulher pode ou não fazer, isso quem deve fazer são outras mulheres. Ou

então, é informada quando lhe levam nas batucadas²²(P6). À mim não tem me faltado vontade para participar não só nos programas de educação Sexual e Reprodutiva, como também outras reuniões na escola, mas trabalho fora e regresso tarde para casa. (P3)

Questões culturais, as deficientes comunicações com a escola constituem as principais razões que condicionam o envolvimento parental em programas de ESR tanto em Itoculo, assim como em Monapo-Vila. De acordo a avaliação que fazemos dos depoimentos, os mitos culturais tendem a ser menos efectivos para os entrevistados da zona urbana, ou seja, a manutenção dos mitos reduz com o nível de informação e instrução das pessoas. O inverso acontece para a zona com características mais rurais (em Itoculo), onde mantém-se todas formalidades tradicionais. Nessas comunidades, a modernidade ainda não operou mudanças significativas e respeitam os princípios aborígenes sobre a masculinidade e a feminilidade da educação com adolescentes. Portanto, nas comunidades onde as tradições estão menos atrofiadas há manutenção de hábitos e costumes de homens manterem vínculo educacional com os rapazes e as mulheres com as raparigas (Viegas, 2012; Osório e Macuacua, 2013 & Martinez,1989). Entretanto, a cultura enquanto fenómeno social é dinâmica e por meio da educação vai sendo constantemente actualizada com o decorrer do tempo.

Em Moçambique, desde 2001, foram concebidos os programas de promoção da ESR, através da Agenda 2025 e operacionalizados nos diferentes Planos Estratégicos do Ministério de Educação e do Ministério da Saúde ambos (2006/2010/11 e 2012/2016). Porém, não foram previstos os hábitos, costumes, e tradições aborígenes dos beneficiários destas actividades que a família tem repassado de forma contínua, para os novos membros, como valores e heranças culturais (Bonnet 2002). Esse lapso pode ser um dos factores que contribui para a inadequação das mensagens disseminadas em diferentes programas desenvolvidos no âmbito da Promoção da Saúde e sobretudo na ESR.

4.3. Estratégias de envolvimento parental na Educação Sexual e Reprodutiva.

Nesta categoria, pretendia-se colher a sensibilidade dos entrevistados sobre estratégias a serem adoptadas de modo que haja envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação em programas de ESR. Com efeito, os participantes do estudo apresentaram três propostas capazes de estimular o seu envolvimento nos programas aludidos nomeadamente: promover encontros constantes nas comunidades; envolver as confissões religiosas e adaptar-se as mensagens convencionais à realidade concreta das comunidades. Como comprovativos destes posicionamentos, a seguir são transcritos trechos das falas dos entrevistados:

Eu acho ser importante realizar encontros nas comunidades constantemente (PE3). Se o governo pensasse uma forma de falar desses assuntos nas igrejas ou nas mesquitas, como muitos pais frequentam lá, podia mudar qualquer coisa (PE4,PE8). Todos pais sabem que, bater seu filho pode ficar preso, então o governo precisa andar nas comunidades informar aquele que a filha ficar grávida antes da idade, também vai ser tomado medida, ai todos vão participar, porque ninguém gosta sofrer na cadeia. (PE1). Muitos pais não falam essas coisas por causa de

²² Cerimónias de ritos de iniciação.

achar ser tabú, se as mensagens forem ajustada de acordo os hábitos e costumes muitos pais estarão a falar com as crianças (PE5; PE7).

O envolvimento de religiosos em programas de ESR, não será uma estratégia exclusiva para Monapo, Dopkins e Hillard, (2009) relatam situações semelhantes, visando inverter a promiscuidade sexual na adolescência nos EUA escolas, grupos religiosos, organizações da juventude e os profissionais da saúde desenvolveram programas de educação sexual consistentes que envolvem os próprios adolescentes como promotores. Aliás, essa estratégia está sendo implementada ao nível da Província de Nampula, incluindo o Distrito de Monapo, através da Geração Biz. Porém a ineficiência pode dever-se à falta de envolvimento de religiosos e os próprios pais e/ou encarregados de educação. Entretanto, no estudo de avaliação desse programa constatou-se a falta de diálogo caseiro entre filhos e pais sobre ESR, ou seja, os conteúdos aprendidos na escola la terminam. (Oliveira, et al, 2010).

5. Conclusões

O nosso propósito neste estudo é contribuir, no debate e reflexão sobre os mitos que condicionam o envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação em programas de ESR assim. Expectamos ver este estudo servindo os interesses dos professores, pais e/ou encarregados de educação e outros actores que contribuem para a formação integral da personalidade humana através do empoderamento dos adolescentes. Queremos crer que com a participação efectiva de todos e com todos na construção na promoção da ESR o pais pode dar um saldo significativo rumo ao alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável. Em termos de principais conclusões constatamos haver influência de questões culturais sobre as famílias dos adolescentes; fraca comunicação entre as entidades que promovem os programas de ESR convencional e os pais e/ou encarregados de educação, para além do fraco envolvimento de confissões religiosas e adultos nos planos já, existentes. Os Ritos de Iniciação são considerados espaço típico e adequado para abordagem com profundidade de questões em volta de ESR com adolescentes. Portanto, a promiscuidade sexual não é directamente proporcional aos Ritos de Iniciação. Um conjunto de factores externos com destaque para a proliferação e uso irracional das tecnologias de Informação e comunicação torna os adolescentes vulneráveis.

Referencias

- Bogdan, R. & Biklen, S. (1999). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução á Teoria e aos Métodos*, 1 ed. Porto Editora, Portugal.
- Bonnet, J. A. S (2002). Educação e cultura. in *Ethos Local e Currículo Oficial: a educação autóctone e tradicional macua e Ensino Básico em Moçambique*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Dopkins, B. J. & Hillard, P.J.A. (2009). Gravidez na Adolescência *Glob.lib. As mulheres de med.*, (ISSN: 1756-2228) Fev. 2009; DOI 10,3843 / GLOWM.10414.
- Ferreira, J.J (2015). *Estudo de Linha de Base/2015: Saúde Escolar e Nutrição, Desenvolvimento do Adolescente: Indicadores Chaves. Trabalho adicional sobre indicadores chaves do Estudo de Linha de Base para o Programa Sponsorship*,

- relacionado à Saúde Escolar e Nutrição, Desenvolvimento do Adolescente, realizado nos distritos de Nacala-Porto e Nacala-à-Velha. Moçambique. Save the Children.
- Ferreira, J.J. (2014), *Análise Situacional Saúde Escolar e Nutrição, Desenvolvimento do Adolescente: Relatório da Análise situacional, realizado nos distritos de Nacala-Porto e Nacala-à-Velha*, Moçambique. Save the Children.
- Frade, A. Marques, A.M. & Vilar, D. (2010) *Educação Sexual na Escola: guia para professores, formadores e educadores*. Coleção Educação Hoje, 8ed. Texto editores Lisboa.
- Gaspar P. J. S.(2006). *Educação para a Saúde e estudantes: as fontes e o impacto da informação*. Universidade de Aveiro, secção de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas. Dissertação do Mestrado, Portugal.
- Goldenberg, M. (2004) *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8ed. Rj.
- Governo de Moçambique - Conselho de Ministro (2015). *Estratégia Nacional de Combate aos casamentos prematuros*. 2016-2019, aprovada na 42ª sessão Ordinária Maputo.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011). Ministério da Saúde (MISAU) e ORC Macro. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde 2011*. Calverton, Maryland, USA: INE, MISAU e ORC Macro. Maputo.
- Lopes, A. & Vivaldo, L. (2007) *A influência da família no rendimento escolar do Indivíduo*, Universidade de Goiás, Brasil.
- Martinez, F.L. (1989) *o povo macua e a sua cultura*. Ministério de Educação. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.
- Oliveira, L.A.C.N. Saíde, A. & Absalão, E. J. (2010). *O Impacto do Programa Geração BIZ nos Distritos da Província de Nampula, no período 2007-2010*.
- Osório, C. e Macuácuá, E. (2013). *Os Ritos de Iniciação no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos construindo Identidades de género: Wlisa*, Maputo.
- Siqueira, V. H. F. de (2006). *Sexualidade, Género e Educação: a subjectivização de mulheres pelo cinema*: in *Educação e Realidade*, 31(1), 127-144, Janeiro e Junho de 2006. Porto Alegre,. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> acesso em 20/11/2015.
- Tiba, I. (1996) *Disciplina, Limite na medida certa*. 41 ed. São Paulo. <https://www.ericacoach.com.br/uploads/livros/Disciplina,%20Limite%20na%20medida%20certa.pdf>
- Uthui, J. (2010). Prefácio. In Castiano, J.P. (2010). *Referenciais da Filofia Africana*. Imprensa Universitária. Maputo. Moçambique.
- Vieira, M.M. (2006) *Em torno da família e da escola: pertinência científica, invisibilidade social*. In interações Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. mmvieira@ics.ul.p. disponível em : <<<http://www.eses.pt/interaccoes>>>
- Viegas, A. (2012). *Educação Tradicional Macua: Ritos de iniciação* (Rapazes e Raparigas).

PARTE II

Política

Operações eleitorais como factor crítico de sucesso em Moçambique

Agostinho Levieque, Externato Poder da Mente
alevieque@gmail.com

Resumo: Na alvorada do multipartidarismo e das eleições pluralistas em Moçambique, o sucesso das eleições demanda de um conjunto de operações que constituem a espinha dorsal de todo o ciclo eleitoral que engloba as actividades de recenseamento eleitoral, sufrágio e apuramento a serem realizadas e os respectivos meios humanos, materiais e financeiros suportados por tecnologias de informação e comunicação. Para que os objectivos operacionais sejam atingidos, é preciso que as actividades decorrentes sejam realizadas de forma balanceada e em tempo útil. O sucesso das operações eleitorais depende, ainda, e em grande medida, do nível de planificação, organização, direcção, controlo rigoroso de como o trabalho deve ser realizado. Com recurso à análise bibliográfica e empírica, o presente artigo discute as operações eleitorais que contribuem para o (in)sucesso das eleições em Moçambique, como parte integrante da doutrina da democracia que consiste na escolha de governantes, através da expressão dos votos de uma pluralidade de pessoas.

Palavras-chave: Democracia; Multipartidarismo; Eleições; Operações eleitorais

Introdução

As eleições em Moçambique enquanto método de escolha dos representantes remontam o ano de 1977, dois anos após a Independência Nacional, com a eleição dos membros da então Assembleia Popular, realizada através do voto aberto, desde reuniões dos Grupos Dinamizadores até ao nível central (Levieque, 2023).

A democracia, enquanto sistema de governo baseado na pluralidade de ideias políticas consubstanciado na existência de vários partidos políticos em competição para a conquista, manutenção e exercício do poder através de sufrágio universal, directo, secreto e periódico, é recente (Kulipossa, 2010; Mucanheia, 2010; Quina, 2023).

Contudo, o impulso democrático caracterizado pela entrada em vigor da Constituição da República de 1990 que introduziu mudanças profundas no país, como consequência da existência de partidos políticos, a transição para a democracia multipartidária e a ampliação das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos está a atravessar uma crise, típica de uma fase de refluxo.

Na verdade, a realidade política que o país vive nos últimos 30 anos, caracterizada por conflitos pós-eleitorais e a polarização crescente do espaço político mediático, chama à atenção para a necessidade de refundação da democracia.

Conforme afirma Gonçalves (2008), a democracia não é um regime sem conflitos, mas é um regime em que os conflitos são abertos e negociáveis segundo as regras de arbitragens conhecidas.

Com efeito, a transição da fase que o país atravessa requer opções políticas assertivas para o futuro da democracia no país. Um caminho que possa resgatar o entusiasmo dos moçambicanos de participar cada vez mais nos processos eleitorais. Um caminho que possa colocar a competição política mais apetecível. Um caminho que leva

a qualquer cidadão a acreditar e confiar na democracia porque só assim, as eleições tornam-se credíveis, as instituições legítimas, a democracia se fortalece e o país vive um ambiente de paz e harmonia.

As crises cíclicas do processo eleitoral moçambicano resultam essencialmente das desconfianças entre os actores políticos concorrentes sobretudo, os que patrocina a aprovação do sistema eleitoral, muitas vezes marcado por irregularidades e discrepâncias no recenseamento eleitoral e na contagem de votos que afectam a integridade do processo e a confiabilidade dos resultados. O objectivo central deste artigo é de analisar as operações eleitorais como factor crítico de sucesso da democracia em Moçambique.

Recenseamento Eleitoral

Nos sistemas eleitorais, o recenseamento eleitoral é o requisito que torna a pessoa elegível para votar, através do registo ou inscrição no caderno eleitoral (Casrtairs, 1980; Lijphart, 1994; Lopes e Freire, 2002; Rae, 1971).

As regras que regem o registo variam entre jurisdições. Em muitas jurisdições, o registo é um processo automático realizado através da extracção dos nomes dos residentes em idade de votar de um círculo eleitoral, de um registo populacional de utilização geral antes do dia das eleições. Em contraste, noutros, o registo pode exigir que um eleitor elegível e pessoas registadas apresentem um pedido para recadastrar ou actualizar os detalhes do registo, quando mudam de residência, ou outras alterações de informação relevantes (Casrtairs, 1980; Lijphart, 1994; Lopes e Freire, 2002; Rae, 1971).

Desde o Protocolo III do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma, em Outubro de 1992, entre Partido RENAMO e o Governo de Moçambique, até à adopção da Lei nº 7/2013, de 22, de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 10/2014, de 23 de Abril, o exercício do direito ao voto foi condicionado à inscrição nos cadernos eleitorais. Esta inscrição é para todos os cidadãos com a idade igual ou superior a 18 anos, à data do sufrágio. Em complemento, a Lei nº 4/93, de 28 de Dezembro, dispunha que a validade do recenseamento eleitoral era permanente e actualizada anualmente. Na mesma perspectiva, a Lei nº 5/97, de 28 de Maio, previu o recenseamento permanente. Sucede que esse imperativo legal nunca foi materializado, devido a dificuldades logísticas, por um lado, e às exigências do Partido RENAMO ao Governo, ao condicionar sua participação nas eleições gerais de 1999, a realização de um novo recenseamento eleitoral em todo território nacional, por outro lado. Esse recuo fez com que a Lei nº 5/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 8/2014, de 12 de Março, no seu artigo 7, estabelecesse que o recenseamento é válido para cada ciclo eleitoral, devendo ser actualizado nos anos de realização de eleições. O referido recenseamento é “oficioso, obrigatório e único para as eleições por sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico, bem como para referendos” (artg. 2) e o artigo 10 da lei em alusão impõe que o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral – STAE — crie brigadas fixas e móveis de recenseamento eleitoral em todo o país onde se julga necessário, num raio de cobertura de cinco quilómetros que coincidirá com as assembleias de voto. O recenseamento válido só por um ciclo eleitoral tornou-se insustentável, por ser muito oneroso.

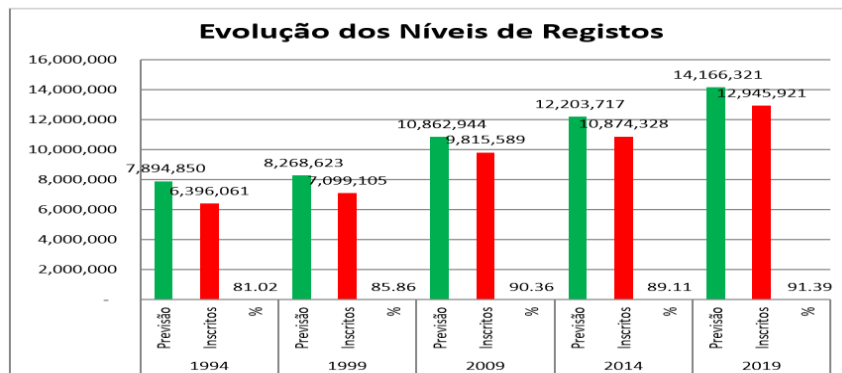
Em termos tecnológico, o registo de eleitores melhorou consideravelmente, passando de manual em 1994, que mereceu duras críticas, por colocar em causa a credibilidade do caderno eleitoral, devido às múltiplas inscrições, erros nos nomes e informações dos eleitores para a informatização em 1999 e em 2007. Consequentemente, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral – STAE – sob fiscalização da Comissão Nacional de Eleições – CNE – mudou o paradigma manual para o recenseamento biométrico. Como comprovativo de inscrição no recenseamento, o cidadão recebe no acto um cartão de eleitor. Para capitalizar os investimentos feitos de melhoria do registo de eleitores no país, nos últimos 30 anos deve adoptar-se um recenseamento permanente revisto anualmente para eliminar os mortos, os condenados, os que mudaram de residência e para adicionar os que adquiriram o direito ao sufrágio e acima de tudo auditável de modo que goze de confiança pública e que reflecta com mais rigor o número de eleitores inscritos em cada província.

Não obstante os avanços legais e tecnológicos verificados no registo de eleitores, persistem inúmeros desafios por superar nomeadamente: (i) a fragilidade dos aparelhos electrónicos; (ii) precariedade das vias de acesso para os postos de recenseamento; (iii) fontes limitadas de corrente eléctrica; (iv) falta de infra-estruturas adequadas; (v) fenómenos naturais; (vi) falta de articulação entre estruturas político-administrativas locais e os órgãos de gestão eleitoral; (vii) falta de domínio do equipamento por parte dos brigadistas; (viii) insuficiência dos aparelhos (mobile ID); (ix) o uso da tecnologia e a ameaça que isso representa para a sustentabilidade dos processos eleitorais no país.

Análise Comparativa do Recenseamento Eleitoral

Numa análise parcimoniosa da evolução de níveis de registos de eleitores nas eleições presidenciais e legislativas desde as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994 até 2019, pode-se aferir que a afluência dos eleitores aos postos de recenseamento no território nacional tem evoluído consideravelmente a cada eleição. Por exemplo, em 2019, o nível de registo superou significativamente as cifras dos processos passados como se pode observar no gráfico abaixo. Essa evolução justifica-se, por um lado, pela aderência massiva dos jovens com idade eleitoral que constituem a maioria da população moçambicana (com cerca de 46, 9%) segundo o censo da população e habitação (INE, 2017), ávidos de participar nos processos eleitorais para alternância do poder. Por outro lado, a estratégia de comunicação adoptada é caracterizada pelo uso das línguas nacionais e as das redes sociais para a disseminação de mensagens mobilizadoras com vista a aderir ao recenseamento eleitoral e, também, o facto de o cartão de eleitor servir de documento de identificação civil para alguns serviços político e administrativos. Em seguida, apresenta-se o gráfico ilustrativo de evolução de níveis de registos de eleitores nas Eleições Presidenciais e Legislativas de 1994 a 2019.

Gráfico 1. Evolução dos níveis de registo de eleitores de 1994 a 2019



Fonte: STAE, 2022

Cálculo de Mandatos

Empiricamente as fórmulas de conversão de mandatos estão directamente ligadas ao tipo de sistema eleitoral ou a princípios de representação em vigor em cada país seja por maioria seja proporcional. Em Moçambique, o sistema eleitoral é fundado na representação proporcional. A conversão de voto em mandato é feita através do método d'Hondt, uma das fórmulas proporcionais com fundamento de representar fielmente as diferentes tendências sociais e políticas do eleitorado, pelo menos as mais significativas. Para Lopes e Freire (2002) este método tem como enfoque as médias mais altas que têm em comum o facto de assentarem na divisão do número de votos de cada partido em cada círculo eleitoral pelos vários números inteiros, tantos quantos os necessários para se atribuir os mandatos em disputa nesse círculo. Depois ordenam-se os resultados dos quocientes dos vários partidos. Os mandatos em disputa são distribuídos de acordo com a ordem de cada um dos quocientes. O valor do voto é muito maior daí que os candidatos tendem a obter um número de mandatos proporcional à sua percentagem de voto, pelo que os derrotados também tendem a obter assentos, ainda que não necessariamente todos os derrotados. Caetano (1996), a este propósito, chama à atenção que o papel de uma assembleia política é proporcionar certo tipo de governo e não de monstro de toda gama de pareceres.

Na fórmula proporcional, método d'Hondt, elegem-se listas fechadas de candidatos partidários em círculos plurinominais, o que Freire e Lopes (2002) chamam sufrágio de lista, em que a eleição de um determinado candidato depende muito da posição que ocupa na lista do partido o que confere maior poder às direcções partidárias na determinação dos candidatos que virão a ser eleitos. Caetano (1996) enfatiza que a representação proporcional conduz sempre à multiplicidade dos partidos, e ao enfraquecimento e a instabilidade dos governos.

Em Moçambique, na conversão de votos em mandatos, desde 1994 a 2019 os resultados eleitorais mostram que quanto maior for o número de cidadãos inscritos num determinado círculo eleitoral maior é o número de mandatos, isto é, as províncias com maior número de habitantes têm tido maior número de mandatos como é o caso de

Nampula e da Zambézia. Os riscos do sistema proporcional derivam do facto de que qualquer erro no envio de dados de recenseamento eleitoral ao centro de processamento, ou na sistematização definitiva, pode beneficiar ou prejudicar determinados círculos eleitorais, o que exige, por isso, rigor na compilação e envio dos dados, uma vez que os mandatos não são pré-estabelecidos. Outro risco notável no país é o facto de o candidato eleito a partir da lista do seu partido ter menor independência no exercício da sua actividade política por estar sujeito à disciplina partidária, aliás, a responsabilização do candidato eleito perante a população do seu círculo eleitoral é indirecta, cabendo ao partido que o fez eleger. Contrariamente, nos círculos uninominais, onde o candidato eleito tem maior independência perante o partido, a responsabilização perante o eleitorado é directa e a sua eleição depende significativamente das suas acções de campanha e das estratégias que utiliza para convencer o eleitorado. Em seguida ilustra-se o quadro de cálculo de mandatos através do método d'Hondt.

Tabela 1. Cálculo de mandatos

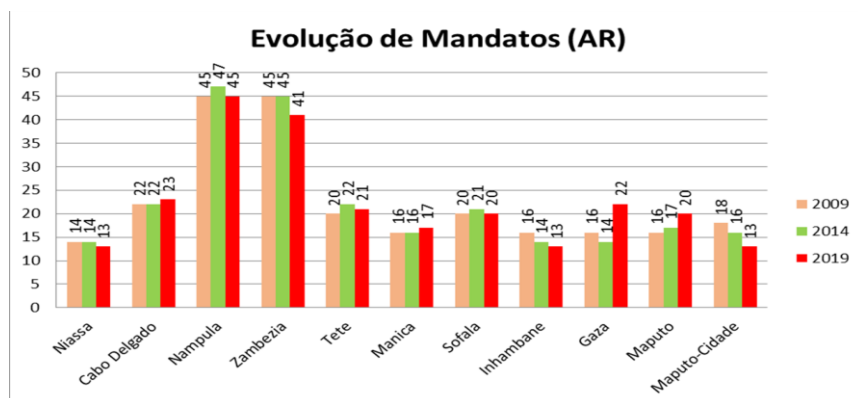
Inscritos	16225		
Mandatos	13		
Divisor	Partido A	Partido B	Partido C
1	9400.0	5555.0	1270.0
2	4700.0	2777.5	635.0
3	3133.3	1851.7	423.3
4	2350.0	1388.8	317.5
5	1880.0	1111.0	254.0
6	1566.7	925.8	211.7
7	1342.9	793.6	181.4
8	1175.0	694.4	158.8
9	1044.4	617.2	141.1
10	940.0	555.5	127.0
11	854.5	505.0	115.5
12	783.3	462.9	105.8
13	723.1	427.3	97.7

Fonte: STAE, 2022

Distribuição de Mandatos

Os mandatos são determinados com base nos dados definitivos do recenseamento eleitoral respeitando os critérios estabelecidos para cada eleição conforme a Lei Eleitoral. O total de mandatos para a Assembleia da República é de 250, sendo 248 mandatos distribuídos proporcionalmente de acordo com os números de eleitores inscritos em cada círculo eleitoral, acrescidos de dois mandatos do estrangeiro (1 para África e o outro para o resto do mundo). O número de mandatos em cada círculo eleitoral do território nacional (Província) varia de acordo com o número total de eleitores inscritos no território nacional isto é, os mandatos da Assembleia da República são determinados consoante o número total de eleitores inscritos no país e número total de eleitores inscritos na província. Este critério de distribuição tem merecido duras críticas por considerar-se que os dados de recenseamento eleitoral não são fiáveis, até certo ponto, são empolados pelos órgãos de gestão eleitoral o que configura urgente a Assembleia da República fixar os mandatos definitivos em cada círculo eleitoral através dos dados do censo da população, procurando fazer com que exista uma proporção entre o número de habitantes de cada círculo eleitoral e a representação na Assembleia da República. Em seguida apresenta-se um gráfico ilustrativo da evolução dos Mandatos na Assembleia da República de 2009 a 2019.

Gráfico 2: Evolução dos Mandatos na Assembleia da República de 2009 a 2019.



Fonte: STAE, 2022

O gráfico mostra que no período em análise 2009 a 2019, em todas as províncias ocorreram ligeiras variações ascendente e descendente, excepto na província de Gaza que teve um salto significativo, passando de segundo círculo eleitoral mais pequeno, em 2014, para o quarto maior círculo em 2019. A população no geral está sujeita a variações que dependem de três factores, nomeadamente, taxa de natalidade, taxa de mortalidade e movimentos migratórios. Esses factores podem ser influenciados por guerras, pandemias (HIV, tuberculose, cólera, covid 19 e outras), e pelo desenvolvimento económico.

Por sua vez, para as Assembleias Provinciais, os mandatos são determinados seguindo o critério de intervalos como ilustra a tabela que se segue.

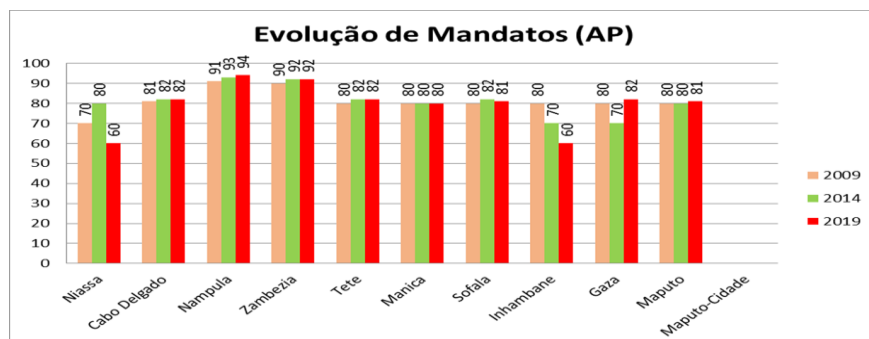
Tabela 2. critério de intervalos das Assembleias Provinciais

Intervalo	Mandatos
$x < 600.000$	50
$600.000 < x < 700.000$	60
$700.000 < x < 800.000$	70
$800.000 < x < 900.000$	80
$x > 900.000$	$80 + (x - 900.000) / 100.000$

Fonte: STAE, 2022

Nas Assembleias Provinciais os mandatos variam de acordo com o número de eleitores inscritos na província, contrariamente ao que acontece para a Assembleia da República, como anteriormente já explicado. Assim, os mandatos das Assembleias Provinciais dependem exclusivamente do total de eleitores inscritos em cada círculo eleitoral. Em seguida, apresenta-se um gráfico ilustrativo de evolução de mandatos na Assembleia Provincial de 2009 a 2019.

Gráfico 3: Evolução de mandatos na Assembleia Provincial



Fonte: STAE, 2022

Suporte Tecnológico para operações Eleitorais

A segunda metade do século XX presenciou uma revolução científica e tecnológica nas formas de produção. Essa revolução prossegue com a renovação cada vez mais rápida das actuais concepções de produção e das formas de organização do trabalho. Na mesma perspectiva, Motta (2001) defende que a intensidade da presente revolução tecnológica já não deixa alternativa, se não a seguir, com a rapidez que a caracteriza. Este é o caminho incontornável para os processos eleitorais moçambicanos que estão em profunda transformação visando aprimorar ainda mais a eficiência e a transparência por um lado e promover um sistema eleitoral mais ágil e participativo por outro lado.

A tecnologia, cuja essência se resume na criação, processamento, armazenamento e transmissão de sinais digitalizados, está presente em serviços, pessoas, e processos, gerando novos bens e actividades, provocando mudanças fundamentalmente na comunicação, nos métodos de gestão, nas organizações, com impacto significativo nos processos eleitorais. O uso das tecnologias de informação e comunicação nos processos eleitorais visa essencialmente prover aos cidadãos serviços de qualidade, seguros e em tempo real. A relação entre as tecnologias de informação e comunicação e as eleições encontra-se num evolutivo processo em curso. É ainda perceptível um grau elevado de indefinição nessa interacção e mesmo na forma de abordagem pelo sistema político devido à variedade de estratégias dos actores políticos que se atêm nas suas ideologias e *status quo* caracterizado do medo da mudança.

Como foi referido na secção de recenseamento eleitoral, desde 1999 os órgãos de gestão eleitoral têm vindo a adoptar várias tecnologias a serem usadas em todas as fases dos processos eleitorais desde a credenciação dos observadores, registo de eleitores através da tecnologia biométrica suportada por mobile ID, até a delimitação dos limites geográficos dos postos de recenseamento através do Sistema de Informação Geográfica (GIS), a gestão e formação de pessoal, impressão de cartões de eleitores, execução de campanhas de educação cívica, identificação das assembleias de voto, apuramento dos resultados eleitorais bem como a divulgação dos resultados das eleições. A adopção de todas essas soluções tecnológicas acarreta sérias implicações nos custos e na sustentabilidade das eleições no país.

Logística Eleitoral

O termo “logístico” tem origem militar e foi introduzido no campo de batalha pelos grandes arautos da guerra que entendiam que as vitórias e derrotas no campo de batalha dependiam de uma eficiente e eficaz organização logística, sendo mais tarde introduzido nas empresas. Ballou (2010) define a logística como a junção de quatro actividades básicas: as de aquisição, movimentação, armazenagem e entrega de produtos. Para Kotler (2000) a logística é uma cadeia de suprimento que representa um sistema de entrega de valor. Por seu turno, Pires (1998) afirma que a logística engloba o processo de planeamento, implementação e controle da eficiência. Por seu turno, Neves (2003) afirma que a logística moderna procura coligar todos os elementos do processo, prazos, integração de sectores da empresa e formação de parcerias com fornecedores e clientes para satisfazer as necessidades e preferências dos consumidores finais.

Em Moçambique para atender às eleições autárquicas, provinciais, presidenciais e legislativas em todo território nacional, os órgãos de gestão eleitoral adoptam uma logística cuja premissa primária é a planificação de todos os processos eleitorais, uma vez que, sem ela, pode-se correr o risco de se planificar por defeito e, conseqüentemente, criar situações de ruptura dos materiais. Igualmente, pode encarecer o processo eleitoral devido a sobre produção dos materiais ou subaproveitamento do material sobranter.

A logística eleitoral é um serviço de aquisição de bens e serviços como por exemplo, equipamento informático, cabinas de voto, urnas, selos, cartazes, folhetos, boletins de voto, etc. Antes de aquisição de quaisquer bens, cabe ao Secretariado Técnico de Administração Eleitoral - STAE a tarefa de pesquisar os melhores fornecedores dos materiais eleitorais tendo em atenção o objecto, as quantidades, especificações técnicas; lotes e fornecimentos suplementares; variação das quantidades; prazo e local de entrega; preço e validade das propostas; critérios de avaliação; lista e características dos materiais e sua inspecção. Acção de *procurement* disponibiliza aos fornecedores as características dos materiais, os períodos de entrega, os meios de transportes a usar para cada região do país, verifica as capacidades das empresas, enfim aprova o plano logístico proposto pelos fornecedores.

A pesquisa do fornecedor tem recaído sobre empresas certificadas com capacidade de honrar os compromissos assumidos, com qualidade e cumprimento do plano logístico atempadamente. Normalmente, a pesquisa é feita através de concurso público dirigido de acordo com a legislação vigente no país. As decisões decorrem da análise das propostas tendo em vista a selecção do fornecedor para posterior contratação.

Uma vez especificados os materiais, compete à CNE aprovar e validar os protótipos dos boletins de voto e outros materiais apresentados pelo STAE, órgão responsável pela aquisição e providenciar a confecção, sob supervisão da CNE. Compete ainda à CNE supervisionar a produção e distribuição (com apoio da força policial) dos boletins de voto selados, contendo o número de série, bem como outros materiais. Os boletins de voto e mobile ID e outros materiais necessários para o Posto de Recenseamento e Assembleia de voto são guardados em armazéns do STAE, onde as portas são trancadas com cadeados correspondendo a igual número de representatividade dos partidos com assento na Assembleia da República.

A logística eleitoral é vista também a partir de dentro dos órgãos de gestão eleitoral, quando na posse dos materiais. Trata-se da logística local que deve garantir o armazenamento dos materiais e equipamentos nos distritos e sua alocação às localidades e postos de registo ou assembleias de voto. Em toda a cadeia de *procurement*, não são

elegíveis empresas que não garantam capacidade técnica para a produção de materiais e equipamentos, segundo requisitos atinentes à segurança, qualidade e prazos de entrega. Tanto para recenseamento eleitoral, como para a votação, é importante a aprovação e disponibilização do orçamento eleitoral em tempo oportuno de modo a permitir o lançamento e a avaliação dos concursos em tempo útil.

Em todas as eleições o plano da logística tem sido bem-sucedido, pese embora alguns constrangimentos no que concerne ao *procurement* devido ao *gap* de competências centrais dos agentes eleitorais. Outra dificuldade consiste na conservação dos materiais depois da sua utilização, dado que os armazéns existentes nas províncias apresentam exiguidade de espaço, deficiências de funcionamento do sistema de frio e falta de pessoal qualificado e capacitado para o manuseamento dos mesmos.

O Sufrágio

O sufrágio é uma figura jurídica prevista na Constituição da República de Moçambique. De acordo com a jurisprudência²³ do Tribunal Supremo “um dos principais direitos de cidadania é o sufrágio”. Nessa perspectiva, (Gonçalves, 2008) considera um instrumento normativo fundamental para a realização do princípio democrático que corporiza a importância do direito de voto e a relevância do procedimento eleitoral justo. A economia do texto impedir-nos-á pormenorizar a abordagem do sufrágio nas suas múltiplas modalidades usadas quanto à concessão do direito de voto e à forma de proceder à eleição. Apenas será invocada de uma forma parcimoniosa à sua universalidade.

O princípio segundo o qual em democracia o sufrágio é universal (Rodrigues *et al.*, 2012) foi adoptado na Europa no século XIX e, em princípio, traduziu-se no voto igual e secreto da universalidade dos cidadãos. Existem evidências segundo as quais cada sistema político impõe restrições ao acto participativo dos cidadãos nos processos eleitorais (Lopes e Freire, 2002), o que contraria a premissa segundo a qual todas as democracias são inclusivas (Gonçalves, 2008). Interpretando o pensamento de tais autores, importa considerar a universalidade como um dos princípios da democracia pluralista moçambicana sendo as restrições enquadradas no âmbito dos aspectos económicos e sociais que impedem que os cidadãos participem nos processos eleitorais, contudo, a questão da não obrigatoriedade de participação dos cidadãos nos processos eleitorais em Moçambique pode ser considerado como um elemento da liberalização deles decorrente.

O direito que os cidadãos têm de eleger os órgãos governativos é um dos pilares fundamentais da democracia representativa caracterizada por eleições livres, justas e transparentes (Keane, 2009). Na teoria democrática hoje dominante, o voto é “a expressão jurídica e formal do poder do sufrágio e satisfaz o normativismo inspirado pelo modelo contratual” (Moreira, 2014, p.180). Na mesma perspectiva, Mazula (1995) argumenta que o voto é um acto pessoal através do qual o cidadão eleitor exprime a sua vontade, entendida como livre escolha entre um conjunto de candidatos ou partidos, que submetem o seu julgamento e decisão os seus programas políticos. Esta assunção

²³ TS, Acórdão: Publica o apuramento geral dos resultados das Eleições Autárquicas 28 de Dezembro de 1998, p.6.

apregoa que é através das eleições que o cidadão exprime a sua vontade, escolhendo periodicamente os seus representantes e governantes (Hermet *et al.*, 2014). E na mesma perspectiva, Victorino e Souza (2018) concluem que sendo o voto uma condição importante na participação política, a não participação eleitoral coloca em dúvida a legitimidade da própria democracia representativa.

A necessidade de existência de instituições e práticas ligadas à democracia política, como eleições periódicas, pluralismo, liberdade de expressão e de organização, imprensa livre, etc., contribui para a consolidação democrática; entretanto, não se deve deixar de lado a educação política (Mill 1981; Dahl 1992). Estes processos devem possibilitar a criação de estímulos a essa participação, fazendo com que o povo compreenda a importância de votar, de escolher bem os seus representantes, de exigir a execução dos programas políticos eleitos, tendo a iniciativa de criar espaços políticos para que suas reivindicações sejam ouvidas e atendidas.

O acto de votação é uma das principais metas dos órgãos de gestão eleitoral. O seu decurso é visto como um espelho de toda a organização que o precede. Nesta perspectiva, Chagnollaud (1993) argumenta que a votação é um sistema político que define as formas de voto e as ocasiões de votação e contribui para legitimar o processo de escolha de governantes: deste modo, o cartão de eleitor que todas as pessoas inscritas nos cadernos eleitorais recebem dispõe que votar é um direito, mas também um dever cívico. Para que o acto de votação decorra com normalidade, os cadernos de registo eleitoral devem garantir que todos os cidadãos inscritos constem dos mesmos. Esta deve ser uma das principais preocupações dos órgãos de gestão eleitoral durante o registo e a exposição dos cadernos. A divulgação dos locais de exposição dos cadernos de registo eleitoral facilita o acto de votação. A princípio tem sido recomendado que o lugar da exposição dos cadernos coincida com a assembleia de voto, facto irrepreensível se tivermos em conta que em todos os recenseamentos, essa fase tem sido de cumprimento obrigatório.

De uma forma geral, os procedimentos de votação têm sido respeitados integralmente, pese embora, algumas falhas como o não registo de boletins de voto recebidos na mesa em nenhum documento eleitoral; a não identificação da mesa de votos nas urnas; a não exigência de os eleitores de assinarem os cadernos eleitorais depois de votar. Essa tarefa cabe aos membros das mesas de riscarem os nomes no caderno; casos de alguns delegados de candidatura e observadores que fazem exigências aos membros de mesas que ultrapassam o permitido por lei.

Apuramento dos resultados eleitorais

O apuramento é, fundamentalmente, o exercício de um conjunto de operações previstas na Lei Eleitoral destinadas a determinar os resultados das eleições²⁴. De acordo com a jurisprudência²⁵ do Conselho Constitucional, o apuramento de resultados eleitorais é a fase em que se contabilizam os votos que os eleitores depositam nas urnas com vista à divulgação dos resultados obtidos e a respectiva distribuição de mandatos, bem como à verificação do candidato ao cargo de Presidente da República mais votado. Consoante o tipo de eleições, por exemplo, Presidenciais, Legislativas e Provinciais observam 4 níveis

²⁴ TS, Acórdão, Proclama e valida o apuramento dos resultados das Eleições Presidenciais e Legislativas de 1999.

²⁵ Acórdão n.º 30/CC/2009, de 27 de Dezembro.

de apuramento, nomeadamente: (i) Apuramento parcial, (ii) Apuramento Distrital/cidade, (iii) Apuramento Provincial e (iv) Apuramento Nacional/Geral. Enquanto as Eleições Autárquicas observam 3 níveis, a saber: (i) Apuramento parcial; ii) Apuramento Distrital/cidade e (iii) Apuramento Nacional/Geral.²⁶

O apuramento parcial é a contabilização, a nível das mesas de assembleia de voto, dos votos depositados nas urnas pelos eleitores. Este acto procede logo a seguir ao fecho da votação nos termos do disposto no artigo 95 da Lei nº 4/2013 que revoga a Lei nº 10/2007, de 5 de Junho e o artigo 87 da Lei nº 8/2013. Nesta fase, têm sido reportados casos de contestações relativos ao modo de actuação de alguns presidentes de mesa, que não permitem a reclamação e contestação dos delegados de candidatura, chegando ao ponto de recorrerem à polícia para os retirar da mesa o que revela falta de capacidade para lidar com situações adversas, de ética, cultura democrática e, consequentemente, a cultura eleitoral.

O apuramento distrital ou de cidade é feito pela Comissão Distrital, sou da cidade e consiste na contabilização, mesa por mesa, dos resultados eleitorais obtidos na totalidade das mesas das assembleias de voto constituídas nos limites geográficos da sua jurisdição nos termos do artigo 113 da Lei nº 11/2014, de 23 de Abril. Todo este processo pressupõe um intenso manuseamento de papéis tornando o processo muito complexo e burocrático ao invés de simplificado, havendo, portanto, necessidade de se suprimir a acta que contém o registo de informação excessiva como a já inclusa ou contida no Edital.

Nos termos do disposto do artigo 122 e seguintes da Lei nº 4/2013, e do artigo 109 seguintes da Lei nº 8/2013, o apuramento provincial é feito com base nos editais e actas do apuramento distrital. De acordo com a Lei nº 2/2019, de 31 de Maio que altera e republica a Lei n.º 8/2013, de 27 de Fevereiro, no artigo 119, o apuramento geral dos resultados eleitorais é realizado com base nas actas e nos editais referentes ao apuramento distrital e de cidade, assim como nos dados da centralização recebidos das comissões provinciais de eleições e Lei nº 3/2019, de 31 de Maio, no artigo 142, a centralização nacional e apuramento geral de resultados eleitorais cujas operações materiais estão a cargo do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, nos termos do artigo 141 da presente Lei, é realizado com base nas actas e nos editais de todas as províncias e distritos referentes à centralização e o apuramento distrital e de cidade, assim como nos dados da centralização recebidos das comissões provinciais e de cidade. Este processo mostra-se moroso porque termina até 15 dias após o encerramento das assembleias de voto, conforme plasmado no artigo 147 da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio. Para redução desse tempo propõe-se um período máximo de 3 dias para a divulgação dos resultados da centralização nacional por parte da Comissão Nacional de Eleições.

Para tal, os órgãos de gestão eleitoral devem evoluir no sentido de se criar um Centro Nacional de Apuramento para onde deverão ser imediatamente enviados os resultados após o apuramento parcial nas mesas das assembleias de voto através de uma solução informática. Este exercício, para além de garantir a redução de custos em material gráfico, garante também maior fluidez na centralização de resultados, transparência e confiança na medida em que os dados podem ser auditados para aferir a sua fiabilidade. A economia de tempo é também um ganho, uma vez que em tempo útil podem obter-se os resultados e conhecer-se o candidato ou partido vencedor. A proposta aludida requer

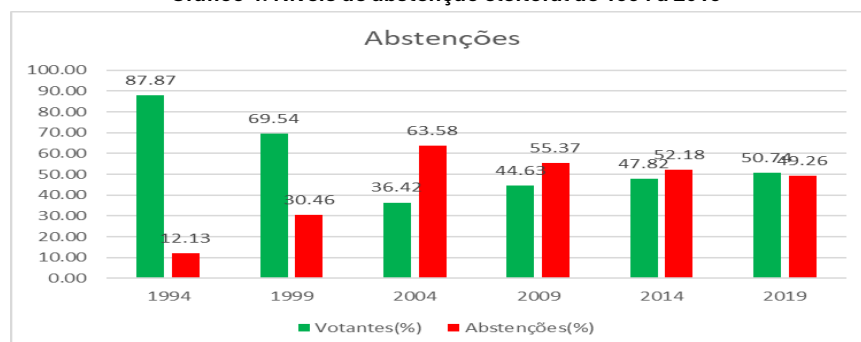
²⁶ Acórdão n.º 30/CC/2009, de 27 de Dezembro.

investimentos nas áreas da Tecnologias de Comunicação e Informação, bem como a formação de funcionários e agentes eleitorais de modo que os órgãos de gestão eleitoral adotem tecnologias com reduzida intervenção humana e que permitam a transmissão célere de resultados da mesa ao Centro Nacional de Apuramentos. Só assim se pode eliminar actual complexidade e burocracia envolvida no processo, para além das irregularidades que sempre mancham o processo, o deliberado acesso limitado a algumas fases do processo eleitoral, mesmo para pessoas devidamente acreditadas pelas estruturas competentes e a falta de responsabilização dos infractores.

Analisando o nível de participação dos cidadãos na votação com base nos dados de apuramento é lícito considerar que as eleições em Moçambique enfrentam muitos desafios tendentes à consolidação da paz, ao fortalecimento da democracia pluralista, sobretudo, na qualidade de plataforma de participação política dos cidadãos, uma vez que as estatísticas do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, disponíveis desde as primeiras eleições gerais de 1994, até 2019, apontam para uma redução progressiva do número de cidadãos que votam. Pode-se depreender que, provavelmente, as escolhas políticas são influenciadas pelos valores defendidos pelo indivíduo, pelos objectivos sociais que as pessoas pretendem atingir, pelo acesso à informação, pelo nível de escolaridade e pelo estatuto sócio-profissional. A abstenção é um indicativo de falta de confiança entre os agentes políticos e os cidadãos, o que sinaliza o início do divórcio entre ambos. Na mesma perspectiva, Shirado (2018) admite que a falta de confiança da população, nos governantes desponta em momentos de crises económica, política e social, em todas as latitudes.

Um outro entendimento é o de que o elemento influenciador da abstenção é a falta de confiança dos eleitores no funcionamento das instituições, o que gera um impacto directo na participação dos eleitores nos processos eleitorais. Esta situação torna-se mais preocupante, ainda, quando essa falta de confiança se prolonga e gera um ciclo vicioso de abstenções. Para ilustrar a tendência do nível de participação dos eleitores, nos processos eleitorais, apresenta-se abaixo o gráfico de abstenções, em todas as eleições realizadas no país, desde 1994 até 2019.

Gráfico 4. Níveis de abstenção eleitoral de 1994 a 2019



Fonte: STAE, 2022

O gráfico mostra claramente que, de 1994 a 2019, as abstenções tendem a crescer continuamente, observando-se um pico em 2004 (63,58%) e uma estabilização na ordem dos 50%, nos anos subsequentes (2009, 2014 e 2019). O pico alcançado em 2004 pode

estar relacionado com o facto de as Eleições Gerais desse ano terem sido realizadas com base no recenseamento eleitoral de 1999. Não obstante o facto desse recenseamento ter sido actualizado em 2004, entretanto, não se cuidou de suprimir os óbitos, os transferidos ou outros. Na mesma perspectiva, são de referir, entretanto, outras razões não ilustráveis no gráfico, como por exemplo, o desalinhamento e a volatilidade eleitoral, o declínio da identidade partidária, a quebra de confiança dos cidadãos nas instituições políticas, os factores de ordem económica, social, demográfica e da cultura democrática do país. Alguns autores apontam como causa do decréscimo da participação política dos cidadãos, nos processos eleitorais, a emergência de um novo tipo de cidadão mais autónomo, mais instruído, mais individualista e menos propenso à delegação política (Dalton, 1984; Norris, 1999; Klingemann, 1999; Dalton e Wattemberg, 2000; Torcal e Montero, 2006).

Referências

- Caetano, M. (1996). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Editora Almeida, 6ª edição, Tomo 1, Coimbra.
- Casrtairs, A. M. (1980), *A short history of electoral systems in western Europe*, London, G. Allen & Unwin,
- Chagnollaud, D. (1993). *Dicionário da Vida Política e Social*. Plátano Edições Técnicas, Lisboa.
- Dalton, R. J. (1984), "Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial societies", *Journal of Politics*, 46, pp. 264-284.
- Gonçalves, M. A. (2008). *O Poder e o Direito: Ensaio de Direito Constitucional e Ciência Política*, Macau.
- Hermet, G; Badie, B; Birnbaum, P; Braud, P (2014). *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*, Editora Escolar.
- Instituto Nacional de Estatística (2017). *Censo da População e Habitação*.
- Keane, J. (2009). *Vida e Morte da Democracia*, Edições 70, LDA, Lisboa.
- Klingemann, H. D. (1999). Mapping political support in the 1990, em Pippa Norris (org.), *Critical Citizens. Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press.
- Kulipossa, F. P. (2010). *Participação Local e Descentralização em Moçambique: Uma Análise do Quadro Legal e Institucional para a sua Promoção e Implementação*. Maputo.
- Levieque, A. (2023). *Os Devaneios de um Agente Eleitoral em Moçambique*, Publifex, Maputo.
- Lijphart, A. (1994), *Electoral Systems and Party Systems*, Oxford University Press.
- Lopes, F. F. e Freire, A. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*, Ceta Editora, Oeiras.
- Matos, L. S. (2025). Sufrágio. Disponível em <https://www.dicionariofilnova.pt>. Consultado no dia 15 de Fevereiro de 2025.
- Mazula, B. (Org. 1995). *Eleições Democracia e Desenvolvimento*, Maputo.
- Mill, J. S. (1981). *Considerações sobre o Governo Representativo*. Editores da Universidade de Brasília.
- Moreira, A. (2014). *Ciência Política*, Editora Edições Almeida, SA, Coimbra.
- Mucanheia, F. (s/d). 'Participação no Processo de Tomada de Decisões em Nampula'. In: *The African Post-Colonial Colonialism*. Francisco Mucanheia.

- Pires, V. F. (1977). *Sociologia Política: Teoria Sociológica do Estado*, Lello e Irmão Editores, Porto.
- Quina, J. (2003), *Eleições Locais em Moçambique: padrão espacial de voto e variação eleitoral* (1998-2018). Tese de Doutoramento em Ciência Política. Instituto Universitário de Lisboa.
- Rae, D. W. (1971), *The political consequences of electoral laws*, New Haven, Yale University Press.
- Torcal, M e José R. M. (2006), *Political Disaffection in Contemporary Democracies. Social Capital, Institutions, and Politics*, Londres, Routledge.
- Victorino, A. P. e Sousa, C. A. (2018). *Alienação eleitoral nas eleições presidenciais de moçambique: um olhar sobre as condições socioeconómicas de 1994 a 2009. Teoria e Pesquisa —Revista de Ciências Política*, 75-94. doi:<http://dx.doi.org/10.31068/tp.27204>.

A Globomulheria dos nossos tempos: Entre políticas, intenções e fracassos da superinferiorização do feminino

Cleiton Fernando Pinto Celestino, Universidade Lúrio
tonycleit98@gmail.com

Resumo: Historicamente, justificou-se que, as mulheres são seres inferiores, pouco criativas e fáceis de manipular. Por isso, embora sejam a maioria, sempre têm acesso e participação limitados no desenvolvimento social, político e económico global. O elemento principal que fortifica essa atitude nos últimos anos, é o que neste texto chamamos de globomulheria. Aqui, procuramos compreender as razões através das quais o mundo sente que é necessário uniformizar a forma como as mulheres devem se sentir, e ser, bem tratadas. Em simples termos, porque é necessário criar convenções e leis para incluir, respeitar e valorizar as mulheres? Nisso, como os meios de comunicação são usados para confrontar essa realidade? Ao longo do texto, notamos que as mulheres conhecem os problemas e dificuldades que lhes são atribuídos. Em segundo lugar, percebemos que uma das fontes da contínua degradação do estado social das mulheres, é toda a conjuntura global de leis e convenções disseminadas no mundo. Por conseguinte, argumentamos que, a consideração das mulheres, precisa seguir o seguinte caminho: a desglobalização da ideologia de que as mulheres precisam de patentes de protecção únicas, pois, o mundo não precisa de globomulheria. Metodologicamente, é um trabalho bibliográfico e documental.

Palavras-chave: Globomulheria; Mulheres; Meios de comunicação; Políticas nupciais; Superinferiorização.

Introdução

Historicamente, justificou-se que, as mulheres são seres inferiores, pouco criativas e fáceis de manipular. Por isso, embora sejam a maioria, sempre têm acesso e participação limitados no desenvolvimento social, político e económico global. O elemento principal que fortifica essa atitude nos últimos anos, é o que neste texto chamamos de globomulheria. Aqui, procuramos compreender as razões através das quais o mundo sente que é necessário uniformizar a forma como as mulheres devem se sentir, e ser, bem tratadas. Em simples termos, porque é necessário criar convenções e leis para incluir, respeitar e valorizar as mulheres? Nisso, como os meios de comunicação são usados para confrontar essa realidade? Ao longo do texto, notamos que as mulheres conhecem os problemas e dificuldades que lhes são atribuídos. Em segundo lugar, percebemos que uma das fontes da contínua degradação do estado social das mulheres, é toda a conjuntura global de leis e convenções disseminadas no mundo. Por conseguinte, argumentamos que, a consideração das mulheres, precisa do caminho da desglobalização da ideologia de que as mulheres precisam de patentes de protecção únicas, pois, o mundo não precisa de globomulheria. Metodologicamente, é um trabalho bibliográfico e documental.

A fábrica da globalização feminina

À medida que nós vamos avançando em números de anos, e o universo vai revelando ser cada vez mais desafiador, notamos certamente as consequências com que isso tudo traz. Eventos passados e recentes se mesclam e, os desafios se multiplicam. George Ritzer, estudioso sobre a globalização e suas consequências, argumentaria que, “tem sido particularmente fascinante assistir ao desenrolar dos eventos globais [...]. As maneiras pelas quais os processos econômicos (por exemplo, falências de hipotecas, congelamento de crédito, falência de empresas financeiras e bancos lendários) [...], fluíram ao redor do mundo em um prazo relativamente curto foram de tirar o fôlego” (Ritzer, 2010: XIII).

Recentemente, no pleno século XXI, não restam dúvidas que uma das formas que se tornou mais famosa de perpetuar esses eventos, e fabricar outros, que não são só os econômicos, é a globalização dos conflitos. Hoje, fala-se dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia, dos conflitos entre Israel e Palestina, dos conflitos entre países africanos, dos conflitos entre os Estados Unidos da América e quase todo mundo; em Moçambique, falam-se dos conflitos entre Frelimo e Venâncio Mondlane, conflitos entre insurgentes e o Estado moçambicano, entre outros vários modos de conflitos que podemos imaginar. Todos estamos mergulhados de certa forma em um certo tipo de conflito. E tudo isso, é influenciado pelo global. E tudo isso, parece ter ganhado espaço e se tornado normal.

Mas, não é somente sobre globalização de coisas tristes. Mais uma vez, (Ritzer, 2010), fala por exemplo, da globalização do desporto, da educação, da política, da cultura, etc. Tudo isso, tem sua beleza e tem sua feiura. Esses eventos bons ou maus, têm um grande impacto sobre a saúde do universo, e a forma como cada indivíduo e sociedade percebe o mundo que o rodeia. Os meios de comunicação, a internet, qualquer meio que forneça informações em alta velocidade e em tempo recorde, estão prontos para espalhar essas informações o mais rápido possível. A tecnologia, é usada para perpetuar esse ciclo de eventos. Por causa desses diferentes eventos contraditórios em sua essência, não se pode admirar saber que, quando se fala em globalização, fala-se nada mais nada menos do que, crenças e descrenças. Essas crenças e descrenças, são representadas por termos como globafobia, globafilia, globalização de baixo, globalização de cima, talvez globalização da esquerda, e globalização da direita, etc. A outra forma de descrença Zygmunt Bauman chamaria de “agorafobia” Bauman (1999: 34).

Portanto, é claramente notável a chama da disputa existente entre os rivais e os não rivais desta escola de pensamento. Porém, a coisa mais importante neste trabalho, não é disputar esses extremos, e sim, mostrar que, dessas variadas formas de globalização, existe uma em particular, que ostenta características bastante únicas, e que parece ser esquecida, mas está muito presente em nossas vidas. Essa forma de globalização, é “*globomulheria*”.

Agora, antes de descrever em termos concretos, sobre o que é globomulheria, sinto que, há necessidade de esclarecer algo. Primeiro, quero deixar claro que, não estou a falar da globalização do feminino em termos conceituais e ideológicos, mas sim, da globalização da mulher em termos biológicos. Aquela pessoa-mulher que por natureza tem características biológicas do gênero feminino. Segundo, não estou a falar de pessoas que se identificam como mulher, mesmo sabendo que são homens. Por outra forma de dizer, não estou a falar de pessoas transgênero, que se identificam como mulheres. Nem estou a

falar de mulheres-trans. Por último, eu adoraria dizer que nada aqui é sobre feminismo, mesmo que pareça. Mas, deixo esse julgamento para o leitor, porque considero que, entrar nesse debate, podemos encontrar algumas contradições, sejam de conceito, de ideologia, ou de outra natureza, das quais algumas já mencionei, e que darão sentido de ser para cada lado da argumentação. Por conseguinte, como disse, estou feliz em dizer que não se trata de feminismo aqui, mas sim, de mulheres portadoras das características que já mencionei anteriormente. Dito isso, o que é globomulheria?

Em primeiro lugar, se todos projectarmos-nos psicologicamente, com bastante atenção para o movimento do mundo em direcção às mulheres, notaremos que, essas mulheres estão numa espécie de bolha bastante fechada. São como a fortuna do universo. Em outras palavras, são como a atenção do globo. Não é pela sua beleza, como veremos a seguir, nem pela sua popularidade, etc. As mulheres são o comando do universo, e não a pessoa que mexe no comando. Isso significa que elas são estáticas, e não elásticas, rígidas e não flexíveis. Elas, só podem agir se o comandante permitir. Essas mulheres, podem se mover, se o comandante as accionar. Até as próprias donas acreditam muito nisso. Claro, pode existir alguma excepção.

Nicolau Maquiavel, achava que “[...] porque a fortuna é mulher, é preciso, caso se queira mantê-la submissa, dobrá-la e forçá-la. [...] e, com maior audácia, comandá-la” (Maquiavel, 2008: 114). Em simples palavras, não é preciso dar reverência às mulheres para poder manuseá-las, porque elas, são como o dinheiro, são como fortuna. E, qualquer um com fortuna, manuseia ela como bem entender.

O mundo, tem muitas dessas características que denunciam menos respeito, mais uso de força, e muita ordem sobre as mulheres. Daí que, a globomulheria, seria essa posse global das mulheres, onde a característica principal é a todo custo uniformizar a condição social, económica, política, cultural, etc., de todas as mulheres no mundo, principalmente no que se refere aos seus direitos, mesmo sabendo que isso é simplesmente uma utopia. De forma breve, considero que é utopia porque conforme dizia Bauman (1999) “a uniformidade alimenta a conformidade e a outra face da conformidade é a intolerância” (p. 54). Falaremos desse aspecto da utopia mais a frente quando falarmos da condição actual das mulheres. Mas, o investimento ininterrupto na invocação de direitos sobre as mulheres, por exemplo, é uma clara busca constante de dobrá-las e forçá-las a ficar confinadas numa certa estrutura política global. Só para reflexão, acredito que concordamos que, o que é direito das mulheres em Moçambique, pode não ser o mesmo na Coreia, na Índia, na Europa, etc., se olharmos para diferentes perspectivas epistemológicas. Então, como é possível olhar para cada uma das mulheres nessas regiões como sendo merecedoras dos mesmos direitos? No mundo em que estamos, esse desrespeito às mulheres, as vezes é visível com muita facilidade, às vezes não. Mas, de onde vemos isso com muita clareza e facilidade? A resposta é simples, pegue no seu dispositivo electrónico, acesse a internet, e coloque-se a descobrir a grande fábrica da globomulheria.

A grande fábrica da globomulheria: intenções e políticas nupciais

No título, do capítulo quinto, do livro *Globalização: as consequências humanas* de Zygmunt Bauman, fala -se de Lei global, ordens locais. Nesse capítulo, socorrendo-se de

uma analogia vinda do ramo da economia, Bauman (1999), fala de investidores e fornecedores de mão de obra. Em seus termos, explica que, “a dimensão global das opções dos investidores, quando comparada aos limites estritamente locais de opção do fornecedor de mão-de obra, garante [...] assimetria, que por sua vez é subjacente à dominação dos primeiros sobre o segundo” (p. 113). Em simples termos, em toda a forma de iniciativa que se pretenda que seja global, sempre existe um investidor e um fornecedor de mão de obra. A fábrica da globomulheria, não foge dessa regra.

Dos dois lados, do investidor e do fornecedor, essa fábrica é concretizada através de: tratados e convenções legais. Neste ponto, porque o nosso foco é a globomulheria, mencionaremos mais alguns desses tratados e convenções que exclusivamente falam das mulheres. Entretanto, faremos essa ilustração, cientes da existência de alguns artigos ou pontos em outros instrumentos, como por exemplo, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que falam algo sobre mulheres, e que cujo seu principal teor não é exclusivamente sobre as mulheres.

Assim, voltando à fábrica da globomulheria, podemos encontrar, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres que entrou em vigor pela primeira vez em 1981, no dia 3 de Setembro. E até em 1989, quase 100 nações haviam concordado em se vincular às suas disposições²⁷. Até em 2025, esse número de signatários certamente que duplicou. Em 2000, no dia 22 de Dezembro, reafirmando a Declaração e o Programa de Ação de Viena e a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, foi elaborado o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres²⁸. Vulgarmente conhecida como Convenção de Istambul²⁹, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, entrou em vigor no dia 11 de Maio de 2011, e foi ratificada em 2014 com a inclusão de mais oito Estados Membros. Adoptada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, foi a Convenção Interamericana Sobre Prevenção, Punição e Erradicação da Violência Contra a Mulher (Convención de Belém do Pará)³⁰. A lista é interminável. Como podemos notar, para além dos tratados e convenções legais, existem as declarações e resoluções da ONU, os documentos regionais, tal como o Protocolo de Maputo³¹ (Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África) que entrou em vigor em novembro de 2005. Existem também, acordos e iniciativas globais, tais como, a Convenção 100 (Convenção sobre a Igualdade de Remuneração) que foi adoptada em Genebra e entrou em vigor em 23 de maio de 1953, o Consenso de Montevideu que entrou em vigor em 5 de Setembro de 2013, etc.

Moçambique, como qualquer outro país, vive encostado a essa lógica da globomulheria. Por exemplo, a constituição de Moçambique no artigo 36 explica que “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política,

²⁷Acesso à convenção completa em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>.

²⁸Acesso ao Protocolo em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/optional-protocol-convention-elimination-all-forms>.

²⁹Acesso em: <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list?module=treaty-detail&treaty-num=210>.

³⁰Acesso em: <https://www.oas.org/juridico/english/treaties/a-61.html>

³¹Acesso em: <https://au.int/en/treaties/protocol-african-charter-human-and-peoples-rights-rights-women-africa>.

económica, social e cultural.” No artigo 120, número 3, diz “a família e o Estado asseguram a educação da criança, formando-a nos valores da unidade nacional, no amor à pátria, igualdade entre homens e mulheres, respeito e solidariedade social”. O ponto mais derradeiro da constituição sobre esse assunto encontra-se no artigo 122, números 1 e 2, onde explica-se que “1. O Estado promove, apoia e valoriza o desenvolvimento da mulher e incentiva o seu papel crescente na sociedade, em todas as esferas da actividade política, económica, social e cultural do país. 2. O Estado reconhece e valoriza a participação da mulher na luta de libertação nacional, pela defesa da soberania e pela democracia”.

Um estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos Urbanos de Moçambique (CeUrbe) em 2020, no qual fiz parte, mostrou que em Moçambique as mulheres estão longe de atingir as metas e o topo que por excelência são reservados para homens. O estudo explicou que:

[...] apesar do grande avanço que o país registou na questão normativa, o maior desafio ainda reside na ausência [...] e na implementação titubeante dos instrumentos de regulação nacional e internacional que protegem os direitos das mulheres sendo que teoricamente as leis existem, no entanto, na prática, as mesmas são pouco implementadas (CeUrbe, 2020: 12).

Para além da constituição, Moçambique, ainda tem em sua posse convenções e acordos internacionais como a carta africana dos direitos humanos, o Protocolo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Género e Desenvolvimento de 2008, a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros instrumentos que ajudam a estender a argumentação detrás dessa grande indústria voltada às mulheres. Dentro dos seus instrumentos legislativos Moçambique, orgulha-se ainda mais de ter, a Lei da Família (Lei 10/2004 de 25 de Agosto); Lei sobre o tráfico de Seres Humanos especialmente de Mulheres e Crianças (Lei 06/2008 de 9 Julho); Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher (Lei 29/2008, de 29 de Setembro); Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género (2018-2021); Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (Lei 19/2019 de 22 de Outubro); entre outros.

Todas essas fábricas, umas gigantes e globais, e outras mais locais e limitadas, têm em sua agenda a coisa mais bela e motivante de se dizer para uma mulher. Um dos detalhes dessa coisa a se dizer, está no conceito que oferecem sobre discriminação contra a mulher, que se encontra no artigo 1 da primeira parte da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres de 1981. Esse documento, diz que entende como:

"discriminação contra a mulher" qualquer distinção, exclusão ou restrição feita em razão do sexo que tenha por efeito anular o reconhecimento, gozo ou exercício pelas mulheres, independentemente do seu estado civil, numa base de igualdade entre homens e mulheres, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural, civil ou em qualquer outro. (United Nations, 1979)

Portanto, a globomulheria, é esse movimento político global voluntário que se predispõe a criar e desenvolver uma ideia sobre a qual deve se entender que as mulheres precisam de uma tipologia de protecção especial em comparação aos homens. A globomulheria em simples termos, representa essas núpcias políticas entre os investidores e os fornecedores de mão de obra, na tentativa de tornar as mulheres cada vez

mais globais e globalizadas, no sentido da forma como devem ser tratadas, e se sentir bem tratadas. Mas, como notamos, a noção da Lei global, ordens locais, a noção da audácia para comandá-las, está expressa nos documentos. O manuseio ideológico e prático, que negligencia aspectos culturais e epistemológicos distintos, é meticulosamente bem trabalhado e com propostas de vantagens bastante aliciantes. Ninguém vê a outra parte das intenções, que na realidade mostra a destruição moral e social sobre as mulheres.

Mas, alguém pode perguntar, mas essas convenções e leis, não são boas para o bem das mulheres? Que mal tem as convenções? Para dar resposta a essa pergunta em particular, e provavelmente a outra que possa surgir, vamos falar primeiro do debate actual sobre a situação social das mulheres. Como elas estão? Quem tem poder sobre elas?

Debate geral sobre a condição social das mulheres: a essência da superinferiorização

Quando em ciências sociais falamos do debate sobre as mulheres, ou sobre o género, estamos implicitamente pensando no grande debate que o corpo intelectual ocidental e americano inaugurou há anos (Nsegwu, 2004). Esse debate, procura a todo o custo, e dentro do seu nível de interesse, oferecer uma posição aos homens, e uma outra posição às mulheres. Geralmente e certamente, os homens, são sempre lhes servido o melhor lugar; enquanto buscam-se argumentos para ver se as mulheres se encaixam em algum lugar onde os homens estão. A secção anterior, foi bastante ilustrativa nesse pormenor. Basta ler cada um daqueles memorandos nupciais para notar que os homens são sempre os guardiões da aldeia, aqueles que sempre protegem. Aliás, para o entendimento de Nkiru Nsegwu:

essas compreensões intelectuais de género incorporam as histórias políticas, sociais e imperialistas das culturas de nascimento. Eles reflectem também a oposição binária subjacente à epistemologia ocidental, na qual as mulheres são definidas em oposição aos homens, ou seja, são atribuídos atributos opostos. (Nsegwu, 2004: 560)

A história da tradição de atribuição de atributos às mulheres, principalmente em contextos onde a disputa, a pobreza e a escassez são bastante notáveis, e onde sempre predomina o entendimento local sobre o que elas são, e quais são as suas capacidades, nada nunca supera os atributos que são considerados por excelência masculinos. As mulheres, são sempre vistas numa perspectiva de “[...] donas de casa, babás, costureiras, enfim, como aquelas cujas responsabilidades não vão para além dos cuidados da casa, do marido e dos filhos” (Nascimento e Oliveira, 2007: 442).

Uma análise feita por (Raso, Cachepa, Amunacachuma, e Gotine, 2022) ao contexto moçambicano de mineração, provou que, no contexto da província de Manica, a segregação das mulheres no sector extractivo, está profundamente ligada não unicamente à ideia de que elas são fracas, mas também, a uma série de tabus, tais como, a impureza da sua menstruação, a convicção de que a mulher atrai espíritos maus, para além de que representam a causa principal da maldição na extracção (p. 6). A última ideia, neste conjunto de tabus, remete-nos à reflexão de que todos os maus eventos em contextos extractivistas e não só, são causados pelo infortúnio e pela duvidosa reputação que se

assume que as mulheres ostentam em seus corpos. Tudo isso reforça a clássica crença de que “[...] a diferença e hierarquia na sociedade são biologicamente determinadas [...]” (Oyèrónkẹ, 2021: 27).

Portanto, simplesmente posto, as mulheres para a posição atribuída aos homens cheiram muito mal para actividades económicas, políticas, culturais, etc. Elas não prestam para processos de criação de progresso ou desenvolvimento social, económico, político, entre outros.

Está clarividente sobre a imposição de fragilidades que as mulheres sofrem. São notórias as diferentes formas de atribuição de talentos, que em muitos casos elas não concordam. Mas também, é notória a velocidade com que, querem resolver essa fragilidade inventada. E aí alguém podia perguntar, e as mulheres bem-sucedidas, como explicar o seu sucesso? Para responder a essa pergunta, talvez precisaríamos de perguntar a elas: primeiro, como é que elas conseguiram ser bem-sucedidas? Segundo: precisaríamos saber de que parte ou região do mundo elas pertencem? E, finalmente: como são as regras de convivência social em cada um desses lugares? Eu já estou a crer que antes de partirmos para fazer essas perguntas a elas, cada um de nós já está a imaginar sobre o tipo de lutas, umas mais intensas, outras menos intensas, que cada mulher entrevistada irá dar. Quero dar alguns exemplos.

Portugal, é um país europeu e signatário de várias leis e convenções das quais algumas mencionamos anteriormente. Isso, significa que, em matéria de direitos e respeito às mulheres Portugal deveria ser um exemplo para o mundo. Afinal também é membro activo da União Europeia, e não só. Porém, no Jornal Universitário do Porto³², Maria Silva, expõe um caso de violência e assédio sexual envolvendo grandes professores da universidade de Coimbra. Essa notícia, passou também na RTP, CNN Portugal, entre outros canais de informação e notícias. No cabeçalho dessa notícia do Jornal Universitário do Porto, diz:

O sociólogo e fundador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Boaventura Sousa Santos, assim como o seu assistente Bruno Sena, foi acusado de assédio sexual por parte de ex-alunas. As acusações foram feitas num capítulo de tese que se tornou livro, e onde se denunciaram comportamentos inapropriados não só do professor Boaventura, como também de outros docentes da mesma universidade. (Silva, 2024)

As ex-alunas que no final do jornal são mencionadas pelos nomes Lieselotte Viaene, professora na Universidade Carlos III, em Madrid, Catarina Laranjeiro, investigadora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova, e Myie Nadya Tom, professora na University of Nebraska Omaha, nos EUA, publicaram um capítulo de livro, no qual relatam o infortúnio que passaram na universidade e na qualidade de mulheres. Em uma das passagens do capítulo, elas dizem que ninguém:

se atreve a denunciar publicamente essa má conduta e abuso de poder por duas razões principais. A primeira é ser desacreditado por seus pares, ficar isolado e, consequentemente, em uma situação difícil para reiniciar suas carreiras. Em

³²<https://www.jup.pt/educacao/artigo/professor-da-universidade-de-coimbra-acusado-de-violencia-e-assedio-sexual.aspx>

segundo lugar, perceber suas posições como prestigiosas e prometem trazer vantagens de carreira no futuro, não importa o quão angustiante seja o presente. (Viaene, Laranjeiro, e Tom, 2023: 213)

No período entre os anos de 2019 a 2022, observei um cenário semelhante de abuso de poder e assédio sexual em Moçambique. Só que desta vez, envolvia duas funcionárias públicas e um dirigente de uma instituição pública. As duas funcionárias eram discriminadas não por serem simplesmente mulheres, mas também, por serem de uma região diferente da região onde prestavam suas funções, e por terem a capacidade de dizerem certas coisas que desafiavam a inteligência e capacidade do dirigente. Pouco, ou quase nada tinham em termos de direitos à opinião sobre os aspectos da instituição. Eram constantemente amputadas, dobradas e forçadas a se conformar com uma certa forma ou posição profissional, etc. O resultado desse drama que levou muito tempo, foi o abandono do posto de trabalho das duas funcionárias, e até hoje, não houve nenhuma justiça feita a estas duas mulheres. E, elas permaneceram no silêncio. Já em 2025, a Universidade Rovuma em Moçambique, dispensou de suas funções dez (10) professores acusados de prática de assédio sexual e corrupção. Dos dez professores, nenhuma mulher professora consta da lista publicada. Esses professores que trocavam notas por sexo, confirmaram mais uma vez a clássica crença de que os homens são sempre os que podem fazer o que querem e como querem. Diversas instituições em Moçambique e não só, são parte desse vasto esquema que prejudica a camada feminina em todo o globo.

Apesar de ainda existirem dogmas em torno daquilo que as mulheres podem ter, fazer ou desejar, alguns autores são unânimes em afirmar que um bom caminho já foi feito e as mulheres já receberam um grande espaço na arena social, que lhes permite fazer o que bem entendem. Prova desse processo, é a criação de vários núcleos femininos mundiais, onde as mulheres continuamente lutam pelo seu espaço e pela sua afirmação nesta sociedade amplamente considerada machista. Do outro lado, existem autores, como Posse (2023), que estuda o contexto de Moçambique, e que entendem que, ainda existem desafios para que as mulheres sejam realmente consideradas, pois, por causa da reprodução de ideologias, tanto as mulheres assim como os homens, replicam os mesmos discursos que as desfavorecem e descredibilizam a sua posição na sociedade.

Em seu estudo, *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, Lélia Gonzalez, descreve uma cena de discriminação das mulheres, principalmente as mulheres negras, onde elas só servem e funcionam quando são para satisfazer os anseios carnavais dos seus senhores. Nesse trabalho, narrando um contexto do carnaval brasileiro, explica que:

é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício electrónicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem

contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espectáculo (Gonzales, 1984: 228).

Visto positivamente, essa deveria ser a real imagem da mulher. Uma mulher poderosa e indomável, dona de si e conquistadora do seu próprio espaço. Mas, o que a Lélia Gonzalez nos mostrar não é uma imagem de mulheres poderosas, mas sim muito reprimidas e deprimidas, dobradas e forçadas, que só conseguem alguma expressão no Carnaval. Essa realidade, replica-se em muitos espaços e contextos em Moçambique, em Portugal e no mundo. E, isso, não acontece somente com as mulheres negras, mesmo as brancas, as mulatas, apanham esse pontapé do mundo desrespeitoso. Isso me lembra a famosa frase de Gilberto Freyre “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar” (Freyre, 2003: 72). Pois é, nenhuma mulher escapa, todas servem para serem usadas. E aí, nos eventos nocturnos, em publicidades bancárias ou de telefonia móvel, nas bebedeiras, etc., a imagem das mulheres sai a ganhar mais. É vista, ouvida e apreciada porque são objecto para embelezar o mundo. Em outras palavras, em toda sua beleza, deslumbre, ego, vaidade, inteligência, para essa comunidade machista, no final, elas, são somente mulheres. Mas, a realidade, diz que elas lutam demais, e sacrificam por tudo e por todos:

Imagem 1



Fonte: Imagem da vídeo reportagem da Miramar de 6 de Junho de 2022.

Em tudo isso, como os meios de comunicação ajudam a resolver esse problema?

Um breve estudo, desenvolvido pelo Fórum Mulher, em Dezembro de 2020, descreveu um cenário sobre o qual, as mulheres em Moçambique e particularmente em Cabo Delgado, continuam segregadas. O estudo, tal como Lélia Gonzales (1984) descreve, explica que, no centro de toda a imprensa digital e convencional, as mulheres são faladas. Na descrição enfatiza-se que:

como fica fácil de constatar a presença de vozes das mulheres e raparigas ou sequer de referência a elas é muitíssimo menor, 26 ocorrências. Elas não falam: são faladas. A única que fala é uma académica Moçambicana que não vive em Cabo Delgado nem sequer no país, neste momento. Por outro lado, dá-se sobretudo importância à sua vitimização sem se procurarem analisar nem as razões nem os impactos na vida das mulheres presas, abusadas, estupradas, raptadas e combatentes (Fórum Mulher, 2020: 4).

Esse estudo, sistematizou os dados de estudos e intervenções da imprensa internacional e nacional e conseguiu as seguintes tabelas de momentos em que as mulheres são mencionadas:

Tabela 1. Síntese de estudos e intervenções da imprensa internacional e nacional em que as mulheres são mencionadas

Categorias de Análise	Número de ocorrências encontradas
Mulheres/Mulher	21
Menina (s)	5
Género	0
Cabo Delgado	224
Guerra/ Guerra Civil	235
Insurgentes	263
Ataques	135

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do relatório do Fórum Mulher, 2020: 4.

Dentro da imprensa nacional moçambicana, o relatório que estamos a citar, explica que “na imprensa nacional de grande circulação percebe-se o mesmo padrão de ausência das mulheres ou de uma presença marcada sobretudo pela sua vitimização [...]” (idem). A tabela 2 é em si mais ilustrativa.

Tabela 2. Síntese na imprensa moçambicana

Revista, Data e Autores	Título	Conteúdo
Savana de 30/10/2020 Por João Honwana, Vadu Gouden, Carlos, Veloso and Carlota Inhamussua	Título: Como está cabo Delgado? Webinar 7: Desafios e experiências na construção da paz	Contém uma secção (22 linhas) sobre o ‘Papel das Mulheres em Contextos de Conflito evocando a Resolução 1325 da ONU.
Savana de 11/13/20 Por Armando Nhamumbo	Título: Paquite: o centro da desgraça, pp. 14 e 15	Descreve-se a situação humanitária no chamado Centro de Trânsito de Paquite. Fala-se da senhora, Mwaziza Falumi que deu à luz uma menina, Awa, e são publicados pequeníssimos testemunhos de 3 senhoras: Mwanema Abudo, Amina Tauabo e Tina Nassoro
Savana de 11/13/20 Por Argunaldo Nhampossa	Título: Vítimas dos ataques recebem terras em Corrane p. 12.	Neste artigo apresentam-se curtas estórias de vida de 3 senhoras: Ngamo Omar, Teresa Bartolomeu deslocadas e falando das suas experiências negativas; e Lucília de Fátima da Associação Kubatsira que está a apoiar na recepção destas pessoas deslocadas na província de Nampula.
Canal de Moçambique 11/11/20 Por João Feijó, Yussuf Adam e Jerry Manquezi	Título: Destaque Rural 105. Integração socioeconómica dos deslocados em Cabo Delgado pp. 14 a 16	Faz-se uma análise do conflito e das suas razões. Refere-se que a maioria da população deslocada são mulheres (p. 15) apresenta-se um mapa de mulheres

		deslocadas de 2016 (?) e faz-se uma curta referência nas recomendações.
--	--	---

Fonte: Fórum Mulher, 2020: 4-5.

Narrando o contexto de ajuda humanitária para as vítimas da insurgência na província moçambicana de Cabo Delgado, Lucie Calléja, em um artigo que ela explica que não está publicado, porém disponibilizado no sítio *muthiana.com*³³, em conversa de 13 de maio de 2022 com J. Wachave, conta que, “por questões culturais, as mulheres que chegam nos campos de acolhimento não têm informação sobre os seus direitos para participar nos processos de decisão e costumam ficar afastadas” (Calléja, 2022: 3). Adicionalmente, citando uma outra comunicação pessoal de 11 de maio de 2022 com O. Loforte, argumenta que:

muitas vezes as listas de apoio humanitário chegam em nomes de homens porque entendem que são os homens que chefiam as famílias. Contudo, nesses campos, existem também mulheres chefes de família que não necessariamente têm um homem que possa ir lá receber os bens de apoio humanitário para as suas famílias. Essas mulheres são obrigadas a recorrer a outras chefias, através, por exemplo, de troca de favores sexuais para receber os bens (Calléja, 2022: 3).

Os Jornais e meios de comunicação social mencionados acima, são somente ilustrativos à quantia de órgãos de informação reconhecidos, mas que, quase nada fazem para, ou fazer chegar a mensagem sobre as diferentes formas de protecção existentes para mulheres às donas, ou levar das donas o que elas acham que é ideal a se fazer, para a tal comunidade de investidores e fornecedores interessados em protegê-las. Os canais televisivos nacionais moçambicanos como a TVM, STV, TV Sucesso, TV Miramar, entre outros, para além de não empreenderem esforços para promover as mulheres nas situações que descrevemos neste estudo, estão mais conectados a um tipo de propagandas que pontapeiam as intenções da própria lógica da globomulherização.

Anthony Giddens e Philip W. Sutton, entendiam que “os meios de comunicação de massa, como rádio, televisão, CDs, DVDs e internet, também são vistos como desempenhando um papel crescente na socialização, ajudando a moldar opiniões, atitudes e comportamentos” (Giddens e Sutton, 2015: 245). Se há uma coisa que os meios de comunicação moçambicanos não conseguem fazer, é a capacidade de moldar opiniões, atitudes e comportamentos sobre a forma como as mulheres devem em primeiro lugar se entender para depois entender as outras, e depois a sociedade no geral.

Para comprovar essa ausência da imprensa nacional e internacional sobre temas ligados às mulheres, principalmente nessa lógica de leis globais, ordens locais da globomulherização, escolhi um contexto particular relacionado ao extrativismo em Moçambique, e analisei as reportagens televisivas desde Setembro de 2019 até todo o ano de 2023. Nessas reportagens, feitas pela TV Miramar, pela Agência Lusa, pelo Banco de Moçambique, pelo Africanizando e DW, notei que, somente na primeira reportagem da TV Miramar de 25 de Setembro de 2019, é especificamente sobre as mulheres nesse contexto. Nos outros casos de reportagens, as mulheres aparecem para responder perguntas ligadas

³³Link de acesso: <https://muthiana.com/wp-content/uploads/2022/07/Lucie-Calleja-Sociedade-Civil-Mulheres-e-Construcao-da-Paz-em-Cabo-Delgado-2.pdf>.

aos interesses dos repórteres relacionados, por exemplo, ao impacto das actividades de extracção de recursos para a região, e não necessariamente sobre assuntos ligados a vida das mulheres e suas condições enquanto pessoas que trabalham nas minas e contribuintes da economia, política e cultura moçambicanas.

No artigo *Necessity or choice: women's migration to artisanal mining regions in eastern DRC*, Bashwira e Haar (2020), explicaram o contexto que leva as mulheres na República Democrática do Congo, a se juntarem aos homens nas regiões de mineração. Nesse estudo, dizem que, “[...] quatro factores importantes se destacaram nas explicações das mulheres sobre o porquê de terem chegado aos garimpos: a busca por segurança, laços familiares e responsabilidades, oportunidades económicas e a busca por uma vida melhor” (p. 8). Essa atitude mostra que, tal como os homens, as mulheres são também e em grande medida, grandes contribuintes do processo de desenvolvimento social, político e económico de vários países.

A imprensa, devia estar muito informada sobre esses detalhes. Pelo contrário, as mulheres não são nada, para o contexto das lentes das máquinas de filmar, dos microfones, dos jornais, se não estão para oferecer algo que se considere mais nobre que as próprias donas. Elas são simplesmente olhadas como instrumentos valiosos para o adorno da casa, dos palcos, carnavais, e deleite dos homens. Às vezes, em certas partidas de football feminino, por exemplo, é normal o homem da camara estar mais focado na sensualidade da mulher em acção, do que propriamente na acção. Em suma, os tabus e preconceitos se sobrepõem mais do que as capacidades que elas têm. É assim que as apagamos e as superinferiorizamos, e meia volta criamos narrativas para salvá-las. Essa é a verdadeira definição de políticas e intenções nupciais nessa grande fábrica da globomulherização.

Considerações finais: dos paradoxos da globomulheria entre as realidades, os fracassos e os discursos

Existe globomulheria? Sim, existe. É para as mulheres viável? Não. Globalmente, até hoje, a realidade das mulheres é a que já vimos nas secções anteriores. Esse movimento global que historicamente começou há 55 anos, “[...] com demandas de reconhecimento das diferenças e [...] por igualdade e justiça social” (Cunha e Fuentes, 2006), mudou somente as tácticas e não as acções ou funções que historicamente foram desempenhadas contra as mulheres. Hoje, as mulheres são assediadas, raptadas, forçadas e sempre julgadas. Não é possível, que em 55 anos de globomulherização, o mundo não tenha tido ciência suficiente para abster-se de actos bastante cruéis contra as mulheres. Porque as manipulamos? E porque elas aceitam?

Um relatório da organização Internacional do Trabalho, de Março de 2025, apesar de fazer grande esforço no optimismo sobre a situação recente das mulheres, de qualquer forma acaba admitindo que algo não está bem. Em seus termos, explica que “as mulheres ainda enfrentam barreiras [...], a nível mundial, a disparidade no emprego entre mulheres e homens diminuiu lenta e modestamente [...]. Abordar isso requer medidas políticas abrangentes que reconheçam, reduzam e redistribuam os cuidados [...]” (International Labour Organization, 2025: 14).

Na verdade, para cuidar desse assunto, o mundo não precisa de medidas políticas abrangentes, porque conforme já vimos, a fábrica da globomulheria tem medidas mais do que suficientes e evocadas de diferentes formas. O que o mundo precisa em primeiro lugar, é parar de tentar transformar as mulheres como se tivessem a mesma característica em todo mundo. Elas não são as mesmas, mas são fortes como qualquer homem. Cada região do mundo tem seu tipo de mulher, e por isso os tais ditos direitos para as mulheres só se podem expressar melhor de acordo com a realidade de cada grupo social. Coincidências globais podem existir, mas, não podem ser generalizadas, porque o mundo é dinâmico. Até que Helena Santos Assunção, no seu artigo *Reflexões sobre perspectivas africanas de género*, onde busca interpretar o texto etnográfico *Male daughters, female husbands* (1987), de Amadiume, explica que:

Amadiume traz dados etnográficos da localidade de Nnobi, onde nasceu, entre as populações que vieram a se denominar Igbo. A autora desestabiliza a equação que relaciona sexo biológico com identidade de género e orientação sexual, mostrando como posições sociais (marido/esposa/filho/filha) que no Ocidente são genderificadas, não necessariamente o são em outros contextos. Assim, um homem sem filhos herdeiros poderia deixar sua terra para uma filha, que passaria a desempenhar um papel masculino na patrilinhagem Igbo e ser tratada socialmente como homem. (Assunção, 2021: 3)

Não se pode eliminar a lei da selecção natural dessa forma. Acho que Charles Darwin estaria bastante decepcionado com a atitude mundial em relação as mulheres. As mulheres, não precisam de caridade, ou cuidados especiais. Elas precisam somente do seu espaço. Elas precisam de construir sua própria responsabilidade, seu próprio território de resistência como qualquer homem. No final de tudo, sabemos que há homens que são mais fracos que algumas mulheres. Então, quando (Bauman, 1999) diz que uniformidade gera a conformidade, e a conformidade a intolerância, não está errado. Hoje as mulheres estão mais intolerantes por conta dessa explosiva tentativa de uniformizá-las.

As denúncias sobre assédio, o abandono de postos de trabalho por assédio ou outra situação ligada ao desprezo exercido sobre as mulheres, não são simplesmente coincidências. Por outra, não é por causa da existência desse grande movimento de globalização das mulheres, que elas se rebelam, mas sim, é pela saturação por tantos casos desumanos; e, depois por essa tendência de acalmá-las com um volume interminável de leis globais, locais, e toda a forma de política que se pode imaginar. A realidade é que os discursos fracassaram. A superinferiorização das mulheres encontra-se em muitos pontos e lugares, ou seja, é interseccional. O interessante, é que elas continuam resilientes, porque sabem o que querem. Por estarem conscientes sobre elas mesmas, a luta delas, é defender-se sempre de “ideologias, acabar com a dominação cultural e ganhar reconhecimento.” (Fraser, 1997: 2).

A globomulheria, deveria deixar de se reproduzir e de se promover, pois os resultados são realmente catastróficos. Uma outra abordagem é necessária. Mas, desta vez, ou da próxima, deixemos as mulheres definir o que realmente importa para elas. Se quisermos proteger alguém, vamos cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiências que são indefesos. Vamos devolver o lugar que tomamos das mulheres. Os diferentes artigos, e mais leis e mais celebrações de acordos e convenções, não estão a resolver o

apocalipse que as mulheres estão a passar. Deixemos cada cultura, cada contexto epistemológico, cada realidade, cuidar de suas mulheres. Não podemos nos esconder do caos, está visível e implantado. A globomulheria dos nossos tempos, é um fracasso que não se deve repetir, nem perpetuar. A globomulheria é um paradoxo bem gigante.

Referências:

- Assunção, H. S. (12 de Fevereiro de 2021). Reflexões sobre perspectivas africanas de gênero. *Cadernos pagu*, 1-25. Obtido em 25 de Março de 2025, de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664347>
- Bashwira, M.-R., & Haar, G. v. (2020). Necessity or choice: women's migration to artisanal mining regions in eastern DRC. *Canadian Journal of African Studies*, 1-22. doi: <https://doi.org/10.1080/00083968.2019.1674170>
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: As consequências humanas*. (M. Penchel, Ed., & M. Penchel, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Calléja, L. (2022). Sociedade Civil, Mulheres, e Construção da Paz em Cabo Delgado. Cabo Delgado, Moçambique. Obtido em 24 de Fevereiro de 2025, de <https://muthiana.com/wp-content/uploads/2022/07/Lucie-Calleja-Sociedade-Civil-Mulheres-e-Construcao-da-Paz-em-Cabo-Delgado-2.pdf>
- CeUrbe. (2020). Entre o islão e a insurgência: Narrativas de violência contra as mulheres nas eleições - o caso das autarquias de Mocímboa da Praia e Ilha de Moçambique. (J. Alar, Ed.) Maputo, Maputo, Moçambique. Obtido em 22 de Março de 2025, de https://www.academia.edu/52445717/Entre_o_isl%C3%A3o_e_a_insurg%C3%Aancia_Narrativas_de_viol%C3%Aancia_contra_as_mulheres_nas_elei%C3%A7%C3%B5es_o_caso_das_autarquias_de_Moc%C3%ADmboa_da_Praia_e_Ilha_de_Mo%C3%A7ambique?auto=download
- Cunha, G., & Fuentes, F. (20 de Junho de 2006). Mulheres, Trabalho E Globalização: Gênero Como Determinante Nos Padrões Globais De Desigualdade. *Revista Ártemis*, 1-15. Obtido em 25 de Março de 2025, de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2103>.
- Fórum Mulher. (2020). Tomada De Posição Do Fórum Mulher Delgado Na Vida Das Mulheres E Sobre Os Impactos Da Guerra Em Cabo Raparigas. Moçambique. Obtido em 23 de Dezembro de 2023, de <https://forumulher.org.mz/wp-content/uploads/2020/12/Tomada-De-Posic%Cc%A7a%Cc%83o-Do-Fo%Cc%81rum-Mulher-Sobre-Os-Impactos-Da-Guerra-Em-Cabo-Delgado-Na-Vida-Das-Mulheres-E-Raparigas.pdf>
- Fraser, N. (1997). *Justice Interruptus: Critical Reflections on the Postsocialist Condition*. New York & London, United States of America : Routledge.
- Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (48º ed.). Recife, Pernambuco, Brasil : Global Editora.
- Giddens, A., & Sutton, P. W. (2015). *Conceitos essenciais da Sociologia* (2º ed.). (C. Freire, Trad.) São Paulo, Brasil: Eitora Unesp Digital.
- Gonzales, L. (1984). *Racismo E Sexismo Na Cultura Brasileira*. *Racismo E Sexismo Na Cultura Brasileira*, pp. 223-244. Obtido em 1 de November de 2023, de

- https://www.academia.edu/27681600/Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_L%C3%A9lia_Gonzales_pdf
- International Labour Organization. (2025). Women and the economy: 30 years after the Beijing Declaration. ILO Brief, International Labour Organization, Switzerland. Obtido em 25 de Março de 2025, de <https://www.ilo.org/publications/women-and-economy-30-years-after-beijing-declaration>
- Maquiavel, N. (2008). O príncipe. (M. S. DIAS, Trad.) Penguin Companhia.
- Nascimento, C. V., & Oliveira, B. J. (29 de Dezembro de 2007). O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher, pp. 429-457.
- Nsegwu, N. (2004). Feminism and Africa: Impact and Limits of the Metaphysics of Gender. Em K. Wiredu, A Companion to African Philosophy (pp. 560-569). United Kingdom: Blackwell Publishing Ltd.
- Oyèrónkẹ, O. (2021). The Invention Of Women: Making an African Sense Of Western Gender Discourses (1 ed.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Posse, L. (17 de Julho de 2023). Algumas Notas Sobre A Emancipação Das Mulheres Em Moçambique: Questionando O Lugar Das Mulheres Nesta Luta. (153P). Obtido em 10 de Outubro de 2023, de <https://www.iese.ac.mz/publicacoes-livros/>
- Raso, E. F., Cachepa, M., Amunacachuma, A., & Gotine, k. (12 de Março de 2022). Impacto Sócioeconómico Do Garimpo: Participação Da Mulher Na Exploração Do Ouro No Distrito De Manica Moçambique, 14(3), pp. 5-12. Acesso em 16 de December de 2023, disponível em <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/840>
- Ritzer, G. (2010). Globalization : A Basic Text. United Kingdom: Wiley – Blackwell.
- Silva, M. (21 de Novembro de 2024). Professor da Universidade de Coimbra acusado de violência e assédio sexual. Jornal Universitário do Porto (JUP). Obtido em 25 de Fevereiro de 2025, de <https://www.jup.pt/educacao/artigo/professor-da-universidade-de-coimbra-acusado-de-violencia-e-assedio-sexual.aspx>
- United Nations. (18 de Dezembro de 1979). United Nations. Obtido em 14 de Março de 2025, de United Nations Human Rights: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>
- Viaene, L., Laranjeiro, C., & Tom, M. N. (2023). The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia. Em E. Pritchard, D. Edwards, E. Pritchard, & D. Edwards (Edits.), Sexual misconduct in academia : informing an ethics of care in the university (pp. 208-225). New York,, USA: Routledge. Obtido em 12 de Março de 2025, de https://apublica.org/wp-content/uploads/2023/04/Artigo_Deputada-brasileira-denuncia-assedio-sexual-de-Boaventura-durante-doutorado.pdf

Democracia, participação política e violência: uma reflexão sobre o impacto das manifestações pós-eleitorais em Moçambique

Hussaymatho Biny Ussene, Escola secundária 22 de Agosto
BinUssen08@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como tema: democracia, participação política e violência: Uma reflexão sobre o impacto das manifestações pós-eleitorais em Moçambique. O estudo divide-se em três partes. Na primeira pretende-se com base na análise hermenêutica e epistemológica, propor a necessidade de repensar a democracia, tendo em conta os problemas que enfrentamos, o que significa pensar numa democracia moçambicana que reúna consensos entre os moçambicanos. Na segunda, defende-se que, a participação política por meio do voto, (cinco em cinco anos), único momento que o povo tem poder real de decidir, já não reúne unanimidade, ou seja, aparentemente, o voto não é suficiente para expressar a vontade popular, daí a opção pela violência que tem caracterizado o país em todas as épocas pós-eleitorais. Na terceira e última parte, apresentam-se aqueles que foram os impactos das manifestações pós-eleitorais, nomeadamente: normalização da violência como solução do problema; desconfiança e sentimento de falta de credibilidade dos principais partidos políticos; sentimento de ausência de Estado e de Governo. Neste caso, o estudo busca traçar a democracia que se adequa a realidade moçambicana, e ao mesmo tempo que questiona as formas de participação política em Moçambique. A análise baseia-se na observação e principais literaturas que tratam sobre esta matéria.

Palavras-chaves: Democracia; Eleição; Manifestação; Política; Violência.

1. Considerações iniciais

No virar do século, o mundo no geral, e Moçambique, em particular, têm enfrentado desafios de várias ordens, ligados a democracia e participação política. A profecia de Fukuyama segundo a qual, o mundo vive o fim da história, com a universalização da democracia ocidental como modelo ideológico da humanidade, e mais tarde, David Runciman que denuncia a crise generalizada da democracia ocidental, enquanto forma de participação política, levanta preocupações que questionam a capacidade do Estado sobreviver face tais desafios e a necessidade de buscar novas formas de participação política, sem pautar pela violência.

A Democracia, a participação política e a violência, constituem temas de debate urgente em Moçambique, sendo um país que já experimentou várias formas de violência. É nesse quadro que é fundamental pensar na democracia, e adequá-la à realidade do país, e, acima de tudo, evitar todas as formas de violência para resolver os problemas.

Cuco e Muibo (2019), entendem que a história contemporânea de Moçambique se confunde com a violência. Depois da guerra civil, que conheceu o seu fim com os "acordos

de ³⁴amizade de 1992”, entre o governo liderado pela Frelimo e a Renamo, o país conhece outra fase da violência em reivindicação dos resultados eleitorais de 2014 e consequentemente falta de crença nas instituições democráticas. Tendo-se assinado, em agosto de 2019, o chamado acordo de paz definitiva e reconciliação nacional, colocou-se um ponto final na violência pós eleitoral.

Desta vez, com as manifestações de 2024, a crise pós-eleitoral trouxe à tona a urgência de repensar a democracia, descontentamento face ao processo eleitoral e principalmente desconfiança no processo e nas instituições democráticas. É neste contexto que o estudo discute sobre a participação política e propõe a democracia como consenso de modo a ouvir o que inquieta os moçambicanos e evitar todas as formas de violência.

2. Que Democracia queremos para Moçambique?

Na essência do termo democracia, cunhado na teoria política da antiga Grécia, encontra-se o princípio da liberdade na autodeterminação política, e esse foi o significado com que o termo foi recolhido pela teoria política da civilização ocidental.

Democracia é um conceito histórico:

não sendo por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem, compreende-se que a historicidade destes a envolva na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo a cada etapa do envolver social, mantido sempre o princípio básico de que ela revela um regime político em que o poder do povo repousa na vontade do povo. Sob esse aspecto, a democracia não é um mero conceito político abstracto e estático, mas é um processo de afirmação que o povo vai conquistando no correr da história (Martin & Gorczewski, 2018, p.34).

Em Moçambique repensar a democracia e fortalecer o respeito pelas instituições democráticas, buscando contrariar a ³⁵Democracia de certeza revela-se um imperativo existencial.

Rousseau, um dos mais importantes nomes da filosofia política na modernidade, não concorda com a democracia representativa, isto é, de eleições de parlamentares, como forma de vivência da democracia. Esta desconfiança, de acordo com Rousseau deve-se aos próprios limites impostos pela democracia representativa e sugere no contrato social a participação popular. Na perspectiva de Rousseau, é necessário construir uma democracia directa em que o povo é capaz de expressar sua vontade, em contraposição à democracia representativa que a restringe. Entenda-se que, nem todos os parlamentares, governos, chegam a representar fielmente o povo que os votou. Por isso, Rousseau concluiu que: “Jamais existiu, jamais existirá uma democracia verdadeira” (Rousseau, 1974, p. 84).

³⁴ Os acordos de paz de 1992, entre a Frelimo e a Renamo. Neste estudo denominamos por acordos de amizade, uma vez que a intenção desses acordos era a irmandade, amizade, paz e reconciliação entre os Moçambicanos.

³⁵ Cuco e Muibo, no artigo: “A violência como mito fundador de Moçambique, defendem que em Moçambique, os principais partidos vão as eleições sabendo que o vencedor será sempre Frelimo.

Mas se não pode existir uma democracia verdadeira, como profetizou Rousseau, isto sugere para nós, que ele compreendia a complexidade dos problemas democráticos. Em razão disso, podemos, mesmo quebrando essa profecia, pensar numa democracia, que compreenda as preocupações dos moçambicanos, e que possa ser capaz de buscar alternativas para responder os problemas reais que apoquentam o povo de Moçambique.

A democracia, pressupõem o respeito pela vontade, e ainda o respeito para quem escolhe pensar diferente. Moçambique foi "forçado a aderir a democracia, uma forma de governação que não se resume nas eleições, mas também de várias acções visando o desenvolvimento social, político e económico do Estado. Esta falsa democracia, que o país vem tentando implementar, tem os seus sintomas, como os conflitos pós-eleitorais ou a intolerância política (Fonseca, 2025).

A questão não se restringe apenas à definição do que é a democracia ou em que momento devíamos abraçar a democracia, mas também, ao que é necessário para se ser democrático, que tipo de democracia é possível para um país que constantemente vê-se mergulhado em conflitos eleitorais? O que devemos aprender de outros países para escrever uma democracia que espelha a realidade dos moçambicanos?

Os gregos ao idealizar a democracia pretendiam satisfazer aos anseios de participação política por parte do homem. Percebiam da impossibilidade de todos tomar a dianteira nas decisões políticas, daí que era necessário a representatividade, diga-se entre os gregos antigos, até aos dias de hoje a democracia significa poder do povo (Abbagnano, 1999). Dentro das democracias, o povo é livre de escolher o destino que deseja para si e sua cidade.

Neste caso, a questão central para os povos oprimidos, que sofreram a colonização, a escravatura, e ainda sofrem o terrorismo e todas formas de neo-colonialismo, é efectivar consenso democrático entre o seu povo.

Este consenso visa responder questões prioritárias e não negociáveis. Ora, se para evitar os conflitos eleitorais, as manifestações violentas, temos que perguntar ao cidadão, o que pensa que devia ser prioritário para evitar o derramamento de sangue? Não é necessário, que se repita sempre a mesma violência sob diferentes formas, para perceber que a solução é o diálogo e o consenso democrático entre os moçambicanos. Tendo em conta, a nossa situação específica em Moçambique, urge adoptar uma ³⁶democracia de consenso.

Cada povo têm que fazer um conjunto de sacrifícios para um bem maior, e se nem a democracia representativa, nem a participativa, não nos são viáveis, porque de um lado, o povo não se sente representado por parte de seus representantes parlamentares, de outro, não encontra os efeitos de participação, aliado, a falta de confiança e credibilidade dos órgãos eleitorais e instituições democráticas do país, então é necessário abraçar um modelo de democracia que possa aglutinar todos moçambicanos, para que todos possam se sentir envolvidos no debate dos problemas políticos do país.

A democracia como consenso, funcionaria a semelhança de pequenos comités distritais, numa situação de um país multilingue e multiétnico, onde cada vez mais as disparidades étnicas são visíveis, tomando, o exemplo do desenvolvimento do Sul do país,

³⁶ O autor entende que a democracia como consenso pode ser fundamental para o desenvolvimento do país, este consenso não se restringe aos actores políticos, mas a todos moçambicanos, tendo em conta que, o país é multiétnico e multilinguístico.

com relação as outras províncias. Neste caso, estes representantes podiam actuar como deputados, e cada um deles indicado directamente pela população, com problemas por apresentar das suas comunidades, mas também com propostas locais, como estes problemas podem ser resolvidos.

Na busca por uma democracia que responda às especificidades particulares dos países, temos o caso da Líbia de Muammar Khadafi. Este, no seu *Livro Verde* (1974), observava que embora os países realizem eleições em cada ciclo, mas isto não significa que sejam democráticos. O autor questiona a luta política que conduz a vitória de um candidato, com por exemplo, 51% do conjunto de eleitores. De facto, os 49% dos eleitores passam a ser governados por um sistema que não escolheram que pelo contrário lhes foi imposto. A solução para esta crise na concepção de Khadafi (1974), passa pela criação de comités populares, elo entre a população e o governo, ou seja, permitiriam a prática da democracia directa.

É possível que a democracia como consenso e sua implementação, possa precipitar o desaparecimento dos partidos, uma vez que as representações populares, poderiam funcionar como partidos. Neste caso, os interesses do país e dos cidadãos continuariam acima de qualquer interesse particular e facilmente poderíamos responder a questão da representatividade nas democracias.

O politólogo brasileiro Luís Filipe Miguel (2014) defende que nas últimas décadas, a democracia foi influenciada por percepções que enfatizam os processos de produção do consenso e deslocam a centralidade do conflito político como a filosofia de Habermas e Rawls. Para este autor, o conflito não apenas é importante para a democracia, mas também necessário, ele defende a ideia de uma democracia em que os partidos se enfrentam como adversários, e não como inimigos.

Em Moçambique, em parte devido a sua história de um país fundado na lógica de libertação, e guerra de desestabilização, em tempos de campanha e ao longo de todas as legislaturas, os principais partidos concorrentes, encaram-se como verdadeiros inimigos. As próprias manifestações, comprovaram esta lógica, em que os membros do partido no poder foram perseguidos e maltratados, por exibir boné da Frelimo ou da Renamo. Portanto, a política de interpretação dos adversários políticos, como inimigos, estende-se até ao parlamento, onde existe uma verdadeira confrontação. A ideia não é aprovar um projecto porque é benéfico para o povo, contrariamente, aprova-se ou reprova-se porque é do partido da maioria ou não é do partido da maioria. Isto demonstra a importância e necessidade de implementar a democracia por consenso, e que deixe de olhar os outros, não como inimigos, mas sim adversários.

É verdade que, "a democracia sofreu mudanças ao longo do tempo, alterou-se não correspondendo ao seu modelo antigo" (Ngoenha, 2004, p. 138). A democracia contemporânea vai se alterando consoante os problemas por resolver. Isto significa que, os problemas da democracia são históricos e até geograficamente situados pelo que não se pode transportar respostas democráticas de outros lugares de modo a resolver os nossos problemas (Ngoenha, 2004). Se os problemas da democracia, não são susceptíveis de serem transportados, para resolver problemas de outros lugares, o que se deve fazer, é aprender- regras democráticas desses povos, e tentar adequar a democracia, aos problemas locais.

Neste empreendimento de adoptar uma a democracia moçambicana, a questão central não é o de reclamar o que os outros povos viveram e assim justificar a nossa desvantagem com relação àqueles. Se quisermos andar é necessário arregaçar as mangas não com objectivo de escrever a mesma democracia de outros povos, mas uma democracia que espelha as realidades moçambicanas particularmente.

A democracia³⁷ como consenso entre moçambicanos, seria aquela que aceita e assume pluralidades e sensibilidades democráticas. Foi por assumir essas pluralidades que aceitamos assinar os "acordos de amizade" e a constituição multipartidária 1990, porque a partir daquele momento, estávamos a concordar que apesar das diferenças, todos lutamos pela moçambicanidade, por isso as diferenças não podem ser abafadas sob nenhum pretexto (Ussene, 2025, p. 79).

Nesta perspectiva, Runciman (2018), defende que a democracia ocidental está atravessando uma crise de meia-idade, sugerindo que essa crise pode ser passageira ou fatal. Para a nossa situação, é necessário perceber as causas que colocam a democracia ocidental em crise, mas também como eles fazem para resolver essas crises, para aprender e melhor resolver os nossos problemas democráticos.

Portanto, os desafios da democracia em Moçambique não nos devem surpreender: afinal, não devemos esquecer que os arranjos e processos democráticos estão sempre em mudança: progressos são lentos e retrocessos acontecem. Contudo, tal constatação não significa que a democracia moçambicana não poderia estar em uma melhor situação.

2.1. Participação política de quem não participa

A participação política seria, pois, tomar parte na sociedade política, informar e fazer todos saberem de suas opiniões. É difícil falar da democracia sem a participação política, enquanto é contraditório pensar que só os políticos têm o direito de falar e de participar na vida política.

Aristóteles olhava no homem como um animal político e destinado a viver em sociedade. Viver ou conviver com outros homens é da natureza humana. Mas, como lembra Dallari, cada indivíduo possui necessidades próprias de sua individualidade, elas decorrem da sua forma de criação, de seus valores, da maneira como vê o mundo, de suas crenças, de sua ideologia, etc. Então, se cada indivíduo possui necessidades diferentes e todos convivem juntos, é inevitável a ocorrência de tensões e conflitos e estes serão, não apenas de ordem individual, mas de grupos e até mesmo de toda sociedade (Gorczewski & Martin, 2018).

Ainda no que diz respeito a participação política é central a ideia de Dias e Matos (2012), a participação efectiva da sociedade na vida política, significa o seu envolvimento em todas as etapas do processo decisório e não apenas nas fases iniciais de sugestão, indicação ou proposição.

Isto significa que participar implica a capacidade de influenciar e encontrar mecanismos legais para exigir esse direito, isto é, o exercício pleno da democracia, o

³⁷ Democracia como consenso entre os moçambicanos, a materialização deste desejo depende na capacidade de abertura ao diálogo, no sentido de ouvir a opinião do outro, o desconforto do outro, e juntos traçar um modelo democrático que responda as preocupações dos moçambicanos.

pluralismo das ideias e práticas; a convivência de grupos de interesses diversos que têm contradições quanto aos objectivos e aos meios de consegui-los. Portanto, a participação política do cidadão nos destinos do seu território, deve ser vista como algo que pode aumentar os canais de expressão e influenciar os políticos a agirem com respeito às necessidades e anseios do povo.

Ao longo do tempo, fomos criando uma cultura de participação política do povo como meio dos políticos, para atingir um fim, este fim não se traduz em atender às necessidades do povo, mas contrariamente, em responder aos objectivos pessoais. Se existe alguma participação política, é de um povo que não participa.

Ao mesmo tempo, é imperioso questionar como se pode falar de participação política, quando os cidadãos não compreendem devidamente a importância de participar? Ou quando entendem que esta tarefa cabe apenas aos cidadãos filiados aos partidos políticos?

No contexto das democracias, as eleições continuam a ser uma das instituições chaves de legitimação do poder político e do governo. O problema, como salientou Said Adejumabi, é que as eleições na sua actual forma aparecem em muitos países africanos como uma sombra desvaneceste de democracia, pondo em causa a própria participação política e também a própria democracia (IESE, 2021).

Apesar dessa realidade, a forma de governo democrático não pode ser entendida sem participação política e, por sua vez, quem exerce a participação política são os cidadãos. Essa trilogia que pode, à primeira vista, parecer simples, traz em si, uma grande complexidade porque a afirmação de cada uma dessas categorias é o resultado de lutas e notáveis esforços ao longo da história.

No caso de Moçambique, o voto continua sendo a forma mais privilegiada de participação política, ou pertencer a uma organização política. Se assim for, concordamos então, que politicamente em Moçambique estas são as formas mais fiáveis de participação política. Então, se assim é, as manifestações violentas que ocorreram não concordam com essa forma de participação? Caso contrário são necessários quantos partidos políticos para que todos Moçambicanos possam participar politicamente? Qual seria o destino de quem não está associado a um partido ou não votou?

É ainda legítimo nos questionar, que tipo de participação política, quando a maior parte da população não se vê e não se identifica com as decisões política, não conhece seus representantes parlamentares, principalmente quando os mesmos representantes parlamentares em seus discursos na casa do povo, parecem mais representar os partidos em detrimento do povo que juraram defender. Não seria nesta senda, que se enquadra a violência e a falta de crença sobre as instituições e as formas de participação política em Moçambique? Não seria este momento que devemos começar a pensar em novas formas de participação política?

Por outro lado, a participação política pressupõe um conjunto de actividades que vão desde eleger e ser eleito, se candidatar a algum cargo político, apoiar um candidato ou uma organização política, pagar cotas para uma organização política, participar em reuniões, manifestações, comícios públicos, levantar debates sobre assunto políticos, etc.

A eleição dos deputados que compõem a assembleia da República em Moçambique, é feita de forma directa, o simples facto de votar no partido, está também a escolher o deputado que irá representar naquela legislatura. Pensamos que, quando o

cidadão participa votando no partido A em detrimento do partido B, está a dizer que concorda com o projecto de governação desse candidato e concorda também que tal candidato esteja à afrente desse projecto, ora, votar no projecto de uma organização política, não pode significar automaticamente eleger os que irão representar o povo na Assembleia Municipal ou no Parlamento.

Uma coisa é votar no projecto político e seu candidato e outra é escolher os representantes do povo. E porque os representantes do povo são escolhidos em círculos fechados, que se exige confiança para lá estar, então significa arrancar o poder de decisão e participação ao povo. Podemos estar diante de representantes de um povo que não o representam efectivamente e de um povo que não se sente representado. E se tal acontecer, que mecanismos o povo tem à sua disposição para mostrar a sua insatisfação perante o seu representante na assembleia da República ou conselho Autárquico? Quais são os mecanismos legais, a disposição do povo a que se pode recorrer para interromper o mandato de um deputado que não corresponde com as expectativas populares?

2.1.1. Normalização da violência como solução do problema

Num artigo intitulado, violência mito fundador de Moçambique, Cuco e Muibo, discutem como o fenómeno violência pós-eleitoral tornou-se recorrente em Moçambique, e sugerem que toda história recente de Moçambique se confunde com a violência, evocando as guerras de resistência contra a ocupação colonial, guerra contra o colonialismo e mais tarde a chamada guerra de desestabilização (Cuco & Muibo, 2018).

De facto, nós apenas conversamos depois da violência, estamos a normalizar a violência. A paz foi depois da violência, os acordos de reconciliação nacional foram depois da violência, toda nossa história é marcada de várias formas de violência. E os que têm coragem de participar activamente na vida política do país, algumas vezes quando apresentam ideias contrárias são vítimas da violência. Como se pode notar, até a própria participação política do cidadão é susceptível de violência. Para ser ouvido é necessário que se seja violento?

Como nos lembra Gorczewski e Martin (2018), a participação é um valor e um direito do homem que vive no seio de um grupo. Se aceitarmos os princípios de igualdade e de liberdade do homem, faz-se evidente o direito de todos à participação nas decisões relativas aos assuntos que lhe concernem. Esse direito é o mesmo seja qual for o tipo de comunidade ou associação na qual o indivíduo está inserido.

Pelo princípio da igualdade de direitos assim como da necessidade de que cada indivíduo desenvolva ao máximo seus próprios talentos, tem-se que cada homem deve participar nas actividades de todas as instituições políticas, sociais e educativas que o afectam. Participar é assumir responsabilidades para construir conjuntamente uma sociedade na qual o homem é o protagonista. Ao procurar participar politicamente, para demonstrar suas preferências ou não, a violência não pode ser a resposta de quem não concorda com essas escolhas ou preferências.

Neste sentido de modo a corrigir este denominador de violência, que tem caracterizado o país em períodos pós-eleitorais. Cuco e Muibo (2018), propõem-se a discutir as melhores formas de evitar a violência e tentar traçar a melhor alternativa à

Democracia de certeza capaz de reunir consenso entre os adversários políticos e assim evitar-se a violência pós-eleitoral.

Os autores sugerem a democracia monitoria de Keane um novo tipo de democracia “pós-representativa, diferente das democracias de assembleia e representativa de tempos passados. Ela se define pelo crescimento rápido de muitos tipos de mecanismos extraparlamentar, de escrutínio de poder” (Cuco & Muibo, 2018, p. 147).

Ainda que concordássemos com a democracia monitoria de Keane proposta por Cuco e Muibo (2018), não há garantias que os conflitos pós-eleitorais pudessem cessar ou a desconfiança sobre o próprio processo eleitoral fosse melhorar. Este tipo de democracia, propõe um modelo de vigilância e de participação activa da sociedade, o que pressupõe, o conhecimento das leis ou dos mecanismos de participação. Num país em que metade da sua população é analfabeta, está meta pode ser difícil de atingir. É mais fácil ouvir as preocupações da população, os principais pontos de discórdia de modo a traçar pontos de consenso e por sua vez, a democracia como consenso.

As manifestações que assistimos em 2024, que por vezes resultaram em violência de ambas as partes, transmitem a ideia de que a participação política e sua valorização dependem da violência, quanto mais violento se for, mais se impõem as vontades de todas as partes. Isto porque quem recorre a violência acredita que não é percebido e supostamente usa da prerrogativa do direito a manifestação, como seu direito de cidadania para exigir a liberdade de escolher os destinos que gostaria para o seu país. Caminhamos para aquilo que se chama não há outro meio para se fazer ouvir se não pautar por que John Locke e Thomas Hobbes chamaram de estado de natureza, em que a violência predomina, e o mais forte pode engolir o mais fraco (Abbagnano, 1999).

2.2. Entendendo o impacto das manifestações pós-eleitorais

As manifestações pós eleitorais em Mocambique, assim como em muitos outros países, frequentemente reflectem uma frustração generalizada com o processo eleitoral e os resultados. No nosso seio, as manifestações também têm impactos sociais significativos, nomeadamente:

2.2.1. Aparente ausência de Estado e Governo

John Locke e Thomas Hobbes imaginam um homem que vive numa relativa inocência, no estado de natureza. O estado de natureza como um lugar onde não há governo exercendo qualquer poder sobre as pessoas como ocorre nas sociedades políticas, pois, ainda que, naturalmente o homem não devesse prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses, não há uma lei conhecida por todos ou imposta pelos homens para que sirva de parâmetro. Cada um está livre para decidir suas acções e colocar a disposição tudo que possui da forma que achar correta ou conveniente (Neto, 2007).

A passagem do estado de natureza para o Estado social dá-se porque o homem precisa de segurança, necessidade de viver em paz conforto e harmonia. Assim, decide abdicar dos seus direitos em favor do soberano. Por sua vez, este soberano tem que garantir a felicidade e conforto.

É neste sentido, é responsabilidade do Estado Moçambicano no seu artigo 11 da Constituição da República, na alínea a) garantir a segurança dos cidadãos, assente na estabilidade das pessoas e dos seus bens. Na sua actuação o Estado deve, por meio das forças de defesa e segurança, garantir a integridade, independência e não colocar em causa a segurança dos cidadãos. Ainda no mesmo artigo, alínea c), o Estado deve edificar uma sociedade de justiça social e criar condições para o bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos.

As manifestações pós-eleitoral, demonstraram um forte sinal de ausência de Estado, entenda-se, em termos de actuação. A reposição da ordem, não pode perpetuar o atropelo dos direitos humanos. É preocupante quando existe uso da força excessiva para reprimir violentamente quem exige o seu direito de ser ouvido.

A ausência do Estado e do Governo não se deu somente quando as pessoas decidiram pela opção da justiça pelas próprias mãos, mas também quando o mesmo Estado privilegia a força e violência para resolver o descontentamento face aos resultados eleitorais em detrimento do diálogo.

O que caracteriza as sociedades abertas como perspectivou Popper em *Sociedades abertas e seus inimigos*, é a possibilidade de organizar as eleições, participar activamente na vida política, substituir os governantes sem necessidade de recorrer a violência (Popper, 1974).

O que caracteriza a ausência do Estado, as posições de autoridade que existem são muito limitadas em poder e normalmente não conseguem alterar na sua totalidade o ciclo dos acontecimentos. A presença refere-se à capacidade de proporcionar bens públicos, de garantir uma vida condigna para os cidadãos prevenir a violência como a que se verifica em Cabo Delgado e várias partes de Moçambique.

Sempre que um Estado pautar pela força para sua sobrevivência, além de hipotecar a democracia e a participação política, esse Estado e o seu governo criam um sentimento de raiva e desconfiança. A resolução de um problema não poderá ser pela opção de violência, os países que se desenvolveram e fortaleceram os seus sistemas políticos souberam juntos traçar as melhores perspectivas para esses países.

2.2.2. Desconfiança e sentimento de falta de credibilidade dos principais partidos políticos

De acordo com o Dicionário de filosofia moral e política (2022), os partidos permitem a expressão do pluralismo político, isto é, a aceitação e o reconhecimento da necessidade do dissenso, da divergência e da contraposição entre maiorias e minorias. Com efeito, a estruturação dos partidos políticos no plano institucional é essencial para articular as relações entre maioria de governo e oposição.

Em segundo lugar, os partidos tornaram-se actores necessários para permitir a legitimação eleitoral dos cargos representativos e de governo, favorecendo a representação de todas as partes duma comunidade. A afirmação dos partidos políticos modernos beneficia da laicização da política e do princípio segundo o qual a legitimação da autoridade só pode ter origem na vontade expressa da sociedade, composta por indivíduos

Por muito tempo, a Frelimo (que governa o país) e a Renamo (principal partido da oposição até as últimas eleições) constituíram principais actores na cena política de Moçambique. Os dois partidos dividiam entre si o maior número de assentos parlamentares e ao mesmo tempo eram os únicos que tomavam as principais decisões sobre a vida política e social dos moçambicanos.

Em parte, isto deve-se ao histórico dos dezasseis anos da guerra civil. Esses discursos foram contribuindo para manter vivo, na memória de muitos, o trauma que esses eventos causaram nas pessoas, ao mesmo tempo, para cimentar a ideia de que só a Frelimo e a Renamo são as únicas figuras da política no país e que nenhum outro grupo pode desafiar os dois (Cuco e Muibo, 2018).

Este princípio rompe-se nos anos 90, com a introdução da primeira constituição multipartidária. Cuco e Muibo (2018), dão como exemplo o caso do livro do professor Ngoenha escrito em 1992, com o título *Das independências as liberdades*. Inaugurando uma nova fase na qual os autores consideram que já se podia fazer uma análise crítica ao próprio partido Frelimo e, até grupo de insurreição, Renamo.

Actualmente, verifica-se queda de confiança sobre os dois partidos. Por parte da Renamo partido da oposição, e as contestações um pouco por todo país, sobre a vitória da Frelimo partido no poder, o que pode revelar além da falta de confiança, mas também de credibilidade.

O cidadão comum não se identifica com a Frelimo porque pensa que esta representa a elite da capital, mas também já não se identifica com a Renamo como oposição, por acreditar que o partido não apresenta disposição para governar e assim contrariar a máquina governativa da Frelimo.

Estes aspectos permitiram o surgimento de outros partidos e coligações como ND (Nova Democracia) e Podemos (Partido optimista pelo desenvolvimento de Moçambique), que se aproveitam desse descontentamento para relançar o seu lugar, e neste caso nas recentes eleições gerais de 2024 este último partido (podemos), assumindo-se como maior partido da oposição, lugar por muito tempo pertenceu a Renamo. E por sua vez, a Frelimo enfrenta um descontentamento generalizado, em parte devido a fome, políticas públicas, a crise provocada pela insurgência no norte de Moçambique, desemprego, violência, crise da democracia, queda na confiança das instituições de justiça, queda na confiança nos políticos e suas organizações.

Em razão de desconfiança e falta de credibilidade dos partidos, o povo é levado a pensar que, afinal, não há diferença entre organização política A e B, o que contraria a "ideia de Aristóteles, aquele que recomendara que o objectivo do Estado é trabalhar para felicidade do povo" (Silveira, 2009). E neste sentido para se atingir essa felicidade no Estado moçambicano, é preciso que o interesse primeiro das instituições democráticas seja o de criar condições para o bem do povo.

2.2.3. Consciência da necessidade de participação política

Almond e Verba discutem a importância da participação política dos cidadãos e atribuem-lhe dois sentidos:

o primeiro é o de que existiria uma congruência entre cultura política e instituições, na medida em que os valores e opiniões dos cidadãos influenciariam o

funcionamento do sistema político, conferindo-lhe estabilidade ou instabilidade. O segundo é o de que a fidelidade, a confiança nas instituições e modestos níveis de participação política seriam fundamentais para a estabilidade democrática. Assim, o cidadão ideal ao regime democrático seria aquele leal às instituições, satisfeito com seu funcionamento e obediente à divisão de trabalho entre eleitores e eleitos (Martelli; Jardim & Gimenes, 2017, p. 14).

Assim as contribuições do cidadão, serão bem-vindas se estas forem benéficas para o funcionamento normal das instituições e do Estado, uma vez que o mesmo se decidir recorrer a violência pode baralhar o sistema. O cidadão ideal do ponto de vista dos autores é aquele satisfeito com o funcionamento das instituições, desde que as mesmas instituições estejam a altura de responder com as expectativas dos cidadãos.

Na nossa situação, é possível que os cidadãos não estejam satisfeitos e decidam reivindicar agora para sancionar e normalizar o funcionamento do Estado e suas instituições. É também possível, que a instabilidade provocada pelos cidadãos, recorrendo a violência durante as manifestações é para se fazer ouvir. Sentem que a sua voz política não é levada em conta e, portanto os cidadãos não estão a ser ouvidos para se traçar as políticas no país. Nos dois casos defendidos por Almond e Verba, ou não temos um cidadão ideal, ou a democracia e suas instituições não funcionam e, conseqüentemente, a participação política dos cidadãos não tem um peso relevante.

Sempre que os cidadãos participam, eles o fazem nos limites da democracia. O envolvimento directo na formulação e implementação de políticas ou em manifestações/protestos contestatórios não é caracterizado como repertório padrão de participação política afins com o regime democrático.

Podemos assim deduzir consoante as constatações dos autores acima, que há manifestações, porque não somos democráticos. E se fôssemos, não haveria tais manifestações, uma vez que os mesmos concordam que o cidadão ideal é aquele que não tem necessidade de se manifestar, porque as instituições democráticas funcionam normalmente. Ora, se manifestam, então não funcionam.

Em Moçambique, contrariamente as conclusões de Almond e Verba, que destacam a importância do cidadão ideal ao não se rebelar contra as instituições democráticas, as manifestações contribuíram para a necessidade de tomada de consciência da necessidade de participação. Na medida que por meio da violência não foram atingidos todos objectivos pretendidos. Assim, a única saída que os cidadãos têm é focar-se nas próximas eleições, recensear-se e votar, para participar, ou mudar o que não acham certo.

Por outro lado, por meio das mesmas manifestações, houve o aumento da voz política, entendida como a capacidade dos indivíduos influenciarem as decisões públicas. Existindo uma preocupação mais enfática com o ideal da pluralidade e da equidade produzida pela participação política.

Considerações finais

É importante que os Moçambicanos convoquem para si, a necessidade de pensar que tipo de Moçambique queremos nos próximos anos? Como é que queremos participar politicamente? Que tipo de participação política almejamos e, acima de tudo, como evitar a violência como meio para exteriorizar as nossas frustrações?

Responder à questão sobre a melhor forma de participação política que queremos para Moçambique passa necessariamente por pensar numa democracia que se ajusta com os desafios do país, que entende as suas pluralidades, sensibilidades o seu multiculturalismo.

Quando decidimos pelos acordos de paz e, depois os de reconciliação nacional de 2019, estivemos também a concordar que existem vários moçambicanos com diferentes sensibilidades. Para o bem de Moçambique e não deve ser pela violência que estas diferenças serão combatidas, ou pela violência que se deve exteriorizar o descontentamento dos descontentes.

A violência que se assistiu e ainda se assiste, trouxe à tona a frustração dos moçambicanos sobre a desconfiança nas instituições do Estado, a qualidade de vida, concretamente ao preço dos alimentos, da habitação, desemprego e falta de oportunidade dos recém-graduados. Apesar das manifestações terem sido de diferentes formas, entre a violência, cartas anónimas, marchas, etc. serviram para demonstrar a necessidade de traçar políticas que possam salvaguardar a todos os moçambicanos.

Não há nenhum país que possa se desenvolver sem instituições fortes nem debate político. Para nós, o debate político não é apenas necessário, mas também urgente. Tal como os outros povos num dado momento tiveram que pensar na democracia, nas formas de participação política, para melhor se organizarem, e assim evitar a violência pós-eleitoral, talvez esta seja a nossa hora também de responder as mesmas questões.

Referências

- Abbagnano, N. (1999). *História da filosofia*. (5ª ed). Lisboa. Editora Presença
- Cuco, A. & Muibo, P. (2019). "A violência como o mito fundador de Moçambique". Mosaico – Volume 11 – Nº 17.
- Cuco, A. (2024). "Moçambique: um regime democrático ou regime híbrido?" Revista Euro Latinoamericana de Análisis Social y Político Vol. 4, No 8.
- Dias, Pedro A. S. & Matos, M. G. A. (2012). "Participação política e cidadania: a sociedade na vida política". Revista Brasileira de ciências sócias, v. 27, n 79, p. 99-114.
- Dicionário de filosofia moral e política (2022). Instituto de filosofia da nova universidade nova de Lisboa. 2ª serie. doi: <https://doi.org/10.34619/c59c-klwj>
- Freire, A. M. A. (2001). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo, Brasil.
- Fonseca, L. (2025). "O desafio da democracia em Moçambique no actual regime monopartidário na reflexão de Ngoenha". A Filosofia entre a essência e o existente
- Kadhafi, M. (1974). *Livro verde*. Tradução de Jorge Ruggiero. São Paulo. Editora José olímpio.
- Gorczewski, C. & Martin, N. B. (2021). Cidadania, democracia e participação política: os desafios do século XXI. Santa Cruz do sul, Brasil.
- Martelli, C. G.; Jardim, M. C. & Gimenes, É. R. (2017). Participação política e democracia no Brasil contemporâneo. São Paulo. Brasil.
- Moçambique (2004). *Constituição da República de Moçambique*.
- Miguel, L. F. (2014). *Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo"*. Lua Nova, São Paulo, 92: 13-43
- Ngoenha, S. (2004). *Os Tempos de Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana*. Maputo (1ª ed). Editora UEM.

Silveira, N. (2009). *ARISTOTELES. A Política*. Trad Chaves (2ed). São Paulo. Brasil.

Ussene, B. H. (2025). "Fim da Terceira República e a emergência de novas forças políticas em Moçambique". Versão Online - ISSN: 3005-3633 Vol. 3, N° 2, pp.76-85, 2025
<http://www.revista.academicuspro.ao>. <https://dx.doi.org/10.4314/academicus.v3i2.6>.

Intelectuais e Pedagogia do Poder na Televisão Moçambicana: Uma Análise dos Debates Políticos

Manuel Benilton Mapera, Universidade Católica de Moçambique
maperab30@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o papel da televisão moçambicana na formação do pensamento político e na legitimação de discursos de poder, com ênfase na actuação dos intelectuais nos debates televisivos. O objecto de estudo são os programas de análise política transmitidos em canais públicos e privados, nos quais se observa a participação regular de analistas e comentadores. A televisão tornou-se um dos principais veículos de difusão de discursos políticos, consolidando a figura do intelectual analista como um intérprete privilegiado da realidade sociopolítica. Essa centralidade levanta questionamentos sobre o pensamento político e a autonomia do intelectual, bem como sobre o impacto de suas análises na formação da opinião pública e na construção do poder. A pesquisa tem como objectivo analisar os espaços mediáticos como instrumentos de pedagogia do poder, influenciando a opinião pública e moldando percepções políticas. Utilizou-se o método qualitativo, com base na análise de conteúdo de programas televisivos e na revisão da literatura especializada sobre media, poder simbólico e actuação intelectual. Os resultados indicam que a presença dos intelectuais na televisão ocorre num campo simbólico condicionado por interesses políticos e lógicas mediáticas, o que compromete sua autonomia crítica e favorece a legitimação de discursos dominantes.

Palavras-chave: televisão; intelectuais; opinião pública; poder simbólico.

Introdução

A televisão permanece, como o principal canal de mediação entre o poder político e o cidadão comum. Mais do que informar, ela constrói percepções, forma opiniões e orienta preferências eleitorais, actuando como um espaço simbólico de pedagogia política. De acordo com Sartori (2001), embora a televisão não minta intencionalmente, ela cria efeitos de distorção e simplificação, pois sua estrutura técnica favorece a fragmentação da realidade, produzindo muitas vezes “meias-verdades” ou versões parciais dos acontecimentos (p. 51). Isso reforça o papel político da televisão como agente activo na construção da realidade pública, o que a transforma em ferramenta estratégica de legitimação de projectos de poder.

Os debates televisivos, constituem um palco privilegiado para a disputa de sentidos sobre a governação, a democracia e os rumos da sociedade moçambicana. Nesses espaços, o público é exposto a diferentes leituras da conjuntura nacional, e, teoricamente, teria a oportunidade de avaliar programas políticos, estilos de liderança e a competência de gestores. No entanto, esse potencial democrático é frequentemente comprometido por factores que minam a pluralidade e a qualidade do debate, como a interferência política nos meios de comunicação, a censura indirecta e a escassa diversidade de vozes nos programas. Bastos e Rêgo (1999) entendem que, os analistas políticos devem ser escolhidos com base em critérios de credibilidade, formação sólida e

capacidade crítica, pois sua função ultrapassa a simples exposição de factos: “trata-se de sujeitos que, ao interpretarem a realidade na televisão, ajudam a construir a opinião pública” (p. 27). Quando a escolha desses especialistas é orientada por critérios partidários ou interesses institucionais, o debate perde sua função crítica e passa a reproduzir narrativas políticas pré-estabelecidas.

Essa problemática é particularmente sensível no contexto moçambicano. Júnior (2021, p. 18) observa que é comum, nos media nacionais, a ausência de critérios transparentes na selecção de comentadores, o que resulta na repetição de vozes e na reprodução de visões favoráveis a certos grupos políticos. Soma-se a isso a fragilidade da formação de muitos analistas, que carecem de base teórica sólida ou de experiência em análise política comparada. Como consequência, os debates ganham forma técnica, mas perdem densidade e capacidade crítica, transformando-se em espaços de reprodução da hegemonia simbólica. Além da questão da selecção, muitos analistas não possuem familiaridade com metodologias de investigação, com teoria política ou com os referenciais necessários para interpretar as transformações nacionais em diálogo com o contexto internacional. Isso compromete a função pedagógica dos media, que deixam de contribuir para a formação de uma cidadania crítica e activa.

Neste quadro, torna-se urgente problematizar a relação entre pensamento político, intelectuais e media televisiva, a fim de compreender como os media constroem e legitimam discursos políticos por meio da actuação dos analistas. A questão não está apenas em quem fala, mas no modo como se fala, no que é autorizado a dizer e no que se silencia. Como observa Pécaut (1989), “a ausência de neutralidade e rigor técnico nos discursos intelectuais em ambientes televisivos tende a obscurecer o debate democrático e favorecer a reprodução das elites no poder” (p. 142).

Diante desse cenário, o presente estudo propõe analisar a pedagogia do poder exercida pela televisão moçambicana, com foco na actuação dos intelectuais nos debates políticos e no modo como esses espaços contribuem para a formação da opinião pública, a consolidação de hegemonias e a construção de discursos de legitimação. Partindo deste problema central, o estudo busca responder às seguintes perguntas de investigação: De que forma os intelectuais, ao actuarem nos debates políticos televisivos em Moçambique, exercem poder simbólico e contribuem para a construção da opinião pública?

Metodologia

Para alcançar os objectivos propostos, este estudo adoptou uma abordagem qualitativa de natureza descritiva, apropriada para compreender fenómenos simbólicos e discursivos como a actuação dos intelectuais na televisão e sua influência na formação da opinião pública. Foram utilizados dois métodos complementares: a análise de conteúdo e a revisão crítica da literatura. O primeiro método foi aplicado a programas de debate sociopolítico transmitidos por emissoras públicas e privadas moçambicanas, seleccionados com base em sua relevância, audiência e frequência de participação de intelectuais como comentadores políticos. Essa técnica permitiu identificar padrões discursivos, temas recorrentes, formatos de mediação e formas de enquadramento ideológico presentes nesses programas, possibilitando compreender como a televisão actua na pedagogia do poder e na construção simbólica da política.

Paralelamente, realizou-se uma revisão de literatura teórica e empírica, com o objectivo de construir um referencial analítico sólido. A selecção das fontes bibliográficas seguiu critérios de actualidade, relevância científica e pertinência temática, priorizando estudos que abordam as interacções entre media, política e pensamento intelectual. Foram analisados livros, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos de organizações de comunicação e pesquisa. A análise bibliográfica permitiu não apenas fundamentar teoricamente o estudo, mas também reflectir criticamente sobre os desafios estruturais enfrentados pela media moçambicana, incluindo a concentração de propriedade, a interferência político-partidária e a fragilidade da independência editorial. Por meio dessa articulação entre análise empírica e teórica, a metodologia adoptada viabilizou a compreensão aprofundada das dinâmicas simbólicas que configuram os debates televisivos e o papel dos intelectuais na legitimação de discursos e práticas de poder no contexto moçambicano.

Pedagogia do poder em Televisão

A análise sobre a actuação dos intelectuais na televisão moçambicana, enquanto instrumento de pedagogia do poder, é sustentada por um diálogo crítico entre diferentes autores que, embora com perspectivas distintas, convergem na compreensão do media como um campo simbólico de disputa ideológica.

Bourdieu (1997) oferece o ponto de partida com sua teoria do campo intelectual e do capital simbólico. Para o autor, a televisão é um espaço onde se disputa prestígio, visibilidade e legitimidade, e onde os intelectuais actuam não como agentes neutros, mas dentro de estruturas de poder que moldam seu discurso. Essa ideia é complementada por Adorno (1971), ao afirmar que o media como parte da indústria cultural, padroniza o pensamento e transforma o saber em mercadoria, esvaziando o potencial crítico dos discursos intelectuais. Ambos convergem ao reconhecer que os meios de comunicação reduzem a complexidade intelectual para torná-la mais aceitável ao grande público, muitas vezes em detrimento da profundidade analítica.

Por sua vez, Habermas (1978) traz a noção de esfera pública, idealmente um espaço racional de debate entre cidadãos. No entanto, segundo o autor, o media de massas corrompe essa esfera, transformando o debate público em espectáculo e subordinando a razão aos interesses de mercado e da política. Essa crítica encontra eco na preocupação de Bourdieu (1997) com a perda da autonomia do campo científico e intelectual, reforçando a ideia de que os intelectuais, ao participarem do media, estão sujeitos à lógica da visibilidade e à pressão do espectáculo.

Gramsci (2004) amplia o debate ao introduzir o conceito de intelectual orgânico, aquele que emerge de uma classe social e se compromete com seu projecto político. Diferentemente dos intelectuais tradicionais, que servem às elites, os orgânicos actuam como agentes de transformação social. Essa perspectiva é especialmente relevante para o contexto moçambicano, ao provocar a reflexão: os intelectuais televisivos estariam a serviço da crítica social ou da reprodução das hegemonias dominantes? A pergunta também se alinha à visão de Pécaut (1989), que mostra como, na América Latina, os intelectuais têm histórico de envolvimento político directo, mas muitas vezes ambíguo.

Enquanto isso, Castells (1999) introduz um olhar contemporâneo ao analisar como o poder se exerce por meio da comunicação em rede. Para Castells, o controle simbólico não se dá apenas pela televisão tradicional, mas também pelos novos ambientes digitais, onde os intelectuais podem conquistar autonomia e construir contra-hegemonias. Esta ideia amplia os horizontes do artigo, sugerindo que a influência simbólica pode ser disputada também fora do campo televisivo tradicional. Por seu turno, Han (2020) e Orwell (1984), embora de contextos distintos, contribuem para compreender a media como instrumento de controle psicopolítico e vigilância simbólica. Han reforça a ideia de que o poder moderno se exerce pela indução comportamental, e não pela repressão directa, o que dialoga com a função pedagógica da televisão discutida no artigo.

Por seu turno, Almeida (2007) na obra “O Pensamento Político de Ortega y Gasset e sua Discussão Conceitual”, estabelece a função dos intelectuais como uma das principais forças de organização da sociedade. O livro *A traição dos clérigos* de Benda (1927), suscita um debate instigante acerca do papel dos intelectuais. Na perspectiva de Benda, a identidade do intelectual está voltada para o universal, nunca para as causas específicas. Por outro lado, Sartre (1999) na revista intitulada *Em defesa dos intelectuais* defende que os intelectuais devem se transformar em forças para renovação da sociedade nacional. De acordo com o autor “o intelectual actua como agente de mudança das condições materiais, mas também requer uma atitude de responsabilidade moral” (Sartre, 1999, p. 129). De acordo com Sartre (1999), o que o intelectual escreve ou fala afecta tanto a ele como o público.

Garcia (1976), entende que no passado havia uma ligação muito forte entre os intelectuais e os partidos políticos, contudo, actualmente os sujeitos da política transformaram-se e se reduzem cada vez mais a possibilidade de o intelectual influenciar nas agendas das discussões políticas. O papel político dos intelectuais, na interpretação de Bastos e Rêgo (1999), está reduzido e cada vez mais outras agências têm o poder de definição das agendas políticas, especialmente o media.

Pensamento Político do Intelectual

A televisão, enquanto meio de comunicação de massa, tornou-se um dos principais espaços de pedagogia política contemporânea. Ao ir além da mera transmissão de informações, ela participa activamente da construção do senso comum, naturalizando discursos, valores e representações do mundo social. Neste processo, os intelectuais assumem um papel crucial como mediadores simbólicos entre o saber especializado e a opinião pública.

A noção de pedagogia do poder refere-se à capacidade que certos discursos têm de moldar percepções, orientar posicionamentos e legitimar determinadas visões de mundo. Como observa Bourdieu (1997), a televisão configura-se como um campo onde se joga o “capital simbólico” e onde “aqueles que têm acesso à palavra pública impõem uma visão legítima da realidade” (p. 34). Nesse sentido, os intelectuais televisivos não apenas interpretam a política: eles ensinam a política, educando subjectividades de forma indirecta, mas poderosa.

Gramsci (2004), ao desenvolver o conceito de intelectual orgânico, destaca que os intelectuais não são apenas indivíduos isolados, mas sim “funções sociais” vinculadas a

interesses de classe. Eles operam como instrumentos de hegemonia, disseminando ideias que consolidam o poder de determinados grupos sociais (Gramsci, 2004, p. 128). Quando transpostos para a televisão, esses intelectuais actuam como “educadores públicos”, seja reforçando a ordem estabelecida ou, em casos menos frequentes, desafiando-a. Habermas (1978) adverte que com a mercantilização da esfera pública, os meios de comunicação passaram a dominar os termos do debate político, submetendo os discursos à lógica do consumo e da audiência. Nesse cenário, os intelectuais que participam dos debates televisivos muitas vezes ajustam seus discursos às expectativas do formato mediático, o que pode comprometer a profundidade analítica e a crítica social (Habermas, 1978, p. 104).

De forma semelhante, Adorno (1971) argumenta que a indústria cultural transforma o pensamento em mercadoria, tornando os discursos intelectuais objectos de entretenimento. A televisão, em busca de audiência, “impõe um modelo de debate superficial, onde os intelectuais frequentemente se tornam personagens de espectáculo” (Adorno, 1971, p. 99). Isso é particularmente visível quando intelectuais são convidados não por sua competência crítica, mas por sua familiaridade com o público e adequação ao formato televisivo.

No media moçambicano, essa problemática é agravada pela ausência de critérios claros na selecção dos analistas e pela concentração de poder nos meios de comunicação. Estudos indicam que os mesmos nomes são constantemente convocados para comentar a realidade política, o que reforça a hegemonia de certos discursos em detrimento da pluralidade (Júnior, 2021). Esse padrão contribui para a naturalização de determinadas narrativas e para a marginalização de vozes dissidentes ou críticas. A televisão, assim, exerce uma pedagogia silenciosa e eficaz: decide quem pode falar, o que pode ser dito e como isso será recebido. Como observa Castells (1999), “o poder é exercido por meio da construção do significado, e o media é o espaço onde esse significado é negociado, legitimado ou excluído” (p. 37). Os intelectuais, ao participarem desse espaço, tornam-se parte dessa engrenagem simbólica. Mesmo quando se apresentam como neutros, seus discursos colaboram para estruturar o imaginário político da sociedade.

Podemos concluir que, a pedagogia do poder televisivo opera pela autoridade simbólica dos intelectuais e pela capacidade do media de definir os marcos do debate público. Essa pedagogia não é explícita, mas está presente em cada escolha editorial, em cada convidado que retorna ao ecrã, em cada narrativa que se repete como verdade. O intelectual, longe de ser apenas um analista técnico, é um agente activo na construção da consciência política, cujos discursos podem tanto fortalecer a cidadania crítica quanto consolidar formas subtis de dominação simbólica.

Construção do poder no espaço mediático e televisivo

A televisão, enquanto espaço mediático privilegiado, não apenas comunica factos políticos: ela constrói significados, organiza narrativas e modela percepções colectivas sobre o poder. Essa função simbólica transforma os meios de comunicação em arenas estratégicas onde o poder é disputado, negociado e legitimado. Trata-se, portanto, de compreender a televisão não como mera transmissora de mensagens, mas como agente activo na produção e manutenção da ordem simbólica que sustenta a autoridade política.

Segundo Moraes (2008), os meios de comunicação modernos “tornaram-se ferramentas fundamentais para a manutenção ou aquisição do poder”, ao estruturarem o que se deve pensar, como se deve sentir e o que se pode debater (p. 24). Essa afirmação remete directamente à teoria de Bourdieu (1997), para quem o campo mediático opera segundo lógicas próprias de visibilidade, audiência e legitimação, que influenciam directamente os demais campos sociais, inclusive o político. No interior dessa lógica, os debates televisivos funcionam como dispositivos de produção de consenso, onde determinados discursos são amplificados e outros silenciados.

Habermas (1978) alerta que, com a ascensão do media de massas, a esfera pública transformou-se num espaço controlado por interesses corporativos e estatais, o que esvazia o ideal deliberativo do debate público. No caso da televisão, essa transformação é visível na estruturação de programas baseados em espectáculo, polarização e simplificação do discurso, o que favorece a legitimação simbólica de determinadas forças políticas e ideológicas.

No contexto moçambicano, embora os meios de comunicação desempenhem um papel relevante na construção da opinião pública, a fragilidade da pluralidade de vozes e a recorrência de certos intelectuais nos espaços de análise política apontam para um uso estratégico do media como ferramenta de reforço de hegemonias discursivas. Essa constatação não deve ser interpretada apenas como uma crítica à prática jornalística, mas como uma expressão do funcionamento simbólico do poder: o que é visível torna-se legítimo, e o que é reiterado se converte em verdade social (Bourdieu, 1997).

A televisão, neste sentido, actua como aparelho ideológico no sentido gramsciano um espaço de produção de consentimento que opera por meio da naturalização de discursos dominantes (Gramsci, 2004). Ao convidar reiteradamente determinados comentadores, sem garantir diversidade ideológica e rigor analítico, os programas políticos televisivos moldam o debate público e determinam os limites do pensável. Como afirma Adorno (1971), o media de massa “impõe padrões homogêneos de pensamento e comportamento, convertendo o cidadão em consumidor passivo de discursos prontos” (p. 102).

Percebe-se assim que a produção do poder no espaço mediático, portanto, não ocorre apenas por imposição directa, mas sobretudo pela selecção e repetição de vozes e temas. É nessa lógica que se insere o papel dos intelectuais mediáticos: sua presença constante e visibilidade os transforma em referências para a sociedade, mesmo quando sua função crítica é limitada pelo formato televisivo. Ao invés de promover o confronto de ideias, muitos debates operam dentro de uma estrutura previamente moldada por interesses políticos e comerciais. Castells (1999) reforça essa análise ao argumentar que, na sociedade em rede, o poder é exercido por meio da comunicação, e que “quem controla o fluxo de informação controla as estruturas de poder” (p. 37). Assim, os meios de comunicação tornam-se instrumentos estratégicos não apenas para informar, mas para legitimar narrativas e consolidar domínios simbólicos, tornando a televisão um elemento central na arquitectura contemporânea do poder.

Tabela 1. Lógica da Construção do Poder no Espaço Televisivo Moçambicano

Programa e Canal	Descrição/Funcionalidade	Elemento da Lógica de Poder	Efeito na Opinião Pública / Poder Simbólico
------------------	--------------------------	-----------------------------	---

Ponto de Vista (STV), Espaço Político (TV Sucesso)	Escolha contínua dos mesmos comentadores nos programas políticos.	Seleção Recorrente de Intelectuais Visíveis	Consolidação de hegemonias intelectuais; exclusão de vozes alternativas.
Debate da Semana (TVM), No Coração da Política (TV Miramar)	Adaptação dos debates à lógica da audiência e espectáculo, com pouco aprofundamento crítico.	Formato de Debate Televisivo Espectacularizado	Redução da criticidade; priorização do entretenimento em detrimento da reflexão.
A Hora do Debate (TV Sucesso)	Escolha de temas influenciada por conjuntura ou alinhamento editorial.	Agenda Definida por Interesses Políticos	Legitimação de políticas dominantes e silenciamento de temas sensíveis.
Noite Informativa (STV), Debate Aberto (TV Miramar)	Presença reduzida de vozes independentes, dissidentes ou provenientes da sociedade civil.	Ausência de Pluralidade Ideológica	Estreitamento do espectro de opinião e reforço do consenso dominante.

Fonte: Autor (2025)

A análise da actuação dos intelectuais nos debates políticos televisivos em Moçambique revela um cenário onde o poder simbólico é exercido não pela coerção directa, mas pelo controle discursivo, visibilidade selectiva e naturalização das hegemonias. Este quadro encontra sustentação em diversas abordagens teóricas críticas, que permitem compreender a televisão como espaço estratégico de reprodução do poder.

Foucault (1986) oferece uma chave central para essa compreensão ao afirmar que o poder moderno não se exerce mais por meio da repressão visível, mas pela normatização dos discursos e corpos, ou seja, pelo controle do que pode ser dito e pensado. No contexto moçambicano, esse controle manifesta-se na forma como os programas de debate político estruturam o discurso: os temas são previamente delimitados, os convidados são seleccionados segundo critérios implícitos de aceitabilidade política e os tempos de fala são rigidamente controlados. O poder, portanto, opera pela produção de regimes de verdade, onde certos discursos ganham legitimidade enquanto outros são silenciados.

Complementando essa leitura, Orwell (1984) ilustra a ideia de que o controle da linguagem é também controle do pensamento. O uso de uma linguagem tecnocrática, simplificada e moralmente neutra nos debates políticos televisivos transforma a complexidade dos problemas sociais em frases aceitáveis, que não provocam conflito nem estimulam a crítica. Em muitos programas, como *Debate da Semana* (TVM) ou *No Coração da Política* (TV Miramar), esse efeito é visível: evita-se o confronto ideológico e privilegiam-se análises “racionais” que, muitas vezes, apenas reforçam o status quo.

Habermas (1978) contribui com sua crítica à colonização da esfera pública pela lógica da media de massas. Para ele, a televisão transformou o espaço público num palco de representação estética e retórica, onde os debates são moldados por interesses corporativos e políticos. Em Moçambique, isso se verifica na forma como os media seleccionam temas e vozes, excluindo movimentos sociais, jovens activistas ou vozes críticas da sociedade civil. A televisão torna-se, assim, um instrumento de controle simbólico, que esvazia o potencial deliberativo da esfera pública e transforma o cidadão em mero espectador.

Muswede & Lubinga (2018) analisam como, em muitos contextos africanos pós-coloniais, os media tornaram-se agentes da continuidade das elites, adaptando-se ao

neoliberalismo e promovendo uma agenda que favorece interesses económicos e políticos dominantes. Em Moçambique, canais como TV Sucesso ou STV exibem esse padrão ao estruturar programas que evitam questionar directamente as estruturas de poder, preferindo vozes “especialistas” ligadas a ONGs ou instituições académicas alinhadas ao sistema.

Gramsci (2004) é particularmente relevante ao propor o conceito de intelectual orgânico, isto é, aquele que actua dentro de um projecto colectivo de hegemonia. Na televisão moçambicana, muitos dos chamados analistas e comentadores se aproximam mais da figura do intelectual tradicional, ligado às elites políticas ou académicas, e menos do orgânico no sentido transformador. Sua actuação tende a legitimar a ordem existente, ainda que sob um verniz crítico. A ausência de intelectuais oriundos das classes subalternas ou dos movimentos sociais reforça essa limitação do espaço televisivo como veículo de pedagogia crítica.

Adorno (1971) adverte que os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, convertem o pensamento crítico em mercadoria, transformando o intelectual em uma peça do espectáculo mediático. A exigência de simplificação, objectividade e apelo popular empobrece o discurso intelectual, reduzindo-o a slogans. Em Moçambique, esse fenómeno é visível nos formatos de programas como *Noite Informativa* (STV), onde os analistas recorrem a frases de efeito e metáforas fáceis em vez de desenvolver argumentos aprofundados. O resultado é uma despolitização simbólica, onde o discurso crítico é domesticado.

Castells (1999) observa que o poder contemporâneo é exercido e disputado por meio dos fluxos de informação e da comunicação em rede. Embora a televisão continue central na formação da opinião pública moçambicana, há uma crescente tensão entre o monopólio simbólico dos canais tradicionais e a emergência de novos espaços digitais. A presença de intelectuais jovens e críticos em plataformas como *YouTube*, *Facebook* e *Podcasts* representa uma ruptura com a hegemonia televisiva, ainda que limitada pelo acesso desigual à internet. Castells mostra que, embora o poder se concentre nos emissores tradicionais, a contestação simbólica pode vir da periferia das redes.

Interface entre Intelectual, Pensamento Político e Espaço da Media

A crescente presença dos intelectuais na televisão moçambicana reflecte uma mudança profunda na natureza da actuação política e simbólica desses sujeitos. Ao transitarem dos espaços tradicionais da crítica, como a academia ou os movimentos sociais, para os programas de debate mediático, os intelectuais tornam-se actores centrais na disputa pela construção do pensamento político e na legitimação pública das narrativas dominantes. No entanto, essa visibilidade conquistada não é neutra: ela é regulada por critérios políticos, interesses editoriais e lógicas mercantis, que moldam o conteúdo, o estilo e os limites do discurso.

Para compreender essas transformações, Bourdieu (1997) é uma referência fundamental. O autor argumenta que os meios de comunicação, especialmente a televisão, operam segundo regras distintas do campo científico ou político. No campo mediático, o que importa não é a profundidade analítica ou o rigor metodológico, mas a capacidade de ser visto, ouvido e consumido. O capital simbólico do intelectual, ou seja, o

prestígio, a credibilidade e o reconhecimento público, passa a ser convertido em moeda de visibilidade e legitimidade política, especialmente em contextos onde a opinião pública se constrói maioritariamente pela mediação televisiva. Bourdieu (1997) afirma: “a televisão tem o poder de fazer existir socialmente aquilo que ela mostra, e de fazer desaparecer o que ela silencia” (p. 34).

A semelhança de Bourdieu (1997), Bussotti (2020) entende que a participação dos intelectuais nos meios de comunicação, particularmente nas discussões televisivas, é um caminho crucial para a formação de poder simbólico. Esse fenómeno manifesta-se na recorrência de determinadas figuras intelectuais nos programas de maior audiência, como *Ponto de Vista* e *Noite Informativa* (STV), *Debate da Semana* (TVM), entre outros. Observa-se, por exemplo, a presença habitual de comentadores como Adriano Nuvunga, Severino Ngoenha, José Castiano e Calton Cadeado, que, apesar de suas contribuições analíticas relevantes, tornam-se também personagens institucionalizadas do debate público, reforçando uma lógica de exclusividade e cristalização das vozes intelectuais. Essa monopolização simbólica do espaço televisivo gera consequências para a pluralidade democrática. Como alerta Habermas (1978), a ascensão do media de massa compromete a função deliberativa da esfera pública, substituindo o debate racional por formatos estéticos e retóricos, orientados por interesses corporativos e políticos. A televisão transforma-se, assim, em um espaço de controle simbólico, onde “a degradação do espaço público prejudica a função dos intelectuais como promotores do raciocínio crítico” (Habermas, 1978, p. 104).

Essa crítica se confirma na experiência moçambicana. Muitos debates são construídos sob a lógica da neutralidade técnica, da superficialidade temática ou da simplificação dos problemas estruturais, como se observou em análises sobre processos eleitorais, escândalos de corrupção ou reformas constitucionais. Temas centrais da vida nacional são tratados sem confrontação efectiva, e os convidados muitas vezes reproduzem discursos que legitimam as práticas das elites políticas, mesmo que de forma subtil ou sob o véu do “bom senso”.

Gramsci (2004), ao conceituar o intelectual orgânico, ajuda a compreender o papel funcional que muitos desses actores passam a desempenhar. Diferente do intelectual tradicional, o orgânico está inserido na engrenagem das estruturas sociais e actua como produtor de ideologia. Na televisão moçambicana, vários intelectuais se tornam orgânicos não por pertencimento de classe, mas por adaptação ao sistema de visibilidade e reconhecimento oferecido pelo campo mediático, reforçando narrativas oficiais e limitando o surgimento de vozes alternativas.

Por sua vez, Adorno (1971) denuncia que os media de massa convertem o discurso crítico em produto comercial, esvaziando sua função transformadora. A televisão, segundo o autor, “impõe um modelo de debate superficial, onde os intelectuais frequentemente se tornam personagens de entretenimento” (Adorno, 1971, p. 99). Esse processo é visível nos programas moçambicanos que, embora abordem temas de interesse público, operam com padrões repetitivos, convidados fixos e formatos pouco críticos, que não estimulam o pensamento divergente.

A crítica foucaultiana ao poder como vigilância também contribui para essa análise. Foucault (1986) afirma que o poder contemporâneo se exerce de forma difusa, por meio da normatização dos corpos e da produção de subjectividades. Na televisão, o controle não

se dá pela censura explícita, mas pela definição do que é legítimo debater, quem pode participar e como deve se portar quem fala. Em Moçambique, essa pedagogia do poder manifesta-se na forma como os media seleccionam temas e convidados, silenciando ou marginalizando visões mais disruptivas.

Orwell (1984) antecipa esse cenário ao descrever uma sociedade onde a vigilância é constante e a linguagem é moldada para restringir o pensamento. Embora o contexto digital tenha alterado essas dinâmicas, os media tradicionais ainda detêm poder significativo de conformar o imaginário político nacional. Hoje, como destaca Han (2020), o controle não é exercido pela repressão, mas pela sedução e pela internalização dos valores dominantes, frequentemente transmitidos por programas que promovem harmonia aparente, tecnocracia e meritocracia como únicas saídas legítimas. Ainda assim, há espaços de ruptura. Castells (1999), ao tratar da sociedade em rede, afirma que o poder se exerce por meio da comunicação, mas também pode ser contestado por ela. As redes sociais e plataformas digitais, embora com alcance desigual em Moçambique, começam a oferecer alternativas discursivas, abrindo espaço para intelectuais críticos que não se enquadram nas lógicas tradicionais do media televisivo.

Nota Conclusiva

Os intelectuais assumem uma posição de destaque como observadores e tradutores da realidade política, usando os debates televisivos como meio para propagar ideias, influenciar a opinião pública e, em muitos casos, influenciar decisões políticas. Os debates televisivos actuam como espaço onde os intelectuais não só explicam os acontecimentos políticos, mas também contribuem para a formação de discursos que podem favorecer ou contestar certas forças políticas. Ao analisarem acontecimentos e decisões governamentais, esses intelectuais tem uma influência significativa sobre o público, frequentemente direccionando a opinião pública e legitimando determinadas visões do mundo. Portanto, o intelectual na sua tarefa de instruir a humanidade não é somente um detentor de conhecimentos, ou seja, devem se transformar em forças para renovação da sociedade nacional, por outro lado, a media não é só um meio de disseminação de informações, mas também um participante activo na formação da realidade política.

A contribuição dos intelectuais é influenciada pelos interesses das redes de comunicação, que determinam quais vozes serão ouvidas e quais pontos de vista serão destacados. Este procedimento pode resultar em uma ordenação das ideias, favorecendo algumas narrativas e marginalizando outros. Ademais, a exigência de adaptação ao formato televisivo, que demanda discursos complexos e de difícil compreensão, pode resultar em debates superficiais e na diminuição da complexidade dos fenómenos políticos a discursos polarizados ou sensacionalistas.

A pedagogia do poder em televisão expõe uma dinâmica complexa onde o media não só fornece informações, mas também organiza o debate público que tem impacto na formação do pensamento político. O intelectual, como agente de mudança social desempenha um papel ambíguo, sendo ao mesmo tempo um mediador do conhecimento e um actor sujeito às restrições e interesses do ambiente televisivo. Assim, a avaliação crítica dessa interacção é crucial para entender a forma como, através do debate

televisivos, os intelectuais influenciam o discurso político e o efeito dessa mediação na democracia e na formação da opinião pública.

Referências

- Adorno, T. W. (1971). *A Indústria Cultural*. In: COHN, Gabriel. Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Nacional; Editora da Universidade de São Paulo.
- Almeida, A. C. S. (2007). “O Pensamento Político de Ortega y Gasset e sua Discussão Conceitual”. Brasil: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Edições UESB.
- Bastos, E.R e Rêgo, W.D.L. (1999). *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D’água.
- Benda, J. (1927). *A Traição dos Clérigos*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Tradução Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bussotti, L. (2020). “O Jornalismo Moçambicano: qualidade, inovações e debates”. Maputo: Revista comunicação & Sociedade. N.º 9-10.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1986). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. (L.M.P. Vassallo, Trad.) Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).
- Garcia, M. A. (1976). Artigos Sobre as Correntes de Esquerda. In Em Tempo. 1985. “os intelectuais e os partidos de esquerda”, in M. S. Arrosa Soares (org.). os intelectuais nos processos políticos da América Latina. Porto Alegre: UFRGS.
- Gramsci, A. (2004). *Escritos Políticos*, v. 2. Org. e trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Habermas, J. (1978). *O Espaço Público*. Arqueologia da publicidade como dimensão constitutiva da sociedade burguesa. Paris: Payot.
- Han, B. C. (2020). *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Editora Ayiné. Belo Horizonte / Veneza, 7ª edição. p. 117.
- Júnior, A. B. S. (2021). “A Televisão e o Soberano Desconhecido em Moçambique: os efeitos de vigiar e punir os analistas”. Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Veredas da História, v. 14, n. 1, p. 10-35, jul.
- Moraes, D. de. (2008). “A Batalha da Media – Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios”. Rio de Janeiro, Pão e Rosas.
- Muswede, T. & Lubinga, E. (2018). “A Hegemonia dos Media Globais e a Felicidade da Transformação na África pós-colonial: independência real ou mera mudança de senhores?”. Universidade de Joanesburgo Repositório Institucional.
- Orwell, G. (1984). *Totalitarismo, Vigilância e Censura: retomando a questão do determinismo linguístico*. Tradução de Alexandre Hubner e Heloísa Jahn, 2009. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pécaut, D. (1989). *Os Intelectuais e a Política Brasileira: entre o povo e a nação*. Editora Ática SA. São Paulo SP.
- Sartori, G. (2001). *Homo Videns: a sociedade teledirigida*. São Paulo: Edusp.
- Sartre, Jean-Paul. (1999). *Em Defesa dos Intelectuais*. São Paulo, Ática.

Reflexões em Torno do Modelo de Composição do Conselho Constitucional Moçambicano

Augusto Ernesto Nhaguilunguana, Universidade Zambeze

augusternesto@hotmail.com

Resumo: Este artigo intitula-se "Reflexões em Torno do Modelo de Composição do Conselho Constitucional Moçambicano". Nele, analisamos o modelo actual de composição do órgão máximo da jurisdição constitucional, destacando as críticas à nomeação dos juízes, feita pelo Presidente da República, pela Assembleia da República e pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial. Essas nomeações levantam, frequentemente, preocupações quanto à imparcialidade e politização do Conselho. A transparência e participação de diferentes sectores da sociedade poderiam fortalecer a legitimidade democrática do órgão. Propostas incluem mandatos mais longos e não renováveis para os juízes e a criação de uma comissão consultiva para revisão das nomeações. Outra proposta é a realização de audiências públicas com os candidatos. Além disso, examinamos as competências do Conselho em matéria de controlo de constitucionalidade, questões eleitorais e partidárias, e discutimos a interdependência do Conselho com os demais poderes do Estado. O estudo conclui que o modelo de composição actual é funcional, mas recomenda ajustes que reforcem a independência e imparcialidade dos juízes.

Palavras-chave: Conselho Constitucional; Imparcialidade; Politização; Transparência; Independência dos juízes.

1. Introdução

A revisão da Constituição de 2004 redefiniu o estatuto jurídico do Conselho Constitucional, ampliando, substancialmente, as suas competências para além do tradicional controlo da legalidade. Com o crescimento da sua visibilidade pública, o Conselho Constitucional tornou-se alvo de atenção, especialmente devido a algumas decisões controversas. Esse destaque gerou crescente cepticismo, tanto entre a sociedade civil quanto entre os sectores ligados à justiça, no que diz respeito à imparcialidade dos sete juízes que compõem este órgão máximo da justiça constitucional.

Diante desse cenário, é reconhecido, amplamente, pela opinião pública que há uma necessidade urgente de reavaliar os critérios utilizados para a designação dos juízes do Conselho Constitucional. Embora existam propostas de reformas, persistem críticas quanto à ausência de garantias efetivas de imparcialidade. Este estudo não busca fornecer uma solução definitiva para a questão, mas, sim, levantar discussões sobre o melhor modelo de designação dos juízes conselheiros.

O objectivo central desta investigação é analisar o modelo actual de composição do Conselho Constitucional e discutir possíveis alternativas que aumentem a participação democrática na designação dos seus juízes. Em última instância, o estudo visa propor directrizes que contribuam para garantir maior independência e imparcialidade no órgão.

As questões centrais, que orientam este estudo, são: (i) O actual processo de designação respeita os princípios democráticos e do Estado de Direito? (ii) Por que o modelo vigente suscita dúvidas sobre a imparcialidade dos juízes? (iii) Que modelo alternativo poderia assegurar maior independência e legitimidade democrática?

A pesquisa baseia-se na revisão bibliográfica e no método hipotético-dedutivo para enquadrar as respostas às questões levantadas, com foco na problemática dos critérios de designação dos juízes conselheiros.

2. Conceito do Conselho Constitucional Moçambicano

O Conselho Constitucional foi instituído pela Constituição da República de 1990 como um órgão especializado em matérias jurídico-constitucionais. A Constituição de 2004 revista e republicada pela Lei n.º 1/2018 de 12 de Junho e Lei n.º 11/2023 de 23 de Agosto e a Lei n.º 2/2022, de 21 de Janeiro, definem-no como um órgão de soberania encarregado de administrar a justiça em matérias constitucionais.

Embora o Conselho Constitucional exerça funções similares às de um tribunal, não define com clareza se a sua essência é predominantemente política ou jurisdicional. Devido à natureza de suas funções, que envolvem a aplicação do Direito e a fiscalização da constitucionalidade das normas, ele deveria ser considerado um órgão jurisdicional. Isso é confirmado pelos artigos 241, 242, 243, 244 e 245 da Constituição, que atribui, ao Conselho Constitucional, competências típicas de uma jurisdição, como o controlo da constitucionalidade das leis.

Segundo Macuacua (p. 602), a função jurisdicional é caracterizada pela aplicação do Direito em situações concretas, o que se alinha às atribuições do Conselho Constitucional. Portanto, embora o Conselho Constitucional seja, nos termos do artigo 241 da Constituição da República, um órgão de soberania com funções jurisdicionais próprias, parte da doutrina defende que a sua designação actual poderia evoluir para “Tribunal Constitucional”, em conformidade com a natureza das suas competências, reforçando, assim, a percepção pública do seu papel como instância judicial especializada em matéria constitucional.

3. Evolução histórica do conselho constitucional moçambicano

Para Mondlane (2010), a Constituição de 1975, adoptada logo após a independência de Moçambique, estabeleceu um regime de democracia popular, inspirado no modelo socialista. Contudo, esse texto constitucional não previa um sistema especializado de fiscalização da conformidade dos actos do poder público com a Constituição, não existindo à época um órgão equivalente ao actual Conselho Constitucional.

Como aponta Mondlane (2010), embora a Constituição de 1975 não previsse um órgão específico para a fiscalização da constitucionalidade, é possível falar numa forma de “fiscalização indireta”, na medida em que a supremacia da Constituição podia, em tese, ser invocada politicamente ou através de orientações internas do próprio partido único. No entanto, essa fiscalização não tinha carácter jurisdicional, nem mecanismos formais de controlo normativo.

Esse cenário mudou com a Constituição de 1990, que foi influenciada pela adesão de Moçambique às instituições de *Bretton Woods* e pelos programas de reabilitação económica e social. Embora a Constituição de 1975 já consagrasse Moçambique como um Estado independente, soberano e unitário, a Constituição de 1990 trouxe uma mudança paradigmática ao associar esses princípios a um novo modelo político: o Estado

democrático de direito e de justiça social. Esta nova configuração rompeu com a lógica do partido único e institucionalizou, de forma mais clara, a separação de poderes, os direitos fundamentais e um sistema especializado de fiscalização da constitucionalidade. Pela primeira vez, foi introduzido um sistema autónomo de fiscalização da constitucionalidade, através da criação do Conselho Constitucional, consagrado como um órgão de soberania com competências especializadas em questões jurídico-constitucionais (artigo 180 da CRM de 1990)³⁸.

Nos termos do artigo 206 da CRM de 1990, as normas constitucionais prevalecem sobre todas as outras no ordenamento jurídico, e o Conselho Constitucional foi encarregado de apreciar e declarar a inconstitucionalidade e ilegalidade dos actos legislativos e normativos dos órgãos do Estado. Com a Constituição de 1990 e a criação do Conselho Constitucional, consolidou-se pela primeira vez em Moçambique um modelo de fiscalização jurisdicional da constitucionalidade. Este modelo vigorou, com alguns aperfeiçoamentos, até à revisão constitucional de 2004, marcando um claro rompimento com o sistema anterior de fiscalização meramente política ou indireta consagrado, de forma implícita, na Constituição de 1975.

A Constituição de 2004 manteve os princípios fundamentais da versão de 1990, mas trouxe maior clareza ao princípio da subordinação do Estado à Constituição e ao princípio da constitucionalidade dos actos normativos do poder público (n.º 3 do artigo 2 e artigo 4 da CRM de 2004). A reforma constitucional de 2004³⁹ alargou significativamente as competências do Conselho Constitucional, reforçando o seu papel institucional como guardião da Constituição e protector dos direitos fundamentais. Embora esse papel já lhe estivesse atribuído desde a sua criação pela Constituição de 1990, foi com a reforma de 2004 que se consolidou, de modo mais evidente, o papel institucional do Conselho como instância máxima de justiça constitucional.

Com a anterior Lei n.º 6/2006, de 2 de Agosto – que aprovou a primeira Lei Orgânica do Conselho Constitucional –, consolidou-se juridicamente o papel deste órgão na administração da justiça constitucional, mediante a regulamentação sistemática da sua composição, funcionamento, competências e garantias dos seus juízes. Este diploma fortaleceu de forma decisiva o sistema moçambicano de fiscalização da

³⁸ Segundo Mondlane (2010), tratava-se da consagração expressa do princípio fundamental da constitucionalidade das normas jurídicas, para cuja garantia a Constituição instituiu o Conselho Constitucional integrando-o no sistema dos órgãos de soberania (artigo 109 da CRM de 1990) e definindo-o como o órgão de competências especializado no domínio das questões jurídico-constitucionais (artigo 180 da CRM de 1990), cuja competências residiam, resumidamente, em apreciar e declarar a “inconstitucionalidade e a ilegalidade” dos actos legislativos e normativos dos órgãos do Estado (al. a) do n.º 1 do artigo 181 da CRM de 1990). O n.º 1 do artigo 161 da CRM de 1990 conferia, aos Tribunais em geral, a função de garantir a legalidade, o respeito pelas leis, os direitos e liberdades dos cidadãos e os interesses jurídicos dos diferentes órgãos e entidades com existência legal (Idem. p. 4).

³⁹ Importa referir que o texto constitucional de 2004 sofreu revisões posteriores, nomeadamente em 2018, pela Lei de Revisão Constitucional n.º 1/2018, de 12 de Junho, e em 2023, pela Lei n.º 11/2023, de 6 de Março. Tais revisões não alteraram directamente a composição do Conselho Constitucional, mas tiveram impacto na estrutura institucional do Estado, com reflexos na interdependência funcional entre os órgãos de soberania, incluindo o próprio Conselho.

constitucionalidade, ao conferir ao Conselho maior autonomia institucional, clareza procedimental e autoridade no contencioso constitucional e eleitoral.

4. Modelo de composição do conselho constitucional moçambicano

O Conselho Constitucional ocupa uma posição central na estrutura da justiça constitucional moçambicana. Embora a sua natureza institucional seja definida como órgão de soberania com funções jurisdicionais, o que realmente o caracteriza como órgão máximo da justiça constitucional é o conjunto das suas competências, que incluem o controlo da constitucionalidade, a resolução de conflitos entre órgãos de soberania e a fiscalização da legalidade de actos normativos. Nesse contexto, a doutrina tem reconhecido o Conselho como o verdadeiro guardião da Constituição, incumbido de assegurar a supremacia da norma fundamental e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos. Como defende Macuacua (2018), a sua função jurisdicional é evidenciada pela aplicação do Direito em situações concretas, o que o aproxima, na sua essência, de um verdadeiro tribunal constitucional.

Entre as suas competências, destaca-se o papel no contencioso eleitoral, no qual o Conselho Constitucional valida e proclama os resultados das eleições, além de apreciar recursos e reclamações eleitorais (al. d) do n.º 2 do artigo 243 da CRM). Contudo, essa atribuição tem suscitado críticas relacionadas ao modelo de composição do órgão, sobretudo no que toca à sua imparcialidade e independência.

Nos termos do n.º 3 do artigo 241 da Constituição da República de Moçambique, o Conselho Constitucional é composto por sete juízes, nomeados da seguinte forma:

- Um é nomeado pelo Presidente da República;
- Cinco são designados pela Assembleia da República;
- Um é designado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Embora a composição reflita uma distribuição entre órgãos de soberania, o processo de nomeação carece de mecanismos públicos de escrutínio, como audiências parlamentares, declarações de interesses ou consultas à sociedade civil. A nomeação ocorre, na prática, sem transparência e sem exposição prévia dos perfis dos candidatos, o que fragiliza a confiança no processo.

Além disso, a Constituição e a lei não exigem a aprovação ou ratificação formal dos nomeados por qualquer instância deliberativa, como ocorre, por exemplo, no Brasil ou na África do Sul. Tal configuração contribui para uma percepção de partidarização e dependência, já que os nomeantes são, em sua maioria, figuras ou instituições com interesse político directo.

Apesar de a Constituição da República prever garantias formais de independência e imparcialidade dos juízes do Conselho Constitucional (n.º 2 do artigo 241 da RCM), o actual modelo de composição, baseado na nomeação pelo Presidente da República e na designação pela Assembleia da República e pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, tem sido alvo de críticas. Tais críticas centram-se na alegada insuficiência das garantias formais face à forte influência político-partidária dos órgãos designantes.

Ainda que o ordenamento jurídico moçambicano não preveja expressamente mecanismos como o denominado “voto de ingratidão partidária”, a doutrina aponta para a existência de pressões implícitas sobre os juízes constitucionais, sobretudo quando as

suas decisões contrariam os interesses das entidades que os indicaram. A doutrina tem destacado que as garantias legais são insuficientes sem práticas institucionais concretas. Como refere Macuácu (2018, p. 602), a independência dos juízes constitucionais não depende apenas das normas legais, mas sobretudo da existência de práticas institucionais transparentes e de uma cultura democrática consolidada.

Neste sentido, embora os juízes do Conselho gozem, em teoria, de independência, inamovibilidade e imunidade pelas decisões que proferem, a sua efetiva imparcialidade continua a ser questionada, especialmente quando se trata do exercício de competências no domínio eleitoral. A percepção pública de parcialidade compromete a confiança no sistema e fragiliza a legitimidade das decisões constitucionais (Matsinhe, 2020, p. 119).

A título ilustrativo, importa referir algumas decisões que suscitaram intensos debates na sociedade moçambicana quanto à imparcialidade do Conselho Constitucional. Uma dessas decisões foi a validação dos resultados das eleições gerais de 2019 e 2024, particularmente contestada pela oposição e por sectores da sociedade civil, que alegaram irregularidades no processo e tratamento desigual entre os partidos concorrentes. O Conselho, ao validar os resultados sem acolher os principais argumentos das impugnações apresentadas, foi alvo de críticas que apontavam para um alegado alinhamento com os interesses do partido no poder.

Tais episódios reforçam a ideia de que a composição do Conselho — sobretudo pela predominância de nomeações de origem política — pode comprometer a percepção de imparcialidade institucional, ainda que haja garantias formais de independência. O problema, como defendido neste estudo, não reside apenas na forma legal do modelo, mas na ausência de mecanismos transparentes que legitimem democraticamente a sua actuação.

Acadêmicos e sociedade civil argumentam que a predominância de critérios políticos na nomeação compromete a imparcialidade do Conselho e abre espaço para a partidarização das suas decisões.

Segundo Almeida (1993), algumas correntes defendem que a politização é inevitável em qualquer processo de nomeação de juízes constitucionais, uma vez que os órgãos, que os nomeiam, são, por natureza, políticos. No entanto, como explica Almeida (1993), é importante que os juízes tenham plena consciência das suas responsabilidades e ajam de forma imparcial, mesmo sendo nomeados por entidades políticas. Embora se reconheça a pertinência dessa perspectiva, entende-se que tal "inevitabilidade" não pode servir de argumento para a naturalização da politização do órgão. A confiança pública na justiça constitucional exige que, para além da conduta ética dos juízes, o próprio processo de nomeação seja estruturado de forma a minimizar influências partidárias. É por isso que se defende aqui um modelo mais transparente e plural de nomeação, com mecanismos institucionais que reforcem a imparcialidade — não apenas como valor pessoal dos juízes, mas como construção colectiva e sistémica. O fundamental é que os princípios de legalidade, imparcialidade (n.º 2 do artigo 241 da CRM), objectividade e isenção sejam rigorosamente respeitados.

Em Moçambique, o modelo actual de nomeação dos juízes do Conselho Constitucional aproxima-se, em grande medida, do modelo português, que por sua vez influenciou a arquitectura constitucional moçambicana (Miranda, 2013, p. 77). Essa aproximação verifica-se na estrutura mista de nomeação — envolvendo o Presidente da

República, a Assembleia da República e o Conselho Superior da Magistratura Judicial — e nas competências concentradas em matéria de controlo de constitucionalidade, eleitoral e político-partidária.

Ao contrário de países como o Brasil, onde há audiências públicas e sabatinas parlamentares, ou a África do Sul, com a actuação do *Judicial Service Commission*, Moçambique não adopta mecanismos de controlo cruzado entre os órgãos de nomeação. Como alerta ALMEIDA (1993, p. 114), mesmo reconhecendo que os órgãos nomeantes são políticos por natureza, é essencial que se estabeleçam filtros institucionais e éticos que limitem a politização das decisões.

favoreu (1995, p. 121) também destaca que “a legitimidade da justiça constitucional está directamente relacionada à forma como os seus juizes são designados e à percepção pública de independência e imparcialidade”. No mesmo sentido, Macuacua (s.d., p. 602) sublinha que as garantias legais são insuficientes se não forem acompanhadas de práticas institucionais transparentes e cultura democrática consolidada.

Quando comparado aos países da CPLP e PALOP, verifica-se que Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe também adoptam modelos mistos, mas enfrentam críticas semelhantes de politização. No contexto regional da SADC, países como a África do Sul demonstram avanços ao incluir consultas públicas e nomeações por mérito, com ampla participação do *Judicial Service Commission*.

Assim, ainda que o modelo moçambicano compartilhe traços estruturais com os tribunais constitucionais europeus, há um défice visível de mecanismos que assegurem transparência, participação e legitimidade democrática. O principal desafio é garantir que as nomeações sejam feitas de forma a minimizar influências político-partidárias e reforçar a legitimidade democrática do Conselho Constitucional.

Kelsen (1928, p. 227), esclarecia que “era da maior importância fixar na composição da jurisdição constitucional um lugar adequado para os juristas profissionais”.

Apesar dos requisitos formais para a nomeação – ser cidadão moçambicano, no gozo dos seus direitos políticos, ter mais de 35 anos e notável saber jurídico (n.º 3 do artigo 241 da CRM) –, há críticas sobre a ausência de um controlo mais rigoroso ou de debates públicos que possibilitem uma maior participação da sociedade no processo (Macuacua, 2018, p. 602; Miranda, 2013, p. 77). A implementação de um processo mais aberto e transparente poderia contribuir para aumentar a confiança pública no órgão⁴⁰, uma vez que o modelo actual de nomeação dos juizes do Conselho Constitucional carece de mecanismos de escrutínio público. As nomeações são feitas sem audiências públicas, sem divulgação dos perfis dos candidatos e sem participação da sociedade civil, o que limita a transparência e reforça as percepções de influência político-partidária.

5. Competências do conselho constitucional moçambicano

O Conselho Constitucional Moçambicano, estabelecido como órgão de soberania pela Constituição da República de Moçambique (CRM), desempenha um papel fundamental na

⁴⁰ Pelo menos, dever-se-ia introduzir, em torno dos critérios de indicação, um debate público que quebrará o sistema de silêncio, da especulação que ocorre, hoje, no processo de designação dos juizes conselheiros.

fiscalização da constitucionalidade das leis e actos normativos, assegurando o cumprimento da Constituição e a protecção dos direitos fundamentais. Suas competências estão descritas, principalmente, no artigo 243 da CRM, e são organizadas da seguinte forma:

5.1. Controlo da Constitucionalidade

Compete ao Conselho Constitucional:

- Apreciar e declarar a inconstitucionalidade das leis e a ilegalidade dos actos normativos dos órgãos do Estado. (Artigo 243, a));
- Dirimir conflitos de competências entre os órgãos de soberania. (Artigo 243, b));
- Verificar previamente a constitucionalidade dos referendos. (Artigo 243, c));

Estas competências reflectem o papel do Conselho como guardião da Constituição, garantindo que todas as normas e actos do Estado estejam em conformidade com os princípios constitucionais.

5.2. Competências em Matéria Eleitoral

O Conselho Constitucional exerce um papel crucial no processo eleitoral, assegurando a legitimidade democrática do país. Suas principais responsabilidades incluem:

- Verificar os requisitos legais exigidos para as candidaturas a Presidente da República;
- Declarar a incapacidade permanente do Presidente da República e verificar a sua morte ou perda de mandato;
- Apreciar, em última instância, os recursos e as reclamações eleitorais, validando e proclamando os resultados eleitorais nos termos da lei;
- Julgar as acções de impugnação de eleições, garantindo que o processo eleitoral ocorra de forma justa e transparente.

5.3. Competências Político-Partidárias

Em questões relacionadas a partidos políticos, o Conselho Constitucional é responsável por:

- Decidir sobre a legalidade da constituição dos partidos políticos e suas coligações, bem como apreciar a legalidade das suas denominações, siglas, símbolos, e ordenar sua extinção, se necessário, nos termos da Constituição e da lei;
- Julgar as acções de impugnação de deliberações dos órgãos dos partidos políticos;
- Julgar acções que tenham por objecto o contencioso relativo ao mandato dos deputados, incluindo a análise de incompatibilidades previstas na Constituição e na lei.

5.4. Outras competências

Além das competências já mencionadas, o Conselho Constitucional pode exercer outras funções que lhe sejam atribuídas por lei (n.º 3 do artigos 243 da CRM), actuando sempre em conformidade com os princípios da imparcialidade, independência e legalidade⁴¹.

6. Interdependência do conselho constitucional no sistema de poderes

A interdependência do Conselho Constitucional no sistema de poderes de Moçambique é um aspecto crucial para o funcionamento harmonioso do Estado democrático. Esse princípio baseia-se na separação dos poderes, onde os diferentes órgãos do Estado – Legislativo, Executivo e Judiciário –, devem actuar de maneira autónoma, mas também inter-relacionada, a fim de garantir um sistema equilibrado e eficaz.

A Constituição da República de Moçambique (CRM) estabelece a separação de poderes como um princípio fundamental, onde cada órgão do Estado exerce funções distintas, mas complementares⁴². Essa separação é vital para evitar abusos de poder e garantir a *accountability* dos governantes, ou seja, assegurar que eles sejam responsáveis por suas acções, decisões e políticas, respondendo, de maneira transparente, e prestando contas à sociedade e às instituições democráticas.

A interdependência institucional pressupõe mecanismos de controlo recíproco entre os órgãos de soberania, assegurando equilíbrio funcional no exercício do poder político e jurídico. O Conselho Constitucional actua como um mediador em disputas entre os órgãos de soberania e garante que suas acções estejam em conformidade com a Constituição.

O Conselho Constitucional desempenha várias funções que destacam sua interdependência com os outros poderes:

- a) Controlo da Constitucionalidade: o Conselho tem a responsabilidade de verificar se as leis e actos dos órgãos do Estado estão de acordo com a Constituição. Isso não apenas protege os direitos fundamentais, mas também assegura que o Legislativo e o Executivo actuem dentro dos limites constitucionais.
- b) Resolução de Conflitos: o Conselho é encarregado de dirimir conflitos de competências entre os órgãos de soberania. Isso é crucial num sistema em que as

⁴¹ Para (MORAIS, 2002, p. 351), o Conselho Constitucional desempenha um conjunto de competências muito mais vasto do que as do controlo da legalidade das normas, pois trata-se de uma tendência contemporânea de “engrandecimento” das competências dos Tribunais Constitucionais a qual procura aproveitar o seu estatuto de independência para lhes cometer outras funções que requerem uma elevada taxa de neutralidade.

⁴² (CANOTILHO & Vital, 1993, p. 376) explicam que, quando se fala de separação e interdependência dos órgãos de soberania como princípio estrutural de organização do poder político, tem-se, geralmente, em vista a separação horizontal de poderes “de órgãos e funções”. Enquanto a repartição vertical visa a delimitação das competências e as relações de controlo segundo critérios, fundamentalmente, territoriais “competência do Estado central, competência das regiões, competências dos órgãos locais”, a repartição horizontal refere-se à diferenciação funcional “legislação, execução e jurisdição”, à delimitação institucional de competências e as relações de controlo e interdependência recíproca entre os órgãos de soberania.

funções dos diferentes poderes podem sobrepor-se, garantindo que as disputas sejam resolvidas de maneira justa e legal.

- c) Validação de Eleições: ao julgar questões relacionadas a eleições e validar resultados, o Conselho Constitucional assegura que o processo democrático seja respeitado, actuando como um árbitro em disputas políticas e eleitorais.

A interdependência do Conselho Constitucional também enfrenta desafios, como:

- a) Politização das decisões: se o processo de nomeação dos juizes for influenciado por interesses políticos, isso pode comprometer a imparcialidade do Conselho e, consequentemente, sua função de mediador no sistema de poderes.
- b) Pressões externas: o Conselho pode enfrentar pressões de outros órgãos do governo ou da sociedade, especialmente em questões controversas que envolvem direitos humanos ou decisões políticas.
- c) Limitações orçamentárias: a falta de recursos adequados pode impactar a capacidade do Conselho de operar de forma eficaz, dificultando seu papel no controlo do sistema de poderes.

Para garantir uma interdependência saudável e funcional, são necessárias algumas medidas:

- a) Reformas na nomeação: implementar um processo de nomeação mais transparente e inclusivo para os juizes do Conselho, que envolva a participação de diversas instituições, pode aumentar a confiança no órgão.
- b) Apoio Institucional: prover recursos adequados e autonomia financeira para o Conselho Constitucional, garantindo que ele possa exercer suas funções sem interferências externas.

A interdependência do Conselho Constitucional no sistema de poderes é vital para a protecção dos direitos dos cidadãos e a manutenção da ordem constitucional. Ao actuar como guardião da Constituição, o Conselho não apenas protege os direitos fundamentais, mas também garante que o sistema democrático funcione de maneira equilibrada, promovendo a justiça e a legalidade.

Em suma: a interdependência do Conselho Constitucional no sistema de poderes é um aspecto essencial que assegura a separação e o controlo mútuo entre os órgãos do Estado. Apesar dos desafios, o fortalecimento do papel do Conselho e sua interacção com os outros poderes podem contribuir para um sistema mais robusto e confiável, garantindo a protecção dos direitos e a promoção da justiça em Moçambique.

7. Independência e imparcialidade constitucional dos juizes

A independência e a imparcialidade do Conselho Constitucional são fundamentais para o funcionamento do Estado de Direito em Moçambique, garantindo que suas decisões sejam tomadas com base em critérios jurídicos e constitucionais, sem influências externas ou interesses políticos.

O n.º 1 do artigo 240 da CRM estabelece que o Conselho Constitucional é órgão de soberania, ao qual compete, especialmente, administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional. A alínea a) do n.º 1 do artigo 243 confere, ao Conselho Constitucional, a competência para apreciar e declarar a inconstitucionalidade das leis e

ilegalidade dos actos normativos dos órgãos do Estado. Pela natureza das suas competências, o Conselho Constitucional guia-se pelos princípios de legalidade, imparcialidade (nº 1 do artigo 241), Objectividade e isenção.

Outra corrente doutrinária sustenta que a independência e a imparcialidade dos juízes conselheiros não é diluída, “pela interferência de órgãos políticos na indicação de maioria de juízes”, sendo certo que o sistema instituído de garantias institucionais e pessoais funciona como uma “*Lei travão*”, ou ponto equilíbrio, evitando, desde logo, que eventuais influências políticas intervenham na designação dos juízes e no desempenho das suas funções⁴³.

Mondlane (2010, p. 9) assinala que, na designação da maioria dos juízes do Conselho Constitucional por órgãos políticos e da possibilidade ilimitada de renovação sucessiva dos mandatos, o risco encontra-se prevenido e mitigado por um conjunto de garantias que integram o estatuto dos juízes.

Para Jouanjan (p. 11), a independência dos juízes conselheiros tem de ser exprimida na “objectividade, isenção, imparcialidade e justeza das decisões”, sendo certo que a postura de cada juiz é relevante, na medida que pode ser “influenciada por vários factores, de entre eles, a educação moral e cívica, a personalidade, o carácter e o modo de perceber e encarar o serviço público que implica o desempenho do cargo”.

Isto é, qualquer juiz, enquanto pessoa e cidadão, tem escolaridade e afectividades particulares, visíveis nas formas de interpretar as normas constitucionais com as suas especificidades⁴⁴, pautando-se por fundamentar as suas deliberações e acórdãos, com maior amplitude e profundidade possível, procurando sempre esgotar as questões suscitadas pelos requerentes e pelos requeridos e observando os princípios do pedido e do contraditório, dentro dos limites legais do seu poder de cognição, e, isentos de questões políticas, negando ou aceitando os respectivos pedidos, muita das vezes, por consenso, independentemente da qualidade dos sujeitos processuais, pois não obedece apenas à forma como esses juízes são designados, mas a um leque de mecanismos que reúne todos os órgãos, relacionando as normas constitucionais com a realidade social.

7.1. Propostas e Possíveis Soluções

Conforme discutido, a questão principal não reside apenas em alterar o modelo de designação dos juízes do Conselho Constitucional, mas, sim, em implementar medidas que reforcem as garantias de independência e imparcialidade. O modelo actual, que se baseia num consenso mínimo entre a maioria e a oposição, pode ser mantido, mas com importantes ajustes que aumentem a confiança pública e a transparência no processo.

Primeiramente, uma mudança necessária no modelo vigente seria a adopção de mecanismos que evitem a proximidade pessoal entre a entidade responsável pela nomeação e o juiz nomeado, de modo a reduzir o risco de interferência política directa. No entanto, reconhece-se que o actual modelo de nomeação não apresenta, necessariamente, relações pessoais evidentes entre nomeantes e nomeados, mas carece de garantias formais de distanciamento institucional. Ainda, assim, a ausência de

⁴³ Vide, em www.venice.coe.int/WCCJ/Rio/.../MOZ_Conseelho_Constitutional_por.pdf. Acesso em 07 Maio de 2023.

⁴⁴ Ibidem.

garantias claras de distanciamento institucional pode alimentar percepções de falta de independência e imparcialidade.

O modelo vigente, os Juízes Conselheiros exercem mandatos de 5 anos, renováveis uma única vez (n.º 2 do artigo 241 da CRM). Embora esse modelo busque conciliar estabilidade com a possibilidade de renovação, pode comprometer a independência do órgão, sobretudo quando os juízes ficam dependentes de forças políticas que influenciam a sua renovação. A previsibilidade de uma renovação pode criar incentivos à actuação estratégica, prejudicando a imparcialidade esperada. Para mitigar tais riscos, propõe-se a adopção de mandatos mais longos – por exemplo, 10 anos – e não renováveis, como forma de assegurar maior distanciamento dos juízes face aos interesses políticos e reforçar a confiança no órgão de fiscalização da constitucionalidade⁴⁵.

Outra proposta consiste em ampliar a participação de diferentes sectores da sociedade no processo de nomeação dos juízes do Conselho Constitucional, sem que isso represente um abandono do modelo de democracia representativa. O objectivo é aprimorar a legitimidade do processo por meio de mecanismos de transparência e consulta qualificada. Para tal, poderia ser criada uma comissão consultiva, composta por representantes de Universidades, Ordem dos Advogados, organizações da sociedade civil e outros actores com autoridade moral e técnica. Esta comissão não teria poder vinculativo, mas actuaria como um órgão de revisão e recomendação prévia de candidaturas, oferecendo pareceres fundamentados.

Ademais, recomenda-se a institucionalização de um processo mais transparente de escrutínio público, por meio da realização de audiências públicas, em que os indicados fossem ouvidos e seus perfis analisados de forma aberta. Essas audiências, transmitidas pela televisão e pela internet, promoveriam o escrutínio público e aumentariam a confiança dos cidadãos no órgão de controlo da constitucionalidade. Longe de contrariar a democracia representativa, tais mecanismos inserem-se no modelo de uma democracia participativa e deliberativa, que visa fortalecer a *accountability* institucional e a transparência nos processos decisórios (Habermas, 1997, p. 194 – 196).

Por fim, para reforçar a confiança pública no Conselho Constitucional, propõe-se a criação de mecanismos institucionais que promovam a transparência e a prestação de contas, sem comprometer os princípios da Independência judicial e da separação de poderes. A supervisão directa das decisões jurisdicionais por órgãos externos seria, de facto, incompatível a soberania funcional dos tribunais. Todavia, podem ser implementadas formas de auditoria institucional não interventiva, realizadas por entidades independentes com foco na avaliação da eficiência, acessibilidade, fundamentação e transparência das decisões, sem se imiscuírem no seu conteúdo jurídico. Esses relatórios, poderiam ser públicos e submetidos ao escrutínio parlamentar, da sociedade civil, promovendo um debate sobre o desempenho do órgão. A legitimidade dessas entidades, fiscalizadoras dependeria, por sua vez, de um modelo transparente de composição, com mandatos limitados e pluralidade institucional, de modo a evitar qualquer captura ou instrumentalização política. Assim, respeita-se a Independência do

⁴⁵ Esta proposta encontra paralelo em ordenamentos como o português, onde os juízes do Tribunal constitucional têm mandatos únicos de nove anos, sem renovação (Gomes, 2007, 1046).

Conselho, ao mesmo tempo que se reforça a sua responsabilidade perante a sociedade democrática (João Nogueira, 2018, p 237-239).

8. Conclusões e recomendações

O modelo de composição do Conselho Constitucional moçambicano mostra-se adequado, na sua globalidade, às finalidades próprias do sistema de fiscalização da constitucionalidade de um Estado moderno como o nosso. A questão essencial, que se deve colocar, pois, na ordem do dia, não é a da composição do Conselho Constitucional, mas, antes, a do reforço das garantias de independência dos seus juízes.

Recomendações:

- Recomenda-se a criação de um Tribunal Eleitoral, com competências bem definidas, para fiscalização do processo eleitoral; análise e julgamento dos recursos eleitorais; validação dos resultados eleitorais; resolução de conflitos eleitorais; defesa dos direitos eleitorais; acompanhamento de campanhas eleitorais, etc.
- Alterar a designação de Conselho Constitucional para Tribunal Constitucional, de modo a conformar a sua designação à natureza jurisdicional das suas competências.

Referências

- Almeida, L. N. (1993). Da politização à independência: Algumas reflexões sobre a composição do Tribunal Constitucional. In *Legitimidade e legitimação da justiça constitucional* (Colóquio do 10.º Aniversário do Tribunal Constitucional, 28–29 de maio de 1993). Lisboa: Coimbra Editora. <https://www.tribunalconstitucional.pt>
- Canotilho, J. J. G., & Vital, M. (1993). *Constituição da República Portuguesa: Lei do Tribunal Constitucional* (3.ª ed. rev.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Favoreu, L. (1995). La légitimité de la justice constitutionnelle et la composition des juridictions constitutionnelles. In *Legitimidade e legitimação da justiça constitucional* (Colóquio do 10.º Aniversário do Tribunal Constitucional, 28–29 de maio de 1993). Lisboa: Coimbra Editora.
- Jouanjan, O. (s.d.). Modelos e representações da justiça constitucional na França: Uma análise crítica. <https://www.periodicos.pucminas.br>
- Kelsen, H. (1928). La garantie juridictionnelle de la Constitution. *Revue du droit public* (RDP). <https://www.labase-lextenso.fr>
- Macuacua, E. D. (s.d.). Natureza jurídica do Conselho Constitucional moçambicano. <https://www.cidp.pt>
- Miranda, J. (2013). *Manual de direito constitucional* (Tomo IV: Inconstitucionalidade e garantia da Constituição, 4.ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Mondlane, L. A. (2010). *Fiscalização da constitucionalidade e estatuto das jurisdições constitucionais dos países de língua portuguesa: Relatório sobre Moçambique à I Assembleia da CJCLP*. <http://www2.stf.jus.br/cjcplp/1assembleia/pdfs/Mocambique.pdf>

Morais, C. B. (2002). *Justiça constitucional: Garantia da Constituição e controlo da constitucionalidade* (Tomo I). Coimbra: Coimbra Editora.

Legislação (APA 7)

(Em APA 7, legislação é listada alfabeticamente por jurisdição e data)

Moçambique. (1975). *Constituição da República Popular de Moçambique*. Boletim da República, I Série.

Moçambique. (1990). *Constituição da República de Moçambique*. Boletim da República, I Série, n.º 44.

Moçambique. (2004). *Constituição da República de Moçambique*. Boletim da República, I Série, n.º 51.

Moçambique. (2004). *Texto final do projecto da Constituição da República de Moçambique e adenda*. V Legislatura, Maputo.

Moçambique. (2006). *Lei n.º 6/2006: Lei Orgânica do Conselho Constitucional*. Boletim da República, I Série, n.º 31.

Moçambique. (2018). *Lei n.º 1/2018, de 12 de junho: Revisão pontual da Constituição da República*.

Moçambique. (2022). *Lei n.º 2/2022, de 21 de janeiro: Aprova a nova Lei Orgânica do Conselho Constitucional e revoga a Lei n.º 6/2006*.

Moçambique. (2023). *Lei n.º 1/2023, de 6 de março: Revisão da Constituição da República*.

Determinantes Socioculturais do Crime de Homicídio nas Zonas Fronteiriças de Angónia, Província de Tete – Moçambique

Custódio Marcelino Afonso, Universidade Católica de Moçambique
custodiomarcelino4@gmail.com

Alfredo Aboobacar Sotomane, Universidade Católica de Moçambique
fsotomane@gmail.com

Mário Jorge Migano, Universidade Católica de Moçambique
miganog@gmail.com

Neivaldo Leonel Da Silva Mostiço, Universidade Católica de Moçambique
neivaldocristalgrupo@gmail.com

Cosme Egídio Cachingue, Universidade Católica de Moçambique
cosmecachingue.cc@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objectivo analisar Determinantes Socioculturais do Crime de Homicídio nas Zonas Fronteiriças de Angónia, Província de Tete – Moçambique. Para alcançar este propósito, recorreu-se a uma abordagem qualitativa, permitindo a recolha de percepções e opiniões junto dos participantes do estudo. Foram utilizadas técnicas de investigação bibliográfica, análise documental e entrevistas, que contribuíram para um aprofundamento do tema em análise. A amostra seleccionada foi do tipo não probabilístico, com critério intencional, integrando 19 participantes, entre os quais se incluíram membros da Polícia de Protecção, da Polícia de Fronteiras, agentes do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), indivíduos indiciados (reclusos), funcionários dos Serviços Nacionais de Penitenciária e líderes comunitários. O homicídio, entendido como o acto de privar alguém da vida por acção de outrem, apresenta-se, neste estudo, associado a factores como a ganância económica, a superstição, o ciúme, a inveja, o ódio e os conflitos relacionados com a ocupação de terras para cultivo. Verificou-se, igualmente, a existência de conluio entre cidadãos nacionais e estrangeiros na prática deste crime, motivados por contrapartidas financeiras. Face a esta realidade, destaca-se a necessidade de um envolvimento mais activo dos líderes comunitários e da população local no controlo e monitorização dos comportamentos dos membros das suas comunidades. Em situações de conduta desviante, a denúncia imediata às autoridades competentes é imperativa. Recomenda-se, igualmente, a capacitação dos líderes e dos jovens residentes nas zonas fronteiriças em matérias de prevenção criminal, assim como o reforço dos meios logísticos necessários para a vigilância e resposta eficiente por parte das forças de segurança. Por fim, sublinha-se a importância de fomentar uma interacção contínua e efectiva entre as autoridades e as comunidades locais, de forma a assegurar o acesso a informações pertinentes e atempadas.

Palavras-Chave: Crime, Crime de homicídio, Motivação, Zona Fronteira.

Introdução

A presente investigação insere-se no campo dos estudos criminais em Moçambique, com enfoque específico no crime de homicídio nas zonas fronteiriças do distrito de Angónia, província de Tete. O objetivo central consiste em analisar as motivações subjacentes à prática deste ilícito, numa região marcada por dinâmicas transfronteiriças complexas. De acordo com a Bíblia Sagrada (1989), o primeiro homicídio registado na história da humanidade foi o assassinato de Abel por Caim, motivado pela inveja (Génesis 4:8), o que

Comentado [41]: Necessidade de formatação do texto. E parece ter recortes neste parágrafo.

demonstra que o homicídio é um fenómeno antigo e intrinsecamente ligado à condição humana.

No decurso histórico da criminologia, diversas correntes teóricas — provenientes da sociologia, antropologia e psicologia — têm procurado explicar as causas do homicídio. Atualmente, fatores como o consumo de substâncias ilícitas são frequentemente apontados como catalisadores da violência letal. Embora o homicídio seja um fenómeno de ocorrência relativamente rara, os seus efeitos são profundamente devastadores. As consequências ultrapassam a vítima direta, afetando familiares, amigos e a sociedade em geral. Este tipo de crime tende a gerar comoção social, mobilização mediática e preocupação das forças de segurança pública (Soares, 2012). Trata-se de um ato voluntário e humano que resulta na morte de outrem, configurando uma violação grave das normas sociais e jurídicas estabelecidas.

Na província de Tete, particularmente nas áreas fronteiriças do distrito de Angónia, diversos casos de homicídio têm sido reportados por líderes comunitários às autoridades competentes, nomeadamente à Polícia de Proteção, ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e à Polícia de Fronteiras. Dados recolhidos no terreno indicam que, em 2023, foram registados 19 casos pela Polícia de Proteção, 18 pela Polícia de Fronteiras e 25 processos investigativos remetidos ao SERNIC pela Procuradoria Distrital. Este cenário preocupa não apenas as lideranças locais, mas também as comunidades diretamente afetadas. A maioria dos casos envolveu agressões físicas com uso de objetos contundentes e cortantes — como paus e catanas —, armas de fogo e envenenamentos. Em alguns episódios, foi registada a participação de cidadãos estrangeiros, sobretudo provenientes da vizinha República do Malawi, os quais, após a prática dos homicídios em território moçambicano, regressam aos seus países de origem, dificultando a atuação da justiça.

A Penitenciária Distrital local alberga reclusos condenados por homicídio, atualmente a cumprir penas privativas de liberdade. Apesar dos esforços das autoridades — incluindo patrulhamento diurno e noturno, bem como ações de sensibilização comunitária —, os casos persistem, muitas vezes devido à relutância da população em denunciar os autores de forma atempada. Sob o ponto de vista jurídico, o homicídio é expressamente proibido pela Constituição da República de Moçambique, que consagra a proteção da vida como um direito fundamental. O artigo 40.º, n.º 1, estabelece que todos os cidadãos têm direito à vida e à integridade física e moral, estando protegidos contra atos de tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Esses princípios estão igualmente consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Tal como ocorre nas constituições portuguesa e brasileira, o direito à vida constitui um dos pilares do Estado de Direito Democrático, conferindo ao Estado a obrigação de assegurar a sua salvaguarda. Contudo, apesar da existência de instrumentos legais nacionais e internacionais que proíbem e sancionam o homicídio, este continua a ser uma realidade alarmante no contexto em análise.

Nesse enquadramento, a presente investigação propõe-se a responder à seguinte questão central: quais são as motivações que levam à prática do crime de homicídio nas zonas fronteiriças do distrito de Angónia, província de Tete? A reflexão sobre esta

problemática vai além da interdição legal do ato de matar, exigindo uma análise crítica dos valores morais, sociais e comportamentais que influenciam a convivência humana.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as motivações que conduzem à prática do homicídio nas zonas fronteiriças do distrito de Angónia, no ano de 2023. De forma específica, pretende-se identificar as principais motivações associadas à prática do homicídio nesse contexto geográfico; descrever os fatores sociais, culturais e económicos relacionados com essas motivações; e propor medidas concretas para a prevenção e mitigação do fenómeno em estudo.

2. Materiais e métodos

Para a concretização dos objectivos delineados, foi adoptada uma abordagem qualitativa, permitindo a recolha de percepções, experiências e opiniões dos participantes relativamente às motivações subjacentes à prática do crime de homicídio no distrito de Angónia. Através da utilização de um guião de entrevista com questões abertas, foi possível obter uma compreensão mais aprofundada das representações e significados atribuídos pelos entrevistados ao fenómeno em estudo. No que respeita à recolha de dados, recorreram-se a diversas técnicas complementares, nomeadamente a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas. Estas estratégias permitiram cruzar informações provenientes de fontes secundárias com os dados empíricos obtidos directamente junto dos participantes, contribuindo assim para uma análise mais robusta e contextualizada do tema.

A investigação recorreu a uma abordagem qualitativa, com recurso à amostragem não probabilística do tipo intencional, composta por 19 participantes selecionados com base na sua relação direta com o fenómeno em estudo e na capacidade de fornecer informações relevantes. A amostra incluiu três membros da Polícia de Proteção, três da Polícia de Fronteiras, dois agentes do SERNIC, quatro indivíduos indiciados e reclusos por homicídio, um representante dos Serviços Nacionais de Penitenciária e seis líderes comunitários. Os dados recolhidos foram submetidos a análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2011), que envolveu a organização, categorização e interpretação das respostas, agrupadas por similaridades e divergências. A triangulação entre os dados empíricos e o referencial teórico permitiu uma leitura crítica e aprofundada da realidade investigada.

Percepção e enquadramento legal do crime de homicídio

Conceito de homicídio

O termo “homicídio” refere-se à morte de um ser humano provocada por outro, podendo revestir-se de carácter lícito ou ilícito. Esta perspetiva é defendida pela Law Commission (2005), ao considerar como formas legítimas de homicídio, por exemplo, a morte de um inimigo em contexto de guerra ou a morte acidental de um pugilista em combate. No entanto, a mesma fonte distingue o homicídio ilícito, subdividido em homicídio culposos ou infanticídio, partilhando estas categorias o mesmo elemento de *actus reus* (ato de culpa). De acordo com De Souza e Japiassú (2018), a origem etimológica da palavra “homicídio” advém do latim *homicidium*, resultante da junção de *hominis* (homem) e *excidium* (matar), significando, portanto, o ato de uma pessoa matar outra. Este conceito engloba qualquer

ação de eliminar a vida de um ser humano (p. 569). Assim, o homicídio é visto como uma das mais graves infrações contra as normas sociais, violando o direito à vida, um bem jurídico fundamental.

Segundo Bittencourt (2015), o homicídio destaca-se como o paradigma da delinquência violenta, representando uma regressão à barbárie, em que a luta pela sobrevivência recorria a métodos brutais e primitivos. Este crime configura, assim, uma das mais chocantes transgressões ao senso moral da humanidade civilizada (p. 25). Deste modo, a prática do homicídio implica a supressão definitiva da existência da vítima, como consequência direta de um ato violento praticado pelo agressor.

Aspetos Legislativos do Crime de Homicídio em Moçambique

O crime de homicídio integra o capítulo dos crimes contra a vida, conforme previsto no Código Penal Moçambicano. O artigo 159 aborda o homicídio voluntário simples, estipulando a pena de prisão de 16 a 20 anos para quem, intencionalmente, matar outra pessoa. Cunha (2016) sublinha que este tipo de homicídio pressupõe dolo, ou seja, a vontade consciente de matar, podendo este ato ser perpetrado por ação direta ou indireta. Acresce que a omissão também pode configurar homicídio, como no caso da mãe que deliberadamente deixa de alimentar o filho com o intuito de causar-lhe a morte.

A legislação moçambicana não especifica os meios utilizados para cometer o homicídio, permitindo, portanto, que estes sejam de qualquer natureza. Ainda que a moldura penal seja severa, este crime continua a ser praticado.

No artigo 160, o Código Penal prevê o homicídio qualificado, punível com prisão de 20 a 24 anos, quando a morte ocorre em circunstâncias de especial censura ou perversidade. Já o artigo 161 refere-se ao homicídio privilegiado, aplicável quando o agente atua sob forte emoção, compaixão ou desespero, diminuindo significativamente a sua culpabilidade, sendo neste caso a pena reduzida até dois anos de prisão e multa.

Gonçalves (1999) explica que o homicídio privilegiado exige a existência de um nexo de causalidade entre fatores como a emoção violenta e a prática do crime, avaliados segundo a moralidade comum e não pela perspetiva do agente.

O homicídio involuntário é tratado no artigo 170, punindo com prisão de um mês a dois anos e multa os casos em que a morte resulta de imperícia, negligência ou desrespeito por regulamentos. Em situações onde o homicídio decorre de um ato ilícito, a pena poderá ser agravada.

Ainda no âmbito dos crimes contra a vida, o artigo 162 regula o crime de envenenamento, sancionando-o com prisão de 20 a 24 anos. Esta modalidade de homicídio implica a utilização de substâncias letais de forma insidiosa e sem consentimento da vítima.

Silva (2004) associa a incidência do homicídio em comunidades desfavorecidas à falência das instituições de socialização e controlo social, como a família, a escola e a igreja, fatores que desarticulam o tecido social e facilitam a emergência da violência e da criminalidade.

Motivações para a Prática do Crime de Homicídio

As motivações para o crime de homicídio podem ser analisadas em duas vertentes: a nível individual, considerando os fatores que conduzem o indivíduo ao crime, e a nível social, observando a relação entre taxas de criminalidade e variáveis culturais ou estruturais (Cerqueira & Lobão, 2003).

Para Merton (1938), a delinquência resulta da frustração face à impossibilidade de alcançar metas socialmente valorizadas. Schmitt (2013) acrescenta que os motivos do homicídio são razões subjetivas que impulsionam o agente, podendo estas estar em conformidade ou em contraste com as normas sociais (p. 133).

Entre os fatores frequentemente associados à prática do homicídio destacam-se: questões financeiras, paixões, inveja, defesa própria, distúrbios mentais, entre outros. O relato bíblico do homicídio de Abel por Caim (Gênesis 4:8) é um exemplo clássico de homicídio motivado por inveja e ira (Bíblia Sagrada, 1989).

Autores como Cressey (1968), Chauí (1980) e Velho (1996a) analisam as motivações do crime de homicídio à luz da perda de referenciais éticos e da fragilidade das regras sociais. Adorno (1998) e Zaluar (1996) enfatizam que a degradação moral e social fomenta a violência, ao passo que De Souza (2016) destaca as paixões como elementos motivadores.

Bijleveld (2006) e Salfati (2006) propõem classificações das motivações para o homicídio, abrangendo desde disputas íntimas até homicídios por vingança, doença mental ou na sequência de outros crimes.

Instrumentos Utilizados na Prática do Crime de Homicídio

O homicídio pode ser perpetrado através de diversos instrumentos e métodos. Grego (2017) classifica os meios utilizados em: diretos (ex.: armas de fogo), indiretos (ex.: uso de animais), materiais (ex.: instrumentos cortantes ou químicos) e morais (ex.: intimidação ou susto).

Ribeiro (2022) amplia esta classificação, incluindo meios psicológicos e a palavra, quando o agente explora vulnerabilidades da vítima. Além disso, a omissão de auxílio, mesmo sem ação física, pode configurar responsabilidade penal quando resulta na morte da vítima.

Modus Operandi na Prática do Crime de Homicídio

O modus operandi refere-se ao conjunto de procedimentos adotados pelo agente para a consumação do crime, com o objetivo de garantir o sucesso da ação e evitar ser capturado (Santoro, 2018). Petherick e Ferguson (2012) observam que criminosos em série tendem a aperfeiçoar o seu modus operandi, eliminando práticas que aumentem o risco de detenção.

Newton (2006) distingue três tipos de modus operandi: nómadas (que se deslocam entre locais), territoriais (atuam em áreas específicas) e estacionários (atuam sempre no mesmo local). A adaptação do modus operandi depende de variáveis como reações das vítimas, condições do local e atuação policial (Konvalina & Simas, 2014).

Resultados e discussão

Percepções sobre as Motivações da Prática do Crime de Homicídio nas Zonas Fronteiriças do Distrito de Angónia, Província de Tete

O presente artigo tem como finalidade analisar as motivações subjacentes à prática do crime de homicídio nas zonas fronteiriças do Distrito de Angónia. Para a concretização deste objectivo, foram entrevistados 19 participantes, nomeadamente: 3 elementos da Polícia de Protecção, 3 da Polícia de Fronteiras, 2 agentes do SERNIC, 4 reclusos (indiciados), 1 membro dos Serviços Nacionais de Penitenciária e 6 líderes comunitários.

Face à questão de investigação – quais as motivações que impulsionam a prática do crime de homicídio nas zonas fronteiriças do Distrito de Angónia –, emergiram diversas perspectivas. Alguns entrevistados identificaram a ganância económica como principal factor: "A ganância económica (vida fácil) motiva, muitas vezes, indivíduos em Angónia a cometerem crimes" (Entrevista com PRM1).

Segundo outro participante:

Os criminosos, ao saberem que alguém vendeu grandes quantidades de produtos (milho, feijão, batata), em conluio com cidadãos malawianos, dirigem-se à residência dessa pessoa para se apoderarem do dinheiro, chegando, em casos de resistência, a assassiná-la. Esta situação ocorreu duas vezes no meu povoado e tenho conhecimento de outros quatro casos semelhantes (Entrevista com LC1).

Também foram relatados casos em que o homicídio foi cometido por motivos supersticiosos e económicos:

Matei a minha filha e retirei alguns órgãos porque alguém me prometeu uma compensação financeira, a qual garantiria a minha sobrevivência, uma vez que estou desempregado (Entrevista com RC1).

Outros depoimentos reforçam a prática do homicídio mediante promessa de recompensa:

Éramos quatro pessoas e assassinámos um senhor com recurso a catanas e paus, a mando de alguém, que nos prometeu pagar 150 mil meticais a cada um. Fui detido, os meus comparsas, que eram malawianos, conseguiram fugir. Acabámos por não receber qualquer valor (Entrevista com RC2).

As motivações apontadas pelos entrevistados carecem de justificação ética, pois, independentemente da condição económica, deve prevalecer o respeito pela vida humana. Neste sentido, Merton (1938) argumenta que a delinquência resulta da impossibilidade de os indivíduos atingirem os objectivos socialmente valorizados, optando, por conseguinte, por vias ilícitas.

Cano e Santos (2001) também analisaram a relação entre criminalidade, pobreza e desigualdade social. Contudo, a pobreza e a desigualdade, ainda que relevantes, não são factores determinantes para a prática do homicídio, prevalecendo o desrespeito pelos valores fundamentais, como a vida e a integridade física. A Constituição Moçambicana, no artigo 40.º, n.º 1, consagra que todos os cidadãos têm direito à vida e à integridade física e moral, sendo vedados actos de tortura ou tratamentos desumanos.

Além das motivações económicas, surgem ainda factores de natureza emocional, como o ciúme, que, segundo os entrevistados, constituem impulsionadores da prática do homicídio:

No meu povoado, registou-se um homicídio em que um homem, ao surpreender a esposa com um amante, fugiu, enquanto a mulher foi espancada até à morte (Entrevista com LC4).

Registámos 17 casos de homicídios praticados por cidadãos nacionais e malawianos, onde o ciúme foi apontado como uma das motivações (Entrevista com PF1).

Em contextos de desespero e descontrolo emocional, o crime surge como acto impulsivo:

O meu marido gastava o dinheiro com amantes e bebidas, o que me causava ciúmes constantes. Numa discussão, após ter sido agredida, reagi com violência e atingi-o na cabeça com um pau, resultando na sua morte. Sinto-me profundamente arrependida (Entrevista com RC3).

Estas narrativas vão ao encontro das considerações de De Souza (2016), que salienta a influência das emoções – como o ciúme, a raiva e o desespero – na prática do homicídio, muitas vezes motivado por descobertas de infidelidade, conflitos interpessoais ou disputas em locais de convívio social.

Adorno (1998) e Zaluvar (1996) sublinham que tais comportamentos derivam da fragilidade das normas sociais e morais, que levam os indivíduos a desconsiderar o próximo, facilitando a prática de actos violentos.

Conforme exposto, a prática do homicídio é, em muitos casos, um acto irreflectido, cuja gravidade não é plenamente percebida no momento do seu cometimento, como testemunha RC3. Gonçalves (1999) defende que factores emocionais, como desespero ou motivos de relevante valor social, podem atenuar a responsabilidade penal, desde que se comprove a existência de nexo causal entre tais factores e a prática do crime.

Outro aspecto relevante é a cooperação transfronteiriça no combate ao crime. Devido à proximidade com a República do Malawi, há registo de cidadãos que, após cometerem crimes em Moçambique, procuram refúgio no país vizinho:

Esta região faz fronteira com o Malawi, e devido aos laços culturais, os criminosos aproveitam-se desta relação para se esconderem após a prática de crimes (Entrevista com PF3).

A colaboração entre forças policiais de ambos os países tem permitido a detenção de criminosos e a recuperação de bens:

Tivemos casos de cidadãos malawianos que, após cometerem crimes em Moçambique, regressaram ao Malawi, sendo posteriormente detidos graças à cooperação entre as forças policiais (Entrevista com PF1).

A competição económica leva, por vezes, a que empresários contratem criminosos para eliminarem a concorrência (Entrevista com LC7).

As fragilidades no controlo fronteiriço, como a falta de meios técnicos e humanos, são apontadas como factores que facilitam a fuga dos criminosos. Santoro (2018) descreve o *modus operandi* dos criminosos como um conjunto de estratégias destinadas a assegurar o sucesso do crime e evitar a detenção.

O Decreto n.º 58/2019, de 1 de Julho, que aprova o Estatuto Orgânico da PRM, estabelece, na alínea k) do artigo 11.º, a obrigação de cooperar com as forças dos países limítrofes para a protecção das fronteiras estatais.

Entrevistas realizadas indicam a existência de acções conjuntas, como patrulhas e reuniões com as comunidades fronteiriças:

Promovemos encontros regulares com as forças policiais malawianas para reforçar a cooperação e realizamos patrulhas conjuntas (Entrevista com PF2 e PF1).

Estas medidas têm resultado em capturas e na dissuasão da prática de crimes transfronteiriços. Contudo, permanece a necessidade de reforçar a sensibilização das comunidades locais sobre a importância da prevenção criminal, da cidadania e do respeito pela soberania nacional.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar as motivações subjacentes à prática do crime de homicídio nas zonas fronteiriças do distrito de Angónia, província de Tete. Com base na recolha de dados bibliográficos, documentais e em entrevistas a actores-chave, foi possível identificar um leque diversificado de fatores que influenciam este fenómeno.

Os resultados da investigação revelam que as motivações predominantes estão associadas a fatores de ordem económica, emocional como o ciúme e a inveja, crenças supersticiosas e conflitos relacionados com a posse e uso de terras agrícolas. Verificou-se que os autores dos homicídios recorrem a diferentes instrumentos letais e, em muitos casos, planeiam cuidadosamente a execução do crime, utilizando estratégias como o disfarce de identidade, a eliminação de vestígios e a fuga para o território de países vizinhos.

A vulnerabilidade estrutural da região, agravada pela proximidade com a fronteira da República do Malawi e pelas limitações operacionais das forças de segurança locais, constitui um facilitador tanto para a ocorrência dos homicídios quanto para a evasão dos seus autores.

Face a este cenário, recomenda-se o reforço da capacitação dos líderes comunitários e da juventude local em matéria de prevenção criminal, o aumento dos recursos logísticos e de mobilidade das forças policiais, bem como o fortalecimento da vigilância ao longo da fronteira. A cooperação contínua com as comunidades e com as autoridades do país vizinho é igualmente essencial para mitigar este fenómeno e garantir a manutenção da ordem pública.

Referências

Adorno, S. (1998). *Conflitualidade e violência*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, 10(1), 19-47.

- Bijleveld, C. & Smit, P. (2006). *Homicide in the Netherlands: On the Structuring of Homicide Typologies*. Homicide Studies.
- Bíblia (1989). *Bíblia Sagrada*. Tradução de Ludovico Garmus. Petrópolis: Vozes. 8ª Edição.
- Bitencourt, C. (2015) – *Tratado de Direito Penal*. 9.ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Saraiva. Vol. 2: Parte especial: dos crimes contra as pessoas. ISBN 978-85-02-04194-3
- Cano, I. (2006), *Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime*. *Sur, Rev. int. direitos human.*
- Cerqueira, D & Lobão, W. (2003). *Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Chauí, M. (1980). *A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo*. Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio.
- Cressey, D. (1968). *Crime: Causes of crime in international encyclopedia of the social sciences*, The Macmillian Company & The Free Press. (Ed.).
- De souza, a. (2016). *Motivações do homicídio*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>
- Goncalves, M. (1999), *Código Penal Português Anotado e Comentado*. Livraria Almeida, 13ª Edição, Coimbra.
- Grego, R. (2017). *Curso de Direito Penal Parte Especial*. 14.ed. v.2. Revista ampliada e atualizada até o dia 1 de janeiro de 2017. Artigos 121 ao 2012 do código penal. Niterói, RJ: Impetus.
- Konvalina, S. (2014). *Profiling Criminal*. Introdução à análise comportamental no contexto investigativo. 2 ed. Editora Letras e Conceitos Lda.
- Law Commission (2005). *A New Homicide Act for England and Wales? An Overview*, Consultation Paper No. 177.
- Lei nº1/2018: Lei da Revisão Pontual da Constituição da Republica de Moçambique.
- Merton, R. (1938). *Social structure and anomie*. American Sociological Review.
- Newton, M. (2006). *The Encyclopedia of Serial Killer*. Second Edition. Ed. Checkmark Books, 2006.
- Petherick, W. Ferguson, C.(2012). *Criminal Profiling: Behavioural Consistency, the Homology Assumption and Case Linkage*. In: Profiling, Vitimologia & Ciências Forenses. Lisboa: Pactor.
- Ribeiro. T. (2022). *Materialidade da prova nos crimes de homicídio*. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acessado em 07 de abril de 2024
- Zaluar, A. (1996). *Da revolta ao crime* S. A. São Paulo, SP: Moderna.
- Salfati, G & Dupont, F. (2006). Canadian Homicide: An Investigation of Crime–Scene Actions. Em Homicide Studies. Vol. 10(2).
- Santoro, C. (2018), *Modus Operandi x assinaturas*. Canal Ciências Criminal
- Silva, B. (2004). *Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte*. Belo Horizonte.
- Soares Filho AM. et al. (2007). *Análise da mortalidade por homicídio no Brasil*. Epidemiologia e serviços de saúde: revista do sistema único de saúde no Brasil.
- Schmitt, R. (2013). *Sentença Penal Condenatória – Teoria e Prática*. 8. ed. Salvador: Juspodvim.

Velho, G. (1996). *Violência, reciprocidade e desigualdade*: Uma perspectiva antropológica. In G. Velho & M. Alvito (Eds.), *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



ethale
Publishing